

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**  
**Washington, DC 20549**

**FORMULÁRIO 20-F**

**RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO**  
**DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**

**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006**

Número de Registro da Comissão: 1-15250



**Banco Bradesco S.A.**

(razão social exata do requerente conforme especificada em seu estatuto social)

**Bank Bradesco**

(tradução para o inglês da razão social do requerente)

**República Federativa do Brasil**

(foro de constituição ou organização)

**Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil**

(endereço da sede social)

**Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei:**

**Título de cada classe**

“American Depositary Shares”, cada uma delas representando 1 Ação Preferencial, sem valor nominal (“ADSs”)

Ações Preferenciais, sem valor nominal (“Ações Preferenciais”)

**Nome de cada bolsa na qual estão registrados**

Bolsa de Valores de Nova Iorque

Bolsa de Valores de Nova Iorque

(exclusivamente para fins de registro)

**Títulos registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(g) da Lei:** Nenhum.

**Títulos que requerem declaração obrigatória de acordo com o Artigo 15(d) da Lei:** Nenhum.

**O número de ações em circulação de cada uma das classes de capital social do emitente em 31 de dezembro de 2006 era:**

500.071.456	Ações Ordinárias
500.811.468	Ações Preferenciais

Em 12 de março de 2007, efetuamos um desdobramento das ações representativas do Capital Social. Se ajustássemos as ações acima para refletir o desdobramento de 12 de março de 2007, teríamos 1.000.142.912 ações ordinárias e 1.001.622.936 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2006.

Indicar assinalando se o requerente do registro é um emissor renomado, como definido na Regra 405 da Lei de Valores.

Sim  Não

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, indicar assinalando se o requerente do registro não for obrigado a arquivar relatórios conforme a Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934.

Sim  Não

Indicar assinalando se o requerente do registro: (1) apresentou todos os relatórios que devem ser apresentados nos termos dos Artigos 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses

anteriores (ou outro período menor no qual o requerente foi obrigado a apresentar esses relatórios); e (2) esteve sujeito a essas exigências de apresentação nos últimos 90 dias.

Sim  Não

Indicar assinalando se o requerente do registro for um registrante antecipado de grande porte, um registrante antecipado ou um registrante não antecipado. Veja as definições de “registrante antecipado e registrante antecipado de grande porte” na Regra 12b-2 da Lei de Valores. (Indique um)

Registrante antecipado de grande porte  Registrante antecipado  Registrante não antecipado

Indicar assinalando qual item de demonstração financeira o requerente escolheu seguir.

Item 17  Item 18

Se este for um relatório anual, indicar assinalando se o requerente do registro for uma “empresa de fachada” (conforme definido na Regra 12b-2 da Lei de Valores).

Sim  Não

## ÍNDICE

Item 1.	Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores .....	5
Item 2.	Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado .....	5
Item 3.	Informações Relevantes .....	5
	Dados Financeiros Selecionados.....	5
	Informações sobre Taxas de Câmbio .....	7
	Fatores de Risco .....	9
Item 4.	Informações sobre a Companhia .....	21
	História e Desenvolvimento da Companhia.....	21
	Regulamentação e Supervisão.....	82
	Informações Estatísticas Selecionadas .....	106
Item 5.	Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras.....	126
Item 6.	Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários .....	170
Item 7.	Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas .....	183
Item 8.	Informações Financeiras .....	191
Item 9.	A Oferta e a Cotação em Bolsa.....	192
	Descrição dos Valores Mobiliários .....	192
	Negociação na Bolsa de Valores de São Paulo.....	195
Item 10.	Informações Adicionais .....	196
	Atos Constitutivos e Estatuto Social .....	196
	Contratos Significativos .....	209
	Controles de Câmbio.....	209
	Implicações Fiscais .....	211
Item 11.	Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado .....	218
Item 12.	Descrição de Outros Valores Mobiliários que não de Renda Variável.....	223
Item 13.	Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atraso nos Pagamentos .....	223
Item 14.	Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Títulos e Uso dos Recursos.....	223
Item 15.	Controles e Procedimentos .....	223
Item 16.	[Reservado] .....	224
Item 16 A.	Perito Financeiro do Comitê de Auditoria .....	224
Item 16 B.	Código de Ética.....	224
Item 16 C.	Honorários e Serviços do Auditor Principal .....	225
Item 16 D.	Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria.....	225
Item 16 E.	Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados.....	226
Item 17.	Demonstrações Financeiras.....	226
Item 18.	Demonstrações Financeiras.....	226
Item 19.	Anexos .....	227
	Assinaturas .....	228

## APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Neste relatório anual, os termos “Bradesco”, “Companhia”, “Organização”, “Banco”, “nós” ou “para nós” referem-se ao Banco Bradesco S.A., sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil e, a menos que o contexto requeira de outra forma, suas subsidiárias consolidadas. Somos uma instituição financeira de serviços completos, que presta, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias, uma gama de serviços bancários, financeiros, de seguros e previdência complementar a todos os segmentos do mercado nacional brasileiro. Nossas operações estão baseadas principalmente no Brasil.

O Item 18 deste relatório anual inclui nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, incluindo as respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, conhecidos como “U.S. GAAP”.

Referências desta declaração ao “real”, “reais” ou “R\$” são relativas ao real, a moeda oficial do Brasil. Referências desta declaração a “dólares norte-americanos” ou “US\$” são relativas a dólares norte-americanos.

A tabela abaixo apresenta, para as datas indicadas, a taxa de câmbio de reais x dólares norte-americanos, com base na taxa para compra ao meio-dia na Cidade de Nova Iorque, informada pelo *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque, bem como a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, informada pelo Banco Central do Brasil, que chamamos de “Banco Central”:

<b>Data</b>	<b>Taxa de compra do dólar norte-americano do meio-dia</b>	<b>Taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia</b>
	<b>(R\$ por US\$ 1,00)</b>	
31 de dezembro de 2004.....	2,6550	2,6544
31 de dezembro de 2005.....	2,3340	2,3407
31 de dezembro de 2006.....	2,1342	2,1380
15 de junho de 2007.....	1,9098	1,9097

Em decorrência de recentes flutuações na taxa de câmbio real x dólar norte-americano, a taxa de venda no fechamento em 31 de dezembro de 2006 pode não ser indicativa de taxas de câmbio atuais ou futuras. Portanto, V.Sas. não devem interpretar tais conversões como declarações de que quaisquer desses valores foram ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos a essas ou a quaisquer outras taxas de câmbio.

Para sua conveniência, alguns valores foram convertidos de reais para dólares norte-americanos. Essas conversões foram efetuadas utilizando a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento publicada pelo Banco Central. Veja o “Item 3. Informações Relevantes - Informações sobre Taxas de Câmbio” para mais informações sobre as taxas de câmbio aplicáveis à moeda brasileira desde 2002.

Alguns números incluídos neste documento foram submetidos a ajustes de arredondamento. Por esta razão, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

## **PARTE I**

### **Item 1. Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores**

Não aplicável.

### **Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado**

Não aplicável.

### **Item 3. Informações Relevantes**

#### **DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS**

V.Sas. devem ler os dados financeiros selecionados apresentados a seguir juntamente com a “Apresentação de Informações” e o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras”, constante deste relatório anual.

Apresentamos a seguir, informações financeiras selecionadas preparadas segundo os “U.S. GAAP” (princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. As informações financeiras selecionadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP, apresentadas no Item 18. O parecer dos auditores independentes registrados no PCAOB está incluído neste relatório anual.

Estas informações estão inteiramente qualificadas por referência às demonstrações financeiras na forma do U.S. GAAP e às correspondentes notas explicativas apresentadas no Item 18.

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	2002	2003	2004	2005	2006	2006
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) <sup>(1)</sup>
<b>Dados da Demonstração Consolidada de Resultados:</b>						
Receitas financeiras líquidas .....	R\$ 13.467	R\$ 14.999	R\$ 14.804	R\$ 18.866	R\$ 21.706	R\$ 11.253
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	(2.543)	(2.034)	(1.429)	(1.823)	(3.767)	(1.953)
Receitas financeiras líquidas, após provisão para perdas com operações de crédito .....	10.924	12.965	13.375	17.043	17.939	9.300
Receita de prestação de serviços .....	2.894	3.463	4.310	5.137	6.610	3.427
Prêmios de seguros <sup>(2)</sup> .....	5.308	6.149	6.764	7.805	8.121	4.210
Planos de previdência <sup>(2)</sup> .....	21	64	374	377	791	410
Resultado de participações em empresas não consolidadas <sup>(3)</sup> .....	150	60	66	186	224	116
Outras receitas não financeiras <sup>(4)</sup> .....	(410)	1.373	2.768	4.051	4.338	2.249
Despesas operacionais <sup>(5)</sup> .....	(7.413)	(8.586)	(8.921)	(9.645)	(11.310)	(5.863)
Sinistros de seguros .....	(3.614)	(4.333)	(4.822)	(5.501)	(6.124)	(3.175)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência .....	(2.261)	(3.777)	(4.326)	(3.939)	(4.199)	(2.177)
Despesas operacionais com planos de previdência .....	(370)	(637)	(751)	(505)	(560)	(290)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência .....	(669)	(762)	(907)	(1.041)	(852)	(442)
Outras despesas não financeiras <sup>(6)</sup> .....	(2.272)	(3.323)	(3.990)	(5.216)	(6.228)	(3.229)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	2.288	2.656	3.940	8.752	8.750	4.536
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro .....	(161)	(346)	(601)	(2.431)	(2.273)	(1.178)
Mudança de prática contábil .....	27	-	-	-	-	-
Participações de acionistas minoritários .....	(12)	(8)	(12)	(11)	(15)	(8)
Lucro líquido .....	<u>R\$ 2.142</u>	<u>R\$ 2.302</u>	<u>R\$ 3.327</u>	<u>R\$ 6.310</u>	<u>R\$ 6.462</u>	<u>R\$3.350</u>

	Exercício findo em 31 de dezembro de:									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$) <sup>(1)</sup>
Dados por ação <sup>(7)</sup> :										
Lucro líquido por ação <sup>(8)(9)</sup> :										
Ordinária .....	R\$ 1,19		R\$ 1,20		R\$ 1,67		R\$ 3,08		R\$ 3,14	US\$ 1,63
Preferencial .....	1,31		1,32		1,84		3,39		3,45	1,79
Dividendos/juros sobre o capital próprio por ação <sup>(10)</sup> :										
Ordinária .....	0,53	US\$ 0,16	0,70	US\$ 0,24	0,66	US\$ 0,28	0,93	US\$ 0,40	1,05	0,54
Preferencial .....	R\$ 0,58	US\$ 0,18	R\$ 0,77	US\$ 0,27	R\$ 0,74	US\$ 0,31	R\$ 1,00	US\$ 0,44	R\$ 1,16	US\$ 0,60
Média ponderada de ações em circulação:										
Ordinárias .....	869.358.680	-	923.520.444	-	957.064.460	-	977.180.608	-	980.383.482	-
Preferenciais .....	851.795.472	-	910.321.944	-	944.327.192	-	973.893.242	-	981.672.582	-

	Exercício findo em 31 dezembro de:					
	2002	2003	2004	2005	2006	2006
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) <sup>(1)</sup>
<b>Dados do Balanço Patrimonial Consolidado:</b>						
<b>Ativo</b>						
Caixa e contas correntes em bancos.....	R\$ 2.725	R\$ 2.473	R\$ 2.690	R\$ 3.447	R\$ 4.748	R\$ 2.462
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	2.379	5.170	7.976	13.119	8.918	4.623
Aplicações em operações compromissadas.....	12.674	26.175	19.435	10.985	14.649	7.595
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	16.057	16.690	20.209	21.686	23.461	12.163
Títulos e valores mobiliários de negociação e disponíveis para venda, ao valor justo.....	27.549	43.267	43.197	55.658	86.614	44.903
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	4.001	3.265	4.200	4.121	3.265	1.693
Operações de crédito.....	52.324	54.795	63.176	82.689	97.935	50.772
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.455)	(3.846)	(4.063)	(4.964)	(6.552)	(3.397)
Investimentos em empresa não consolidadas e outros investimentos.....	550	295	708	397	527	273
Imobilizado de uso, líquido.....	2.993	3.106	2.946	2.721	3.000	1.555
Ágio.....	-	-	262	332	667	346
Ativos intangíveis, líquido.....	1.778	1.740	1.568	1.294	1.623	842
Outros ativos.....	10.300	13.200	14.775	15.109	20.416	10.584
<b>Total do ativo.....</b>	<b>129.875</b>	<b>166.330</b>	<b>177.079</b>	<b>206.594</b>	<b>259.271</b>	<b>134.414</b>
<b>Passivo</b>						
Depósitos.....	56.333	58.027	68.647	75.407	83.925	43.509
Captações no mercado aberto.....	7.633	27.490	16.532	22.886	42.875	22.228
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	9.639	7.795	8.272	7.066	5.709	2.960
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	13.389	20.093	19.653	23.316	30.122	15.616
Outras obrigações.....	31.826	39.260	48.343	57.612	70.083	36.333
<b>Total do passivo.....</b>	<b>118.820</b>	<b>152.665</b>	<b>161.447</b>	<b>186.287</b>	<b>232.714</b>	<b>120.646</b>
<b>Participação minoritária nas controladas.....</b>	<b>203</b>	<b>73</b>	<b>73</b>	<b>88</b>	<b>93</b>	<b>48</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Ações ordinárias <sup>(11)</sup> .....	2.638	3.525	3.525	6.497	7.095	3.678
Ações preferenciais <sup>(12)</sup> .....	2.562	3.475	3.475	6.503	7.105	3.684
Capital social.....	5.200	7.000	7.000	13.000	14.200	7.362
<b>Total do patrimônio líquido.....</b>	<b>10.852</b>	<b>13.592</b>	<b>15.559</b>	<b>20.219</b>	<b>26.464</b>	<b>13.720</b>
<b>Total do passivo, participação minoritária e do patrimônio líquido.....</b>	<b>129.875</b>	<b>166.330</b>	<b>177.079</b>	<b>206.594</b>	<b>259.271</b>	<b>134.414</b>
Ativos médios <sup>(13)</sup> .....	123.447	146.872	162.891	188.091	227.898	118.149
Passivos médios <sup>(13)</sup> .....	113.216	134.625	148.814	170.677	206.466	107.038
<b>Patrimônio líquido médio<sup>(13)</sup>.....</b>	<b>R\$ 10.015</b>	<b>R\$ 12.138</b>	<b>R\$ 14.012</b>	<b>R\$ 17.357</b>	<b>R\$ 21.323</b>	<b>R\$ 11.054</b>

- (1) Valores apresentados em dólares norte-americanos foram convertidos de reais brasileiros à taxa de câmbio de R\$ 1,9289 = US\$ 1,00, taxa cambial do Banco Central de 31 de maio de 2007. Nós usamos a taxa cambial de 31 de maio de 2007, ao invés de 31 de dezembro de 2006, porque houve uma valorização na taxa cambial, real x dólar norte-americano desde 31 de dezembro de 2006. Para mais informações, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Condições Econômicas Brasileiras". Tais conversões não deveriam ser entendidas como representativas de que os valores em reais apresentados, ou foram, ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos, naquela taxa.
- (2) A partir de 2003 registramos os montantes recebidos com relação a determinados planos de aposentadoria complementares, como receita de prêmios de seguros. A fim de adequar-se à apresentação, os valores relativos a certos planos de aposentadoria complementares nos períodos anteriores foram reclassificados para fins de comparação, resultando em reduções na receita de planos de previdência e aumentos na receita de prêmios de seguro de R\$ 327 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Estas reclassificações não têm efeito sobre a receita não financeira, sobre o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Estes planos de aposentadoria complementares concedem ao beneficiário do detentor um pagamento garantido de benefício por morte.
- (3) Para obter mais informações sobre o resultado de participações em empresas não consolidadas, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras" e nota 9 das nossas demonstrações financeiras consolidadas, no Item 18.
- (4) Outras receitas não financeiras consistem de lucros (prejuízos) de títulos e valores mobiliários de negociação, ganhos líquidos realizados sobre valores mobiliários disponíveis para venda, ganho líquido em transações de câmbio e outras receitas não financeiras.
- (5) Despesas operacionais consistem de salários, benefícios e despesas administrativas.
- (6) Outras despesas não financeiras consistem de amortização de ativos intangíveis, depreciação e amortização e outras despesas não financeiras.
- (7) Dados por ação refletem (a) em uma base retroativa, o agrupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, que foi aprovado pelos nossos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2003. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores de São Paulo a partir do dia 22 de março de 2004; (b) o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie deliberado em 9 de dezembro de 2004; (c) o desdobramento de 1 ação para cada ação da respectiva espécie deliberado em 11 de novembro de 2005; e (d) o desdobramento de 1 ação para cada ação da respectiva espécie deliberado em 12 de março de 2007.
- (8) Ações preferenciais têm o direito de receber lucro por ação em um valor 10,0% maior do que os lucros por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias para fins de cálculo de lucro por ação, de acordo com o U.S. GAAP. Para uma descrição de nossas duas classes de ações, veja "Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social".
- (9) A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação. Consequentemente, nossos lucros diluídos e básicos por ação são iguais em todos os períodos apresentados. Veja nota 2(u) às demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.
- (10) Os valores determinados em dólares norte-americanos foram convertidos em reais na taxa de câmbio vigente na data do pagamento de tal dividendo.
- (11) Ações ordinárias em circulação, sem valor nominal: 1.000.142.912 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2006, (ajustada pela bonificação de 1 ação para cada ação da respectiva espécie deliberado em 12 de março de 2007); 489.450.004 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2005; e 238.351.329 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2004. Os dados de 2002 até 2006 refletem o agrupamento de nossas ações de 10.000 ações por 1 ação em março de 2004, o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie em dezembro de 2004 e de 1 ação para cada ação da respectiva espécie em novembro de 2005.
- (12) Ações preferenciais em circulação, sem valor nominal: 1.001.622.936 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2006, (ajustada pela bonificação de 1 ação para cada ação da respectiva espécie deliberado em 12 de março de 2007); 489.938.838 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2005; e 236.081.796 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2004. Os dados de 2002 até 2006 refletem o agrupamento de nossas ações de 10.000 ações por 1 ação em março de 2004, o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie em dezembro de 2004 e de 1 ação para cada ação da respectiva espécie em novembro de 2005.
- (13) Veja "Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas".

Os detentores de nossas ações preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação em um valor 10,0% maior do que os dividendos por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias.

## INFORMAÇÕES SOBRE TAXAS DE CÂMBIO

Durante 2002, o real desvalorizou-se em relação ao dólar norte-americano, mas durante 2003, 2004, 2005 e 2006 ele valorizou-se em relação ao dólar norte-americano. Durante os primeiros cinco

meses de 2007, o real continuou a se valorizar em relação ao dólar. Em face da livre paridade existente no regime cambial vigente, o real está sujeito a flutuações que podem resultar em desvalorizações e/ou valorizações se comparado ao dólar norte-americano e às outras moedas estrangeiras.

A tabela a seguir apresenta as taxas de compra, cotação do meio-dia, no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo *Federal Reserve Bank*, expressas em reais por dólares norte-americanos para os períodos e datas indicados:

<b>Taxa de Compra de Dólares Norte-Americanos</b>				
<b>Reais por US\$ 1,00 - cotação do meio-dia</b>				
<b>Período</b>	<b>Fim do Período</b>	<b>Média<sup>(1)</sup></b>	<b>Máxima</b>	<b>Mínima</b>
2002 .....	R\$ 3,5400	R\$ 2,9420	R\$ 3,9450	R\$ 2,2650
2003 .....	2,8950	3,0954	3,6640	2,8270
2004.....	2,6550	2,9131	3,2085	2,6510
2005.....	2,3340	2,4352	2,7755	2,1695
2006.....	2,1342	2,1774	2,3340	2,0900
Dezembro.....	2,1342	2,1476	2,1675	2,1342
2007				
Janeiro .....	2,1225	2,1376	2,1520	2,1225
Fevereiro.....	2,1200	2,0939	2,1200	2,0740
Março .....	2,0580	2,0883	2,1385	2,0540
Abril.....	2,0308	2,0302	2,0465	2,0192
Maio .....	R\$ 1,9225	R\$ 1,9836	R\$ 2,0330	R\$ 1,9225

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: *Federal Reserve Bank of New York*

Em 15 de junho de 2007, a taxa de compra do dólar norte-americano ao meio-dia, divulgada pelo *Federal Reserve Bank of New York*, era de R\$ ,19098 por US\$ 1,00.

A tabela a seguir apresenta as taxas de venda no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo Banco Central no fechamento, expressas em reais por dólar norte-americano, nos períodos e datas indicados:

<b>Taxa de Venda de Dólares Norte-Americanos</b>				
<b>Reais por US\$ 1,00 - cotação de fechamento</b>				
<b>Período</b>	<b>Fim do Período</b>	<b>Média<sup>(1)</sup></b>	<b>Máxima</b>	<b>Mínima</b>
2002.....	R\$ 3,5333	R\$ 2,9461	R\$ 3,9552	R\$ 2,2709
2003.....	2,8892	3,0964	3,6623	2,8219
2004.....	2,6544	2,9150	3,2051	2,6544
2005.....	2,3407	2,4341	2,7621	2,1633
2006.....	2,1380	2,1812	2,3407	2,0892
Dezembro.....	2,1380	2,1499	2,1693	2,1380
2007				
Janeiro.....	2,1247	2,1385	2,1556	2,1247
Fevereiro.....	2,1182	2,0963	2,1182	2,0766
Março.....	2,0504	2,0887	2,1388	2,0504
Abril.....	2,0339	2,0320	2,0478	2,0231
Maio.....	R\$ 1,9289	R\$ 1,9816	R\$ 2,0309	R\$ 1,9289

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 15 de junho de 2007, a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, divulgada pelo Banco Central, era de R\$ 1,9097 por US\$ 1,00.



## FATORES DE RISCO

### Riscos Relativos ao Brasil

*As condições político-econômicas do Brasil têm impacto direto sobre os nossos negócios e sobre o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.*

Preponderantemente, todas as nossas operações e nossos clientes se encontram no Brasil. Dessa forma, nossa situação financeira e os resultados das operações são substancialmente condicionados à economia brasileira, que foi caracterizada no passado por freqüentes e por vezes drásticas intervenções do Governo Brasileiro, assim como por ciclos econômicos voláteis. Além disso, nossas operações, a nossa situação financeira e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs podem ser afetados de maneira negativa por mudanças na política ou regulamentação do governo, incluindo os seguintes fatores:

- políticas de taxas de câmbio e controle cambial;
- taxas de juros;
- política monetária;
- liquidez do mercado financiador e do mercado de capitais, internos;
- crescimento da economia nacional;
- alterações no regime tributário, incluindo cobranças aplicáveis ao setor bancário;
- taxas de inflação; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior, que possam afetar o País.

O Banco Central determina a taxa básica de juros brasileira, que chamamos de “taxa básica de juros”. A taxa básica de juros é a taxa de juros de referência a pagar aos detentores de títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, conhecido como Selic. O Banco Central reduziu a taxa de juros no 1º semestre de 2006, de 17,25% para 15,25% e continuou a reduzi-la no 2º semestre de 2006, atingindo 13,25%, em dezembro de 2006. Durante os primeiros seis meses de 2007, o Banco Central reduzir a taxa para 12,0%.

Não temos controle sobre, e nem podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Brasileiro pode tomar em resposta à atual ou futura situação econômica brasileira ou como, tais medidas ou políticas podem afetar a economia brasileira e, tanto direta quanto indiretamente, as nossas operações e receitas.

*Um descasamento de nossa exposição cambial pode levar à perdas substanciais no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, uma redução nas nossas receitas e uma queda na competitividade de nossas operações de crédito e de arrendamento mercantil.*

A taxa de conversão de reais para dólares norte-americanos tem variado significativamente nos últimos anos. Por exemplo, a taxa de conversão real x dólar norte-americano caiu de R\$ 2,3407 para cada dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 2,1380 em 31 de dezembro de 2006. Durante os últimos 2 anos, o valor do real valorizou-se em 19,5% em relação ao dólar norte-americano e nos primeiros cinco meses de 2007, o valor do real valorizou-se em 9,8%, para R\$ 1,9289 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2007 em relação a R\$ 2,1380 em 31 de dezembro de

2006. Em 15 de junho de 2007, a taxa de conversão real x dólar norte-americano era de R\$ 1,9097 para cada dólar.

Uma parcela significativa de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente a dólares norte-americanos. Quando a moeda brasileira é desvalorizada, incorremos em perdas no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, tal como numa dívida de longo prazo denominada em dólares norte-americanos ou como empréstimos em moedas estrangeiras, enquanto auferimos ganhos nos nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a, moedas estrangeiras, quando o passivo e o ativo são convertidos em reais. Se ocorrer uma desvalorização, quando o valor do passivo denominado dessa forma exceder significativamente o valor do ativo, considerados os instrumentos financeiros na forma de *hedge*, poderíamos incorrer em perdas significativas, mesmo que seu valor não tenha se modificado na moeda original.

Por outro lado, quando o valor do real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, incorremos em perdas sobre nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras e auferimos ganhos em nossos passivos denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras. Se o real se valorizar e o valor de tais ativos exceder significativamente o valor de tais passivos, poderíamos incorrer em perdas significativas, mesmo quando seu valor não tiver mudado em sua moeda original.

Além disso, nossos empréstimos e operações de arrendamento mercantil dependem substancialmente de nossa capacidade de casar o custo dos recursos indexados ao dólar norte-americano com as taxas cobradas de nossos clientes. Uma desvalorização substancial poderia afetar nossa capacidade de atrair clientes nessas condições, ou de cobrar taxas indexadas ao dólar norte-americano.

***Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, nossas receitas e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs poderão diminuir.***

No passado, o Brasil enfrentou períodos de altíssimas taxas de inflação, com taxas anuais de inflação (IGP-DI) durante os últimos quinze anos, alcançando altíssimos 2.708% em 1993. Recentemente, as taxas de inflação brasileiras alcançaram 1,2% em 2005, 3,8% em 2006 e 1,2% para os cinco últimos meses findos em 31 de maio de 2007. No passado, a inflação em si, assim como as medidas governamentais para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação geral sobre futuras medidas também têm contribuído para a incerteza na economia do Brasil, aumentando a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros. Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, os nossos custos poderão aumentar (se não acompanhados por um aumento na taxa de juros), as nossas margens operacionais e líquidas poderão diminuir e, se faltar confiança do investidor, o preço de nossas ações preferenciais e das ADSs poderá cair. As pressões inflacionárias também podem limitar a nossa capacidade de acessar mercados financeiros no exterior, podendo levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que podem afetar de maneira negativa o desempenho global da economia brasileira.

***Mudanças negativas nas condições econômicas brasileiras podem causar um aumento de inadimplência dos clientes nas suas obrigações, o que poderia reduzir substancialmente os nossos resultados.***

Os nossos negócios bancários e de arrendamento mercantil, entre outros, dependem fundamentalmente da capacidade dos nossos clientes de pagar os seus empréstimos e de cumprir com suas obrigações. Se a economia brasileira piorar, devido aos seguintes fatores, entre outros:

- nível de atividade econômica;

- desvalorização do real;
- inflação; ou
- aumento nas taxas de juros.

Uma parcela da nossa clientela poderá ter dificuldade para pagar pontualmente seus empréstimos ou de cumprir com os prazos de pagamento de suas dívidas, o que aumentaria a nossa carteira de créditos de curso anormal e poderia diminuir substancialmente os nossos lucros líquidos.

***O acesso aos mercados de capitais internacionais, por parte das empresas brasileiras, é influenciado pela percepção de risco sobre economias emergentes, o que pode prejudicar a nossa capacidade de financiar as operações.***

O mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus diferentes, pelas condições de mercado de outros países latino-americanos e de outros países emergentes. Embora as condições econômicas em tais países possam diferir de maneira significativa das condições econômicas no Brasil, a reação dos investidores a acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos de empresas brasileiras. Crises em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, em especial as políticas dos Estados Unidos e as dos países que compõem a União Européia, podem reduzir a demanda dos investidores por títulos de empresas brasileiras, incluindo a nossa. Qualquer um dos eventos descritos acima poderia afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias e dificultar nosso acesso ao mercado de capitais e nosso financiamento para operações futuras em condições aceitáveis, ou mesmo impedi-los por completo.

***Acontecimentos em outros mercados emergentes podem afetar de maneira negativa o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.***

O valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de maneira negativa por quedas nos mercados financeiros internacionais e nas condições econômicas mundiais. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são influenciados, em diversas proporções, pelas condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes, particularmente os da América Latina. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, as reações dos investidores em relação a acontecimentos num país podem afetar os mercados de títulos e os títulos de emissão em outros países, inclusive o Brasil.

Os acontecimentos em outros países também têm afetado ocasionalmente de maneira negativa o valor de mercado das ações preferenciais, tanto nossas quanto de outras empresas brasileiras. A elevada percepção de risco dos investidores, em função das crises em outros mercados emergentes, pode levar à redução dos níveis de investimento no Brasil, bem como prejudicar nossa capacidade de financiar nossas operações por meio dos mercados internacionais de capitais. Se a atual situação econômica na América Latina piorar ou se acontecimentos semelhantes nos mercados financeiros internacionais ocorrerem no futuro, o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de maneira negativa.

#### ***Riscos Relacionados à Companhia e ao Setor Bancário Brasileiro***

***O Governo Brasileiro regula as operações dos bancos e das seguradoras brasileiras, sendo que as mudanças nas leis e nos regulamentos vigentes ou a imposição de nova legislação podem afetar de maneira negativa as nossas operações e nossas receitas.***

Os bancos e as seguradoras brasileiras, inclusive as nossas operações bancárias e de seguros, estão sujeitas à extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do Governo Brasileiro. Não

temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual rege todas as características das nossas operações, inclusive a imposição de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios;
- índice de imobilização;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito; e
- requisitos contábeis e estatísticos.

A estrutura regulamentar que rege os bancos e as seguradoras brasileiras está em constante evolução. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados. A maneira como as leis e os regulamentos são aplicados ou interpretados pode ser modificada e novas leis e regulamentos podem ser adotados. Essas mudanças poderiam afetar substancialmente de maneira negativa nossas operações e nossas receitas.

As mudanças regulamentares que afetam os outros negócios nos quais atuamos, incluindo as nossas operações de corretagem, distribuição de títulos e arrendamento mercantil, também podem afetar de maneira negativa as nossas operações e as nossas receitas.

***Modificações do Banco Central nas taxas básicas de juros podem afetar de maneira negativa os resultados das nossas operações e o nosso lucro.***

O Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro. Em anos recentes, a taxa básica de juros tem oscilado, com uma alta de aproximadamente 45,0% ao ano em março de 1999 e uma baixa de 12,0% ao ano em junho de 2007. Em dezembro de 2004, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros em 1,25 ponto percentual, para 17,75% ao ano. Em maio de 2005, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros para 19,75% ao ano. O Banco Central reduziu a taxa básica de juros para 18,0% ao ano em dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa básica de juros era de 13,25% ao ano. As modificações nas taxas básicas de juros podem afetar de maneira negativa os resultados das nossas operações devido a:

- altas taxas básicas de juros que aumentam o custo da dívida interna e podem aumentar a probabilidade de inadimplência dos clientes; e
- baixas taxas básicas de juros que podem diminuir a nossa receita de juros.

O Banco Central ajusta a taxa básica de juros para gerenciar aspectos da economia brasileira, inclusive a proteção das reservas e do fluxo de capitais. Nós não temos controle sobre as taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central, nem sobre a frequência com que elas são ajustadas.

***O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil pode afetar de maneira negativa as nossas expectativas de negócios.***

Enfrentamos significativa concorrência em todas as nossas principais áreas de operação, de outros grandes bancos brasileiros e das seguradoras, tanto públicos quanto privados. A regulamentação brasileira impõe barreiras apenas limitadas à entrada no mercado e não diferencia bancos locais e estrangeiros, comerciais e de investimentos e seguradoras. Consequentemente, a crescente presença de bancos e seguradoras estrangeiros no Brasil, alguns dos quais com recursos maiores do que os nossos, tem aumentado a concorrência nos setores bancário e de seguros, tanto de

maneira geral quanto nos mercados de produtos específicos. A privatização dos bancos estatais também tornou os mercados bancários e de outros serviços financeiros mais competitivos.

O aumento na concorrência pode afetar de maneira negativa os resultados e as expectativas dos nossos negócios por meio de, entre outros fatores:

- limitação da nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes e expandir as nossas operações;
- redução das nossas margens de lucro sobre os serviços bancários, de seguros, de arrendamento mercantil e dos outros produtos que oferecemos; e
- aumento da concorrência para oportunidades de investimentos estrangeiros.

Além disso, outros bancos e seguradoras estatais poderão ser privatizadas no futuro. A aquisição de um banco ou de uma seguradora que esteja sendo privatizada por um dos nossos concorrentes poderia agregar participação de mercado ao adquirente, e conseqüentemente, enfrentaríamos uma maior concorrência deste adquirente.

***Novas regras destinadas a aumentar a competitividade no setor bancário, podem afetar adversamente a nossa competitividade***

Em setembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) editou normativos que introduziram novas medidas destinadas a aumentar a concorrência entre os bancos comerciais brasileiros.

Entre os aspectos essenciais de referidas novas medidas encontram-se os seguintes (i) bancos ficam proibidos de cobrar de seus clientes tarifas sobre serviços relativos ao recebimento de salários, pensões e outros rendimentos em contas cuja manutenção seja exigida do cliente por seu empregador, fundo de pensão ou pagador; (ii) a obrigação imposta às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, de aceitarem a quitação antecipada de empréstimos e arrendamentos mercantis por clientes que desejem refinarciar suas dívidas junto a outras instituições financeiras; (iii) a faculdade de o cliente solicitar à instituição financeira o fornecimento de seu cadastro de crédito completo a outras instituições financeiras; e (iv) mudanças na regulamentação do Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, fundo criado para garantir o pagamento de fundos depositados em instituições financeiras no caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência, fornecendo assim, maior segurança aos depositantes de que seus depósitos serão garantidos. Para mais informações sobre o FGC, veja “- Regulamentação e Supervisão – Regulamentação Bancária – Liquidação de Instituições Financeiras – Pagamento de Credores em uma Liquidação.”

Referida regulamentação tem por finalidade aumentar a concorrência entre instituições financeiras, assegurando ao cliente a possibilidade de livre migração de seus negócios bancários para outras instituições financeiras, criando mecanismos que facilitem a abertura de novas contas e a transferência de contas e financiamentos de uma instituição para outra. Adicionalmente, as mudanças no regime federal de seguro de depósitos pretendem oferecer a segurança de saber que se depositarem seus recursos em instituições financeiras menores, suas perdas serão garantidas em até R\$60.000 por cliente no caso de insolvência bancária.

Não podemos determinar neste momento, como esta regulamentação pode afetar nossa habilidade em competir com outras instituições financeiras no Brasil. Além disso, o Ministério da Fazenda está avaliando a regulamentação de implementação para duas outras medidas que, se implementadas, também podem afetar nossa competitividade. Não podemos assegurar que esta nova regulamentação, as medidas que estão sendo avaliadas ou quaisquer outros regulamentos futuros, não

terão impactos adversos sobre nossa competitividade, impactando adversamente assim, os resultados de nossas operações e o preço de nossas ADSs.

***Algumas de nossas ações ordinárias são detidas por acionistas cujos interesses podem conflitar com os interesses de outros investidores.***

Em 31 de dezembro de 2006, a Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, que chamamos de “Cidade de Deus Participações”, possuía diretamente 48,46% de nossas ações ordinárias e a Fundação Bradesco possuía direta e indiretamente 47,06% de nossas ações ordinárias. Consequentemente, esses acionistas têm o poder de votar para impedir uma mudança no controle de nossa companhia, mesmo se uma operação dessa natureza fosse benéfica aos nossos outros acionistas, assim como para aprovar transações com partes relacionadas ou reorganizações societárias, que possam não ser benéficas aos nossos outros acionistas. De acordo com as determinações do estatuto da Fundação Bradesco, todos os nossos diretores, membros da Diretoria Executiva e diretores departamentais (com mais de dez anos de serviço na Organização), assim como todos os diretores e executivos da Cidade de Deus Participações, compõem a Mesa Regedora da Fundação Bradesco. A mesa Regedora não tem outros membros. Para mais informações sobre nossos acionistas, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - Principais Acionistas”.

***As mudanças nas exigências de reservas e de depósitos compulsórios podem prejudicar a nossa lucratividade.***

O Banco Central do Brasil, na metade do ano de 2002, definiu um incremento de recolhimento compulsório a título de “adicional”, sendo 8,0% sobre os depósitos à vista e a prazo e 10,0% sobre depósitos de poupança, cujos valores são recolhidos em espécie e remunerados à taxa Selic. Em 31 de dezembro de 2006, o recolhimento de compulsório adicional sobre depósitos à vista, a prazo e poupança junto ao Banco Central do Brasil representava R\$ 6,8 bilhões. O compulsório sobre depósitos a prazo, cujo cumprimento junto ao Banco Central do Brasil é por meio de vinculação de títulos do Governo Brasileiro totalizava, em 31 de dezembro de 2006, R\$ 4,8 bilhões. Além disso, poderíamos ser afetados de maneira negativa e substancial pelas modificações nas exigências de depósitos compulsórios, devido ao fato de que os recursos mantidos como depósitos compulsórios geralmente não apresentam o mesmo retorno que os nossos outros investimentos e depósitos, pois:

- uma parcela dos nossos depósitos compulsórios não rende juros;
- somos obrigados a manter uma parte dos nossos depósitos compulsórios em títulos do Governo Brasileiro; e
- somos obrigados a utilizar uma parcela de nossa captação em depósitos para financiar um programa habitacional federal, o setor rural e o programa de microcrédito.

Os requerimentos de reservas têm sido utilizados pelo Banco Central para controlar a liquidez, como parte da política monetária no passado e não temos controle sobre essa imposição.

***Poderemos enfrentar elevação em nossos níveis de atraso no pagamento de empréstimos, à medida em que nossa carteira de empréstimos amadurece.***

A nossa carteira de empréstimos vem crescendo substancialmente desde 1996. Qualquer aumento correspondente no nosso nível de atraso no pagamento de empréstimos poderá desequilibrar a relação da taxa de crescimento de empréstimos, já que os mesmos, tipicamente, não vencem dentro de um curto espaço de tempo após sua origem. Um crescimento rápido de empréstimos também pode reduzir o índice de empréstimos vencidos em relação aos empréstimos totais, até que a taxa de crescimento diminua ou a carteira se torne mais madura. Isto pode resultar num aumento de nossas

provisões para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e índice de empréstimos vencidos em relação ao total de empréstimos.

Além disso, em consequência do crescimento de nossa carteira de empréstimos e a referida defasagem com qualquer aumento correspondente no nível de empréstimos vencidos, a nossa experiência histórica com créditos de curso anormal pode não ser indicativa da experiência futura com esses créditos.

***Perdas com nossos investimentos em títulos podem ter impacto significativo sobre os resultados das nossas operações, além de não serem previsíveis.***

Os títulos e valores mobiliários representam uma parcela significativa do nosso ativo, sendo que os ganhos e as perdas de investimentos têm tido e continuarão a ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações. Os valores desses ganhos e perdas, os quais contabilizamos à medida que os investimentos em valores mobiliários são alienados ou em circunstâncias limitadas quando os títulos que mantemos são ajustados para preços de mercado, podem oscilar substancialmente entre um período e outro. O nível de oscilação depende, em parte, do valor de mercado dos títulos, que por sua vez pode variar consideravelmente, e depende de nossas políticas de investimento. Não podemos prever o montante de ganhos ou perdas realizadas num determinado período futuro, sendo que as variações de um período a outro não têm valor prático de análise. Os rendimentos da nossa carteira de investimentos podem deixar de contribuir no todo ou em parte para o lucro líquido nos mesmos níveis que os de períodos recentes, sendo que poderemos deixar de auferir uma valorização como a atualmente praticada em nossa carteira consolidada de investimentos, ou qualquer parcela de valorização correspondente.

***Se for estabelecido um teto sobre as taxas de juros para empréstimos bancários, pode haver um efeito adverso em nossa receita financeira e em nossa capacidade de conceder crédito.***

Conforme promulgado em 1988, a Constituição Federal Brasileira estabeleceu teto de 12,0% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Contudo, esse teto não foi aplicado, porque o Congresso Brasileiro não adotou a legislação de implementação necessária. Em maio de 2003, o artigo aplicável foi revogado de acordo com a Emenda Constitucional.

Quaisquer mudanças significativas nas restrições sobre as taxas de juros poderiam ter um efeito substancial em nossa situação financeira, resultados de operações e perspectivas.

***Nossa estratégia de comercializar e aumentar os serviços bancários pela Internet no Brasil pode ser mal recebida ou se tornar mais cara do que rentável.***

Temos incentivado intensamente o uso da Internet para os serviços bancários e outros serviços para os nossos clientes e pretendemos continuar a fazê-lo. Portanto, o mercado para os nossos produtos na Internet está evoluindo rapidamente e tornando-se cada vez mais competitivo. Não podemos prever se, ou quão rapidamente, esse mercado irá crescer. No entanto, se falharmos na tentativa de adaptar-nos ao crescimento e às mudanças no mercado e na tecnologia da Internet, os nossos negócios, a nossa competitividade, ou os resultados das nossas operações poderiam ser afetados substancialmente.

A Internet no Brasil poderá se revelar um mercado comercialmente inviável, por uma série de razões, inclusive pela falta de tecnologia de segurança aceitável, pelo desenvolvimento potencialmente inadequado da infra-estrutura necessária ou pela falta de desenvolvimento e comercialização de melhorias necessárias de desempenho.

À medida que o acesso à Internet por meio de banda larga se tornar amplamente disponível, poderá ser necessário implementar mudanças significativas no desenho e no conteúdo da nossa rede on-line, de modo a poder competir efetivamente. Uma falha na efetiva adaptação a esses ou a quaisquer outros desenvolvimentos tecnológicos poderia afetar negativamente os nossos negócios.

***As nossas atividades de negociação e transações com derivativos podem ocasionar perdas substanciais.***

Atuamos em negociação com valores mobiliários, comprando títulos de renda fixa e variável, principalmente, para vendê-los no curto prazo com o objetivo de gerar lucros sobre diferenças de preço no curto prazo. Esses investimentos poderiam nos expor à possibilidade de perdas financeiras substanciais no futuro, já que os títulos estão sujeitos a flutuações no valor que podem gerar perdas. Além disso, entramos em transações com derivativos para administrar globalmente nossa exposição a risco cambial e de taxa de juros. Cada uma dessas transações com derivativos protege contra aumentos nas taxas cambiais ou de juros ou contra reduções em tais taxas, mas não ambos. Se entrarmos em transações com derivativos para proteger contra, por exemplo, reduções no valor do real ou nas taxas de juros e, ao invés disso, o real se valorizar ou a taxa de juros aumentar, nós podemos incorrer em perdas financeiras. Tais perdas poderiam afetar de maneira negativa e substancial o nosso lucro líquido futuro, e portanto, o valor de nossas ações preferenciais e das ADSs. Para mais informações sobre nosso risco de mercado, veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”. Nos últimos três anos, o índice de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, em relação ao total do ativo como mensurado em 31 de dezembro de cada ano, foi tão elevado quanto a 24,2% mas poderá ser ainda maior no futuro.

### **Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs**

***Como detentor de ADSs, de um modo geral, V.Sa(s). não terá(ão) direito a voto nas nossas assembleias gerais de acionistas.***

Segundo a Legislação Societária (Lei Brasileira nº. 6.404/76, alterada pela Lei nº. 9.457/97 e Lei Brasileira nº. 10.303/01, as quais chamamos conjuntamente de “Legislação Societária Brasileira”), e o nosso estatuto, os detentores de nossas ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs não têm direito a voto nas nossas assembleias gerais de acionistas, exceto em certas circunstâncias limitadas. Isto significa que, entre outros aspectos, V.Sa(s)., como detentor(es) de ADSs, não terá(ão) direito a voto nas operações societárias, inclusive qualquer fusão ou consolidação proposta com outras empresas.

Além disso, nas circunstâncias limitadas em que os acionistas preferencialistas podem votar, os detentores podem exercer o direito de voto relativo às ações preferenciais, representadas pelas ADSs, somente seguindo as disposições do contrato de depósito relativo às ADSs. Não existe na legislação brasileira, ou no nosso estatuto social, quaisquer disposições que possam limitar a capacidade dos detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto com relação às ações preferenciais representativas por meio do banco depositário. No entanto, existem limitações práticas à capacidade dos detentores de ADSs para o exercício de seus direitos de voto devido às diversas etapas e procedimentos na comunicação com os referidos detentores. Por exemplo, nossos acionistas preferencialistas deverão receber nossos avisos diretamente ou através de publicação de notificação em jornais brasileiros e poderão exercer seus direitos de voto estando presentes na assembleia, ou através de um procurador. Os detentores de ADSs, por outro lado, não deverão receber nossos avisos diretamente. Ao invés disso, de acordo com o contrato de depósito, enviaremos o aviso para o banco depositário, o qual por sua vez, tão logo seja possível, enviará pelo correio aos detentores de ADSs o aviso relativo à assembleia e uma declaração quanto à maneira pela qual as instruções podem ser transmitidas pelos detentores. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs terão que instruir o banco depositário de como votar as ações representadas por suas ADSs. Devido a esse passo adicional no procedimento, envolvendo o banco depositário, o processo para o exercício de direitos de



voto será mais demorado para os detentores de ADSs do que para os detentores de ações preferenciais. As ADSs para as quais o banco depositário não receber as instruções de voto em tempo hábil não poderão votar na assembleia.

Exceto em circunstâncias limitadas, os detentores de ADSs não podem exercer os direitos de voto relativos às ADSs.

***Um mercado ativo ou líquido para as nossas ADSs poderá não se desenvolver mais ou ser sustentável.***

Anteriormente ao registro de nossas ADSs, em setembro de 2001, não havia um mercado público líquido para as nossas ADSs. Nós não podemos prever se um mercado de negociação pública ativo e líquido para as nossas ADSs irá se desenvolver mais e se tornará sustentável. Mercados de negociação ativos e líquidos geralmente resultam em uma menor volatilidade de preço e numa execução mais eficiente das ordens de compra e venda dos investidores. A liquidez de um mercado de títulos, muitas vezes, é função do volume de ações de lastro que são mantidas publicamente por partes não relacionadas. Embora os detentores de ADSs tenham o direito de retirar a qualquer momento do banco depositário as ações preferenciais que servem de lastro para as ADSs, não existe um mercado público para as nossas ações preferenciais nos Estados Unidos.

***As ações preferenciais e as ADSs não lhe(s) dão direito a um dividendo fixo ou mínimo.***

Os detentores de nossas ações preferenciais e de ADSs não têm direito a um dividendo mínimo ou fixo. Conforme nosso estatuto, nossas ações preferenciais têm direito a dividendos 10,0% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Embora de acordo com nosso estatuto atual, somos geralmente obrigados a pagar aos nossos acionistas, no mínimo 30,0% de nosso lucro líquido anual ajustado, os acionistas que participam da Assembleia Geral Ordinária podem optar por suspender esta distribuição compulsória de dividendos, se o Conselho de Administração os aconselhar de que o pagamento do dividendo não é compatível com nossa situação financeira. Nem nosso estatuto e nem a lei brasileira especifica as circunstâncias nas quais a distribuição não seria compatível com nossa situação financeira e nossos acionistas controladores nunca deixaram de deliberar a distribuição obrigatória de dividendos. Entretanto, a prática geral brasileira é que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento ameaçar a existência da companhia, ou prejudicar o curso normal das operações.

***Como detentor das ADSs, V.Sa(s). terá(ão) direitos de acionista(s) mais restritos e menos definidos do que aqueles praticados nos Estados Unidos ou em certas outras jurisdições.***

Os nossos assuntos societários são regidos pelo nosso estatuto e pela Legislação Societária Brasileira, que podem diferir dos princípios legais que se aplicariam se fôssemos constituídos numa jurisdição norte-americana ou em certas outras jurisdições fora do Brasil. Pela Legislação Societária Brasileira, V.Sa(s). e os detentores das ações preferenciais poderão ter direitos mais restritos e menos definidos para proteger os seus interesses relativos aos atos praticados pelo nosso Conselho de Administração ou pelos detentores de ações ordinárias, que os direitos regidos por leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a Legislação Societária Brasileira imponha restrições sobre negociações com informações privilegiadas ou sobre manipulações de preço, os mercados brasileiros de valores mobiliários não são tão altamente regulamentados e supervisionados como os mercados de valores mobiliários dos EUA ou de certas outras jurisdições. Além disso, a negociação com as próprias ações e a preservação dos interesses do acionista podem ser menos reguladas e cumpridas no Brasil do que nos EUA, o que poderia lhe(s) pôr em desvantagem na condição de detentor(es) das ações preferenciais e das ADSs. Por exemplo, comparando com as leis societárias gerais do Estado de Delaware, a Legislação e a Prática Societárias Brasileiras possuem regras e precedentes judiciais menos detalhados e bem

estabelecidos, relativos à avaliação das decisões da Administração com respeito aos padrões de dever, de zelo e de lealdade, dentro do contexto de reestruturações societárias e operações com partes relacionadas, assim como para operações de alienação de negócios. Ademais, os acionistas de empresas brasileiras precisam ser detentores de 5,0% do capital social em circulação de uma empresa para terem legitimidade para entrar com ações derivadas de acionistas, além do fato de que, os acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm legitimidade para entrar com ações de classe.

***Pode ser difícil executar ações de responsabilidade civil contra nós ou nossos conselheiros e executivos.***

Somos organizados de acordo com as leis do Brasil e todos os nossos conselheiros e executivos residem fora dos Estados Unidos. Além disso, uma parcela substancial de nossos ativos e a maior parte ou todos os ativos de nossos conselheiros e executivos estão localizados no Brasil. Como resultado, pode ser difícil para os investidores abrirem processos sobre tais pessoas, dentro dos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar julgamentos contra elas, incluindo qualquer ação com base em responsabilidades civis, conforme as leis de títulos federais dos EUA.

***Se emitirmos novas ações, ou se nossos acionistas venderem suas ações no futuro, o preço de mercado de suas ADSs poderá diminuir.***

As vendas de quantidades substanciais de ações, ou a crença de que isso possa ocorrer, poderiam diminuir o preço de mercado vigente das ações preferenciais e das ADSs, através da diluição do valor das ações. Se emitirmos novas ações ou se nossos acionistas existentes venderem as ações que detêm, o preço de mercado das ações preferenciais e, por consequência, das ADSs, poderá diminuir significativamente. Tais vendas poderão também tornar mais difícil para nós a venda de ações preferenciais e ADSs no futuro, numa oportunidade e a um preço que julgarmos apropriados.

***V.Sa(s). poderá(ão) ser impedido(s) de exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais.***

V.Sa(s). não poderá(ão) exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais que servem de lastro para as suas ADSs, salvo se estiver em vigor uma declaração de registro, segundo a Lei de Valores Mobiliários de 1933 dos Estados Unidos com relação àqueles direitos, ou uma isenção de declaração de registro da referida Lei de Valores Mobiliários. Da mesma forma, de tempos em tempos, poderemos distribuir direitos aos nossos acionistas. O banco depositário não oferecerá direitos a V.Sa(s)., como detentor das ADSs, salvo se os direitos estiverem registrados de acordo com as disposições da Lei de Valores Mobiliários ou sujeitos a uma isenção dos requisitos de registro. Não temos obrigação de arquivar uma declaração de registro relativa às ações ou outros títulos referentes a esses direitos, nem podemos lhe(s) assegurar de que pretendemos arquivar tal declaração de registro. Dessa forma, V.Sa(s). poderá(ão) receber somente o produto líquido da venda pelo banco depositário dos direitos recebidos com relação às ações representadas por suas ADSs ou, caso os direitos de preferência não possam ser vendidos, serão dados como extintos no decurso do prazo. É possível que V.Sa(s). não possa(m) participar de nossas ofertas de direitos e, como consequência, seus títulos serão diluídos.

***Se V.Sa(s). permutar(em) as suas ADSs por ações preferenciais, correrá(ão) o risco de não poder remeter moeda estrangeira para o exterior, assim como de perder os benefícios fiscais brasileiros.***

A legislação brasileira exige que as partes obtenham um registro no Banco Central para poder remeter moedas estrangeiras, incluindo dólares norte-americanos, para o exterior. O custodiante brasileiro das ações preferenciais deverá obter do Banco Central os registros necessários para o pagamento de dividendos ou outras distribuições em dinheiro, relativos às ações preferenciais ou após alienação das ações preferenciais. No entanto, se V.Sa(s). permutar(em) as ADSs pelas ações preferenciais que as lastreiam, somente poderá(ão) contar com o certificado do custodiante durante

cinco dias úteis a partir da data da permuta. A partir dessa ocasião, V.Sa(s). deverá(ão) obter seu próprio registro de acordo com as regras do Banco Central e da CVM para obter e remeter os dólares norte-americanos para o exterior, após a alienação das ações preferenciais ou as distribuições relativas às ações preferenciais. Se V.Sa(s). não obtiver(em) o certificado de registro, V.Sa(s). poderá(ão) não ser capaz(es) de remeter os dólares norte-americanos, ou outras moedas, para o exterior, ficando sujeito(s) a um tratamento fiscal menos favorável relativo aos rendimentos das ações preferenciais. Para mais informações, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio.”

Se V.Sa(s). tentar(em) obter seu próprio registro, poderá(ão) incorrer em despesas ou enfrentar demora no processo, o que poderia causar atraso para o seu recebimento de dividendos ou distribuições relativos às ações preferenciais, ou o retorno oportuno do seu capital. O registro do custodiante, ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro que V.Sa(s). poderá(ão) obter, poderá ser afetado por futuras mudanças na legislação. Poderão ser impostas no futuro restrições aplicáveis à V.Sa(s)., à alienação das ações preferenciais de lastro ou à repatriação do produto da alienação.

***O Governo Brasileiro poderá impor controles ou restrições cambiais sobre as remessas para o exterior, que podem afetar de maneira negativa a sua capacidade de converter recursos em reais para outras moedas, assim como de remeter as moedas para o exterior.***

O governo brasileiro tem alterado progressivamente a regulamentação cambial brasileira como parte de um programa de liberalização (Ver “Item 4 – Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão – Regulamentação Bancária – Posição de Câmbio”). Entretanto, o governo impôs e continua impondo, restrições sobre a remessa para investidores estrangeiros do produto de seus investimentos no Brasil e sobre a conversão de moeda corrente nacional em moedas estrangeiras. A última vez que o Governo Brasileiro impôs restrições sobre remessas ocorreu em um breve período entre 1989 e o início de 1990. Uma nova imposição dessas restrições dificultaria ou impediria a sua capacidade de converter dividendos, distribuições ou o produto de qualquer venda de ações preferenciais, conforme o caso, em dólares norte-americanos ou em outras moedas, para remeter tais divisas para o exterior. Nós não podemos lhe(s) assegurar que o Governo não irá interromper este programa de liberalização ou tomar medidas restritivas no futuro.

***A desvalorização do real reduziria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs.***

Uma desvalorização do real diminuiria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs e poderia reduzir o valor de mercado de ações preferenciais e de ADSs.

***A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados de valores mobiliários brasileiros pode afetar V.Sa(s). negativamente, no caso de V.Sa(s). permutar(em) suas ADSs por ações preferenciais.***

Os mercados de valores mobiliários brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que a maioria dos mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos e em outras partes, não sendo tão altamente regulados ou supervisionados como os de outros mercados. A reduzida capitalização do mercado e a relativa falta de liquidez dos mercados de capitais brasileiros podem fazer com que o preço do mercado de valores mobiliários de empresas brasileiras, inclusive das nossas ADSs e ações preferenciais, sofra oscilações, tanto no mercado nacional quanto no internacional, podendo limitar consideravelmente a sua capacidade de vender as ações preferenciais que lastreiam as suas ADSs, a um preço e na oportunidade que V.Sa(s). possa(m) desejar.

## Declarações de Previsões

Este relatório anual contém declarações de previsões relativas a nossos negócios que estão baseadas nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetem nossos negócios. Palavras, tais como: “acreditar”, “antecipar”, “planejar”, “esperar”, “pretender”, “objetivo”, “avaliar”, “prognosticar”, “prever”, “projetar”, “diretrizes”, “deveria” e expressões semelhantes são usadas para identificar declarações de previsões. Essas declarações não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que são difíceis de se prever e que podem estar além de nosso controle. Além disso, certas declarações de previsões são baseadas em premissas quanto aos eventos futuros que podem não se provar precisos. Portanto, os resultados reais podem diferir de maneira significativa dos planos, objetivos, expectativas, projeções e intenções expressas ou implícitas em tais declarações de previsões.

Fatores que poderiam fazer com que os resultados reais pudessem diferir significativamente incluem, mas não estão limitados a:

- mudanças em condições comerciais e econômicas regionais, nacionais e internacionais;
- inflação;
- aumentos nas inadimplências por parte dos tomadores e outros atrasos nas operações de crédito;
- aumentos nas provisões para perdas com operações de crédito;
- perda da capacidade de captar depósitos;
- perda de clientes ou de receitas;
- nossa capacidade de sustentar e melhorar o desempenho;
- mudanças nas taxas de juros que possam, entre outras coisas, afetar adversamente nossas margens;
- concorrência no setor bancário, nos serviços financeiros, serviços de cartões de crédito, seguros, gestão de ativos e outros setores relacionados;
- valor de mercado dos títulos federais brasileiros;
- regulamentação governamental e assuntos fiscais;
- disputas ou procedimentos legais adversos ou de regulamentações; e
- crédito e outros riscos das atividades de empréstimos e investimentos.

Consequentemente, V.Sa(s). não deveria(m) colocar confiança excessiva nessas declarações de previsões. Em qualquer caso, estas declarações de previsões são válidas somente para a data em que foram feitas. Exceto se exigido pela lei aplicável, nós não assumimos qualquer obrigação para atualizá-las por motivo de novas informações, desenvolvimentos futuros ou outro motivo.

#### **Item 4. Informações sobre a Companhia**

##### **HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA COMPANHIA**

Somos o maior banco do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de ativos. Oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior para pessoas físicas, pequenas e médias empresas no Brasil, e importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Possuímos a mais ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que nos permite abranger uma base de clientes diversificada. Nossos serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

Segundo informações publicadas pela Superintendência de Seguros Privados, conhecida como “Susep” e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, conhecida como “ANS”, somos a maior grupo de seguros, previdência complementar e títulos de capitalização, em termos de prêmios de seguros, contribuições de previdência complementar e receitas de títulos de capitalização, em bases consolidadas. Títulos de capitalização são um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro. De acordo com a publicação anual da Fundacion Mapfre na Espanha, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência era o maior grupo de seguros e previdência complementar na América Latina em 2005.

Somos o maior banco privado brasileiro de acordo com a pesquisa “The Forbes Global 2000”, divulgada pela Revista Forbes, em março de 2007.

Algumas de nossas subsidiárias classificam-se como uma das maiores empresas no Brasil em seus respectivos mercados, segundo as informações disponibilizadas pelas entidades citadas em parênteses a seguir, incluindo:

- Bradesco Seguros S.A., nossa subsidiária de seguros, que chamamos de “Bradesco Seguros”, em conjunto com suas subsidiárias, em termos de prêmios de seguros, patrimônio líquido e provisões técnicas (“Susep”/ “ANS”):
  - Bradesco Vida e Previdência S.A., subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Vida e Previdência”, é a maior empresa do mercado em termos de contribuições a planos de previdência complementar, prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais, carteira de investimentos e provisões técnicas (“Susep”);
  - Bradesco Capitalização S.A., subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Capitalização” e que oferece títulos de capitalização. Em termos de receitas com a venda de títulos de capitalização, a Bradesco Capitalização é a líder entre as empresas privadas do setor de capitalização (“Susep”);
  - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Auto/RE” e que oferece produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e de responsabilidade;
  - Bradesco Saúde S.A., subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Saúde” e que oferece seguro-saúde, incluindo despesas médico-hospitalares cobertas. A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares, além de deter a liderança no mercado de seguro de saúde.

- Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, que chamamos de “Bradesco Leasing”, em termos de valor presente da carteira de arrendamento mercantil (Associação Brasileira das Empresas de Leasing, conhecida como “ABEL”);
- Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., que chamamos de “Bradesco Consórcios”, em termos de cotas ativas (Banco Central); e
- Banco Finasa S.A., que chamamos de “Banco Finasa” em termos de financiamento ao consumidor para aquisição de veículos (Banco Central).

Somos também um dos líderes, dentre as instituições financeiras privadas, em gestão de recursos de terceiros e em subscrição de valores mobiliários de dívida, conforme informações disponibilizadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento (conhecida como “Anbid”).

Para informações sobre outras instituições financeiras privadas e públicas (controladas pelo Governo) no Brasil, veja “- Regulamentação e Supervisão - Principais Instituições Financeiras”.

No exercício de 2006, fomos responsáveis por 19,8% da arrecadação total nacional do tributo chamado Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (“CPMF”), conforme informações disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal. Como a CPMF incide praticamente sobre todas as operações financeiras brasileiras, esta estatística proporciona uma medida do percentual das operações financeiras brasileiras que processamos.

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos, numa base consolidada:

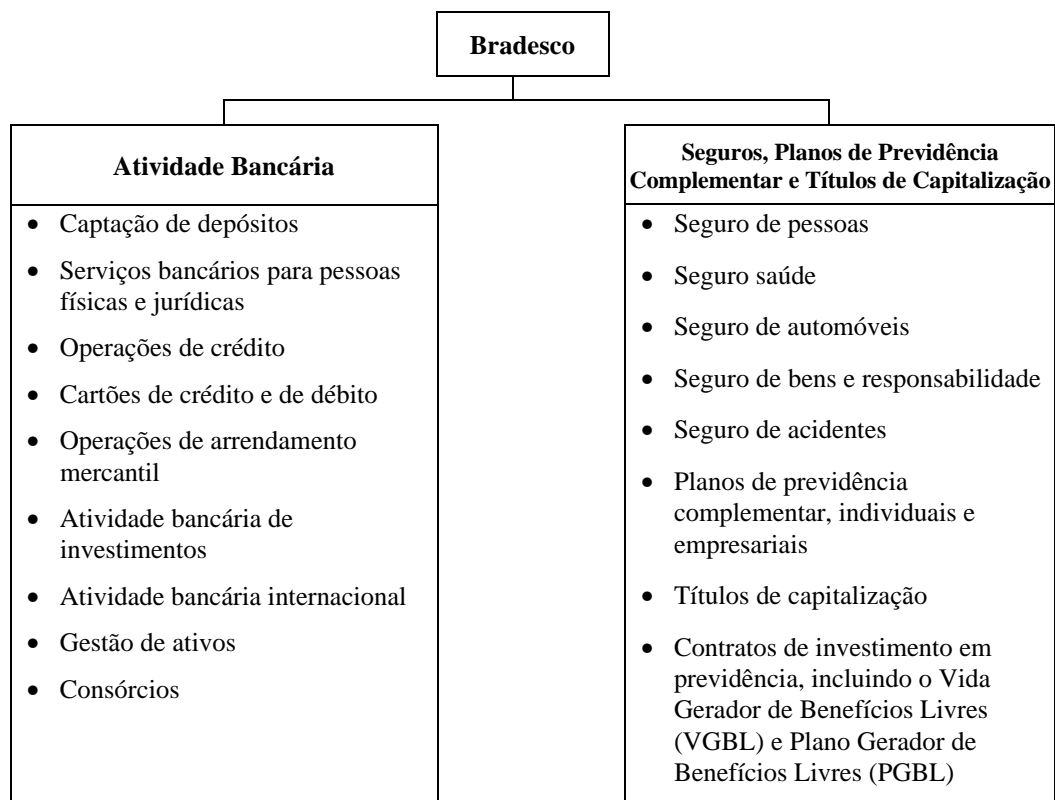
- R\$ 259,3 bilhões em total de ativos;
- R\$ 97,9 bilhões em total de operações de crédito;
- R\$ 83,9 bilhões em total de depósitos;
- R\$ 26,5 bilhões em patrimônio líquido;
- R\$ 48,9 bilhões em provisões técnicas para nossas operações de seguros, planos de previdência complementar, títulos de capitalização e contratos de investimento em previdência;
- R\$ 14,4 bilhões de financiamento ao comércio exterior;
- 14,2 milhões de detentores de apólices de seguros;
- 16,8 milhões de contas correntes;
- 35,2 milhões de contas de poupança;
- 2,3 milhões de detentores de títulos de capitalização;
- 1.286 grupos empresariais brasileiros e multinacionais no Brasil como clientes “Corporate”;
- média de 12,4 milhões de transações realizadas diariamente, sendo 2,420 milhões nas 3.008 agências e 10,0 milhões através dos canais de atendimento, destacando-se Auto-atendimento, Internet e Fone Fácil;

- rede nacional constituída de 3.008 agências, 24.099 caixas automáticos e 2.542 postos e pontos de atendimento bancário especial, localizados nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionadas; e
- um total de 3 agências e 5 subsidiárias localizadas em Nova Iorque, nas Ilhas Cayman, nas Bahamas, no Japão, na Argentina e em Luxemburgo.

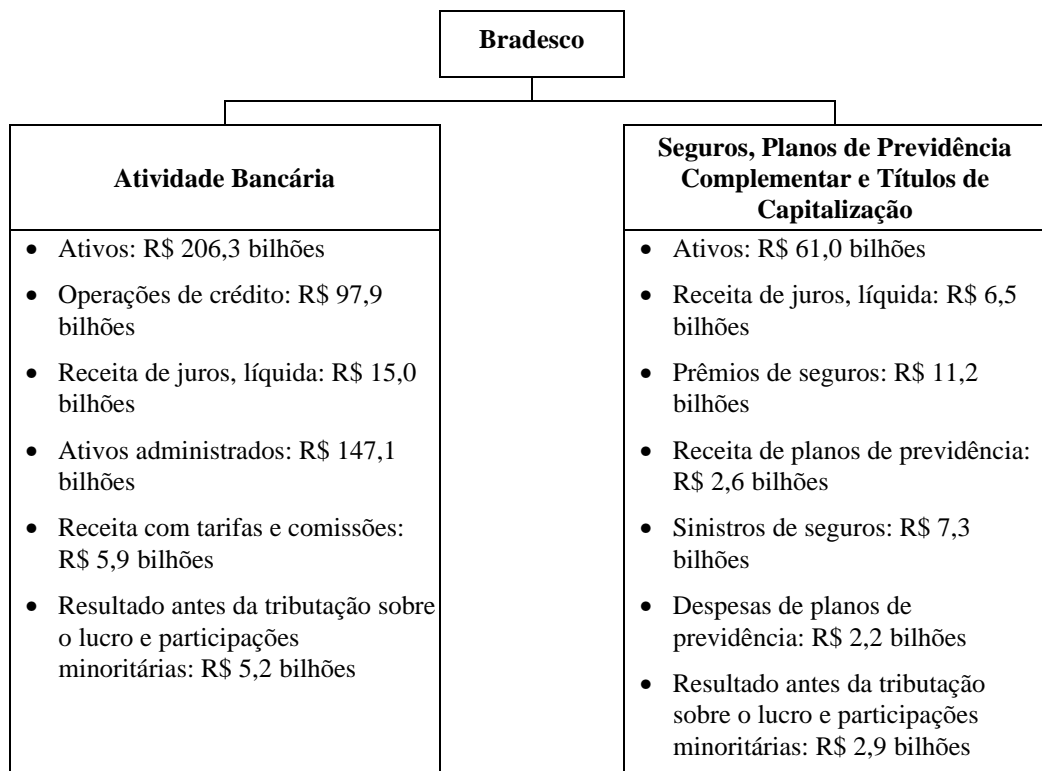
Embora nossa base de clientes inclua pessoas físicas de todos os níveis de renda, bem como empresas de grande, médio e pequeno porte, a espinha dorsal de nossa clientela tem sido tradicionalmente os cidadãos de baixa até média renda do Brasil. Desde a década de 60, somos os líderes nesse mercado bancário varejista no Brasil. Esse segmento ainda tem grande potencial para desenvolvimento e nos proporciona margens mais altas do que outros segmentos, tais como: operações de crédito à pessoas jurídicas e negociação de valores mobiliários, com maior concorrência de preços.

Nossa grande rede bancária nos permite estar mais próximos de nossos clientes, o que por sua vez, permite que nossos gerentes conheçam pessoal e diretamente nossos clientes, as regiões economicamente ativas e outras condições importantes para nossa atividade. Esse conhecimento nos ajuda na avaliação e limitação de riscos de crédito em operações de crédito, entre outros riscos, bem como no atendimento de necessidades específicas de nossos clientes. Aproximadamente 10,0 milhões de transações são efetuadas através da Rede de Atendimento Bradesco diariamente.

Organizamos nossas operações em duas áreas principais: (i) serviços bancários; e (ii) serviços de seguros, administração de planos de previdência complementar e títulos de capitalização. Veja nota 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18, para informações adicionais por segmento. O diagrama a seguir fornece informações resumidas preparadas para cada uma de nossas duas áreas de negócios relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, por segmento.



**Exercício findo em 31 de dezembro de 2006**





Em 31 de dezembro de 2006, conforme as fontes citadas entre parênteses a seguir, éramos:

- o líder entre os bancos do setor privado em depósitos de poupança, com 18,3% de todas as contas de poupança no Brasil e R\$ 27,6 bilhões em depósitos (Banco Central);
- a maior operadora de seguros e previdência complementar do Brasil, com R\$ 13,8 bilhões em total de prêmios líquidos e receitas de previdência complementar (SUSEP/ANS);
- um dos líderes em operações de arrendamento mercantil no Brasil, com R\$ 3,9 bilhões em aberto (ABEL);
- um dos bancos líderes na colocação de instrumentos de dívida no Brasil, tendo participado em 28,6 % das emissões de valores mobiliários de dívida e capital registradas na Comissão de Valores Mobiliários - “CVM”, durante o ano de 2006 (ANBID);
- um dos maiores administradores privados de fundos e carteiras do Brasil, com R\$ 147,1 bilhões no total de ativos de terceiros sob administração, representando 14,9% do mercado brasileiro total (ANBID);
- um dos maiores emissores de cartões de crédito no Brasil, com 13,0 milhões de cartões emitidos entre as bandeiras Visa, American Express e MasterCard e 4,9 milhões de cartões *private label* e com faturamento em cartões de crédito de R\$ 23,2 bilhões e R\$ 1,2 bilhão em cartões *private label*;
- um dos maiores emissores de cartões de débito no Brasil, com 40,1 milhões de cartões de débito emitidos e com faturamento em cartões de débito de R\$ 14,2 bilhões (VISA);
- o líder em processamento de pagamentos e cobrança no Brasil, com uma participação de mercado de 31% (Câmara de Compensação do Banco Central);
- o líder em comercialização de cotas de consórcio no segmento de imóveis com 108.617 cotas e no segmento de automóveis com 157.284 cotas (Banco Central); e
- um dos líderes em financiamento ao consumidor para aquisição de veículos, com participação de mercado de 25,79 % (Banco Central).

A tabela a seguir resume nossas receitas brutas por área de atividade relativamente aos períodos indicados:

A somatória dos valores apresentados por segmento na tabela abaixo pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outros segmentos não significativos e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
(Em milhões de reais)			
<b>Atividade Bancária:</b>			
<b>Operações de crédito:</b>			
Financiamentos imobiliários .....	R\$ 223	R\$ 194	R\$217
Crédito rural .....	649	563	690
Arrendamento mercantil.....	297	441	653
Outros créditos <sup>(1)</sup> .....	11.643	16.038	19.721
<b>Total .....</b>	<b>12.812</b>	<b>17.236</b>	<b>21.281</b>
<b>Tarifas e comissões:</b>			
Administração de ativos.....	454	620	617
Cobrança .....	630	718	751
Cartões de crédito .....	452	562	929
Contas correntes.....	1.225	1.563	1.879
Recebimento de tributos.....	189	190	237
Tarifa interfinanceira .....	261	271	290
Operações de crédito.....	118	125	374
Administração de consórcios .....	87	149	202
Outras .....	469	489	702
<b>Total .....</b>	<b>3.885</b>	<b>4.687</b>	<b>5.981</b>
<b>Seguros e planos de previdência complementar<sup>(2)</sup>:</b>			
<b>Seguros:</b>			
Saúde.....	3.036	3.518	3.918
Vida e acidentes pessoais.....	1.615	1.787	1.779
Automóveis, bens e responsabilidade.....	2.113	2.500	2.424
<b>Total .....</b>	<b>6.764</b>	<b>7.805</b>	<b>8.121</b>
<b>Receitas de planos de previdência complementar .....</b>	<b>R\$ 374</b>	<b>R\$ 377</b>	<b>R\$ 791</b>

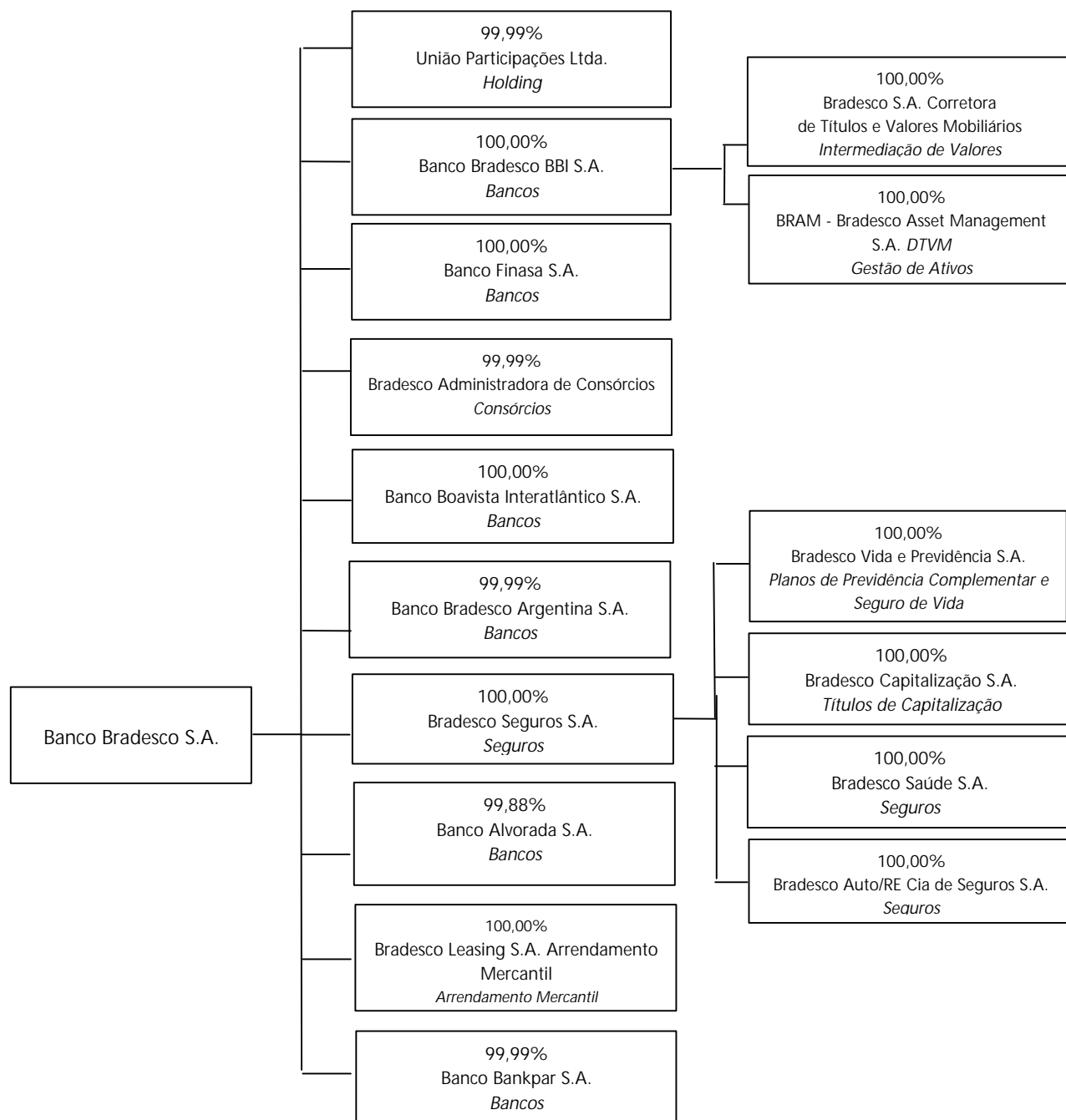
(1) Inclui empréstimos industriais, financiamento por cartões de crédito, empréstimos em conta corrente, financiamento ao comércio e empréstimos estrangeiros.

(2) Exclui os contratos de investimentos de previdência complementar, veja “ – Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização”.

Não discriminamos as nossas receitas por mercado geográfico dentro do Brasil e menos de 10,0% de nossas receitas advém de operações internacionais. Para mais informações sobre nossas operações internacionais, veja “Atividade Bancária - Atividade Bancária Internacional”. Para uma discussão de nossos principais investimentos de 2004 até 2006, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos.”

Segue quadro simplificado de nossas principais subsidiárias nas atividades de serviços financeiros e seguros, e nossa participação e participações com direito a voto em cada uma delas em 31 de dezembro de 2006 (todas elas consolidadas em nossas demonstrações financeiras no Item 18). Com exceção do Banco Bradesco Argentina, que foi constituído na Argentina, todas essas subsidiárias significativas foram constituídas no Brasil. Para mais informações em relação à

consolidação de nossas subsidiárias significativas, veja nota 1(a) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.



## **Histórico**

Nossa empresa foi fundada em 1943 como um banco comercial sob o nome de “Banco Brasileiro de Descontos S.A.”. Em 1948, iniciamos um período de intensa expansão, que fez com que nos tornássemos o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandimos nossas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporamos nossas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-nos um banco múltiplo, e mudamos nossa denominação para Banco Bradesco S.A.

### ***Recentes Aquisições***

Em março de 2006, celebramos contrato com os acionistas controladores da American Express Company para adquirir o capital total de suas afiliadas no Brasil, atuantes no ramo de cartões de créditos e negócios relacionados, tais como corretagem de seguros, viagens corporativas, serviços de câmbio de varejo e operações de financiamento direto ao consumidor. A transação com a American Express foi definitivamente concluída mediante a aprovação do Banco Central em 30 de junho de 2006 e o pagamento de US\$ 468 milhões, equivalente a R\$ 1,0 bilhão pagos em dinheiro.

Em março de 2006, celebramos um acordo com as Lojas Colombo S.A. Comércio de Utilidades Domésticas, a qual denominamos “Lojas Colombo” para adquirir 50% do capital votante e total da Credifar S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, a qual denominamos “Credifar”. A Credifar distribui produtos e serviços financeiros para os clientes das Lojas Colombo, a terceira maior rede de varejo de produtos eletroeletrônicos e móveis do Brasil, que possui 365 lojas distribuídas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais e já atua como correspondente bancário do Bradesco desde agosto de 2004 contando com mais de 2 milhões de clientes ativos. Em maio de 2007, a transação foi concluída com a aprovação do Banco Central.

Em maio de 2006, fechamos contrato com a Bradespar S.A., que chamamos de “Bradespar”, para adquirir 100% das ações de emissão da Bradesplan Participações S.A., a qual denominamos “Bradesplan”, holding de participações em empresas não-financeiras do grupo Bradesco, pelo valor total de R\$ 308 milhões.

Em janeiro de 2007, fechamos acordo com os acionistas do Banco BMC S.A., o qual denominamos “BMC”, para adquirir 100% do capital social total do BMC e, consequentemente, de suas controladas BMC Asset Management Ltda. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BMC Previdência Privada S.A. e Credicerto Promotora de Vendas Ltda. O BMC é um dos dois maiores bancos privados no mercado de crédito consignado para aposentados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com uma rede total de cerca de 7.000 agentes e 749 correspondentes bancários distribuídos por todo o território nacional. De acordo com os termos do contrato, entregaremos aos acionistas do BMC, 4.664.142 de nossas ações ordinárias e 4.392.690 de nossas ações preferenciais, aos acionistas do BMC, como pagamento pelo capital social. Estas ações representam aproximadamente 0,94% do nosso capital social correspondendo a aproximadamente R\$ 800 milhões. Esta transação encontra-se em processo de aprovação pelo Banco Central.

### ***Aquisições em 2005***

Em março de 2005, adquirimos a participação minoritária de terceiros no capital acionário da Bradesco Seguros S.A., através da troca de ações da Bradesco Seguros detidas por terceiros, por ações do Banco Bradesco S.A.. Na conclusão dessa transação, a Bradesco Seguros tornou-se nossa subsidiária integral e os acionistas da Bradesco Seguros tornaram-se detentores de 363.271 ações, sem o efeito do desdobro ocorrido em 2005, de nosso capital. O valor total dessa transação foi de R\$ 12 milhões.

Em abril de 2005, adquirimos através de nossa subsidiária Finasa Promotora de Vendas, a rede de distribuição de empréstimo pessoal e crédito direto ao consumidor do Banco Morada, um dos principais fornecedores de empréstimos pulverizados do mercado do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$ 80 milhões. O negócio inclui a base de dados de 1,1 milhão de clientes do Banco Morada e, ainda, a transferência de 33 pontos comerciais, sendo 15 no Rio de Janeiro, 8 em São Paulo e 10 nos demais Estados da Federação.

Em julho de 2005, adquirimos 50% do capital total da Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito que chamamos de “Leader Card”, a empresa responsável pela administração do cartão de crédito *private label* da União de Lojas Leader, conhecida como “Leader Magazine”, pelo valor de R\$ 47,5 milhões. A Leader Magazine é uma rede de varejo com atuação focada nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Leader Card é uma das cinco maiores empresas de cartões de crédito de marca própria do Brasil, com mais de 2,3 milhões de detentores de cartões.

Em dezembro de 2005, fizemos um lance vencedor para aquisição controle acionário do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, o qual chamamos “BEC”, e de sua controlada BEC DTVM Ltda. em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. A operação envolveu a compra de 82.459.053 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão do BEC, que representavam 89,4% do capital votante e 89,2% do capital social total, pelo valor de R\$ 700 milhões. O processo de aquisição teve sua conclusão em janeiro de 2006. Em maio de 2006, realizamos oferta pública para adquirir as ações em circulação do BEC. Depois da conclusão da oferta, nos tornamos detentores de 99,49% do capital social do BEC. Convocamos assembléia geral do BEC para 30 de junho de 2006 para resgatar as ações que não nos foram vendidas no processo da oferta pública. Em novembro de 2006, a Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimentos S/A incorporou o BEC e o sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

#### ***Aquisições em 2003 e 2004***

##### ***Aquisição do BBV Banco***

Em janeiro de 2003, firmamos acordo com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., que chamamos de “BBVA”, para adquirir a totalidade das ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. e suas controladas, que chamamos de “BBV Banco”. Nosso principal objetivo na aquisição foi melhorar nossa produtividade e competitividade incorporando recursos do BBV Banco e fomentar negócios com empresas espanholas que investem no Brasil.

O Banco Central aprovou a transação em maio de 2003 e o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária integral em junho de 2003 quando nossos acionistas e o Conselho de Administração do BBVA aprovaram a troca das ações do BBV Banco por nossas recém emitidas ações. Em 31 de maio de 2003, o BBV Banco possuía ativos totais de R\$ 10,3 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 2,4 bilhões, 439 agências e setenta e seis postos bancários.

Conforme acordado com o BBVA, em junho de 2003, fizemos um pagamento único em dinheiro de R\$ 1.864 milhões ao BBVA em troca de 49,0% das ações ordinárias e 99,99% das ações preferenciais do BBV Banco. Além disso, em troca dos 51,0% restantes das ações ordinárias e 0,01% de ações preferenciais do BBV Banco, emitimos ao BBVA, ações preferenciais e ordinárias equivalentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$ 630 milhões, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nós incluímos os resultados do BBV Banco em nossas demonstrações financeiras a partir de junho de 2003.

Em setembro de 2003, todas as agências, ativos e passivos relacionados do BBV Banco foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil. Em outubro de 2003, mudamos o nome do BBV Banco para Banco Alvorada S.A., que chamamos de “Banco Alvorada”.

Depois da aquisição do BBV Banco, o BBVA aumentou sua participação percentual em nossas ações através da compra de nossas ações na Bovespa. Em 31 de dezembro de 2006, detinha 5,1% de nossas ações ordinárias e 2,5% do capital total. Para mais informações sobre o BBVA, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - Principais Acionistas - BBVA”.

Com a compra do BBV Banco em 2003, nossos acionistas controladores Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco, que juntos detinham 63,6% de nossas ações com direito a voto e que chamamos de “acionistas controladores”, firmaram um acordo de acionistas, que chamamos de “Acordo de Acionistas”, com nosso acionista BBVA. Conforme os termos do Acordo de Acionistas, o BBVA tem o direito de nomear um membro para nosso Conselho de Administração, enquanto possuir ao menos 3,9% de nosso capital votante. Entretanto, o BBVA não perderá este direito se sua participação cair abaixo desta porcentagem por força de um aumento em nosso capital, sobre o qual os nossos acionistas, incluindo o BBVA, não tiverem direito de preferência.

Por fim, com a compra do BBV Banco, estabelecemos um centro de operação, conhecido como “Euro Desk”, que é conduzido por um funcionário designado pelo BBVA e que se dedica a identificar oportunidades para podermos fornecer serviços bancários e fortalecer o nosso relacionamento com a comunidade espanhola no Brasil; e também temos uma equipe especializada em serviços dedicada a servir clientes espanhóis que tenham negócios no Brasil e brasileiros com interesses na Espanha ou outros países latino-americanos. Conforme o Acordo de Acionistas, enquanto o BBVA possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante, devemos continuar com o “Euro Desk” e com uma equipe especializada.

### **Outras aquisições**

Em novembro de 2003, nós celebramos “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças” com os controladores do Banco Zogbi S.A., que chamamos de “Zogbi” e junto com suas controladas, “Instituições Zogbi”, objetivando a aquisição da totalidade do seu capital social e suas controladas, pelo valor de R\$ 650 milhões. As Instituições Zogbi atuaram por mais de quarenta anos na atividade de financiamento, mantendo forte presença nas áreas de crédito direto ao consumidor, pessoal, cartão e veículos. As Instituições Zogbi, em setembro de 2003, possuíam ativos totais de R\$ 833 milhões, operações de crédito de R\$ 520 milhões e patrimônio líquido de R\$ 335 milhões. Em outubro de 2004, o Zogbi teve seus ativos e passivos incorporados pelo Banco Finasa, pelo valor contábil, com a conseqüente extinção da sociedade. Em junho de 2005, a fusão da Zogbi no Banco Finasa foi aprovada pelo Banco Central.

Em fevereiro de 2004, nós adquirimos o controle acionário do Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM, que chamamos de “BEM”, em sua privatização pelo governo através de leilão. Em 31 de dezembro de 2003, o BEM possuía 76 agências e 125 postos de atendimento, e seus ativos totalizavam R\$ 766 milhões. A operação envolveu a compra de 89,96% do capital social do BEM pelo valor de R\$ 78 milhões. Em julho de 2004, o BEM tornou-se nossa subsidiária integral através de nossa aquisição da participação remanescente dos minoritários por meio do pagamento de R\$ 8,6 milhões. Em outubro de 2004, as agências, ativos e passivos relacionados foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil.

Com exceção de nossa aquisição do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada, nenhuma de nossas outras aquisições realizadas desde janeiro de 1998 envolveu a aquisição de uma subsidiária significativa de acordo com o US GAAP.

## **Banco Postal**

O Banco Postal é a marca por meio da qual ofertamos nossos produtos e serviços em todos os municípios brasileiros, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que chamamos “Correios”, através de agências funcionando sob a marca “Banco Postal”.

Através do contrato de prestação de serviços, assinado em setembro de 2001, podemos com exclusividade, oferecer serviços bancários em mais de 7.500 agências próprias e franqueadas dos Correios, que chamamos de “agências”.

A prestação dos serviços teve início em março de 2002, com a inauguração da primeira agência, no Estado de Minas Gerais. Encerramos o ano de 2006 com 5.585 agências, instaladas em 4.874 municípios brasileiros. Mensalmente são realizadas mais de 45,9 milhões de transações.

Das 5.585 agências inauguradas, mais de 1.700 foram implantadas em praças até então desassistidas por bancos, beneficiando direta ou indiretamente a uma população de mais de 18 milhões de pessoas que viviam à margem do sistema financeiro.

O Banco Postal oferece praticamente todos os serviços prestados em uma agência bancária tradicional.

Além do Banco Postal, nas agências dos Correios, temos firmado parcerias com redes varejistas, supermercados, farmácias, padarias entre outros, para prestação de serviços de Correspondente. Essas empresas recebem em suas lojas contas de consumo (água, luz, telefone, etc.) e boletos de cobrança bancária, além de realizar operações de saques em conta corrente e poupança e pagamento de aposentados.

Tanto nos Correios quanto nas demais empresas, o atendimento é prestado por seus próprios funcionários, treinados por nós, e as decisões de abertura de contas e de concessão de crédito são de nossa responsabilidade.

## **Outras Alianças Estratégicas**

Em novembro de 2004, celebramos parceria com o Bank of Tóquio – Mitsubishi UFJ Brasil S.A. para prestar serviços bancários aos clientes brasileiros que trabalham no Japão.

Nós e as Casas Bahia, líder no varejo do país, assinamos em novembro de 2004 um acordo operacional de exclusividade, com duração de 3 anos, com volume potencial de R\$ 1 bilhão de operações por ano, com objetivo de financiamento de novas operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). Em novembro de 2005, começamos a emitir e administrar o cartão de crédito *private label* das Casas Bahia.

Nós e as Lojas Salfer, uma das maiores redes de varejo de móveis e eletrodomésticos, assinamos, em dezembro de 2004, um acordo de parceria estratégica e operacional para o financiamento das novas vendas realizadas pela empresa. Esse acordo mantém a relação e as condições de financiamento que as Lojas Salfer vêm praticando com os seus mais de 1,1 milhão de clientes em sua rede de quarenta e sete lojas. Conforme esse acordo, nós proporcionaremos o financiamento e a empresa continuará administrando diretamente a relação de crédito e de cobrança com os seus clientes, inclusive assumindo os riscos do financiamento. O acordo não tem prazo de duração definido e pode constituir uma carteira de crédito adicional de R\$ 1,6 bilhão nos próximos anos.

Assinamos, em dezembro de 2004, um acordo com o Banco Cruzeiro do Sul S.A., o qual denominamos “Banco Cruzeiro do Sul”, para criação de uma parceria. A parceria envolve os contratos

de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas). O acordo tem validade de três anos. O Banco Cruzeiro do Sul foi pioneiro das operações de crédito consignado em folha de pagamento. Atua em vinte e um estados, com 194 convênios, incluindo as três esferas do funcionalismo público, federal, estadual e municipal.

Assinamos, em dezembro de 2004, um acordo com o Banco Bonsucesso S.A., que chamamos “Banco Bonsucesso”, para criação de uma parceria. A parceria envolve os contratos de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas). O acordo tem validade de três anos. O Banco Bonsucesso foi a segunda instituição financeira a assinar o acordo de crédito consignado com o INSS, e atua nesse mercado com convênios assinados com treze governos estaduais e mais de 100 prefeituras no país.

Em janeiro de 2005, como parte de nossa estratégia de expandir crédito a pessoas físicas, nós e o PanAmericano, uma empresa financeira do Grupo Silvio Santos, firmamos um acordo operacional que envolve os contratos de crédito pessoal consignados dos beneficiários do INSS. O PanAmericano tem experiência na oferta de crédito pessoal a pensionistas por meio de suas 130 agências no Brasil e 200 correspondentes bancários.

Em fevereiro de 2005, reduzimos nossa participação em 315.000.000 de ações ordinárias na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual Arcelor). Após esse evento, passamos a deter uma participação indireta de 3,44% do capital social com direito a voto da Belgo-Mineira e 1,89% de seu capital total. Em junho de 2007, alienamos a nossa participação remanescente na Belgo-Mineira.

Em março de 2005, nós e a Comercial Pereira de Alimentos Ltda, que chamamos “Rede Comper”, rede de supermercados que atua nas regiões centro-oeste e sul do país, fechamos um acordo que regulamenta a emissão de nossos cartões *private label*, inclusive com bandeira, além da comercialização de nossos produtos e serviços financeiros e securitários.

Nós e a Eletrozema, loja de departamentos localizada nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Pará, firmamos, em junho de 2005, uma parceria para financiamento aos clientes da rede. Esta operação está garantida através de fiança contratual.

Nós e a Ponte Irmãos e Cia. Ltda., que chamamos de “Ponte Irmãos”, rede de lojas composta por 80 lojas, fundada há 45 anos, com atuação no norte, nordeste e centro-oeste, firmamos em julho de 2005, parceria para financiamento aos clientes da rede. Esta operação está garantida através de fiança contratual.

Nós e a Dismar Distribuidora Maringá de Eletrodomésticos Ltda., que chamamos de “Dismar”, rede de varejo, atacado e de lojas eletrônicas atendendo a todo o estado do Paraná e a vários outros estados, firmamos em agosto de 2005 uma parceria para financiamento aos clientes da rede.

Em dezembro de 2005, celebramos parceria com o Banco Espírito Santo S.A. (BES) para prestar serviços bancários aos seus clientes brasileiros que trabalham em Portugal.

Nós e a Deib Otoch S.A., que chamamos de “Lojas Esplanada” e a Express Comercial S.A., que chamamos de “Express”, firmamos, em dezembro de 2005, uma parceria para gestão dos cartões de crédito *private label* das Lojas Esplanada e Express, que permitem ao portador financiar suas compras nessas lojas. O acordo prevê também a comercialização de nossos produtos e serviços aos 2,3 milhões de clientes portadores desses cartões. As Lojas Esplanada e Express são uma das maiores redes de varejo do Nordeste do Brasil.

Em março de 2006, celebramos um contrato de parceria com Fidelity National Information Services, Inc., que denominamos “Fidelity National”, e com o Banco ABN AMRO Real S.A., que



denominamos “Banco Real”, para a prestação de serviços de processamento de cartões por meio de uma nova sociedade, a Fidelity Processadora e Serviços S.A., que denominamos “Fidelity”. A Fidelity tem por objeto a prestação de todos os serviços de processamento inerentes às atividades de cartões (incluindo cartões de crédito, cartões múltiplos e de débito, cartões de benefícios e cartões *private label*), tais como: autorização e processamento de transações, troca de dados para autorização e liquidação, processamento de dados e de *database marketing*, análise e manutenção de crédito, impressão, postagem e envio de faturas e correspondências, gravação e personalização de cartões, operação de *Contact Center*, serviços de cobrança e de prevenção a fraude. A Fidelity presta serviços aos nossos clientes, aos cliente do Banco Real e a outros grandes emissores de cartões desde abril de 2006, tornando-se, após a migração destas contas, uma das maiores processadoras de cartões de crédito do Brasil.

Em maio de 2006, celebramos um acordo com a GBarbosa Comercial Ltda. para a emissão e administração do cartão *private label* da GBarbosa chamado “Credi Hiper” e para oferecer produtos e serviços financeiros aos clientes da GBarbosa. A GBarbosa é uma das maiores redes de supermercados localizadas nos Estados do Nordeste do Brasil.

Em julho de 2006, celebramos um acordo com a Coop – Cooperativa de Consumo, a maior cooperativa de consumo da América Latina no ramo de supermercados, para regular a emissão e administração do seu cartão *private label* e para oferecer produtos e serviços financeiros aos seus clientes.

Em setembro de 2006, celebramos um acordo com a Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, a líder no setor farmacêutico do estado do Rio Grande do Sul, para regular a emissão e administração de seu cartão *private label*.

Em junho de 2007, reduzimos nossa participação em 676.009 ações de emissão da Serasa S.A.. Após esse evento, passamos a deter uma participação de 8,36% no seu capital total.

### **Seguros e Outras Operações**

Adquirimos o controle da Bradesco Seguros, anteriormente Atlântica Companhia Nacional de Seguros, em 1983. Entre 1983 e 2004, a Bradesco Seguros adquiriu participações em dez outras empresas e mantém atualmente seis subsidiárias para cumprir exigências regulamentares. Estas aquisições permitiram que a Bradesco Seguros se tornasse uma das principais seguradoras no Brasil.

Em março de 2005, adquirimos a participação remanescente dos minoritários por meio de troca de ações equivalentes ao valor de R\$ 12 milhões, tornando a Bradesco Seguros nossa subsidiária integral.

### **Informações para Contato**

Somos uma sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil. Nossa sede social está localizada na Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil, e o número de telefone de nossa sede social é (55-11) 3684-5376. Nosso procurador nos Estados Unidos para recebimento de citações e notificações (process agent) é a CT Corporation, cujo endereço é 111, Eighth Avenue, 13<sup>th</sup> floor, New York, New York 10011.

### **Estratégia Comercial**

Entendemos que a expansão da economia brasileira aliada a um forte crescimento da população brasileira, levará á uma expansão da demanda por serviços financeiros. Neste contexto, nosso principal objetivo é manter o foco no mercado doméstico e aproveitar a nossa posição, como o maior banco privado no Brasil, para expandir a rentabilidade, maximizando valor para nossos

acionistas e gerar retornos mais altos em comparação com outras instituições do setor financeiro brasileiro.

Pretendemos atingir essas metas com a estratégia não só de expandir continuamente a nossa base de clientes, como também de consolidar o nosso papel como o “primeiro banco” de cada um de nossos clientes, no sentido de sempre ser a primeira opção de todos nossos clientes para todas as suas necessidades de serviços financeiros. A nossa meta é ser o “Banco Completo” para o mercado brasileiro. Neste sentido, nós aspiramos manter uma presença destacada em cada uma das linhas de serviços financeiros.

Objetivamos prestar a mais ampla gama de serviços de banco de varejo, apoiado em um quadro total de funcionários com mais de 79 mil colaboradores, uma ampla rede de atendimento, que inclui as nossas agências, postos bancários, Banco Postal e correspondentes bancários, além do próprio auto-atendimento, sempre com os olhos voltados à expansão do volume dos negócios. Também estamos focados em expandir nossos negócios como banco de atacado em todos seus aspectos (banco de investimento e de negócio de “corporate”) e expandir nosso negócio de *private banking*.

No segmento de seguros, desejamos consolidar a liderança da Bradesco Seguros e Previdência, e em relação ao segmento de previdência complementar, pretendemos aproveitar a contínua expansão da demanda pelos nossos produtos de previdência.

Ademais, em cada uma das nossas linhas de operação, queremos nos destacar e ser percebidos pelos nossos clientes como líder no desempenho e na eficiência.

Entendemos que a essência do êxito empresarial no setor financeiro consiste em combinar a atração do cliente com um quadro de pessoal altamente capacitado e dedicado à prestação de serviços, permanentemente treinado e com rígidos padrões de disciplina no trabalho. Neste sentido, os nossos planos de crescimento não se traduzem apenas em buscar a incorporação de novos clientes mas também estão focados no freqüente aprimoramento dos produtos e canais de distribuição. É também fundamental para a promoção do negócio, o tratamento dispensado ao nosso pessoal em termos de capacitação, promoção e criação de uma cultura de solidariedade no trabalho, visando a fomentar um ambiente em que nossos funcionários possam desenvolver uma carreira que perdure durante toda a sua vida profissional.

Finalmente, é elemento principal da nossa filosofia conduzir o negócio de acordo com os mais altos padrões de ética. Portanto, a nossa estratégia é guiada e orientada sempre pela busca das melhores práticas de Governança Corporativa e pelo entendimento de que devemos ser, além de fonte de lucros para nossos acionistas, um elemento construtivo dentro de nossa sociedade.

Os elementos chave de nossa estratégia comercial são:

- expansão por meio do crescimento orgânico;
- atuação com base no modelo comercial de uma grande instituição bancária, que possui como controlada uma importante seguradora, que chamamos de “Modelo Banco-Seguros”, a fim de mantermos nossa rentabilidade e consolidarmos nossa liderança no setor de seguros;
- aumento das receitas, da rentabilidade e do valor para os acionistas, por meio do fortalecimento de nossas operações de empréstimos, nossa atividade primordial, e da ampliação de novos produtos e serviços;
- manutenção de nosso compromisso quanto à inovação tecnológica;

- obtenção de rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da melhora do índice de eficiência;
- manutenção de níveis de riscos aceitáveis em nossas operações; e
- expansão mediante alianças estratégicas e aquisições seletivas, quando vantajosas.

***Expandir por meio do crescimento orgânico as áreas comerciais essenciais***

A economia brasileira tem mostrado sua solidez nos últimos meses, e no decorrer do tempo tem criado oportunidades estratégicas para crescimento nos setores financeiros e de seguros, principalmente por meio de aumentos no volume de negócios. Pretendemos nos beneficiar destas evoluções, para aumentar nossa receita, obter rentabilidade e maximizar valor para os acionistas, como descrito a seguir:

- capitalizando sobre a oportunidade nos mercados brasileiros de obter novos clientes, que tenham suas necessidades de crédito e financeiras apenas parcialmente atendidas, em complemento à competição por uma pequena camada de clientes com faixas de renda mais altas;
- ampliando a nossa distribuição de serviços financeiros, utilizando criatividade no desenvolvimento de novos produtos, utilizando fortemente os meios não tradicionais, como por exemplo na expansão de nossa oferta de cartões de crédito e cartões de crédito de lojas conveniadas, utilizando alianças com as próprias lojas e na prestação de serviços por meio do Banco Postal;
- beneficiando-nos dos canais de distribuição existentes, inclusive de nossa tradicional rede de Agências e de tecnologia de acesso à Internet mais recentes, para identificarmos a demanda por novos produtos;
- utilizando a nossa base de clientes, oferecendo-lhes, de modo mais amplo, nossos produtos e serviços e elevando a média de produtos utilizados por conta corrente de 4,74 em dezembro de 2006, para uma média de 5,00 produtos por conta corrente em dezembro de 2007;
- utilizando os sistemas apoiados em nossas agências, a fim de avaliarmos e monitorarmos o uso de nossos produtos pelos clientes, de modo a canalizá-los para as plataformas adequadas de venda, entrega e comercialização; e
- desenvolvendo produtos diversificados, em conformidade com as necessidades de nossos clientes, tanto os atuais quanto os em potencial.

***Atuar com base no Modelo Banco-Seguros, a fim de manter a rentabilidade e consolidar a liderança no setor de seguros***

Nossa meta é fazer com que nossos clientes nos procurem como seu “primeiro banco” para atender às suas necessidades bancárias, de seguros e de previdência. Acreditamos estar numa posição especialmente privilegiada para capitalizar a sinergia entre serviços bancários, seguros, previdência e de outras atividades financeiras, já que conseguimos efetuar a venda de nossos produtos bancários tradicionais e de produtos de seguros e de previdência, por meio de nossa rede de agências, nossa rede de corretores e concessionários, dos serviços de distribuição pela Internet e de novos canais de distribuição que desenvolvemos graças a nossa criatividade.

Ao mesmo tempo, pretendemos aumentar os níveis de rentabilidade do negócio de seguros e de planos de previdência complementar, usando a medida de lucratividade em vez do volume de prêmios subscritos ou valores depositados, como pode ser observado a seguir:

- mantendo nossa política atual de avaliar cuidadosamente os riscos de seguros de veículos e recusando-os nos casos em que os riscos sejam muito altos;
- comercializando intensivamente nossos produtos; e
- mantendo níveis de riscos aceitáveis em nossas operações por meio de uma estratégia de:
  - priorizar oportunidades de subscrição de seguros, de acordo com o “diferencial de risco” (*risk spread*) entre a receita esperada nos termos do contrato de seguro e o valor dos sinistros projetados (estatisticamente) a serem devidos nos termos desse contrato;
  - celebrar transações de *hedge*, de modo a evitar descasamento entre a taxa real de inflação por um lado, e provisões para ajustes de taxas de juros e inflação em contratos de longo prazo; e
  - usar contratos de resseguro com resseguradoras de renome.

***Aumento das receitas de atividades bancárias, da rentabilidade e do valor para os acionistas, por meio do fortalecimento das operações de empréstimos e da ampliação de novos produtos e serviços***

Estamos voltados para o aumento das receitas e da rentabilidade de nossas operações bancárias, com as seguintes medidas:

- exercendo nossas atividades tradicionais de captação de depósitos e de operações de empréstimos buscando, continuamente, a melhora da qualidade de nossa carteira de crédito, por meio de planos de mitigação de riscos e do aprimoramento na aferição dos *ratings* para concessão dos créditos;
- construindo nossa base de clientes, pessoas jurídicas e físicas, oferecendo serviços em conformidade com as necessidades de clientes específicos, inclusive serviços de câmbio e financiamento à importação/exportação;
- buscando, intensivamente, o desenvolvimento de serviços remunerados com base em tarifas, tais como cobrança e processamento de pagamentos, para clientes atuais e potenciais;
- expandindo nossos serviços e produtos financeiros distribuídos fora de nosso meio convencional de Agências, tais como atividades de cartões de crédito, capitalizando sobre a mudança no comportamento dos consumidores quanto ao consumo de serviços financeiros;
- aumentando nossas receitas de gestão de ativos e de planos de previdência; e
- continuando a formar nossa base de clientes de alta renda, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços financeiros personalizados, fornecendo máxima eficiência na gestão de ativos.

***Manter nosso compromisso de inovação tecnológica***

O desenvolvimento de meios eficientes para chegar aos clientes e processar operações, constitui elemento chave de nossa meta de aumentar nossa rentabilidade e capitalizar sobre

oportunidades de crescimento coordenado. Recentemente resolvemos reforçar esta estratégia com o desafio de mudar o nosso modelo tecnológico para manter, definitivamente, a liderança do mercado no setor em termos de tecnologia. Para isso, estabelecemos uma força-tarefa dedicada ao avanço do nosso perfil e percepção pública em relação à tecnologia.

Acreditamos que a tecnologia oferece oportunidades incomparáveis para chegarmos a nossos clientes de uma maneira eficaz em termos de custos. Mantemos o compromisso de estarmos na vanguarda do processo de automação bancária, por meio da criação de oportunidades para o público brasileiro de contatar-nos por meio da Internet. Esperamos continuar aumentando o número de clientes e operações realizadas pela Internet, por meio de técnicas como:

- continuar com a instalação de estações de acesso à Internet, que chamamos de *WebPoints* em locais públicos, permitindo aos clientes utilizar nosso sistema bancário pela Internet quer eles tenham, ou não acesso a um computador pessoal;
- a ampliação de nosso serviço bancário móvel, que chamamos de *Bradesco Mobile Banking*, que permite aos clientes realizar suas operações bancárias pela Internet, com telefones celulares compatíveis; e
- o fornecimento de *Pocket Internet Banking* para *palmtops* e *Personal Digital Assistants* (“PDAs”) que permitem aos nossos clientes conferir suas contas corrente e de poupança, conferir suas transações de cartões de crédito, efetuar pagamentos, transferir fundos e também permite que os nossos clientes obtenham informações institucionais.

#### ***Obter rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da melhora do índice de eficiência***

Pretendemos melhorar nossos níveis de eficiência:

- mantendo a austeridade como diretriz de nossa política de controle de custos;
- consolidando as sinergias possibilitadas pelas nossas recentes aquisições;
- continuando a reduzir nossos custos operacionais, por meio de investimentos em tecnologia, que diminuam os custos por transação, enfatizando nossos canais de distribuição automatizados atuais, inclusive nossos sistemas de distribuição por telefone, Internet e caixas eletrônicos; e
- continuando a incorporar as instituições, que por ventura venham a ser adquiridas, em nosso sistema existente, a fim de eliminar sobreposições, redundâncias e ineficiência em potencial.

#### ***Manter níveis de riscos aceitáveis em nossas operações***

Estamos constantemente identificando e avaliando os riscos intrínsecos às atividades desenvolvendo e mantendo controles adequados, zelando pela conformidade dos processos e da alocação eficiente de capital, objetivando manter níveis similares aos padrões internacionais, bem como obter vantagens competitivas.

#### ***Celebrar alianças estratégicas e aquisições seletivas***

Entendemos que a fase de expansão das instituições financeiras brasileiras se dará pelo crescimento orgânico nos próximos anos. Também, acreditamos que as oportunidades de aquisição serão de instituições de menor porte, disponíveis principalmente através de privatizações. Não obstante, consideramos que algumas instituições, que serão passíveis de aquisição, poderiam

apresentar oportunidades de “nicho”, tais como financiamento ao consumidor, cartões de crédito e de banco de investimento. Portanto, avaliamos continuamente alianças estratégicas em potencial e oportunidades de consolidação, inclusive propostas de privatizações e aquisições, bem como outras formas que ofereçam oportunidades potenciais, para aumentarmos nossa participação de mercado ou melhorarmos nossa eficiência. Além de focar no valor e na qualidade dos ativos, levamos em consideração sinergias operacionais em potencial, oportunidades de vendas cruzadas, aquisições de *know-how* e outras vantagens de uma aliança ou aquisição em potencial. A nossa análise de oportunidades em potencial é orientada pelo impacto que elas teriam sobre os nossos resultados.

### **Atividade Bancária**

Oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários, incluindo:

- operações de captação de depósitos, inclusive contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo;
- operações de empréstimo, inclusive crédito ao consumidor, empréstimos para aquisição de moradias, empréstimos aos setores industrial e rural e arrendamento mercantil;
- serviços de cartões de crédito e de débito;
- processamento de pagamentos e cobrança;
- serviços relativos a mercados de capitais, inclusive subscrição e serviços de consultoria financeira, bem como atividades de intermediação e negociação;
- atividade bancária internacional; e
- serviços de gestão de ativos.

Nossa base diversificada de clientes inclui tanto pessoas físicas, quanto pequenas, médias e grandes empresas no Brasil. Historicamente temos cultivado uma presença mais forte no segmento mais amplo do mercado brasileiro, que consiste basicamente da população de média e baixa renda. Desde 1999, temos desenvolvido nosso Departamento de Corporate, que atende os clientes pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 180 milhões e o Departamento de Private Banking, para pessoas físicas com recursos de no mínimo R\$ 1 milhão de ativos líquidos. Em 2002, criamos o Departamento “Bradesco Empresas”, responsável pelos clientes pessoas jurídicas com faturamento anual entre R\$ 15 milhões e R\$ 180 milhões, visando à ampliação de nossa atuação no segmento de *middle corporate market*. Em maio de 2003, lançamos o Bradesco Prime, um novo segmento do Bradesco, que oferece serviços a seus clientes pessoas físicas que têm uma renda mensal a partir de R\$ 4.000 ou disponibilidade de investimento imediato acima de R\$ 50.000. As empresas de pequeno porte, com faturamento anual de até R\$ 15 milhões, bem como as pessoas físicas com renda mensal inferior a R\$ 4.000 são atendidas pelo nosso segmento “Bradesco Varejo”.

O diagrama a seguir demonstra os principais números de nossa atividade bancária em 31 de dezembro de 2006:

## Atividade Bancária

<b>52,0 milhões de Contas</b>	<b>Canais de Distribuição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pessoas físicas</li><li>• Grandes empresas com faturamento anual acima de R\$ 180 milhões</li><li>• Empresas médias com faturamento anual entre R\$ 15 milhões e R\$ 180 milhões</li><li>• Empresas pequenas com faturamento anual de até R\$ 15 milhões</li><li>• Clientes pessoa física Private, com um mínimo de R\$ 1 milhão para investimento</li><li>• Clientes pessoa física Prime, com renda mensal a partir de R\$ 4.000 ou investimentos a partir de R\$ 50.000</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 3.008 agências</li><li>• 2.542 postos e pontos de atendimento bancário</li><li>• 24.099 caixas eletrônicos</li><li>• Operações bancárias por telefone</li><li>• Operações bancárias pela Internet</li><li>• 5.585 agências do Banco Postal</li><li>• 381 filiais da Finasa Promotora de Vendas</li><li>• 3.201 equipamentos de auto-atendimento Banco24Horas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Contas de poupança, contas correntes e depósitos a prazo</li><li>• Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis</li><li>• Cartões de crédito e de débito</li><li>• Processamento de pagamentos e cobrança</li><li>• Serviços relativos a mercado de capitais e intermediação de valores mobiliários</li><li>• Serviços de câmbio</li><li>• Gestão de ativos</li><li>• Fundos mútuos</li><li>• Gestão de carteiras de investimentos</li><li>• Serviços de ações e custódia</li></ul>

A tabela a seguir demonstra os dados financeiros selecionados para nosso segmento de atividade bancária para os períodos indicados:

A somatória dos valores apresentados por segmento pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outros segmentos não significativos e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Dados da Demonstração de Resultado</b>			
Receitas financeiras, líquidas <sup>(1)</sup> .....	R\$ 9.861	R\$ 12.892	R\$ 15.054
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.429)	(1.823)	(3.770)
Receitas não financeiras <sup>(1)</sup> .....	6.370	8.177	9.713
Despesas não financeiras .....	(11.418)	(13.418)	(15.824)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias <sup>(1)</sup> .....	3.384	5.828	5.173
Imposto de renda e contribuição social.....	(457)	(1.570)	(1.348)
Lucro antes de participações minoritárias <sup>(1)</sup> .....	2.927	4.258	3.825
Participações de acionistas minoritários .....	(8)	(2)	1
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>R\$ 2.919</b>	<b>R\$ 4.256</b>	<b>R\$ 3.826</b>
<b>Dados do Balanço Patrimonial</b>			
Ativos Totais.....	144.796	165.072	206.870
<b>Dados selecionados dos resultados das operações:</b>			
<b>Receita financeira:</b>			
Operações de crédito .....	R\$ 12.812	R\$ 17.236	R\$ 21.281
Títulos e valores mobiliários .....	1.496	3.548	2.225
Aplicações em operações compromissadas .....	2.738	2.018	2.177
Depósitos interfinanceiros.....	132	311	358
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	1.542	2.160	1.998
Outros.....	73	60	59
<b>Despesa financeira:</b>			
Depósitos com clientes .....	(5.008)	(6.944)	(6.230)
Operações de captação no mercado aberto .....	(2.390)	(3.862)	(3.936)
Obrigações por empréstimos .....	(1.534)	(1.635)	(2.878)
Receitas financeiras, líquidas	9.861	12.892	15.054
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 3.885	R\$ 4.687	R\$ 5.982

(1) Inclui resultado de partes relacionadas de outros segmentos não eliminados.

### ***Atividades de Captação de Depósitos***

Oferecemos aos nossos clientes uma variedade de produtos e serviços de depósitos por meio de nossas agências, os quais incluem:

- contas correntes sem remuneração;
- Contas de depósitos para investimentos, cuja finalidade é de realizar aplicações financeiras sem a cobrança da CPMF;
- contas de poupança tradicionais: que rendem atualmente a taxa referencial conhecida como “TR”, mais 6,17% de juros ao ano;



- depósitos a prazo, que são representados por certificados de depósitos bancários ou “CDBs” e rendem juros a uma taxa fixa ou variável; e
- depósitos interfinanceiros, captados unicamente de instituições financeiras, que são representados por certificados de depósitos interbancários ou “CDIs” e rendem a taxa de depósitos interbancários.

Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos 16,846 milhões de contas correntes, com 15,861 milhões de correntistas pessoas físicas, 985 mil correntistas pessoas jurídicas e 35,2 milhões de contas de poupança. Em 31 de dezembro de 2006, os depósitos (excluindo depósitos de instituições financeiras) totalizaram R\$ 83,6 bilhões. Nessa data, detínhamos uma participação de 18,3% do mercado brasileiro de depósitos de poupança, segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossos depósitos nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:					
	2004		2005		2006	
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Depósitos de clientes:</b>						
Depósitos à vista.....	R\$ 15.384	22,4%	R\$ 16.223	21,5%	R\$ 21.081	25,1%
Reais .....	15.155	22,1	16.026	21,2	20.763	24,7
Moeda estrangeira .....	229	0,3	197	0,3	318	0,4
Depósitos de poupança .....	24.783	36,1	26.201	34,7	27.613	32,9
Reais .....	24.783	36,1	26.201	34,7	27.613	32,9
Depósitos a prazo/certificados de depósito.....	28.460	41,5	32.837	43,6	34.941	41,6
Reais .....	26.246	38,3	30.434	40,4	31.810	37,9
Moeda estrangeira .....	2.214	3,2	2.403	3,2	3.131	3,7
<b>Total de depósitos de clientes .....</b>	<b>68.627</b>	<b>100,0</b>	<b>75.261</b>	<b>99,8</b>	<b>83.635</b>	<b>99,6</b>
<b>Depósitos interfinanceiros.....</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>146</b>	<b>0,2</b>	<b>290</b>	<b>0,4</b>
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 68.647</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 75.407</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 83.925</b>	<b>100,0%</b>

Oferecemos aos nossos clientes alguns serviços especiais adicionais, como por exemplo:

- “Conta Fácil” que permite uma combinação de conta corrente e conta de poupança, na qual os recursos depositados na conta obtém rendimentos após o decurso de um prazo preestabelecido pela regulamentação à mesma taxa de nossas contas de poupança, ao contrário de nossas contas correntes normais, que não são remuneradas;
- “depósitos identificados”, que permitem aos nossos clientes identificar depósitos efetuados em favor de um terceiro, por meio do uso de um número de identificação pessoal; e
- transferências bancárias, em tempo real, de uma conta corrente, poupança ou conta de investimento para ou entre contas correntes, contas poupança ou contas de investimento, incluindo contas em outros bancos.

### Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossas operações de crédito no Brasil, em cada caso nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:		
	2004	2005	2006
<b>Operações de crédito em aberto por tipo de produto:</b>	<b>(Em milhões de reais)</b>		
Operações de crédito ao consumidor .....	R\$ 16.282	R\$ 26.137	R\$ 29.302
Financiamentos imobiliários .....	1.370	1.355	1.845
Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) .....	7.219	8.240	9.694
Outros empréstimos a pessoas jurídicas .....	16.124	20.450	22.910
Crédito rural .....	6.034	6.369	7.399
Arrendamento mercantil .....	1.626	2.491	3.842
Cartões de crédito .....	1.289	1.830	2.652
Financiamentos à importação e exportação .....	9.423	11.167	14.399
Empréstimos em moeda estrangeira .....	1.588	1.900	1.546
Empréstimos ao setor público .....	15	49	62
<b>Total.....</b>	<b>60.970</b>	<b>79.988</b>	<b>93.651</b>
Créditos de curso anormal .....	2.206	2.701	4.284
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 63.176</b>	<b>R\$ 82.689</b>	<b>R\$ 97.935</b>

A tabela a seguir apresenta um resumo da concentração de nossas operações de crédito em aberto por tomador:

	Em 31 de dezembro de:		
	2004	2005	2006
<b>Tomador:</b>			
O maior tomador .....	1,4%	1,1%	1,2%
Os 10 maiores tomadores .....	8,9	7,0	6,1
Os 20 maiores tomadores .....	13,0	10,5	9,5
Os 50 maiores tomadores .....	20,7	16,8	15,8
Os 100 maiores tomadores .....	26,4%	22,0%	21,0%

### Operações de crédito à pessoa física

Concedemos um volume significativo de empréstimos pessoais a clientes pessoas físicas, que nos permite diminuir o impacto de créditos individuais, bem como os benefícios da fidelização do cliente. Tais empréstimos consistem, basicamente, de:

- empréstimos a curto prazo, concedidos por nossas agências aos nossos correntistas e, dentro de certos limites, por meio de nossa rede de caixas eletrônicos; que tem vencimento médio de dois meses e incidência de uma taxa de juros média de 5,29% ao mês em 31 de dezembro de 2006;
- financiamento de automóveis, com vencimento médio de treze meses e taxa de juros média de 1,83% ao mês em 31 de dezembro de 2006; e

- empréstimos por meio de saques a descoberto em contas correntes (cheque especial), com liquidação média de um mês e sujeitos a taxas de juros que variavam de 4,45% a 8,01% ao mês em 31 de dezembro de 2006.

Também concedemos linhas de crédito por crédito rotativo e empréstimos a prazo tradicionais. Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos em aberto adiantamentos, financiamentos de automóveis, empréstimos ao consumidor e empréstimos por crédito rotativo no valor total de R\$ 29,3 bilhões representando 29,9% de nossa carteira de crédito nessa data. Com base nos empréstimos em aberto nessa data, detínhamos uma participação de 16,79% do mercado brasileiro de empréstimos ao consumidor, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central.

Atuando como nosso financiador, temos o Banco Finasa, focado no mercado de financiamento ao consumidor de veículos leves de transportes, outros bens e serviços, leasing e crédito pessoal. Para isso, o Banco Finasa conta com os serviços da Finasa Promotora de Vendas Ltda, sua subsidiária integral, responsável pela prospecção de negócios, que, em 31 de dezembro de 2006 atuava em todo território nacional, por meio de suas 381 filiais, 16.839 revendedoras de veículos e 23.054 lojas que comercializam móveis e decorações, turismo, autopeças, programas e equipamentos de informática, material de construção, vestuário e calçados, entre outros. Ao final de 2006, a Finasa Promotora de Vendas registrava 4.821 colaboradores, 78% dos quais, diretamente voltados à prospecção de novos negócios.

### ***Financiamentos imobiliários***

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos 29.860 contratos de empréstimos sob hipoteca residencial em aberto. Das unidades que tiveram sua produção financiada em 2006 pelas entidades financeiras ao segmento da construção civil, atingimos 38,7% de participação, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2006, o valor global em aberto desses empréstimos totalizava R\$ 1,8 bilhão, representando 1,9% de nossa carteira de crédito.

Os financiamentos habitacionais são realizados, ou pelo Sistema Financeiro Habitacional, que chamamos de “SFH”, ou pela Carteira Hipotecária Habitacional, que chamamos de “CHH”. Os financiamentos pelo SFH ou pela CHH com prestações variáveis são realizados a taxas de juros anuais de 8% a 16% mais TR. As operações com parcelas pré-fixadas são realizadas com taxas de 13,5% a 18%.

Os empréstimos residenciais do SFH e CHH têm vencimento estipulado de 5 a 20 anos.

Nossos empréstimos para término de construção, concedidos a pessoas físicas, possuem prazo de até 12 meses para término da obra, com retorno do empréstimo em até 15 anos, sendo efetuados à taxa de juros de 12% ao ano mais a variação da TR somente para imóveis enquadrados nas regras do SFH.

Também concedemos financiamentos para planos empresários no SFH. Estes financiamentos são para construção e possuem prazo para obras de até vinte e quatro meses e o retorno do empréstimo tem prazo de até 2 anos após a averbação da construção. Estes empréstimos são efetuados com base na variação da TR e taxa de juros de 12% ao ano durante a fase de construção no SFH e TR mais 16% ao ano para retorno quando CHH.

A regulamentação do Banco Central exige que concedamos financiamentos imobiliários habitacionais no mínimo iguais a 65% do saldo de nossas contas de poupança. Podem ser utilizados para satisfazer esta exigência, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados e outros financiamentos, conforme as normas emitidas pelo Banco Central. Em geral, não financiamos mais de 80% do preço de compra ou do valor de mercado de um imóvel, o que for menor.

Atualmente, detemos 9,1% do capital votante da Companhia Brasileira de Securitização, também conhecida como “CIBRASEC”. A CIBRASEC é uma sociedade de propósito específico, controlada por várias instituições financeiras brasileiras, que se dedica à securitização de empréstimos para fins de aquisição de moradias.

### ***Repasses de Empréstimos do BNDES***

O Governo Brasileiro tem um programa para conceder empréstimos de longo prazo financiados pelo próprio Governo com taxas de juros abaixo do mercado a setores da economia que tenha escolhido para desenvolver. Nós tomamos recursos segundo esse programa ou (i) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecido como “BNDES”, que é um banco brasileiro de desenvolvimento do Governo Federal, ou (ii) da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame, a subsidiária de financiamento de equipamentos do BNDES. Nós então repassamos os recursos para os tomadores nos setores dirigidos da economia. Determinamos a margem sobre os empréstimos com base nos créditos dos tomadores. O repasse, cujo risco é nosso, é efetuado com obtenção de garantias reais. Para mais informações sobre nossos empréstimos do BNDES, veja a nota 14(a) nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o BNDES, somos o maior banco de repasse de empréstimos do BNDES. Emprestamos basicamente a pequenos clientes pessoas jurídicas no setor industrial. A carteira de Repasses do BNDES totalizou R\$ 9,7 bilhões em 31 de dezembro de 2006, representando 9,9% de nossa carteira de crédito naquela data.

### ***Outros Empréstimos a Pessoas Jurídicas***

Concedemos empréstimos tradicionais para as necessidades diárias de nossos clientes pessoas jurídicas. Tínhamos R\$ 22,9 bilhões de empréstimos em aberto a pessoas jurídicas, representando 23,4% de nossa carteira de crédito em 31 de dezembro de 2006. Oferecemos uma grande variedade de empréstimos a nossos clientes brasileiros pessoas jurídicas, inclusive:

- empréstimos a curto prazo de até 29 dias;
- empréstimos para capital de giro para cobrir necessidades de caixa de nossos clientes;
- contas correntes garantidas;
- desconto de duplicatas, notas promissórias, cheques e orpags; e
- financiamento de mercadorias.

Esses produtos de empréstimos em geral sofrem incidência de uma taxa de juros entre 1,96% e 6,36% ao mês.

### ***Crédito Rural***

Concedemos empréstimos ao setor rural financiados com recursos oriundos de parcela de depósitos à vista, conforme regulamentação do Banco Central, repasses de Empréstimos do BNDES e recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2006, a carteira de Crédito Rural totalizava R\$ 7,4 bilhões, representando 7,6% de nossa carteira de crédito. Conforme regulamentação do Banco Central, os empréstimos oriundos de depósitos compulsórios são oferecidos a uma taxa fixa. A taxa fixa anual era 8,75% em 31 de dezembro de 2006. O vencimento desses empréstimos em geral coincide com o ciclo da respectiva colheita, com o principal vencendo na época que a colheita é vendida. Para os repasses de empréstimos do BNDES, destinados a investimentos ao setor rural, o prazo é de até 5 anos, com

vencimentos semestrais ou anuais. Como garantia de tais empréstimos, geralmente obtemos uma hipoteca sobre a área na qual a atividade rural financiada é exercida.

Os regulamentos atuais do Banco Central nos obrigam a utilizar no mínimo 25,0% de nossos depósitos à vista para fornecer crédito ao setor rural. Se não atingirmos os 25,0% de percentual mínimo, deveremos depositar o restante em uma conta não remunerada no Banco Central.

### ***Microcrédito***

Nós concedemos microcrédito a indivíduos de baixa renda e pequenas empresas de acordo com a regulamentação do Banco Central, que exige que os bancos direcionem 2% de seus depósitos à vista à tais operações de crédito. Começamos a conceder microcréditos em agosto de 2003. Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos 73.916 operações de microcrédito em aberto totalizando R\$ 20,5 milhões, representando 0,02% de nossa carteira de crédito.

Conforme a regulamentação do Banco Central, as operações têm uma taxa de juros efetiva máxima de 2,0% ao mês, como regra geral. Entretanto, as operações de microcrédito produtivo orientado tem uma taxa de juros efetiva de 4%. O CMN determina que o valor máximo emprestado a qualquer tomador fique limitado a (i) R\$ 1.000 para pessoas físicas em geral, (ii) R\$ 3.000 para pessoas física, para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, ou para microempresas, e (iii) R\$ 10.000 nas operações de microcrédito produtivo orientado. Além disso, o prazo das operações de microcrédito não pode ser inferior a 120 dias, e a taxa de abertura de crédito, deve variar entre 2% a 4% do valor do crédito concedido.

### ***Operações de Arrendamento Mercantil***

Segundo a ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing, em 31 de dezembro de 2006, o valor de nossas operações de arrendamento mercantil em aberto era um dos maiores entre as empresas privadas de arrendamento mercantil no Brasil, conforme medido pelo valor presente da nossa carteira de arrendamento mercantil. Também segundo a ABEL, o valor presente das carteiras de arrendamento mercantil no Brasil em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 34,0 bilhões e detínhamos uma participação de mercado de 11,54%.

Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos 111.154 contratos de arrendamento mercantil em aberto, com um valor global de R\$ 3,8 bilhões, representando 3,9% de nossa carteira de crédito. O volume de nossa carteira de arrendamento mercantil era R\$ 2,5 bilhões (aproximadamente 54.600 mil contratos) em 31 de dezembro de 2005 e R\$ 1,6 bilhão (aproximadamente 28.400 mil contratos) em 31 de dezembro de 2004.

O mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por grandes bancos e empresas afiliadas a fabricantes de veículos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Os contratos de arrendamento mercantil brasileiros em geral se referem a veículos, computadores, maquinário industrial e outros equipamentos.

Oferecemos substancialmente contratos de arrendamento mercantil financeiro (em contraposição ao operacional) e nossas operações de arrendamento mercantil envolvem basicamente o arrendamento de automóveis, caminhões, guindastes, aeronaves e maquinário pesado. Em 2006, 68,9% de nossos contratos de arrendamento mercantil em vigor se referiam a automóveis, em comparação a 77,3% do mercado brasileiro de arrendamento mercantil como um todo.

Em 31 de dezembro de 2006, conduzíamos nossas operações de arrendamento através da nossa principal empresa de arrendamento mercantil, a Bradesco Leasing e também pelo Banco Finasa.

Obtemos financiamento para nossas operações de arrendamento mercantil, basicamente, por meio da emissão de debêntures e títulos no mercado doméstico. Em 31 de dezembro de 2006, a Bradesco Leasing possuía R\$ 28,4 bilhões de debêntures em circulação no mercado doméstico. Estas debêntures têm vencimento de até 2025.

Em 28 de junho de 2006, a CVM aprovou o segundo programa para distribuição de debêntures da Bradesco Leasing, no montante de até R\$ 10,0 bilhões e prazo de validade de 2 anos. Neste programa, a Bradesco Leasing emitiu e lançou integralmente 65.000.000 debêntures simples no valor agregado de R\$ 6,5 bilhões, a R\$ 100,00 cada, conforme aprovado pela CVM em 19 de julho de 2006. Essas debêntures terão vencimento em 20 anos após sua data de emissão em 1º de fevereiro de 2025, corrigidas pelo CDI.

### ***Termos dos Contratos de Arrendamento Mercantil***

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro representam uma fonte de financiamento de médio e longo prazos para clientes brasileiros. Segundo as leis brasileiras, o prazo mínimo de contratos de arrendamento mercantil financeiro é de vinte e quatro meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média de cinco anos ou menos e de trinta e seis meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média superior a cinco anos. Não existe um prazo máximo determinado por lei para contratos de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2006, o vencimento médio remanescente dos contratos em nossa carteira de arrendamento mercantil era de 38 meses.

Por meio de nossas empresas de arrendamento mercantil, retemos a propriedade legal de cada ativo até que a parcela final (inclusive qualquer valor residual acordado) devida, segundo o contrato de arrendamento mercantil, seja paga pelo arrendatário. Nossos contratos de arrendamento mercantil são, em geral, estruturados de modo a distribuir o pagamento do valor residual acordado durante a vigência do contrato. Em geral, retomamos a propriedade do ativo arrendado quando o arrendatário se torna inadimplente e exigimos um sinal de 30,0% e que o arrendatário mantenha seguro total sobre o ativo arrendado.

### ***Cartões de Crédito***

Fomos o primeiro banco a emitir cartões de crédito no Brasil em 1968 e, em 31 de dezembro de 2006, éramos um dos maiores emissores do Brasil, com uma base de 13,0 milhões de cartões de crédito e 4,9 milhões de cartões *Private label*. Oferecemos cartões de crédito Visa, American Express, MasterCard e *private label* a nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2006, nossos cartões de crédito eram aceitos em mais de 24 milhões de estabelecimentos comerciais e de serviços em mais de 150 países.

Em março de 2006, celebramos contrato com os acionistas controladores da American Express Company para adquirir o capital total de suas afiliadas no Brasil, atuantes no ramo de cartões de créditos e negócios relacionados. Teremos direitos exclusivos, por pelo menos 10 anos, para a emissão de cartões de crédito da linha Centurion no Brasil, incluindo o Programa *Membership Rewards* e administração da rede de estabelecimentos para a aceitação dos Cartões American Express no Brasil.

Além disso, em 2006 o Banco Bradesco, a Fidelity National Information Services, Inc. e o Banco ABN AMRO Real assinaram acordo para formar parceria com a finalidade de prestar serviços de processamento de cartões. A parceria ocorre através de uma nova empresa denominada Fidelity Processadora e Serviços S.A. Esta parceria tornou a Fidelity uma das maiores processadoras de cartões no Brasil.

Auferimos receitas de nossas operações de cartões de crédito por meio de:

- tarifas sobre compras pagas pelos estabelecimentos comerciais;
- tarifas de emissão/anuidades;
- juros sobre os saldos financiados;
- juros e tarifas sobre saques efetuados nos caixas eletrônicos;
- juros sobre antecipação dos valores a serem recebidos pelos estabelecimentos que efetuaram vendas aos portadores de cartão de crédito Visa; e
- diversas tarifas cobradas dos portadores de cartões e estabelecimentos comerciais afiliados.

Oferecemos aos nossos clientes a mais completa linha de cartões de crédito e serviços correlatos, inclusive:

- cartões para baixa renda com uso restrito ao Brasil;
- cartões internacionais, válidos no Brasil e no Exterior;
- cartões destinados a clientes com elevados gastos, tais como: o “Gold” e o “Platinum” das bandeiras Visa, American Express e MasterCard. Destacam-se os benefícios dos Programas de Fidelidade, entre os quais o Membership Rewards;
- cartões múltiplos, uma combinação no mesmo plástico das funções crédito e débito, que além das tradicionais transações bancárias, os associados do cartão também podem utilizá-lo para transações de compras;
- para maior segurança, estamos emitindo para toda a base, cartões com “chip”, microcircuito que permite aos associados utilizar senhas ao invés de assinaturas;
- cartões para pessoas jurídicas, aceitos no âmbito nacional e internacional;
- cartões com marcas compartilhadas, mais conhecidos como “co-branded”, emitidos por meio de parcerias com empresas dos vários segmentos, tais como: companhias aéreas, lojas de varejo, jornais, revistas, montadoras de automóveis, entre outros;
- cartões afinidades, emitidos por meio de associações civis, tais como: clubes esportivos e organizações não governamentais;
- cartões Cred Mais, para funcionários de empresas com a folha de pagamento no Bradesco, com taxas mais atrativas para o financiamento rotativo;
- cartões *private label*, destinados exclusivamente a clientes de estabelecimentos varejistas, com a finalidade de alavancar negócios e fidelizar os clientes aos estabelecimentos, que podem ou não ter bandeira para uso fora do estabelecimento;
- “GiftCard”, cartão pré-carregado destinado a presentear pessoas físicas;
- SMS – Serviço de Mensagem Bradesco, que permite ao seu portador receber mensagem no telefone celular no mesmo instante em que a transação com o Cartão for realizada;
- CPB - Cartão Passagem Bradesco, cartão virtual destinado às pessoas jurídicas para gestão e controle das despesas com passagens aéreas;

- Cartão de Crédito “co-branded” com as Casas Bahia e com bandeira Visa, que proporciona opção de pagamento em até 24 meses para compras realizadas nas lojas das Casas Bahia e é aceito também em todos os estabelecimentos que adotam a bandeira Visa; e
- Cartão Transportes Bradesco, destinado às empresas transportadoras, embarcadoras, gerenciadoras de risco e caminhoneiros, com funções múltiplas de pré-pago e débito em conta.

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos registrado mais de 84 parceiros com cartões “co-branded”, afinidade e *private label*. A oferta de cartões de crédito a esse público integra nossa estratégia de relacionamento com o cliente de forma a oferecer produtos bancários, como seguros e financiamentos aos associados dos cartões de crédito.

Bradesco tem interesse de longo prazo em questões ambientais. Em 1993, lançamos o cartão SOS Mata Atlântica, que destina uma parte de suas receitas à causas ambientais.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento dos cartões de crédito que emitimos no Brasil, nos anos indicados:

<b>Em milhões</b>	<b>Exercício 2004</b>	<b>Exercício 2005</b>	<b>Exercício 2006</b>
<b>Base de Cartões</b>	<b>46,4</b>	<b>47,6</b>	<b>58,0</b>
Crédito	7,6	8,6	13,0
Débito	38,8	37,4	40,1
<i>Private Label</i>	-	1,6	4,9
<b>Faturamento – R\$</b>	<b>20.909,9</b>	<b>26.272,1</b>	<b>38.719,8</b>
Crédito	11.476,9	13.802,7	23.233,2
Débito	9.433,0	12.248,7	14.243,1
<i>Private Label</i>	-	220,7	1.243,5
<b>Número de Transações</b>	<b>407,6</b>	<b>495,0</b>	<b>619,2</b>
Crédito	185,4	217,2	293,8
Débito	222,2	274,5	309,5
<i>Private Label</i>	-	3,3	15,9

### ***Cartões de Débito***

Os clientes detentores de cartões de débito “Bradesco Visa Electron” podem utilizá-los na aquisição de bens e serviços em estabelecimentos e saques em toda a Rede BDN no Brasil e na Rede “Plus Visa” no exterior. O valor da compra é debitado da conta do portador do cartão, eliminando a inconveniência e a burocracia do cheque. Para tanto, é cobrado do estabelecimento afiliado uma taxa de comissão de aproximadamente 1,6% sobre o valor de cada operação, realizada com cartão “Visa Electron”. Nossos clientes realizaram transações com cartões de débito de R\$ 14,2 bilhões durante o ano de 2006, um aumento de 16,3% sobre 2005 resultante da expansão da base de clientes e preferência por este meio de pagamento.

### ***Cartões pré-pagos***

Em 2006, o Bradesco foi uma das principais empresas responsáveis pelo aumento da carteira total da Visa Vale, empresa criada pelo Bradesco, Banco do Brasil e Amro Bank, para atender o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (do Governo). Em 2006, a Visa Vale detinha 1,2 milhão de cartões, representando crescimento de 22,4% sobre 2005.



## ***Soluções Administrativas de Recebimentos, Pagamentos e Recursos Humanos***

### ***Soluções de Recebimentos e Pagamentos***

No Brasil, a maioria dos clientes efetua o pagamento de suas contas pessoalmente nas agências bancárias e em ambiente de auto-atendimento oferecidos pelos bancos. Para atender as necessidades de gestão de caixa (“Cash Management”) dos clientes, tanto do setor público quanto do privado, o Bradesco oferece várias soluções eletrônicas para a Gestão dos Recebimentos e Pagamentos, apoiadas por ampla rede de agências, correspondentes bancários e canais eletrônicos, que objetivam maior rapidez e segurança na movimentação dos recursos e de informações.

As soluções oferecidas incluem: (a) a prestação de serviços para facilitar o recebimento de contas vencidas; (b) o gerenciamento on-line de recursos em dinheiro na rede de agências; e (c) o pagamento eletrônico de tributos. Além dessas soluções eletrônicas, oferecemos serviços para facilitar o desenvolvimento dos negócios de nossos clientes e fornecer soluções personalizadas para os problemas bancários dos clientes.

Também fornecemos serviços ao setor público (contando inclusive com portal exclusivo na internet, [www.bradescopoderpublico.com.br](http://www.bradescopoderpublico.com.br)) focados em atender de maneira diferenciada órgãos federais, estaduais, municipais e concessionárias de serviços públicos.

Nossas receitas pela prestação desses serviços são auferidas por meio de tarifas sobre serviços de cobrança, arrecadação e processamento de pagamentos, e também pelo trânsito dos recursos recebidos até a sua disponibilização aos favorecidos. Esses serviços contribuem para a geração de outros negócios dentro da organização e de resultados.

### ***Cobrança***

Em 2006, processamos 979,2 milhões de transações de Cobrança, correspondendo ao valor de R\$ 995,7 bilhões. Em 2005, processamos 919,2 milhões de transações de Cobrança, correspondendo ao valor de R\$ 921,9 bilhões.

### ***Arrecadações***

Em 2006, arrecadamos 309,6 milhões de documentos referentes a Tributos, Contas de Órgãos Públicos (diretamente do governo brasileiro ou de concessionárias) e Pagamento a Beneficiários do INSS, correspondendo a R\$ 178,8 bilhões. Em 2005, o volume de documentos arrecadados foi de 271,8 milhões, correspondendo ao montante de R\$ 160,7 bilhões, com destaque para:

- R\$ 23,7 bilhões pagos em 2006 em contas de luz, água, gás e telefone, dos quais 24,1% foram pagos por meio de débito automático em contas correntes e de poupança; e
- R\$ 126,3 bilhões em arrecadação de tributos em 2006.

### ***Custódia de Cheques***

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos 105.000 contas usando os serviços de custódia de cheques pré-datados totalizando R\$ 3,6 bilhões em carteira. O cheque pré-datado é uma modalidade de pagamento bastante utilizada no país, em especial nos setores varejista e atacadista. De acordo com este sistema, os clientes pagam por suas mercadorias e serviços com cheques pré-datados, os quais o vendedor deposita em uma data negociada em comum acordo, permitindo efetivamente o pagamento a longo prazo. Os clientes usuários desse serviço podem contar ainda com facilidades para captura eletrônica dos dados e linhas de crédito para a antecipação dos recursos. No ano de 2005, encerramos a carteira com 218.000 contas com saldo de R\$ 3,9 bilhões. A diminuição que ocorreu em 2006 foi relacionada em grande parte ao fato de que um dos nossos maiores clientes de custódia de cheques foi adquirido por um de nossos concorrentes. Adicionalmente, o uso de cheques pré-datados está

diminuindo no Brasil com o uso de maneiras de pagamentos alternativas, incluindo cartões de crédito, que cresce em popularidade.

### ***Pagamentos de Fornecedores e Tributos***

Em 31 de dezembro de 2006, mais de 400.000 empresas utilizavam nossas soluções de pagamentos eletrônicos que permitem a realização de pagamentos e transferências financeiras de forma “on-line” aos seus fornecedores e credores e ainda o pagamento de tributos e contas de órgãos públicos. O volume de transações processadas em 2006 foi de 144,0 milhões para um montante de R\$ 549,7 bilhões. Em 2005, o volume de transações havia sido de 128,4 milhões, para um montante de R\$ 470,3 bilhões.

Em 2006, R\$ 28,8 bilhões foram pagos aos beneficiários e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS"), representando 19,0% do total de inscrições daquele Instituto em 2006.

### ***Soluções Administrativas e Recursos Humanos***

Oferecemos aos nossos clientes pessoas jurídicas diversas soluções eletrônicas para a Gestão de Recursos Humanos e apoio administrativo, incluindo o processamento de folha de pagamento, abertura de contas correntes para os funcionários, a concessão de cartão salário, destinado aos funcionários não correntistas, e do cartão empresa, para o pagamento de despesas de viagens e representação, entre outras. Ao receber seus salários por intermédio do Bradesco, os funcionários podem usufruir desses serviços, incluindo facilidades de crédito especiais e ampla rede de atendimento do Bradesco.

### ***Serviços Relativos a Mercados de Capitais e Atividades Bancárias de Investimento***

#### ***Serviços de Subscrição - “Underwriting”***

Há mais de dez anos, o Bradesco mantém posição de destaque no Brasil, coordenando operações de distribuição pública, tanto de títulos de renda fixa quanto de renda variável.

No ano de 2006, estávamos envolvidos em diversas ofertas de ações e dívidas, dentre as quais podemos destacar as ofertas de ações do setor imobiliário das empresas: Rossi Residencial S.A., Cyrela Brazil Realty S.A., Abyara Planejamento Imobiliário S.A., São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. e LPS Brasil Consultoria de Imóveis, que totalizava o valor agregado de R\$ 2,9 bilhões, (ii) a primeira emissão de debêntures do BNDES Participações S.A., no montante total de R\$ 600 milhões, (iii) a sétima emissão de debêntures Companhia Vale do Rio Doce, no montante de R\$ 5,5 bilhões, (iv) a quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A., no montante total de R\$ 1,1 bilhão, (v) a primeira emissão de debêntures da TAM S.A., no montante total de R\$ 500 milhões, (vi) a terceira emissão de debêntures da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A., no montante total de R\$ 2 bilhões, e (vii) a primeira emissão de notas promissórias da Sociedade para Participação em Rodovias – SPR, no montante total de R\$ 220 milhões.

Em 31 de dezembro de 2006, de acordo com a ANBID, ocupávamos:

- o 2º lugar no ranking de “Distribuição”, com um valor total de R\$ 5,3 bilhões em operações de renda fixa; e
- o 3º lugar no ranking de “Originação de Transações”, com um valor total de R\$ 5,4 bilhões em operações com títulos de renda fixa.

Durante o ano de 2006, coordenamos R\$ 30 bilhões de transações de dívida e ações, representando 28,6% das emissões registradas na CVM durante o período. Em 2005, coordenamos emissões públicas de títulos de dívida e ações no mercado brasileiro, totalizando R\$ 26,9 bilhões, correspondendo a 46,2% de todas as transações registradas na CVM.

### *Serviços de Consultoria*

Em 2006, nosso desempenho nas ofertas públicas de quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, que chamamos de “FIDCs”, equivalia a R\$ 1,6 bilhão. Dentre eles, destacamos os seguintes: (i) FIDC Cemig Conta CRC, no montante total de R\$ 900,0 milhões, (ii) FIDC CESP III, no valor total de R\$ 650,0 milhões, (iii) FIDC Quero-Quero Financeiro no montante total de R\$ 51,0 milhões, e (iv) FIDC Marcopolo, no montante total de R\$ 37,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2006, de acordo com a ANBID, em 2006 éramos o segundo colocado na originação de transações de cotas seniores sob a forma de condomínio fechado.

Em 2006, fizemos a consultoria e fomos credor e agente administrativo da Confidere Imobiliária e Incorporadora Ltda., na estruturação do “*build to suit financing*”, no montante de R\$ 97,0 milhões, e da Camil Alimentos S.A. na estruturação da operação de empréstimo sindicalizado, no valor de R\$ 95,0 milhões.

Em 2006, fizemos a consultoria da Satélite Distribuidora de Petróleo S.A., na associação com a ALE Combustíveis S.A., Açúcar Guarani S.A. (Grupo Tereos) na aquisição da Companhia Energética São José, na aquisição das operações de cartão de crédito e linhas de produtos similares da American Express no Brasil e na aquisição do Banco do Estado do Ceará S.A. BEC, pelo Banco Bradesco S.A..

Em 2006, atuamos como assessores financeiros para projetos estruturados na modalidade parceria público privada, que chamamos de “PPP”. Fomos uma das empresas pioneiras na estruturação de projetos na modalidade PPP.

Em novembro de 2006, atuamos como assessores financeiros no leilão de linhas de transmissão para o Consórcio Ocidental, formado pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Neoenergia S.A., e no leilão de energia nova em outubro de 2006 para a Energias do Brasil S.A..

Além disso, assessoramos a Itumbiara Transmissora de Energia S.A., companhia patrocinada pelas empresas Elecnor S.A., Grupo Isolux Corsán S.A. e Cobra Instalaciones y Servicios S.A, na estruturação de financiamento de R\$ 489,0 milhões junto ao BNDES, para a implantação da linha de transmissão entre Cuiabá (MT) e Itumbiara (MG).

Viabilizamos, junto ao BNDES, financiamento à PCH Santa Rosa, hidrelétrica de 30 MW, da Engevix Engenharia S.A., no montante de R\$ 80 milhões.

Atuamos como líderes do sindicato no financiamento de uma planta com capacidade anual de 475 mil toneladas de PET para a M&G Polímeros do Brasil S.A..

Estamos atualmente atuando como assessores financeiros (i) da realização de um financiamento de longo prazo para a Foz do Chapecó Energia S.A., hidrelétrica de 855 MW, da CPFL Geração de Energia S.A., Chapecoense Geração S.A. e CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica, e (ii) nos projetos da Ceará Steel S.A.

### *Serviços de Intermediação e Negociação*

Por meio de nossa subsidiária integral Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que designaremos “Bradesco Corretora”, negociamos contratos de futuros, opções e títulos e valores mobiliários privados e governamentais, por conta de nossos clientes. Os clientes da Bradesco Corretora incluem pessoas físicas com elevado patrimônio, grandes empresas e investidores institucionais. A Bradesco Corretora oferece o serviço de análise de investimentos, que fornece relatórios sobre o desempenho dos principais mercados, carteira de ações sugerida e *stock guide*.

Durante o exercício de 2006, a Bradesco Corretora negociou mais de R\$ 25,9 bilhões, na Bovespa e, segundo a mesma, classificou-se em 14º lugar no Brasil em termos de volume total de negociações.

Além disso, durante o exercício de 2006, a Bradesco Corretora negociou aproximadamente 2,6 milhões de contratos de futuros, *swaps*, opções e outros, num valor total de R\$ 207,9 bilhões, na Bolsa de Mercadorias e Futuros, que chamamos de “BM&F” e, de acordo com a BM&F, em 2006, a Bradesco Corretora classificou-se em 27º lugar no mercado brasileiro, em termos de número de contratos de futuros, opções e *swaps* executados. Em 2005, a Bradesco Corretora negociou 3,9 milhões de contratos futuros, *swaps*, opções e outros, com um valor total de R\$ 402,9 bilhões, na BM&F e, de acordo com a BM&F, classificou-se em 20º lugar no mercado brasileiro.

A Bradesco Corretora possui quinze corretores que atendem investidores do setor de varejo e que oferecem suporte aos gerentes de nossas agências, nove corretores dedicados a investidores institucionais brasileiros e estrangeiros e nove corretores dedicados à BM&F. A Bradesco Corretora mantém no pregão da BM&F dez operadores e dois auxiliares de pregão. Os gerentes de nossas agências auxiliam na captação de novos clientes, oferecendo os serviços prestados pela Bradesco Corretora.

A Bradesco Corretora oferece a seus clientes a possibilidade de negociar valores mobiliários pela Internet, por meio de seu serviço “ShopInvest”. Em 2006, as negociações pelo “ShopInvest” totalizaram R\$ 4,3 bilhões, correspondendo a 3,0% de todas as operações realizadas via internet na Bovespa classificando-se em 6º lugar no mercado brasileiro. Em 2005, as negociações através do ShopInvest totalizaram R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a 2,3% de todas as transações realizadas via Internet na Bovespa colocando a Corretora em oitavo lugar naquele período.

Oferecemos, ainda, o Programa Tesouro Direto, que permite ao cliente pessoa física investir em Títulos Públicos Federais pela Internet, sendo necessário apenas que o cliente se cadastre na Bradesco Corretora por meio do nosso site [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br).

A Bradesco Corretora oferece também o serviço de representante de investidores não residentes em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CMN nº. 2.689, que chamamos de “Resolução 2.689”. Para mais informações sobre a Resolução 2.689, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio”.

#### *Serviços de Ações, Custódia e Controladoria*

Com infra-estrutura adequada e pessoal especializado, o Bradesco oferece a seus clientes os serviços qualificados de Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Controladoria, Fundos de Recebíveis, DR-Depositary Receipt, BDR-Brazilian Depositary Receipt, Escrituração de Ações, Debêntures e Quotas de Fundos de Investimento. Ao todo são 10 certificações ISO 9001:2000 e 3 certificações *Good Priv@cy*.

Em 31 de dezembro de 2006:

- Escrituração de ativos
- 178 empresas integravam o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, reunindo 2,5 milhões de acionistas;
- 50 empresas integravam o Sistema de Debêntures Escriturais, com valor atualizado de R\$ 60,6 bilhões;
- 48 Fundos de Investimento integravam o Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor atualizado de R\$ 22,7 bilhões; e

- 2 Programas de BDR registrados, com valor de mercado de R\$ 222,4 milhões.
- Custódia e Controladoria
- R\$ 278,4 bilhões em ativos custodiados dos clientes que utilizam os serviços de Custódia (Fundos, Carteiras, DR e Fundos de Recebíveis);
- 9 Programas de DR registrados, com valor de mercado de R\$ 62,9 bilhões; e
- R\$ 319,8 bilhões é o total de Patrimônio dos 920 Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que utilizavam os serviços de controladoria.

#### *Atividade Bancária de Investimentos*

Em fevereiro de 2006, constituímos o Banco Bradesco BBI S.A., que chamamos de “Bradesco BBI”, que tem como missão ser nosso banco de investimentos operar as áreas de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamentos de projetos, operações estruturadas e tesouraria, cuidando dos negócios de estruturação, originação, distribuição e administração de ativos, fluxos e estoques financeiros de clientes. Além dessas atividades, o BBI coordena as operações da BRAM – Bradesco Asset Management DTVM, que chamamos “BRAM”, da Bradesco Corretora, Bradesco Securities Inc., que chamamos de “Bradesco Securities” e do Bradesco Private Banking, nosso segmento de private banking.

#### *Atividade Bancária Internacional*

Na qualidade de banco comercial privado, oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, como: operações de câmbio, financiamento ao comércio exterior, linhas de crédito e atividades bancárias. Nossa estrutura no exterior é a seguinte:

- na cidade de Nova Iorque, nossa agência e a Bradesco Securities Inc., uma subsidiária que chamamos de “Bradesco Securities U.S.”;
- nas Ilhas Cayman, uma agência Bradesco assim como nossa subsidiária, Cidade Capital Markets Ltd., que chamamos de “Cidade Capital Markets”;
- nas Bahamas, uma agência do Boavista;
- na Argentina, Banco Bradesco Argentina S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Argentina”;
- em Luxemburgo, Banco Bradesco Luxembourg S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Luxemburgo”; e
- no Japão, a Bradesco Services Co. Ltd., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Services Japan”.

Nossas operações internacionais são coordenadas por nosso departamento de câmbio e têm o suporte de doze unidades operacionais no Brasil, além de quatro pontos de apoio e três plataformas de câmbio, localizados nos principais centros exportadores e importadores do país.

#### *Receitas de operações no país e no exterior*

A tabela a seguir fornece um desmembramento de nossas receitas (receita financeira mais receita não-financeira), originárias de nossas operações no país e no exterior para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de					
	2004		2005		2006	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
No país.....	R\$ 37.228	98,0%	R\$ 48.222	98,7%	R\$ 53.923	98,7%
No exterior.....	777	2,0	641	1,3	736	1,3
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 38.005</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 48.863</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 54.659</b>	<b>100,0%</b>

#### *Agências e Subsidiárias no Exterior*

As agências e subsidiárias no exterior têm como principal objetivo, o financiamento ao comércio exterior brasileiro. A Bradesco Luxemburgo dedica-se ainda, a prestar serviços adicionais aos clientes do segmento *private banking*. Com exceção da Bradesco Services Japan, as nossas agências recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes pessoa física e jurídica e concedem crédito a clientes brasileiros e não brasileiros. O total de ativos das agências externas, excluindo-se as transações entre as partes relacionadas, somava R\$ 13,9 bilhões em 31 de dezembro de 2006.

As agências no exterior periodicamente fazem emissões de títulos da dívida mobiliária. Além dos recursos de curto prazo, obtidos junto a instituições internacionais e destinados ao financiamento de comércio exterior, as agências no exterior juntamente com a matriz captaram US\$ 379 milhões em 2006 e US\$ 901 milhões em 2005, através de emissões privadas de médio e longo prazo. A baixa demanda por empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira fez com que o Bradesco não acessasse o mercado de capitais internacional por meio de colocações públicas em 2006. O acesso ao mercado de capitais internacional, através da emissão de títulos de dívida, diversifica as fontes de financiamento em moeda estrangeira. Para a maioria das empresas latino-americanas, os custos desse acesso estão sujeitos às condições dos mercados doméstico e internacional e também à percepção dos investidores e financiadores internacionais aos riscos nos mercados emergentes.

Bradesco Argentina. Visando expandir as operações na América Latina, em dezembro de 1999, foi constituída nossa subsidiária na Argentina, a Bradesco Argentina, com a finalidade de conceder financiamentos, principalmente para empresas brasileiras instaladas na Argentina e, em menor escala, para empresas argentinas que tem negócios com o Brasil. Para a abertura da Bradesco Argentina, efetuamos uma capitalização inicial de R\$ 54,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2006, apresentava R\$ 44,8 milhões como total de ativos.

Bradesco Luxemburgo. Em abril de 2002, assumimos o controle total do Banque Banespa International S.A. de Luxemburgo, mudando a denominação para Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em setembro de 2003, foi concluído o processo de fusão das subsidiárias Banco Bradesco Luxembourg e Mercantil Luxemburgo, prevalecendo o nome da subsidiária Banco Bradesco Luxembourg. Em 31 de dezembro de 2006, seus ativos totalizavam R\$ 1.123,8 milhões.

Bradesco Services Japan. Em outubro de 2001, foi constituída a Bradesco Services Japan, para dar suporte e prestar serviços especializados à comunidade brasileira no Japão, incluindo o envio de remessas para o Brasil e aconselhamento referente a investimentos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2006, possuía R\$ 0,8 milhões de ativos.

Bradesco Securities U.S. A Bradesco Securities U.S., nossa subsidiária integral, opera como *broker dealer* nos Estados Unidos. O foco de atuação da empresa é a intermediação de compra e venda de ações, com destaque em operações de ADRs. Também está autorizada a operar com *Bonds*, *Commercial Paper*, Certificados de Depósito, entre outros papéis, podendo ainda prestar serviços de *Investment Advisory*. Atualmente temos mais de noventa programas de ADRs de empresas brasileiras negociados em Nova Iorque. Em 31 de dezembro de 2006, a Bradesco Securities possuía ativos de R\$ 48,8 milhões.

Cidade Capital Markets. Em fevereiro de 2002, o Bradesco, através do BCN, adquiriu a subsidiária Cidade Capital Markets em Grand Cayman, como parte de nossa aquisição de seu controlador, o Banco Cidade. Em 31 de dezembro de 2006, a Cidade Capital Markets apresentava em ativos R\$ 72,7 milhões.

### ***Operações Bancárias nos Estados Unidos***

Em janeiro de 2004, o *Federal Reserve Bank* dos Estados Unidos nos autorizou a operar como controladora financeira nos Estados Unidos. Como resultado, temos permissão para operar no mercado americano, diretamente ou através de uma subsidiária, e entre outras, vender seguros, fornecer serviços de subscrição, assessorar colocações privadas, gestão de carteiras e serviço de banco mercantil e administrar carteiras de fundos mútuos. Já começamos a oferecer alguns desses serviços nos Estados Unidos.

### ***Financiamento ao Comércio Exterior***

As atividades de comércio exterior brasileiro consistem, basicamente, em financiar as operações de exportação e importação.

Nos financiamentos à importação, o Bradesco repassa os recursos em moeda estrangeira diretamente aos exportadores, vinculando o pagamento em moeda local pelos importadores. Já nos financiamentos à exportação, são efetuadas antecipações dos recursos em moeda nacional aos exportadores, mediante o fechamento do contrato de câmbio de exportação e o futuro recebimento em moeda estrangeira no vencimento do contrato. Os financiamentos de exportação feitos antes do embarque da mercadoria recebem o nome de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, ou “ACC”, quando os recursos recebidos são utilizados na fabricação dos bens que serão exportados. Quando os financiamentos são feitos após o embarque da mercadoria recebem o nome de Adiantamento sobre Contrato de Exportação, ou “ACE”.

Existem ainda outras modalidades de financiamento à exportação, tais como: Pré-Pagamento de Exportação, Repasse de Recursos do BNDES-EXIM, Descontos de Saque, etc.

A carteira de comércio exterior é financiada, basicamente, por linhas de crédito obtidas junto a bancos correspondentes. Nós mantemos relacionamento com inúmeras instituições financeiras norte-americanas, européias, asiáticas e latino-americanas para esse fim, contando com grande rede de bancos correspondentes em todo o mundo, aproximadamente 1.000 instituições, das quais 89 nos concediam linhas de crédito ao final de 2006.

Ao final de 2006, o custo de captação de linhas para o financiamento de exportação atingia o nível mais baixo dos últimos anos, situando-se 10 pontos base acima da Libor para o período de 180 dias e 18 pontos base para 360 dias. Em relação a 2005, houve uma redução de 5 a 6 pontos base, demonstrando uma substancial melhora da percepção do mercado internacional para o risco Brasil.

A Área Internacional encerrou o exercício de 2006 registrando saldo de R\$ 12,9 bilhões em financiamento à exportação e R\$ 1,5 bilhão em financiamento à importação. Quanto ao volume de exportações contratado no ano de 2006, o Bradesco atingiu a cifra de US\$ 3,2 bilhões. Este montante representa crescimento de 29,3% sobre o ano anterior. No segmento de importação, o volume fechado foi da ordem de US\$ 13,4 bilhões em contratações, alcançando 29,9% de crescimento, quando comparado a 2005. Com base em informações disponibilizadas pelo Banco Central, no ano de 2006, atingimos um *market share* de 22,3% no mercado de exportação brasileiro, o que demonstra nossa expressiva atuação neste mercado. Da mesma forma, no mercado de importação nossa participação foi de 15,4%.

A tabela a seguir demonstra a composição de nossa carteira de comércio exterior em 31 de dezembro de 2006:

	<b>31 de dezembro de 2006</b>
	<b>(Em milhões de R\$)</b>
<b>Financiamento à exportação:</b>	
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (“ACCs”).....	R\$ 4.349
Adiantamentos sobre Contratos de Exportação (“ACEs”).....	1.534
Pré-pagamento de exportação.....	3.906
Repasse de recursos tomados via BNDES/EXIM .....	2.528
Outros .....	617
<b>Total do financiamento à exportação.....</b>	<b>R\$ 12.934</b>
<b>Financiamento à importação:</b>	
Financiamentos à importação - denominados em moeda estrangeira .....	685
Desconto de saque de importação .....	780
<b>Total do financiamento à importação .....</b>	<b>1.465</b>
<b>Total da Carteira de Comércio Exterior .....</b>	<b>R\$ 14.399</b>

### *Outros Produtos de Câmbio*

Além do financiamento ao comércio exterior, nossos clientes têm acesso a diversos serviços e produtos de câmbio, tais como:

- compra e venda de “traveller check” e papel moeda;
- transferência financeira de/para o exterior;
- cobrança de importação;
- compra de cheques em moeda estrangeira; e
- operações estruturadas em moeda estrangeira.

### *Serviços de Private Banking*

O Bradesco Private Banking disponibiliza aos seus clientes, pessoas físicas de elevado patrimônio, com ativos líquidos acima de R\$ 1 milhão para investimentos, exclusiva linha de produtos e serviços, incluindo assessoria de alocação de ativos, orientação fiscal, tributária e sucessória.

### *Gestão de Ativos*

Gerimos recursos de terceiros através de:

- fundos mútuos;
- carteiras de investimentos de pessoas físicas e jurídicas;
- fundos de previdência complementar, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Vida e Previdência; e
- seguradoras, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Seguros.



Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos R\$ 147,1 bilhões (participação de mercado de 14,9%), dos quais R\$ 129,1 bilhões geridos pela Bradesco Asset Management e R\$ 18,0 bilhões de recursos de terceiros relativos aos serviços específicos de administração, custódia e controladoria, segregados na BEM DTVM.

Em 31 de dezembro de 2006, oferecíamos 563 fundos e 104 carteiras administradas a 3,3 milhões de investidores. Oferecemos uma ampla família de fundos de renda fixa, renda variável, multimercados, entre outros. Não oferecemos atualmente investimentos em fundos altamente alavancados.

A tabela a seguir apresenta a distribuição de recursos em gestão, número de clientes e números de fundos e carteiras nas datas indicadas.

	<b>Distribuição de Ativos<sup>(1)</sup></b>		
	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(R\$ milhões)</b>		
<b>Fundos de Investimento:</b>			
Renda Fixa.....	83.441	104.183	130.609
Renda Variável.....	2.812	3.357	5.228
Cotas de Fundos de Terceiros.....	5.067	5.103	4.068
<b>Total.....</b>	<b>91.320</b>	<b>112.643</b>	<b>139.905</b>
<b>Carteiras Administradas:</b>			
Renda Fixa.....	5.922	6.340	4.265
Renda Variável.....	2.321	1.822	2.673
Cotas de Fundos de Terceiros.....	77	377	265
<b>Total.....</b>	<b>8.320</b>	<b>8.539</b>	<b>7.203</b>
<b>Total Geral.....</b>	<b>99.640</b>	<b>121.182</b>	<b>147.108</b>

1. Calculado de acordo com os dados utilizados para elaboração do Ranking Global de Administradores de Recursos de Terceiros da ANBID.

	<b>Em 31 de dezembro de</b>					
	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Cotistas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Cotistas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Cotistas</b>
Fundos de Investimento.....	507	2.683.514	516	3.392.016	563	3.333.002
Carteiras Administradas.....	105	371	110	390	104	449
<b>Total Geral.....</b>	<b>612</b>	<b>2.683.885</b>	<b>626</b>	<b>3.392.406</b>	<b>667</b>	<b>3.333.451</b>

Comercializamos nossos produtos de gestão de ativos por meio de nossa rede de agências, nosso serviço bancário por telefone e nosso site de investimentos na Internet, o “ShopInvest”. Trabalhamos continuamente para melhorar a composição de nossos investimentos, através de intensa análise comercial, assim como da diversificação de fundos de modo a melhor atender os nossos clientes.

### **Consórcios**

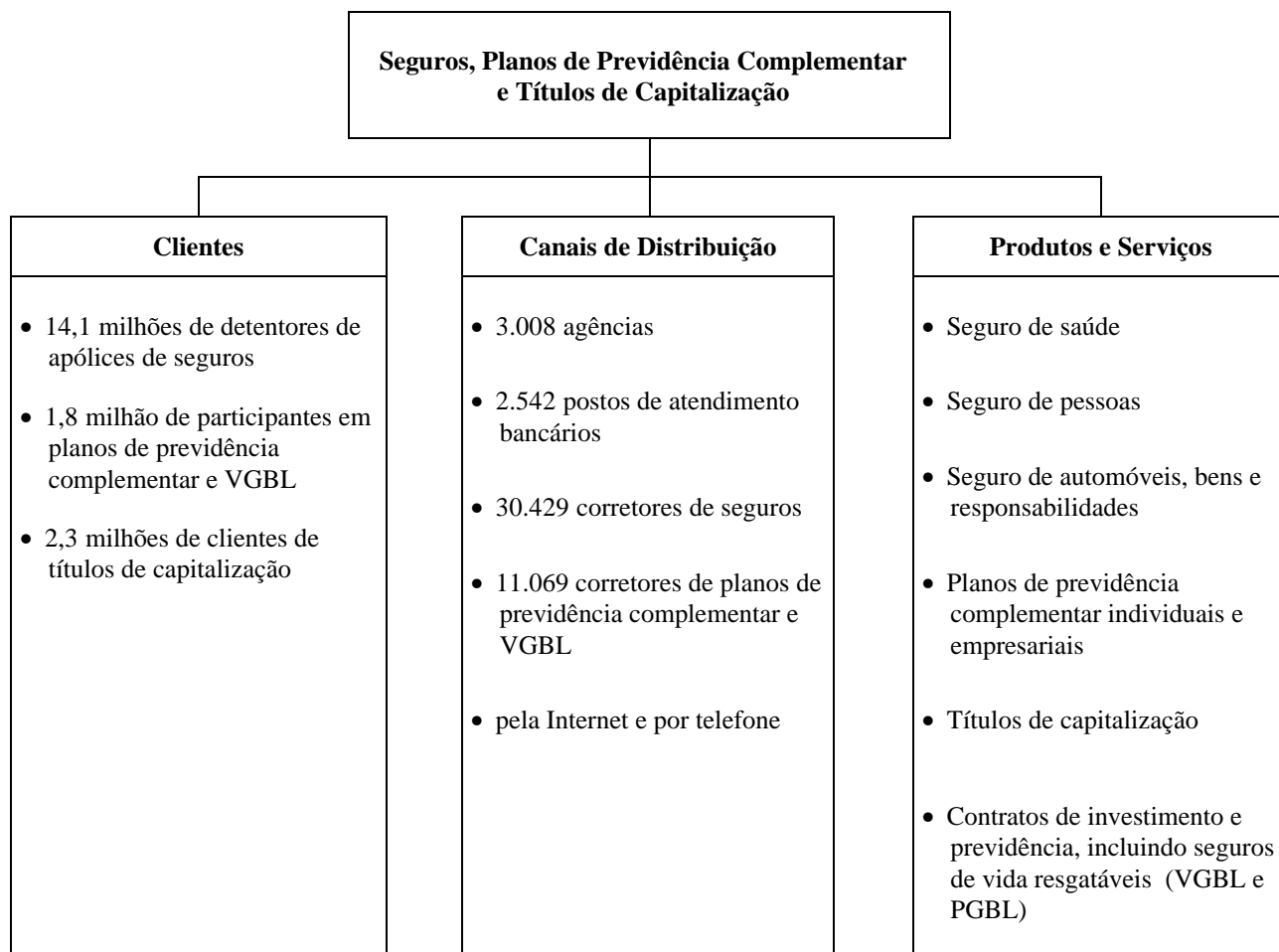
No Brasil, pessoas ou empresas que querem adquirir determinados bens podem formar um grupo, conhecido como “Consórcio”, no qual os membros agrupam seus recursos para se ajudarem na compra dos bens. Já que o objetivo dos consórcios é adquirir bens, a lei brasileira não permite a formação de consórcio para fins de investimento.

Em janeiro de 2003, nossa subsidiária Bradesco Consórcios iniciou a venda de associações de consórcio, conhecidas como cotas, aos clientes do Bradesco. Em maio de 2004, a empresa conquistou

a liderança no segmento de Imóveis e em dezembro de 2004, conquistou também a liderança no segmento de Automóveis. A Bradesco Consórcios encerrou o exercício de 2006 com um total de mais de 289.453 cotas comercializadas, com um faturamento total de, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões e com um lucro líquido de R\$ 106,9 milhões. A Bradesco Consórcios funciona como administradora dos consórcios, que são formados para a compra de imóveis, automóveis, caminhões, tratores e implementos agrícolas.

### Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização

O diagrama abaixo indica os principais elementos de nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização, em 31 de dezembro de 2006:



A tabela a seguir apresenta dados financeiros selecionados sobre nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização relativamente aos períodos indicados:

A somatória dos valores apresentados por segmento na tabela abaixo pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outros segmentos não significativos e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>(Em milhões de reais)</b>			
<b>Dados da Demonstração de Resultado</b>			
Receitas financeiras, líquidas <sup>(1)</sup> .....	R\$ 4.937	R\$ 5.938	R\$ 6.476
Receitas não financeiras <sup>(1)</sup> .....	7.794	9.374	10.307
Despesas não financeiras .....	(12.201)	(12.428)	(13.407)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias <sup>(1)</sup> ..	530	2.884	3.376
Imposto de renda e contribuição social.....	(138)	(858)	(918)
Lucro antes de participações minoritárias <sup>(1)</sup> .....	392	2.026	2.458
Participações de acionistas minoritários .....	(4)	(9)	(16)
<b>Lucro líquido<sup>(1)</sup> .....</b>	<b>R\$ 388</b>	<b>R\$ 2.017</b>	<b>R\$ 2.442</b>
<b>Dados do Balanço Patrimonial</b>			
Ativos Totais.....	R\$ 40.840	R\$ 49.670	R\$ 61.208
<b>Dados selecionados dos resultados de operações:</b>			
Prêmios de seguros:			
Prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais .....	1.615	1.787	1.779
Prêmios de seguros de saúde.....	3.036	3.518	3.918
Prêmios de seguros de automóveis, bens e responsabilidades .....	2.113	2.500	2.424
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 6.764</b>	<b>R\$ 7.805</b>	<b>R\$ 8.121</b>
Receita de planos de previdência .....	374	377	791
Receita financeira de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento .....	4.937	5.938	6.476
Variação de provisões técnicas de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos.....	(4.326)	(3.939)	(4.199)
Sinistros retidos .....	(4.822)	(5.501)	(6.124)
Despesas de planos de previdência .....	R\$ (751)	R\$ (505)	R\$ (560)

(1) Inclui partes relacionadas de outros segmentos não eliminados.

### *Seguros*

Oferecemos produtos de seguros por meio de várias entidades diferentes, às quais nos referimos conjuntamente como Grupo Bradesco de Seguros e Previdência. O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência foi o maior grupo segurador no Brasil em 2006, com base no total do faturamento e provisões técnicas, segundo informações disponibilizadas pela SUSEP e ANS. O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, oferece uma ampla gama de produtos de seguros a pessoas físicas e jurídicas no Brasil. De acordo com a publicação anual da Fundacion Mapfre na Espanha, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência era o maior grupo de seguros e previdência complementar na América Latina em 2005. O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência oferece produtos de seguros, tanto numa base individual quanto em contratos com empresas, segundo os quais seus empregados são segurados. Seus produtos incluem seguros de saúde, vida, acidentes pessoais, automóveis e outros bens.

### ***Seguro de Saúde***

O seguro de saúde oferece cobertura para as despesas médico-hospitalares aos detentores de apólices. Oferecemos nosso seguro-saúde através de nossa subsidiária Bradesco Saúde. Em 31 de dezembro de 2006, a Bradesco Saúde possuía 2,6 milhões de segurados no seguro-saúde e no seguro dental, inclusive aqueles que contrataram o seguro individual ou familiar e os que são beneficiários do seguro empresarial. Cerca de 12 mil empresas no Brasil possuem planos da Bradesco Saúde, incluindo 29 das 100 maiores empresas do país.

A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares no Brasil. Em 31 de dezembro de 2006, contava com aproximadamente 9.000 laboratórios, 9.500 clínicas especializadas, 14.400 médicos, 3.000 hospitais, 1.200 clínicas odontológicas e 5.500 dentistas localizados em todo o país.

### ***Seguros de Pessoas***

Oferecemos produtos de seguros de vida e acidentes pessoais para aproximadamente 9,3 milhões de clientes através da subsidiária Bradesco Vida e Previdência.

### ***Seguros de Automóveis, Ramos Elementares e Responsabilidade***

Oferecemos produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e de responsabilidade através de nossa subsidiária Bradesco Auto/RE. O seguro de automóveis cobre prejuízos decorrentes de roubo/furto e danos aos veículos, danos aos passageiros e danos causados a terceiros. Os seguros massificados são destinados a: (i) pessoas físicas, principalmente nos riscos residenciais e seguros de equipamentos, e (ii) pessoas jurídicas de pequeno e médio porte.

Em ramos elementares massificados, a Bradesco Auto/RE oferece o bilhete residencial, um produto com prêmio médio baixo, mas com alta rentabilidade. No segmento dos ramos elementares corporativos e de responsabilidade, a Bradesco Auto/RE detém de uma equipe de seguros exclusiva altamente especializada, que permite oferecermos aos grandes grupos empresariais atendimento e produtos personalizados para satisfazer suas necessidades específicas. No segmento dos ramos elementares corporativos a Bradesco Auto/RE oferece seguros de Riscos Operacionais, Nomeados e de Petróleo.

Em 2006, a Bradesco Auto/RE encerrou o exercício com 1,3 milhão de veículos segurados e 959 mil apólices e bilhetes de ramos elementares. A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros é uma das maiores empresas do país em termos de faturamento.

### ***Vendas de Produtos de Seguros***

Vendemos nossos produtos de seguros por meio de corretores em nossa rede de agências, bem como por meio de corretores de mercado em todo o Brasil. A Bradesco Seguros paga comissões a seus corretores pela intermediação de seguros. Em 31 de dezembro de 2006, 30.429 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Também oferecemos alguns produtos de seguros de automóveis, saúde e ramos elementares, diretamente por meio de nosso *website*.

### ***Fixação de Preços***

A fixação das tarifas do seguro-saúde é baseada na experiência estatística da seguradora, considerando a distribuição etária e respectiva frequência e severidade dos custos médico-hospitalares e odontológicos, conforme estudos atuariais e observância às normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A precificação de seguros de pessoas leva em consideração a tábua de mortalidade e na frequência de sinistros e o dano médio da experiência atual da população brasileira. A parte que excede o limite do contrato de resseguro é repassado automaticamente à resseguradora.

A fixação de preços de seguros de automóveis é influenciada pela frequência e grau de severidade dos sinistros, e leva em consideração uma grande quantidade de fatores, tais como: local de uso do veículo e suas características específicas. Em linha com a prática mais comum no mercado, começamos a considerar o perfil do cliente na fixação de preços de seguros de automóveis, o que passou a ser adotado a partir de abril de 2004.

A rentabilidade dos seguros de automóveis depende em grande parte da pronta identificação e correção de disparidade entre níveis de prêmios e custos dos sinistros esperados. Os prêmios cobrados para a cobertura de danos a veículos refletem o valor do automóvel segurado e, conseqüentemente, os níveis de prêmios refletem em parte o volume de vendas de automóveis novos. O número de segurados aumentou 4,83% em 2006 em comparação a 2005.

Os preços no segmento de ramos elementares massificados são também orientados pela frequência dos sinistros e pelo seu valor médio, além das características específicas de localização da parte segurada. Para os seguros de Ramos Elementares Corporativos e de Responsabilidade, os preços são fixados de acordo com as características individuais de cada risco segurado. Dependendo do tipo de cobertura e valor segurado poderá ser necessário consultar a resseguradora a fim de se obter as bases para contratação do seguro.

### ***Resseguros***

As disposições regulamentares brasileiras determinam limites de retenção sobre os valores dos riscos que as seguradoras podem subscrever. Segundo estas disposições regulamentares, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência ressegura com o IRB – Brasil Resseguros S.A., que chamamos de “IRB” todos os riscos que ela subscreva cujos valores segurados superam os limites de retenção ou que, por decisão técnica-atuarial, seja aconselhável a realização de resseguro para a pulverização dos riscos de determinadas carteiras.

Em 2006, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência ressegurou aproximadamente R\$ 355 milhões de prêmios de resseguro junto ao IRB. Embora a resseguradora seja responsável perante as cedentes na medida do valor ressegurado, as seguradoras permanecem primariamente responsáveis perante seus segurados por todo o risco e não apenas pela parte por elas retidas.

O Congresso Nacional Brasileiro promulgou a Lei Complementar nº 126/07, que extinguiu o monopólio exercido pelo IRB, ao abrir o mercado de resseguros à competição no Brasil. A regulamentação da referida Lei Complementar, a ser feita pelo CNSP, estabelecerá os requisitos que deverão ser atendidos pelas empresas de resseguros para que se habilitem a receber cessões de resseguro originadas no País.

### ***Planos de Previdência Complementar***

Administramos planos de previdência complementar para pessoas físicas e jurídicas desde 1981 por meio de nossa subsidiária integral, a Bradesco Vida e Previdência, que é atualmente a principal administradora de planos de previdência complementar no Brasil, pelos critérios de contribuições para os planos, carteira de investimentos e provisões técnicas, segundo informações publicadas pela Associação Nacional da Previdência Privada, que chamamos de “Anapp”, e pela Susep.

A Bradesco Vida e Previdência oferece e administra uma variedade de planos individuais e grupais de previdência. Nossos maiores planos para pessoas físicas, em termos de contribuições, são

os VGBL, PGBL e Fundos de Aposentadoria Individual, que chamamos de “FAPI”. Os VGBLs e PGBLs não estão sujeitos à tributação na fonte sobre a receita gerada pela carteira do fundo. O FAPI permite aos seus participantes redução nos rendimentos tributáveis pela quantia de suas contribuições ao FAPI, até um limite de 12% do rendimento total bruto. Os participantes desses fundos são tributados por ocasião do resgate das cotas, e/ou recebimento de benefícios.

Em 2006, os fundos de pensão administrados pela Bradesco Vida e Previdência perfaziam 43,4% do VGBL, 30,6% do PGBL e 22,1% de previdência tradicional no Brasil, segundo a Anapp.

Em 2006, a Bradesco Vida e Previdência respondeu por 38,6% do mercado de planos de previdência complementar e VGBL, com base nas contribuições, de acordo com a Susep. Em 31 de dezembro de 2006, a Bradesco Vida e Previdência detinha 42,0% dos ativos administrados, de acordo com a Anapp.

A legislação brasileira em vigor permite a existência de administradoras de planos de previdência complementar, tanto “abertas” quanto “fechadas”. Entidades de planos de previdência complementar “abertas” são aquelas disponíveis para todas as pessoas físicas e jurídicas que, por meio de uma contribuição regular, desejam filiar-se a um plano de benefícios. Entidades de planos de previdência complementar “fechadas” são aquelas disponíveis para grupos de pessoas, tais como: empregados de uma determinada empresa ou grupo de empresas do mesmo setor de atividades, profissionais liberais de um mesmo campo ou membros de sindicatos. As administradoras de planos de previdência complementar concedem benefícios mediante contribuições periódicas de seus membros, seus respectivos empregadores ou ambos.

Nossas receitas de contribuições para planos de previdência complementar cresceram em média 20,9% nos últimos cinco anos, em grande parte, devido ao aumento das vendas de nossos produtos por meio de nossa rede de agências.

Administramos planos de previdência complementar e VGBL, que cobrem 1,7 milhão de participantes, sendo 74,8% em planos de pessoas físicas individuais e o restante em planos de pessoas físicas através de empresas. Os planos empresariais responderam por 25,2% de nossas provisões técnicas.

Segundo os planos VGBL e PGBL, os participantes podem contribuir em parcelas ou em pagamentos únicos. Os participantes nos planos de previdência complementar podem deduzir as contribuições efetuadas ao PGBL até o limite de 12,0% da receita bruta tributável na declaração de ajuste anual do imposto de renda. Na ocasião do resgate ou do gozo de benefícios incidirá o imposto de renda na fonte, conforme a legislação em vigor. Os planos VGBL e PGBL podem ser adquiridos por empresas no Brasil em benefício de seus empregados. Em 31 de dezembro de 2006, a Bradesco Vida e Previdência administrava recursos da ordem de R\$ 18.734 milhões no VGBL e R\$ 8.198 milhões no PGBL. A Bradesco Vida e Previdência também administrou R\$ 15.767 milhões em planos de previdência complementar.

Estamos utilizando VGBLs e PGBLs para substituir vários planos de retorno garantido, que representam um risco maior para nós. Os planos de retorno garantido asseguram aos participantes um retorno mínimo durante o período no qual eles fazem suas contribuições. O valor do retorno corresponde ao valor investido a uma taxa de inflação mais uma taxa de juros de até 6% ao ano. Para minimizar flutuações de mercado, o nosso risco dos planos de retorno garantido é lastreado por investimentos em títulos do Tesouro do Governo Brasileiro. Ao contrário, os VGBLs e PGBLs não têm essa garantia.

De acordo com o U.S. GAAP, consideramos os VGBLs, PGBLs e FAPIs como contratos de investimentos de previdência.

A Bradesco Vida e Previdência também oferece planos de previdência para pessoas jurídicas, que são em geral, negociados e adaptados às necessidades específicas do cliente pessoa jurídica.

A Bradesco Vida e Previdência auferir receitas basicamente pela cobrança:

- Contribuições de planos de previdência complementar, prêmios de seguros de vida e de acidentes pessoais e prêmios de Vida Gerador de Benefício Livre;
- Receitas de taxas de administração que são cobradas com base nas provisões técnicas matemáticas dos portadores dos planos.

### **Títulos de Capitalização**

A Bradesco Capitalização oferece aos clientes títulos de capitalização, que são comercializados nos formatos de contribuições únicas ou mensais. Cada título de capitalização varia de acordo com o valor (de R\$7 a R\$10.000), forma de pagamento, prazo de contribuição e periodicidade dos sorteios de prêmios em dinheiro de até R\$ 2 milhões. Auferir correção pela TR mais juros de 0,5% ao mês sobre o valor da provisão matemática. Os títulos de capitalização são resgatáveis pelo titular, ao final do prazo de carência que é de doze meses. Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos aproximadamente 4,5 milhões de títulos de capitalização modalidade “tradicional” ativos e aproximadamente 9,7 milhões de títulos de capitalização modalidade “cessão de direito de sorteio” ativos, dado que o objetivo dos títulos “cessão de direito de sorteio” é o de agregar valor ao produto da empresa parceira ou até mesmo incentivar a adimplência dos seus clientes, os títulos possuem prazos de vigência e carência reduzidos e baixo valor unitário de comercialização. No total, a empresa encerrou 2006 com 14,2 milhões de títulos de capitalização ativos e 2,3 milhões de clientes que possuem títulos de capitalização.

A Bradesco Capitalização foi a primeira empresa de capitalização do país a receber o Certificado NBR ISO 9002, concedido pela Fundação Vanzolini. Em dezembro de 2002, foi atualizado para versão NBR ISO 9001:2000 no escopo "Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco", e em 1º de dezembro de 2005, recebeu a re-certificação do sistema de qualidade, com base na qualidade de seus processos internos e gestão. A Bradesco Capitalização foi a primeira empresa do setor a receber o *rating* em escala nacional “brAA” da Standard & Poor’s. Atualmente, seu *rating* é “brAAA”.

### **Atividades de Tesouraria**

Nossas tesourarias realizam operações, que incluem operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente para fins de proteção (denominado “macro-hedge”). Elas entram em transações, como essas, de acordo com os limites estabelecidos por nossa Alta Administração e diretrizes estabelecidas pela nossa área de gestão de riscos, utilizando uma metodologia de valor em risco (“VaR”). Para mais informações sobre a metodologia de valor em risco (“VaR”), veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado - Risco e Gestão de Riscos - Risco de Mercado”.

### **Canais de Distribuição**

Possuímos a maior rede bancária do setor privado no Brasil. No exercício de 2006, crescemos em 87 agências, decorrente basicamente, do processo de aquisição do banco BEC. Nossa rede de agências é complementada por canais de distribuição alternativos, tais como: postos bancários especiais nas instalações de empresas selecionadas, caixas eletrônicos, serviços bancários por telefone e serviços bancários pela Internet. Ao introduzirmos novos sistemas de distribuição, concentramo-nos em aprimorar nossa segurança e aumentar nossa eficiência.

Além disso, a fim de estabelecer laços mais fortes com nossos clientes pessoas jurídicas, em 2006 criamos 91 postos e pontos de atendimento bancário, nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionados e em 2005, crescemos em 150 postos e pontos de atendimento bancário, alcançando um total de 2.542 postos e pontos de atendimento bancário em 31 de dezembro de 2006. Através desses postos especiais, oferecemos todos os produtos e serviços disponíveis em nossas agências.

Para informações sobre nossas agências internacionais em 31 de dezembro de 2006, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Atividade Bancária - Atividade Bancária Internacional”.

Também oferecemos serviços bancários em 5.585 agências dos correios e através de nossos correspondentes bancários. Para mais informações sobre este projeto, veja “Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Outras Aquisições”.

### ***Distribuição Especializada de Produtos e Serviços***

Como parte de nosso sistema de distribuição, temos 5 áreas que oferecem uma gama diferenciada de produtos e serviços de maneira individualizada a empresas e pessoas físicas em todos os segmentos específicos de nossa base de clientes. A segmentação do mercado visa a alcançar melhor adequação ao perfil e ao porte dos clientes, permitindo atendimento diferenciado e melhora na eficiência.

#### ***Bradesco Varejo***

Atende com qualidade a todas as camadas da população, focando principalmente Pessoas Físicas com renda mensal até R\$ 4 mil e Empresas com faturamento anual até R\$ 15 milhões, compondo mais de 16 milhões de clientes que realizam diariamente milhões de transações em nossas Agências e Postos de Atendimento, onde os maiores clientes deste nicho recebem atendimento exclusivo no conceito de Conta Gerenciada, contando atualmente com mais de 2.700 Agências e mais de 2.400 Postos de Atendimento.

#### ***Bradesco Corporate***

O segmento Corporate foi instituído em 1999, com o objetivo de atender clientes do mercado alvo, composto por empresas em sua maioria com faturamento superior a R\$ 180 milhões/ano, atendidos por uma equipe de vendas de 126 profissionais, com gestão de relacionamento centralizada, oferecendo além dos produtos tradicionais, soluções personalizadas - *Tailor Made*.

Como destaque temos a certificação ISO 9001:2000 para toda estrutura Corporate incluindo as plataformas de atendimento exclusivas aos clientes Corporate, e parcerias internacionais com os Bancos: UFJ-Japão, BBVA-Espanha e BES-Portugal.

Fomos o primeiro Banco brasileiro a realizar um acordo operacional através de uma aliança estratégica com UFJ Bank, possibilitando a inclusão bancária de cerca de 300 mil brasileiros residentes no Japão.

O Bradesco Corporate possui também estrutura especializada, *Asian Desk*, para a gestão de clientes de origem asiática presentes no Brasil e desenvolve soluções financeiras nos negócios com o Japão e com toda a Ásia.



### ***Bradesco Empresas***

O Bradesco Empresas foi implantado com o objetivo de atender empresas com faturamento entre R\$ 15 milhões e R\$ 180 milhões/ano, por meio de suas 66 agências exclusivas estrategicamente posicionadas ao redor do Brasil.

Visa oferecer o melhor gerenciamento dos negócios como: Empréstimos, Financiamentos, Investimentos, Comércio Exterior, Derivativos, *Cash Management* e Operações Estruturadas, buscando a satisfação dos nossos clientes e resultados para a Organização.

A equipe do Bradesco Empresas conta com 360 Gerentes de Relacionamento, que estão inseridos no Programa de Certificação da Anbid, atendendo em média 31 grupos econômicos por Gerente, abrangendo 22.729 empresas em todos os setores da economia.

O Bradesco Empresas administra recursos, entre operações de crédito, fianças, depósitos, fundos e cobrança, da ordem de R\$ 31,4 bilhões.

### ***Bradesco Private Banking***

O Bradesco Private Banking, certificado pelo ISO 9001:2000 bem como pelo *Good Priv@cy* (Data Protection – 2002 Edition) conferido pela International Quality Network, iniciou suas atividades em 2000, com o objetivo exclusivo de assessorar pessoas físicas de elevada riqueza líquida. Bradesco Private Banking busca a solução financeira mais adequada para cada cliente, fornecendo soluções personalizadas (*tailor made*) para cada cliente, que enfocam a avaliação de alocação de ativos e a orientação fiscal, tributária e sucessória.

### ***Bradesco Prime***

O Bradesco Prime tem como público-alvo as pessoas físicas com renda a partir de R\$ 4 mil ou com investimentos a partir de R\$ 50 mil.

A missão do Bradesco Prime é ser o primeiro Banco do cliente, focado na qualidade do relacionamento e na oferta de soluções adequadas às suas necessidades, com equipes preparadas, agregando valor aos acionistas e colaboradores, dentro de padrões éticos e profissionais.

Os clientes do segmento têm à sua disposição:

- espaço exclusivo especialmente projetado para proporcionar conforto e privacidade;
- atendimento personalizado por Gerentes de Relacionamento que administram uma carteira reduzida de clientes, podendo dedicar atenção especial a cada um deles;
- produtos e serviços diferenciados, dentre eles a “Conta Prime Bradesco”, um programa de fidelidade que visa, por meio da oferta de benefícios crescentes, valorizar e incentivar o relacionamento dos clientes com o Banco; o “*Chat on-line*”, um consultor financeiro em tempo real, além de Fundos de Investimento criados exclusivamente para os clientes do Bradesco Prime.; e
- Gerentes de Relacionamento que estão em constante processo de qualificação para atender às necessidades financeiras do Cliente, sendo que todos estão no Programa de Certificação da Anbid.

O Bradesco Prime possui a maior Rede de Agências exclusivas para o público de alta renda, com 208 Agências do segmento distribuídas em todo o País, com uma base de 344.826 clientes. Adicionalmente, os clientes podem utilizar canais exclusivos de *Internet Banking* e *Call Center*, além da ampla Rede de Atendimento do Bradesco, que inclui suas *Agências* e equipamentos de *Auto-Atendimento* em todo o território nacional.

Em algumas Agências, o Prime oferece itens diferenciados, tais como:

- Agência Prime Digital, focada no atendimento aos clientes por meio de central telefônica, com horário de funcionamento expandido (das 8:00 às 20:00 horas, 7 dias por semana, inclusive feriados); e
- Agência Prime Cidade de Deus, primeira Agência *Wireless* na América Latina, onde os Gerentes possuem equipamentos ligados remotamente, possibilitando a realização de negócios no próprio ambiente do cliente.

### ***Sistema de Agências***

O principal canal de distribuição de nossos serviços bancários é a nossa rede de agências. Além de oferecer serviços bancários no varejo, as agências servem como uma rede de distribuição para todos os outros produtos e serviços, que oferecemos a nossos clientes, inclusive nossos serviços de processamento de pagamentos e cobrança, nosso serviço bancário “private” e nossos produtos de gestão de ativos. Nós comercializamos nossos serviços de arrendamento mercantil através de canais operados por nossa rede de agências, assim como diretamente através de nossa subsidiária integral Bradesco Leasing. A Bradesco Corretora e a Bradesco Consórcios também comercializam nossos serviços de corretagem, negociação e consórcio através de nossas agências. A Bradesco Vida e Previdência vende seus produtos, com base em comissões, por meio de 11.069 representantes independentes em todo o país, dos quais a maior parte está baseada em nossas instalações.

Vendemos nossos produtos de seguros e previdência por meio de nosso site e de corretores exclusivos sediados em nossa rede de agências bancárias e por meio de outros corretores, não exclusivos, em todo o Brasil, todos eles remunerados com base em comissões. Em 31 de dezembro de 2006, 30.429 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Os títulos de capitalização são comercializados através das agências bancárias, Internet, Central de Atendimento e canais de distribuição externos.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das vendas dos produtos indicados através de nossas agências e fora delas:

	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>
	(Porcentagem do total das vendas, por produto)		
<b>Produtos de seguros:</b>			
Vendas através das agências .....	38,5%	34,9%	35,6%
Vendas fora das agências .....	61,5	65,1	64,4
<b>Produtos de previdência complementar:</b>			
Vendas através das agências .....	85,4	83,1	84,5
Vendas fora das agências .....	14,6	16,9	15,5
<b>Produtos de arrendamento mercantil:</b>			
Vendas através das agências .....	91,2	78,1	65,7
Vendas fora das agências .....	8,8	21,9	34,3
<b>Títulos de capitalização:</b>			
Vendas através das agências .....	89,7	90,0	91,0
Vendas fora das agências .....	10,3%	10,0%	9,0%

### ***Processamento de Dados***

A Organização dispõe de dois centros de processamento de dados com 20 computadores de grande porte e 1.122 computadores de médio porte. Todas as nossas agências e ATMs contam com serviços de telecomunicações com capacidade de comutação a qualquer dos dois centros de processamento de dados.

### ***Outros Canais de Atendimento***

Nossos clientes possuem ampla acessibilidade para consulta de suas operações, realização de transações financeiras e aquisição de produtos e serviços disponibilizados com alta tecnologia pelos canais Auto-Atendimento, Fone Fácil e Internet.

#### ***Auto-Atendimento***

A Rede de Auto-Atendimento Bradesco tem 24.099 máquinas localizadas em todo o Brasil e proporciona acesso rápido e prático a um diversificado leque de produtos e serviços. Os portadores de cartões de débito em conta corrente ou poupança podem também realizar operações de saque, emissão de extratos e consulta de saldo nas 3.201 máquinas do Banco24Horas.

Em 2006, registramos a média de mais de 5,0 milhões de operações on-line e em tempo real por dia; instalamos 1.063 máquinas de auto-atendimento e substituímos 1.828.

#### ***Serviços pela Internet***

O Bradesco está focado em fornecer serviços de internet inovadores para seus clientes. O Bradesco Dia&Noite administra um portal na internet com 43 *sites*, sendo 30 institucionais e 13 transacionais.

O Bradesco Net Empresa proporciona atendimento exclusivo para pessoas jurídicas, dando-lhes ampla segurança na realização de suas transações bancárias, mediante Certificado Digital com assinatura eletrônica e Sistema de Chaves de Segurança Bradesco – Eletrônica. As empresas que se cadastram para esse serviço podem otimizar a gestão financeira dos seus negócios, ao mesmo tempo que podem realizar 301 tipos de operações, dentre as quais movimentar conta corrente e poupança, efetuar pagamentos, cobranças e transferências de arquivos.

O *site* Bradesco ShopInvest fornece diversas opções de serviços *on-line* a nossos clientes incluindo: a realização de transações na Bovespa, o recebimento de cotações *on-line*, simulações de cálculos, aquisição de títulos de capitalização, planos de previdência complementar e provisão de informações adicionais sobre o mercado financeiro.

Com informações detalhadas sobre as linhas oferecidas, o *site* de Empréstimos e Financiamentos – o ShopCredit - coloca ao alcance dos clientes, pessoa física e jurídica, o portfólio completo do Banco. Possibilita, ainda, o uso de simuladores de cálculos para as operações de Crédito Pessoal, CDC, Leasing, Crédito Imobiliário, Crédito Rural, Finame, dentre outras.

Com o canal Bradesco Celular, o cliente pode interagir com o Banco por meio da Tecnologia Móvel e realizar Pagamentos de Contas, Transferências entre Contas, Recargas de Celular, Consultar Saldos e informações sobre Seguros, Capitalização, Índices e Cotações do Mercado Financeiro e Rentabilidade dos Fundos de Investimento.

No *site* Bradesco Cartões os associados dos Cartões Bradesco têm à disposição diversos serviços e produtos *on-line*, dentre eles, consultas, créditos rotativos e solicitações;

Cidadetran é o *site* do Banco Bradesco exclusivo para Despachantes e Auto-Escolas, oferecendo soluções de pagamentos e financiamento para todas as taxas e tributos relacionados a veículos e CNH (Carteira Nacional de Habilitação) do Estado de São Paulo.

Além do *site* que hospeda todos os seus produtos, [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br), o Banco possui *sites* específicos para atender os clientes dos segmentos Bradesco Prime, Private, Empresas e Corporate.

Neste período, registramos 890,3 milhões de transações bancárias através de nossos sites na Internet, sendo:

- No Internet Banking - 7,8 milhões de usuários cadastrados e 302,8 milhões de transações realizadas;
- No ShopInvest - 1,1 milhão de usuários cadastrados e 1,9 milhão de transações que somaram a quantia equivalente a R\$ 6,2 bilhões;
- No ShopCredit - foram registradas 17,8 milhões de transações;
- No Net Empresa - 439.841 empresas cadastradas, resultando em 41,4 milhões de transações realizadas e no WebTA (Web Transmissão de Arquivos) – mais 482,4 milhões de transações/operações realizadas;
- No Bradesco Cartões - 36,8 milhões de transações realizadas; e
- No Cidadetran - 7,1 milhões de transações/operações realizadas.

### ***Serviços por Telefone***

O Fone Fácil Bradesco possibilita acesso telefônico dia e noite, 7 dias por semana, com comodidade, rapidez e segurança, onde o cliente por meio de Atendimento Eletrônico e Personalizado pode obter informações, realizar transações e adquirir produtos e serviços relacionados à sua Conta Corrente, Poupança, Cartões de Crédito e demais produtos disponíveis neste canal. No exercício de 2006, foram recebidas 284,3 milhões de chamadas, realizadas 393,4 milhões de transações, abrangendo operações no valor global de R\$ 9,0 bilhões.

## **Investimentos**

Para uma discussão de nossos investimentos nos últimos três anos, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos”.

## **Gestão de Riscos**

### **Área de Gestão de Riscos**

Com administração totalmente independente das áreas comerciais e de negócios, nossa Área de Gestão de Riscos tem a responsabilidade de assegurar o controle e o monitoramento dos riscos de mercado, de crédito e operacional, além do acompanhamento das atividades voltadas à prevenção de “lavagem” de dinheiro.

Coordena também as ações necessárias ao atendimento das regulamentações emanadas pelo Banco Central do Brasil, referentes ao Novo Acordo de Capitais de Basiléia e da Lei Sarbanes - Oxley, Seção 404.

### ***Gerenciamento de Risco de Mercado***

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda em função da oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição.

Nós mensuramos e gerenciamos por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar nossas decisões estratégicas com agilidade e confiança.

Adotamos uma política conservadora, em termos de exposição a riscos de mercado: os limites de risco, que consideramos “Valor em Risco” - VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Alta Administração e o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 97,5%. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de bases estatísticas, sendo usadas em processos adotados com visão prospectiva, de acordo com estudos econômicos. A metodologia aplicada, assim como os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*.

Além disso, é feita diariamente uma análise de sensibilidade das posições (*Sensitivity Analysis*), que mede o efeito na carteira do movimento da curva da taxa de juros interna, como também da curva do cupom cambial (diferencial de juros pago acima da variação cambial) e da taxa de câmbio.

Para mais informações sobre como avaliamos e monitoramos o risco de mercado, veja, “Item 11 - Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”.

### ***Gerenciamento de Risco de Crédito***

Risco de crédito lida com os riscos potenciais de uma contraparte de um empréstimo ou de outra operação financeira não desejar ou ter capacidade de cumprir suas obrigações contratuais.

Atuamos continuamente no sentido de mitigar os potenciais riscos de crédito, por meio da monitoração das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários para a concessão de crédito, o desenvolvimento de modelos de recuperação, o monitoramento de concentrações e a identificação de riscos de crédito anteriormente desconhecidos.

Além disso, direcionamos nossos esforços na utilização de modelos avançados de avaliação de riscos e na melhoria contínua dos nossos processos de concessão de crédito. Os benefícios que conseguimos desses esforços tem refletido na qualidade e performance da nossa carteira de crédito.

Destacam-se, ainda, os seguintes aspectos em relação aos nossos esforços no Gerenciamento de Risco e Crédito:

- realização de reunião mensal do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, para propiciar o acompanhamento e participação da Alta Administração nos principais fatos e decisões pertinentes a risco de crédito;
- participação ativa no processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, observando-se as características particulares dos segmentos de negócio e produtos que o Banco atua;
- participação na avaliação de riscos de crédito, quando da criação ou revisão de produtos;
- implementação da sistemática para cálculo das perdas esperadas e inesperadas, além da alocação de capital correspondente;
- *backtesting* e calibração dos modelos utilizados para mensuração de riscos da carteira de crédito;
- otimização dos sistemas de informações gerenciais, de modo a atender a atual abordagem de segmentação dos clientes e departamentos, com ênfase na tomada de decisões e gerenciamento da carteira de crédito;
- acompanhamento de grandes riscos: monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, por meio de análises individuais, baseadas na evolução dos saldos dos clientes e estimativas de recuperação;
- contínua revisão e reestruturação de processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação, revisão de estruturas organizacionais e demandas de tecnologia da informação; e
- revisão periódica dos projetos voltados para o atendimento das melhores práticas e dos requerimentos de Novo Acordo de Capitais de Basiléia.

### ***Gerenciamento de Risco Operacional***

Riscos operacionais são eventos que afetam nossos clientes ou nossos negócios, e ocorrem como resultado de interrupção de negócios, falha de sistemas, erros, omissões, fraudes ou eventos externos nas diversas atividades.

Gerenciamos riscos operacionais com base em metodologias próprias que proporcionam, dentre outros benefícios, a redução tanto do capital regulatório a ser alocado quanto da possibilidade de perdas decorrentes de eventos de perdas operacionais.

Tais metodologias estão alinhadas às melhores práticas de mercado na gestão do risco operacional. Ressaltamos que nos encontramos em condições de atender tanto às orientações emanadas pelo Novo Acordo de Capitais de Basiléia quanto ao cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Por força da Resolução n.º 3.380 do Banco Central, de 2006, as instituições financeiras passaram a estar obrigadas a implementarem, durante o ano de 2007, uma estrutura de gerenciamento de risco operacional, evidenciada em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual, que deve prever (i) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional; (ii) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional; (iii) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional; (iv) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados; (v) elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados; (vi) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional; e (vii) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação. A política de gerenciamento do risco operacional deverá ser aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela diretoria e pelo conselho de administração.

O objetivo da Organização Bradesco é a qualificação para a Abordagem de Mensuração Interna Avançada (AMA – *Advanced Measurement Approach*). Esse arcabouço proporciona melhor entendimento do risco de uma instituição.

Adicionalmente, estamos atualmente avaliando uma nova plataforma sistêmica corporativa, que integrará, em base de dados única, as informações de Risco Operacional e Controles Internos (parte quantitativa e qualitativa do risco), abrangendo, inclusive, os requisitos estabelecidos pela Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

### ***Gerenciamento de Controles Internos e Compliance***

Temos desenvolvido permanentemente políticas, sistemas e controles internos, visando à mitigação das possíveis perdas potenciais advindas de nossa exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa. Também adotamos metodologias e critérios adicionais para identificação, classificação, avaliação e acompanhamento de riscos e respectivos controles. A estrutura de pessoas dedicada e os investimentos em tecnologia e em treinamento e reciclagem de pessoal, no conjunto, permitem afirmar com razoável grau de certeza, que a gestão de controles internos e *compliance* na Organização Bradesco é efetiva, e está alinhada aos padrões internacionais, de forma a atender os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores nacionais e estrangeiros.

A Área de Controles Internos, uma das unidades do Departamento de Gestão de Riscos e *Compliance*, responde pela elaboração e divulgação de instruções de caráter técnico, critérios e procedimentos relacionados a controles internos e *compliance*. Reporta-se diretamente ao nosso Diretor-Presidente e fornece relatórios periódicos de status ao Comitê de Controles Internos e *Compliance*, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Dentre os principais itens voltados ao gerenciamento dos controles internos e *compliance*, destacamos:

- A estrutura de controles internos implantada foi construída com base nos componentes e objetivos do controle contemplados na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations - COSO* e no *framework* do *Control Objectives for Information and Related Technology – Cobit* para os ambientes de Tecnologia da Informação, bem como se encontra aderente aos 13 Princípios de Controles Internos de Basiléia. Esta estrutura fortalece a melhoria contínua do processo utilizado para identificar e avaliar controles, e para mitigar

riscos, incluindo aqueles relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, contemplados na Seção 404 da Lei Sarbanes - Oxley;

- Os Agentes de *Compliance* das dependências da Companhia são responsáveis pela execução das atividades de identificação, classificação, avaliação e monitoramento dos riscos e controles, assim como pela execução de testes de aderência e elaboração e implementação de planos de ação, segundo modelos definidos pela Área de Controles Internos do Departamento de Gestão de Riscos e *Compliance*.
- A implementação da gestão do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) tem a finalidade de garantir a efetivação das mensagens transitadas entre nossos Bancos e as entidades participantes desse sistema. Em complemento, o Banco dispõe de Plano de Continuidade de Negócio para o SPB, desenvolvido para garantir que os impactos devido a eventuais falhas nos sistemas sejam minimizados. O Plano é testado continuamente, onde são gerados relatórios de evidências, que são publicados em nossa intranet corporativa. Para os sistemas de entrada manual de mensagens, foi desenvolvida uma política interna de acesso que prevê revisões semestrais dos usuários habilitados nos sistemas de nossa gestão;
- O sistema de legitimação de TED - Transferência Eletrônica Disponível objetiva reduzir o risco operacional representado pela saída indevida de recursos do Grupo Bradesco, atribuindo maior grau de segurança e confiabilidade em suas transações;
- As ações de prevenção e combate à “lavagem” de dinheiro seguem as melhores práticas de mercado e estão embasadas nas Políticas “Conheça seu Cliente” e “Conheça seu Funcionário”. Programas de treinamento e de conscientização são ministrados a todos os funcionários. O uso de ferramentas tecnológicas de monitoramento das movimentações financeiras, constantemente atualizadas, tem como objetivo auxiliar na identificação de transações que possam estar direta ou indiretamente relacionadas aos crimes precedentes à “lavagem” de dinheiro, tipificados na Lei nº. 9.613/98; e
- A implementação de gestão da Segurança da Informação, representada pelo conjunto de medidas que se constituem basicamente de controles e Política de Segurança, objetiva a proteção das informações dos clientes e da empresa. Possuímos estrutura formal, com objetivos e responsabilidades específicas, com o propósito de definir, manter e melhorar a segurança da informação no ambiente corporativo.

### ***Crédito***

Nossa política de crédito está voltada para:

- garantir os níveis de segurança, qualidade, liquidez e diversificação na aplicação dos ativos;
- busca por agilidade e rentabilidade nos negócios; e
- minimizar os riscos inerentes às operações de crédito.

Nossa política de crédito define os critérios para a fixação de limites operacionais e concessão de créditos. Os limites de crédito são determinados pelo Comitê Executivo de Crédito, que é composto por nossos diretores vice-presidentes, diretores gerentes responsáveis por nossa área operacional e por nosso diretor de crédito. O Comitê Executivo de Crédito atualiza nossos limites de crédito de acordo com alterações em nossa política interna e no mercado brasileiro em geral. Nossa Diretoria Executiva também aprova os sistemas de avaliação, que nossas agências e departamentos utilizam para cada tipo de empréstimo ao apreciar solicitações de crédito.



Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando sempre ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos, além da classificação de risco que o empréstimo receberia, segundo o nosso sistema de classificação de risco. No Brasil, o sistema de classificação divide o risco em 9 níveis, de “excelente” a “péssimo”, com base em considerações econômico-financeiras, tais como o perfil e a capacidade de pagamento do tomador. Veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito”.

Temos vários níveis de aprovação para solicitações de créditos, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, que variam desde o gerente geral das agências do Banco até o nosso Comitê Executivo de Crédito. Nossas agências possuem limites de alçada definidos de acordo com o seu porte e garantia oferecida na operação. Apesar disso, não possuem autorização para aprovar solicitações de crédito de qualquer tomador que:

- esteja classificado como menos do que “aceitável”, segundo nosso sistema interno de classificação de créditos;
- não possua ficha cadastral atualizada;
- possua restrições cadastrais relevantes; ou
- tenha operações de crédito vencidas.

Temos limites de crédito conforme nossos tipos de empréstimos. Aprovamos previamente os limites de crédito para nossos clientes pessoas físicas e jurídicas, e atualmente concedemos créditos ao setor público somente em circunstâncias muito limitadas. Em todos os casos, os recursos somente são concedidos se o órgão competente aprovar a linha de crédito.

Os limites de crédito para nossos clientes grandes empresas são reavaliados no máximo a cada 180 dias. Para os demais clientes, pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a reavaliação ocorre a cada 90 dias.

Se o pagamento de um empréstimo estiver em mora, o gerente da agência ou o departamento que originou o crédito é responsável por tomar as medidas iniciais para determinar se a inadimplência pode ser sanada. Se o empréstimo permanecer inadimplente, após exauridos os mecanismos para cobrança amigável, o gerente da agência ou do departamento encaminhará o empréstimo ao Departamento de Recuperação de Créditos.

### ***Operações de Crédito à Pessoa Física***

Dependendo da garantia exigida, os empréstimos às pessoas físicas até R\$ 50.000 são aprovados em nível de agência. Se o empréstimo e o tipo de garantia não estiverem dentro das alçadas para aprovação em nível da agência, a aprovação do empréstimo é submetida ao Departamento de Crédito e, se necessário, a alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos às pessoas físicas, dependendo do valor e do tipo de garantia oferecida:

Autoridade responsável pela decisão:	Faixa de autoridade de aprovação de crédito	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena <sup>(1)</sup> .....	R\$ 0 a 5	R\$ 0 a 10
Gerente de agência pequena <sup>(2)</sup> .....	0 a 10	0 a 20
Gerente de agência média <sup>(3)</sup> .....	0 a 15	0 a 30
Gerente de agência grande <sup>(4)</sup> .....	R\$ 0 a 20	R\$ 0 a 50

- (1) Agência com captação total até R\$ 1.999.999;  
(2) Agência com captação total entre R\$ 2.000.000 e R\$ 5.999.999;  
(3) Agência com captação total entre R\$ 6.000.000 e R\$ 14.999.999; e  
(4) Agência com captação total acima de R\$ 15.000.000.

Nós utilizamos um sistema específico de “*Credit Scoring*” (classificação de crédito) para analisar essas operações, o que nos proporciona um nível de agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Disponibilizamos às nossas agências ferramentas que lhes permitem analisar créditos para pessoas físicas de maneira rápida, eficiente e padronizada, e produção dos correspondentes contratos de empréstimo automaticamente. Com tais ferramentas, nossas agências podem responder rapidamente aos clientes, manter baixos custos e controlar os riscos inerentes ao crédito direto ao consumidor no mercado brasileiro.

Se o gerente da agência não estiver autorizado a aprovar o empréstimo solicitado, a decisão será submetida ao nosso Departamento de Crédito e alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos às pessoas físicas acima de R\$ 50.000, independente do tipo de garantia:

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do empréstimo	
	Mínimo	Máximo
	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito .....	R\$ 51	R\$ 8.000
Diretor de Crédito .....	8.001	10.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Diária) .....	10.001	R\$ 35.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Plenária) .....	Acima de R\$ 35.001	-

### ***Operações de Crédito às Pessoas Jurídicas***

Para clientes pessoa jurídica, dependendo da garantia proposta e do porte da agência, empréstimos de até R\$ 400.000 são aprovados em nível de agência. Da mesma maneira, se o valor e o tipo da garantia oferecida não se encontrarem dentro das alçadas para aprovação em nível da agência, a aprovação do empréstimo será submetida ao Departamento de Crédito e alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos às pessoas jurídicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas.

	Faixa de autoridade de aprovação de crédito	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
<b>Autoridade responsável pela decisão:</b>	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena <sup>(1)</sup> .....	R\$ 0 a 10	R\$ 0 a 60
Gerente de agência pequena <sup>(2)</sup> .....	0 a 20	0 a 120
Gerente de agência média <sup>(3)</sup> .....	0 a 30	0 a 240
Gerente de agência grande <sup>(4)</sup> .....	0 a 50	0 a 400
Gerente de agência Bradesco Empresas <sup>(5)</sup>	R\$ 0 a 100	R\$ 0 a 400

- (1) Agência com captação total até R\$ 1.999.999;
- (2) Agência com captação total entre R\$ 2.000.000 e R\$ 5.999.999;
- (3) Agência com captação total entre R\$ 6.000.000 e R\$ 14.999.999; e
- (4) Agência com captação total acima de R\$ 15.000.000.
- (5) Agência exclusiva para atendimento de empresas de médio porte (*middle market*).

A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos para clientes pessoas jurídicas acima de R\$ 400.000, independente do tipo de garantia oferecida:

	Valor do empréstimo	
	Mínimo	Máximo
<b>Autoridade responsável pela decisão:</b>	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito .....	R\$ 401	R\$ 8.000
Diretor de Crédito .....	8.001	10.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Diária).....	10.001	R\$ 35.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Plenária) .....	Acima de R\$ 35.001	-

No intuito de atender às necessidades dos clientes no menor prazo possível e com maior segurança, o Departamento de Crédito foca suas análises de maneira segmentada, utilizando metodologias e instrumentos diferenciados para a análise de crédito em cada segmento, devendo-se considerar principalmente:

- Nos Segmentos Varejo, Prime e Private – Pessoa Física, a idoneidade, a categoria profissional/atividade, a renda mensal, o patrimônio (bens móveis, imóveis, eventuais ônus e participações em empresas), o endividamento bancário e o histórico de relacionamento com a Organização, atentando-se nas operações de crédito para as condições de prazo e de taxas vigentes e para as garantias envolvidas.
- No Segmento Varejo – Pessoa Jurídica, além dos pontos acima, tendo em vista que neste nível de empresa as atividades se confundem com a própria figura dos sócios, devemos adicionalmente considerar, o tempo de atividade e o faturamento mensal.
- Nos Segmentos Empresas e Corporate, a capacidade de gestão, o posicionamento da Empresa/Grupo no mercado, o porte, a evolução econômico-financeira, a capacidade de geração de caixa e as perspectivas do negócio, sempre abrangendo a proponente, seus controladores/coligadas e o setor de atividade.

### **Sistemas de Processamento de Dados**

Dispomos de dois centros operacionais, o principal instalado em Osasco e o segundo em Alphaville (Barueri), ambos no Estado de São Paulo. Este segundo centro está capacitado para

assumir as atividades do centro principal em situações de contingência e atende também às necessidades de desenvolvimento de sistemas.

Para assegurar a continuidade das nossas operações em caso de falta de energia, nossos centros operacionais são auto-suficientes em termos de energia por 72 horas cada. No caso de haver possibilidade de reabastecimento dos nossos tanques de combustível, temos autonomia ininterrupta no fornecimento de energia.

Encontra-se em fase final de construção um novo prédio para onde migrará o centro principal, construído de acordo com os requisitos para classificação de nível quatro do *Uptime Institute*, o que corresponde a uma disponibilidade mínima de 99,995 %.

## Captação

### *Captação de Depósitos*

Nossa principal fonte de financiamento são depósitos de pessoas físicas e jurídicas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2006, nossos depósitos totalizavam R\$ 83,9 bilhões, representando 36,1% do total de nossas obrigações.

Oferecemos os seguintes tipos de contas de depósito:

- contas correntes;
- contas de depósitos para investimentos;
- contas de poupança;
- depósitos a prazo;
- depósitos interfinanceiros, oriundos de instituições financeiras; e
- poupança integrada à conta de investimentos.

A tabela a seguir demonstra nosso total de depósitos, por tipo e por fonte, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:			% do total de depósitos
	2004	2005	2006	2006
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)			
<b>De clientes:</b>				
Depósitos à vista .....	R\$ 15.384	R\$ 16.223	R\$ 21.081	25,1%
Depósitos de poupança .....	24.783	26.201	27.613	32,9
Depósitos a prazo.....	28.460	32.837	34.941	41,6
<b>Interfinanceiro .....</b>	<b>20</b>	<b>146</b>	<b>290</b>	<b>0,4</b>
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 68.647</b>	<b>R\$ 75.407</b>	<b>R\$ 83.925</b>	<b>100,0%</b>

Segundo normatização da autoridade monetária, devemos depositar no Banco Central uma porcentagem de nossos depósitos recebidos de clientes, em depósitos à vista, de poupança e a prazo, na forma de depósitos compulsórios, conforme segue abaixo:

- *Depósitos à vista e contas de depósitos para investimentos:* somos obrigados a depositar 45,0% do saldo médio diário dos saldos dessas contas, o que exceder R\$ 44 milhões, no Banco Central em bases não remuneradas;

- *Depósitos de poupança*: devemos depositar, em uma conta no Banco Central, um valor em dinheiro equivalente a 20,0% do saldo médio total de nossos depósitos de poupança, durante a semana anterior. A conta é remunerada pela TR mais 6,17% de juros ao ano; e
- *Depósitos a prazo*: somos obrigados a depositar no Banco Central na forma de títulos do governo, 15,0% do saldo médio de nossos depósitos a prazo, o que exceder a R\$ 30 milhões, com uma redução de R\$ 300 milhões, após apurado o valor exigido. Os títulos são remunerados de acordo com as taxas vigentes de mercado.

Devemos depositar no Banco Central um valor adicional, igual a (a) 8,0% sobre o saldo médio dos depósitos a prazo e à vista durante a semana anterior mais (b) 10,0% sobre o saldo médio dos depósitos de poupança durante a semana anterior, sempre que na aplicação desses percentuais, na somatória desses produtos o saldo exceder a R\$ 100 milhões. Esse valor adicional é depositado em uma conta no Banco Central e é remunerado à taxa Selic.

A regulamentação do Banco Central exige que:

- apliquemos, no mínimo, 25,0% dos depósitos à vista para oferecer crédito rural e, caso não seja feita tal aplicação mínima, devemos depositar o valor não utilizado em uma conta não remunerada no Banco Central;
- destinemos 2,0% dos depósitos à vista em operações de microcrédito; e
- destinemos ao menos 65% do valor total dos depósitos recebidos em contas de poupança ao financiamento imobiliário residencial ou construção habitacional. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados ou empréstimos para construção residencial e outros financiamentos, todos de acordo com o especificado na orientação emitida pelo Banco Central.

Os depósitos de poupança no Brasil são remunerados, pela TR + 6,17% de juros ao ano, após os recursos terem permanecido por no mínimo um mês corrido com relação a pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e por noventa dias com relação a pessoas jurídicas com fins lucrativos. Os rendimentos auferidos em contas de poupança de pessoas físicas são isentos de imposto de renda.

Os CDBs pagam uma taxa de juros pré-fixada ou pós-fixada, que, em geral, é uma porcentagem da taxa de juros interbancária. A distribuição entre os CDBs às taxas pré-fixadas e às taxas pós-fixadas varia periodicamente, dependendo das expectativas de taxas de juros de mercado.

Os depósitos à vista, os depósitos para investimentos, os depósitos de poupança, os depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, letras hipotecárias, letras de câmbio, letras imobiliárias, letras de crédito imobiliário e depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares são garantidos, no seu somatório, pelo Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, até o valor de R\$ 60.000 por cliente, na hipótese de liquidação de um banco.

Nós emitimos CDIs às outras instituições financeiras, cuja negociação está restrita ao mercado interbancário. São negociados com taxa pré-fixada ou pós fixada por um dia ou com prazos mais longos.

## ***Outras Fontes de Financiamento***

Nossas outras fontes de financiamento incluem nossas operações de mercados de capitais, operações de importação/exportação e repasses.

A tabela a seguir indica a fonte e o valor de nossas outras fontes de financiamento nas datas indicadas:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Fontes de Recursos:</b>			
Financiamento à importação e exportação.....	R\$ 5.340	R\$ 4.405	R\$ 4.440
Repasses de recursos internos.....	8.357	9.429	11.642
Obrigações por arrendamento mercantil.....	333	368	430
Mercado de Capitais:			
Captações no mercado aberto.....	16.532	22.886	42.875
<i>Euronotes</i> .....	1.619	1.503	1.235
Letras hipotecárias.....	674	827	841
Dívidas subordinadas.....	5.973	6.719	11.949
Debêntures (não conversíveis).....	-	2.625	2.603
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito....	2.655	1.776	1.344
<i>Commercial paper</i> .....	2.920	2.661	1.225
Outros.....	54	69	122
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 44.457</b>	<b>R\$ 53.268</b>	<b>R\$ 78.706</b>

Nossas operações no mercado de capitais atuam como uma fonte de financiamento para nós, através de nossas operações com instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de investimento com renda fixa e variável, e fundos de investimento estrangeiros. Nessas operações, vendemos valores mobiliários, públicos e privados, com a obrigação de recomprá-los. Essas operações são, em geral, de curto prazo.

Mantemos relacionamentos com várias instituições financeiras dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina para fornecer empréstimos aos nossos clientes por meio de repasses, inclusive a concessão de linhas de crédito para financiamento ao comércio exterior.

Efetuamos operações de repasse quando atuamos como agentes de transferência de recursos de órgãos de desenvolvimento, concedendo créditos a terceiros que, por sua vez, são financiados pelas Organizações de Desenvolvimento. O BNDES, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - “BID” são os principais provedores desses recursos. Os critérios para empréstimo, a decisão de emprestar e os riscos de crédito são de nossa responsabilidade, sujeitos a certas limitações estabelecidas pelos órgãos que concedem os recursos.

## **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos 835 propriedades e alugávamos 2.460 propriedades por todo o Brasil e 6 propriedades no exterior, as quais usamos para operação de nossa rede de agências e desempenho dos negócios da organização. Possuímos o imóvel onde a nossa sede está localizada, na Cidade de Deus, Osasco, região metropolitana de São Paulo - SP. Praticamente todos os contratos de locação têm cláusula de renovação automática e têm prazo médio de duração de 12 anos.

## **Sazonalidade**

Acreditamos que a sazonalidade não afeta significativamente os nossos negócios.

## **Concorrência**

Enfrentamos uma concorrência significativa em todas as nossas principais áreas de operação, pois os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos. Em 31 de dezembro de 2006, existiam 137 bancos múltiplos prestando uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, financiamento ao consumidor, banco de investimento e outros serviços, 21 bancos comerciais, 18 bancos de investimento e várias sociedades corretoras de valores, arrendamento mercantil, poupança e empréstimos e outras instituições financeiras no Brasil. Para mais informações sobre os riscos relacionados com a concorrência, veja “Item 3. Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro - O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil pode afetar de maneira negativa as nossas expectativas de negócios”.

As instituições bancárias do setor público também desempenham um papel importante no setor de atividades bancárias, o maior segmento do sistema financeiro, e operam dentro dos mesmos parâmetros legais e regulamentares que os bancos do setor privado. A maior instituição brasileira em termos de ativo é o Banco do Brasil, que pertence ao setor público. A rede de agências do Banco do Brasil é maior do que a nossa. O setor de atividade bancária comercial privada é dominado, tanto em termos de empréstimos totais quanto de depósitos totais, por cinco bancos: nós mesmos, o Banco Itaú Holding Financeira S.A., conhecido como “Banco Itaú”, o Banco Real, a União de Bancos Brasileiros S.A., conhecida como “Unibanco” e o Banco Santander Banespa S.A. também conhecido como “Banco Santander”, respectivamente, tendo todos eles uma forte presença nacional.

### ***Atividade Bancária***

No setor de atividade bancária comercial competimos por clientes, pessoas físicas e jurídicas, com outros grandes bancos brasileiros. Nossos principais concorrentes na área de atividade bancária são o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Banco Real, o Santander e o Unibanco. O setor bancário brasileiro passou por algumas consolidações nos últimos anos, por meio de aquisições e privatizações. Por exemplo, em 2003, o Banco ABN AMRO Real adquiriu o controle do Banco Sudameris, tornando-se o 6º maior banco do Brasil em termos de ativos, de acordo com o Banco Central. Em 2006, o Banco Itaú adquiriu as operações brasileiras do BankBoston. Esta transação aumentou a base de clientes do Itaú em 300.000 clientes e seus ativos totais em R\$ 22 bilhões. Esta transação fortaleceu a posição do Itaú como o segundo maior banco privado.

O setor de atividade bancária no Brasil tem também se deparado com uma concorrência crescente por parte de bancos estrangeiros nos últimos anos. Além do Banco Santander, alguns grandes bancos norte-americanos, europeus e asiáticos, incluindo o Citibank, o ABN AMRO e a Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, conhecido como “HSBC”, estão atualmente operando no Brasil. Outros bancos estrangeiros poderiam entrar no mercado brasileiro e aumentar sua competitividade. Os bancos estrangeiros também podem participar dos processos de privatizações.

Os bancos comerciais também se deparam com uma concorrência crescente por parte de outros intermediários financeiros, que podem oferecer às grandes empresas acesso aos mercados de capitais como uma alternativa para empréstimos bancários. Como somos um banco múltiplo, procuramos manter uma posição competitiva nesse sentido, por meio de nosso banco de investimentos.

Atualmente usufruímos de algumas vantagens competitivas por sermos o maior banco brasileiro no setor privado e termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes no setor

privado. Contudo, na hipótese de um de nossos concorrentes ou um banco estrangeiro adquirir um ou mais de um dos grandes bancos brasileiros, nossa vantagem competitiva poderia ser reduzida e a estrutura do setor bancário brasileiro poderia se alterar consideravelmente. Embora acreditemos estar bem posicionados para competir nesse novo ambiente, essa concorrência poderia prejudicar nossa posição no setor financeiro brasileiro.

### *Cartões de Crédito*

O mercado de cartões de crédito no Brasil é altamente competitivo, compreendendo aproximadamente 78,0 milhões de cartões emitidos até 31 de dezembro de 2006 (Abecs). Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil, Banco Itaú, Citibank e Unibanco. A Administração acredita que os principais fatores de concorrência nessa área são as taxas de juros, anuidades, a rede de distribuição de cartões e os benefícios oferecidos nos cartões.

Outro concorrente do produto cartão de crédito é o cheque pré-datado, um meio popular de pagamento a prazo no Brasil, pelo qual os clientes pagam produtos e serviços com cheques bancários com datas futuras, permitindo efetivamente o pagamento parcelado em um prazo maior. Devido à sua conveniência e crescente aceitação, acreditamos que os cartões de crédito gradualmente substituirão os cheques pré-datados.

### *Arrendamento Mercantil*

De um modo geral, o mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por sociedades afiliadas a fabricantes de veículos e de equipamentos (como a HP e a IBM) e grandes bancos (como Banco Itaú, Banco Safra, Unibanco, Banco Real e Banco do Brasil). Atualmente, usufruímos algumas vantagens competitivas por termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes do setor privado. Além disso, nosso tamanho nos permite custear nossas atividades de arrendamento mercantil a taxas mais favoráveis, levando as despesas com taxas de juros menores para nossos clientes.

### *Gestão de Ativos*

O setor de gestão de ativos no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos. Em 2006, a indústria de Fundos de Investimento apresentou crescimento de 26% em relação ao ano anterior. Podemos destacar a expressiva captação dos fundos de Renda Fixa e Referenciados DI beneficiados pelas elevadas taxas de juros praticadas no país e o desenvolvimento da indústria de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) que passaram a representar um excelente instrumento de captação para as empresas. Observamos também o aperfeiçoamento da regulamentação de fundos de investimento através da Instrução CVM nº 409, cujo objetivo foi aumentar o grau de transparência e de informações aos investidores. Destaque para os fundos *Long/Short*, *PIBB*, *Dividendos* e *Small Caps*. Nossos principais concorrentes nesse setor incluem o Banco do Brasil, o Banco Itaú, a Caixa Econômica Federal e o HSBC.

### ***Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização***

#### *Setor de Seguros*

O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, líder do mercado com 26,3% de market share enfrenta uma concorrência crescente por parte de várias empresas nacionais e multinacionais, em todos os ramos de seguros.

Em 31 de dezembro de 2006, nossos principais concorrentes eram: Sul América Cia. Nacional de Seguros, Itaú Seguros S.A, Unibanco AIG Seguros S.A., Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, Mapfre Seguradora S.A, Banco do Brasil e Tóquio Marine, que representam no total aproximadamente



48,0% do prêmio total gerado no mercado, conforme informações disponibilizadas pela Susep e ANS. Embora as empresas nacionais subscrevam a maior parte das atividades de seguros, também enfrentamos concorrência, principalmente no ramo de seguro saúde, por parte de empresas locais ou regionais, pois elas operam com menor custo ou se especializam em fornecer cobertura para grupos de riscos específicos.

A concorrência no setor de seguros no Brasil alterou-se drasticamente nos últimos anos à medida em que empresas estrangeiras passaram a constituir associações com seguradoras brasileiras com maior experiência no mercado brasileiro. Por exemplo, em 2002, o banco holandês ING, adquiriu uma participação de uma das empresas do Grupo Sul América. Desde 1996, o grupo AIG passou a operar em seguros no Brasil através de uma associação com o Unibanco. A Hartford já opera há anos no Brasil através de uma associação com o Grupo Icatu. AXA, AGF, ACE, Generali, Tokio Marine e outras seguradoras estrangeiras oferecem seguros no Brasil com estrutura local própria.

Acreditamos que os principais fatores competitivos nessa área sejam preço, estabilidade financeira, reconhecimento do nome e dos serviços. Em nível de agências, acreditamos que a concorrência baseia-se principalmente no nível dos serviços, inclusive o tratamento dos sinistros, o nível de automação e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os agentes pessoas físicas. Acreditamos que nossa capacidade de distribuir produtos de seguros por meio de nossa rede de agências nos dá uma vantagem competitiva sobre a maioria das seguradoras. Como a maioria de nossos produtos de seguros é oferecida por meio de agências bancárias no varejo, nos beneficiamos de algumas economias de custos e sinergias de comercialização, em comparação com os nossos concorrentes. Contudo, essa vantagem no custo poderia tornar-se menos significativa com o passar do tempo, à medida que os grandes bancos privados passem a utilizar suas próprias redes de agências para oferecer produtos de seguros por meio de agentes exclusivos.

#### *Setor de Previdência Complementar*

O processo de estabilização monetária trazido pela implementação do plano real estimulou o setor de previdência complementar, atraindo para o mercado brasileiro novos “players” internacionais, como: a Principal, que se associou ao Banco do Brasil, criando a Brasilprev; a Hartford, que se associou ao grupo Icatu; a ING que se associou à Sul América; a Metlife; a Nationwide; entre outras.

Além da estabilidade monetária, o tratamento fiscal favorável e a perspectiva de uma reforma mais profunda no sistema de previdência oficial contribuíram para o aumento da concorrência.

Atualmente a Bradesco Vida e Previdência detém a liderança do mercado de previdência complementar, com 42,0% do total de ativos administrados no setor, segundo dados da Anapp, em dezembro de 2006.

Os principais diferenciais competitivos são a marca Bradesco, a capilaridade da rede de agências, a estratégia, o pioneirismo e a inovação de produtos.

#### *Setor de Títulos de Capitalização*

A estabilidade da moeda, taxas cambiais mais estáveis e o controle da inflação tornaram o mercado mais competitivo a partir de 1994, no qual a Bradesco Capitalização detinha, até 31 de dezembro de 2006, a 2ª posição do ranking com 19,9% de participação em Receitas de Títulos de Capitalização e 20,5% em provisões técnicas, de acordo com a Susep.

Os principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são: Brasilcap Capitalização S.A., Itaú Capitalização S.A., Caixa Capitalização S.A., Icatu Hartford Capitalização S.A. e Unibanco Companhia de Capitalização. Os principais fatores competitivos nesta área são a oferta de produtos de

baixo custo com maior número de sorteios, segurança e estabilidade financeira, e o reconhecimento da marca por parte dos clientes.

## **REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO**

### **Principais Instituições Financeiras**

Em 31 de dezembro de 2006, 13 bancos comerciais e múltiplos do setor público controlados pelos Governos Federal e Estaduais, e 145 bancos comerciais e múltiplos do setor privado operavam no Brasil. Para fins da regulamentação brasileira, seguradoras, entidades de previdência complementar e emissores de títulos de capitalização não são considerados instituições financeiras.

#### ***Setor Financeiro Público Brasileiro***

Os Governos Federal e Estaduais controlam vários bancos e instituições financeiras comerciais. O principal propósito destas instituições é estimular o desenvolvimento econômico. As principais instituições bancárias pertencentes ao Governo desempenham um papel importante no setor bancário brasileiro. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos totais e ativos totais do sistema bancário, e são as principais financiadoras de fundos governamentais para as indústrias e a agricultura. Nos últimos oito anos, vários bancos múltiplos públicos foram privatizados e adquiridos por grupos financeiros brasileiros e estrangeiros.

Os principais bancos controlados pelo Governo incluem:

- *Banco do Brasil*, um banco controlado pelo Governo Federal, que fornece uma gama completa de produtos bancários aos setores público e privado. O Banco do Brasil é o maior banco múltiplo do Brasil e o principal agente financeiro do Governo Federal;
- *BNDES*, um banco de desenvolvimento totalmente controlado pelo Governo Federal, que concede financiamentos de médio e longo prazos ao setor privado brasileiro. As atividades do BNDES incluem a gestão do programa de privatizações do Governo Federal; e
- *Caixa Econômica Federal*, um banco múltiplo totalmente controlado pelo Governo Federal, que age como o principal agente do sistema regulamentado pelo Governo de concessão de empréstimos habitacionais. A Caixa Econômica Federal está classificada em primeiro lugar entre os bancos brasileiros, em termos de contas de poupança e financiamentos habitacionais.

#### **Setor Financeiro Privado Brasileiro**

Em 31 de dezembro de 2006, o setor financeiro privado brasileiro incluía:

- 145 bancos comerciais e múltiplos, que prestam uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, atividade bancária de investimento (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive gestão de fundos e financiamento de imóveis;
- 18 bancos de investimento, engajados principalmente em operações de crédito especializados em subscrição e negociação de valores mobiliários; e
- 51 financeiras, 133 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 164 corretoras de valores, 41 sociedades de arrendamento mercantil, 6.127 fundos de investimento financeiros e fundos mútuos e 18 associações de poupança e empréstimo/sociedades de crédito imobiliário.

## **Principais Órgãos Reguladores**

A estrutura institucional básica do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida em 1964 pela Lei nº. 4.595, conhecida como a “Lei da Reforma Bancária”. A Lei da Reforma Bancária criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, conhecido como “CMN”.

### ***O CMN***

O CMN, atualmente a mais alta autoridade responsável pela política monetária e financeira brasileira, é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública no Brasil. O CMN tem as funções de:

- regulamentar as operações de crédito realizadas por instituições financeiras brasileiras;
- regulamentar a emissão da moeda brasileira;
- supervisionar o câmbio e as reservas de ouro do Brasil;
- determinar as políticas de poupança, câmbio e investimento no Brasil; e
- regulamentar os mercados de capitais no Brasil.

Em dezembro de 2006, o CMN determinou a criação de um modelo de supervisão baseado em risco pela CVM (o “Sistema de Supervisão Baseada em Risco, que chamamos de “SBR”), que deverá: (i) identificar os riscos a que está exposto o mercado; (ii) dimensionar tais riscos, classificando-os segundo níveis de dano potencial; (iii) estabelecer formas de mitigar os riscos identificados e o prejuízo que podem causar; e (iv) controlar e monitorar a ocorrência dos eventos de risco. As medidas complementares necessárias à implementação do SBR deverão ser ainda editadas pelo CMN, mas algumas das tarefas a serem desempenhadas pelo SBR sejam iniciadas até 31 de dezembro de 2007.

### ***O Banco Central***

O Banco Central é responsável por:

- implementar as políticas monetária e de crédito estabelecidas pelo CMN;
- regulamentar e supervisionar as instituições financeiras brasileiras dos setores público e privado;
- controlar e monitorar o fluxo de moeda estrangeira de/para o Brasil; e
- fiscalizar o mercado financeiro brasileiro.

O presidente do Banco Central é nomeado pelo Presidente do Brasil para um mandato por tempo indeterminado, sujeito à aprovação pelo Senado brasileiro.

O Banco Central supervisiona instituições financeiras ao:

- determinar exigências mínimas de capital, exigências de reservas compulsórias e limites operacionais;
- ter o poder de autorizar documentos corporativos, aumentos de capital e o estabelecimento ou transferência de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior);

- ter o poder de autorizar mudanças no controle acionário das instituições financeiras;
- exigir a apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas, trimestrais revisadas, bem como mensais não auditadas; e
- exigir total acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação, e outras atividades econômicas relacionadas diariamente.

### **A CVM**

A CVM, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, é responsável por regulamentar os mercados de valores mobiliários brasileiros, de acordo com as políticas de mercado de capitais e valores mobiliários determinadas pelo CMN.

A CVM é responsável pela regulamentação e supervisão dos fundos mútuos de renda variável. Além disso, desde novembro de 2004, a CVM tem autoridade para regulamentar e supervisionar os fundos de ativos de renda fixa. Para mais informações veja “*Regulamentação da Gestão de Ativos*”.

### **Regulamentação Bancária**

#### **Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras**

Segundo as leis e regulamentos aplicáveis aos bancos, uma instituição financeira operando no Brasil:

- não pode operar sem a aprovação prévia do Banco Central e, no caso de banco estrangeiro, sem autorização concedida por decreto presidencial;
- não pode investir em ações de qualquer outra empresa acima dos limites regulamentares;
- não pode emprestar mais de 25,0% de seu patrimônio de referência a uma única pessoa ou grupo;
- não pode possuir imóveis, com exceção dos de uso próprio; e
- não pode conceder créditos ou prestar garantias para:
  - qualquer pessoa física que controle a instituição ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do seu capital acionário;
  - qualquer pessoa jurídica que controle a instituição com a qual esteja sob controle comum, ou qualquer diretor, conselheiro ou membro do Conselho Fiscal de tal pessoa jurídica, ou qualquer membro da família próxima de tais pessoas físicas;
  - qualquer pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% de seu capital social (com algumas exceções);
  - qualquer pessoa jurídica que a instituição financeira controle ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social;
  - qualquer pessoa jurídica, cuja diretoria seja constituída, no todo ou em parte, pelos mesmos membros que a diretoria da instituição; e

- diretores estatutários e conselheiros da instituição (ou membros de sua família próxima) ou qualquer companhia, que seja controlada por esses diretores estatutários, conselheiros ou membros de sua família próxima ou em cujo capital social tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social.

A restrição quanto às operações com as partes relacionadas não se aplica a operações executadas por instituições financeiras no mercado interbancário.

### ***Adequação e Alavancagem de Capital***

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basiléia. O acordo de Basiléia exige que os bancos tenham um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de 8,0%. Ao menos metade do total do Capital deve consistir do Capital Nível I. O Capital Nível I, ou principal, corresponde ao patrimônio menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui reservas de reavaliação de ativos, reservas para contingências e dívidas subordinadas, sujeitas a certas restrições. O Capital Nível II está limitado ao montante do Capital Nível I.

As exigências impostas pelo CMN diferem do Acordo de Basiléia em alguns aspectos. Entre as diferenças, podemos apontar que o CMN:

- (a) exige capital mínimo de 11,0% em relação aos ativos ponderados de risco;
- (b) não permite que as reservas para contingências sejam consideradas como capital;
- (c) obriga que sejam deduzidos do capital os ativos permanentes excedentes aos limites impostos pelo Banco Central;
- (d) exige um valor adicional de capital, com respeito a operações de *swap* de câmbio e de taxa de juros, registradas fora do balanço patrimonial, e de certas operações de créditos com recursos captados de terceiros; e
- (e) atribui diferentes ponderações de risco a certos ativos e valores de conversão de créditos, incluindo ponderações de risco de 300,0% sobre os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social.

Para mais informações, veja “Item 5 - Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Cumprimento de Exigências Referentes à Capital”.

O Patrimônio de Referência de uma instituição financeira é representado pela somatória do Capital Nível I e Nível II, e é utilizado na determinação de seus limites operacionais.

As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, devem manter registros contábeis consolidados (para fins de cálculo de suas exigências de capital), de seus investimentos em empresas sempre que as instituições mantiverem, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto com outros parceiros, uma participação de controle nas empresas investidas. Quando sua participação não resulta no controle de uma empresa, as instituições financeiras podem optar por contabilizar a participação como resultado de participação em empresas não consolidadas ao invés de consolidar.

Observadas determinadas condições e dentro de certos limites, as instituições financeiras podem incluir dívida subordinada na determinação de suas exigências de capital para fins de cálculo de seus limites operacionais, desde que tal dívida subordinada cumpra com os seguintes requisitos:

- deve ser previamente aprovada pelo Banco Central;
- não pode ser objeto de qualquer modalidade de garantia;
- seu pagamento deve estar subordinado ao pagamento de outras obrigações do emissor no caso de dissolução;
- não pode ser resgatada por ato do detentor;
- deve ter uma cláusula que permita o adiamento do pagamento de juros ou resgate, caso isso possa ocasionar falha por parte do emissor no cumprimento dos níveis mínimos de patrimônio de referência ou de outras exigências operacionais;
- deve ser nominativa, quando emitida no Brasil, e, quando emitida no exterior, sempre que a legislação local permitir;
- quando emitida no exterior, deve conter uma cláusula de escolha de foro;
- deve ter um prazo mínimo de cinco anos antes do resgate ou da amortização;
- seja integralizada em espécie; e
- não podem ser objeto de seguro ou garantia, por meio de quaisquer instrumentos que obriguem ou permitam pagamentos entre a instituição emissora da dívida e a credora e que comprometam a condição de subordinação da dívida.

As instituições financeiras brasileiras podem escolher entre calcular suas exigências de capital em base consolidada ou não consolidada.

### ***Exigências de Reservas***

O Banco Central impõe às instituições financeiras brasileiras, periodicamente, uma reserva compulsória e exigências correlatas. O Banco Central usa as exigências de reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Historicamente as reservas impostas sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo respondem por praticamente todos os valores exigidos para serem depositados no Banco Central. Para um resumo sobre as atuais exigências de reservas compulsórias aplicáveis à depósitos à vista, de poupança e a prazo, veja “História e Desenvolvimento da Companhia - Atividade Bancária – Atividades de Captação de Depósitos”.

A exposição consolidada total de uma instituição financeira em moedas estrangeiras e ouro não pode exceder 30,0% de seu patrimônio de referência. Além disso, se a sua exposição for superior a 5,0% do patrimônio de referência, a instituição financeira deve possuir um capital adicional equivalente a pelo menos 100% da exposição. Vale notar que, a partir de 2 de julho de 2007, o valor compensado internacionalmente em decorrência de exposições contrárias (compradas e vendidas) realizadas no país e no exterior por instituições integrantes do mesmo conglomerado será adicionado ao cálculo da exposição líquida consolidada do conglomerado.

No passado, o Banco Central impôs, sobre outros tipos de transações, certas exigências de depósitos compulsórios que não estão mais em vigor, e poderia impor novamente estas exigências ou

impor restrições semelhantes no futuro. Para mais informações sobre as restrições do Banco Central, veja “Item 3. Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

### ***Exigências de Composição de Ativos***

As instituições financeiras brasileiras não podem alocar mais de 25,0% de seu patrimônio de referência em operações de crédito (inclusive garantias) a um mesmo cliente (inclusive sua matriz, afiliadas e subsidiárias) ou em valores mobiliários de qualquer emitente, e não podem atuar na qualidade de subscritoras (com exclusão de subscrição de melhores esforços) de valores mobiliários emitidos por qualquer emitente representando mais de 25,0% do patrimônio de referência.

O ativo permanente (definido como propriedades e equipamentos, outros que não operações de arrendamentos mercantis, investimentos não consolidados e ativos diferidos) de instituições financeiras brasileiras não pode exceder a 50,0% de seu patrimônio de referência.

### ***Operações Compromissadas***

As operações compromissadas estão sujeitas aos limites de capital operacional, com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado com as disposições regulamentares do Banco Central. Uma instituição financeira somente pode deter operações compromissadas em valores de até 30 vezes o seu patrimônio de referência. Dentro desse limite, operações compromissadas envolvendo valores mobiliários privados não podem exceder cinco vezes o valor do patrimônio de referência da instituição financeira. Limites em operações compromissadas envolvendo valores mobiliários lastreados por autoridades governamentais brasileiras variam de acordo com o tipo de valores mobiliários envolvidos na operação e o risco percebido do emitente, conforme estabelecido pelo Banco Central.

### ***Repasso de Recursos Tomados no Exterior***

As instituições financeiras e as empresas de arrendamento mercantil estão autorizadas a tomar emprestado recursos em moeda estrangeira nos mercados internacionais (por meio de empréstimos diretos ou da emissão de valores mobiliários de dívida) de modo a repassar tais recursos no Brasil. Estes repasses tomam a forma de empréstimos em reais, mas indexados ao dólar norte-americano. Os termos do repasse precisam refletir os termos da operação original. A taxa de juros cobrada no empréstimo externo precisa também se adequar às práticas do mercado internacional. Além do custo original da operação, a instituição financeira poderá somente cobrar uma comissão de repasse.

### ***Posição de Câmbio***

As operações envolvendo a compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio.

Até 14 de março de 2005, o mercado de câmbio brasileiro era dividido em dois segmentos: os mercados de taxa de câmbio de mercado comercial (“Mercado Comercial”) e câmbio de mercado flutuante (“Mercado Flutuante”). O Mercado Comercial estava reservado primariamente para transações comerciais no exterior e transações que geralmente requerem registro no Banco Central. O Mercado Flutuante aplicava-se a todas as transações, às quais o Mercado Comercial não se aplica. Somente bancos, corretores, negociadores e o Banco Central tinha acesso ao Mercado Comercial, enquanto o Mercado Flutuante estava aberto para todas as instituições autorizadas pelo Banco Central.

Em março de 2005, o Banco Central editou vários atos normativos que modificaram significativamente o regime aplicável em matéria de câmbio. As referidas normas foram divulgadas pelo Banco Central como parte do programa liberalizador que busca melhorar a eficiência do mercado de câmbio e permitir maior transparência aos fluxos de moeda estrangeira dentro e fora do Brasil.

De acordo com as novas normas, os Mercados Comercial e Flutuante foram unificados sob um regime único aplicável em matéria de câmbio (“Mercado de Câmbio”), no qual todas as transações são concentradas. O Mercado de Câmbio recentemente unificado permite a liquidação em moeda estrangeira de quaisquer compromissos em moeda nacional “reais”, os quais são firmados entre pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País e pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, mediante apresentação de documentação pertinente.

O acesso ao Mercado de Câmbio pode ser concedido pelo Banco Central a bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, agências de turismo e aos meios de hospedagem de turismo. Entretanto, ficaram automaticamente autorizados a operar no Mercado de Câmbio os agentes que, em 4 de março de 2005, estavam autorizados a operar nos Mercados Comercial e Flutuante.

O Banco Central atualmente não impõe limites para as posições compradas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é maior que o valor das vendas) de bancos autorizados a operar no Mercado de Câmbio. A partir de dezembro de 2005, o Banco Central deixou de impor limites às posições vendidas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é menor que o valor das vendas) aos bancos autorizados a operar no Mercado de Câmbio.

Conforme a regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional, a aplicação no exterior de disponibilidades em moeda estrangeira deve limitar-se a: (i) títulos de emissão do governo brasileiro; (ii) títulos de emissão de governos estrangeiros; (iii) títulos de emissão ou de responsabilidade de instituição financeira; e (iv) depósitos a prazo em instituição financeira.

### ***Taxas de Juros***

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, estabeleceu um teto de 12,0% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Entretanto, desde a promulgação da Constituição, tal taxa não era aplicada, já que a regulamentação de tal determinação estava pendente. Em maio de 2003, o artigo aplicável foi revogado por força de Emenda Constitucional.

### **Tratamento de Operações de Crédito**

As instituições financeiras são obrigadas a classificar suas operações de crédito em nove categorias que vão de AA até H, com base em seu risco. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central e estão relacionados:

- às condições do devedor e do fiador, tais como: a situação econômica e financeira, o nível de endividamento, a capacidade de gerar lucros, o fluxo de caixa, os atrasos em pagamentos, as contingências e os limites de crédito; e
- às condições da operação, tais como: a natureza e finalidade, o tipo, o nível de liquidez, a suficiência das garantias e o valor total do crédito.



No caso de tomadores pessoas jurídicas, as nove categorias, de acordo com nosso conceito, são as seguintes:

<b>Rating</b>	<b>Classificação Bradesco</b>	<b>Conceito Bradesco</b>
AA	Excelente	Empresa/grupo de primeira linha, com porte, tradição e liderança no mercado com conceito e situação econômico-financeira excelentes.
A	Ótimo	Empresa/grupo de porte, situação econômico-financeira ótima, atuando em mercados com perspectivas positivas e/ou potencial de expansão.
B	Boa	Empresa/grupo que, independente do porte, possui boa situação econômico-financeira.
C	Aceitável	Empresa/grupo com situação econômico-financeira satisfatória, porém, com desempenho sujeito às variações da economia.
D	Regular	Empresa/grupo com situação econômico-financeira declinante, ou com dados contábeis não satisfatórios, sob a gestão de risco.

Uma operação de crédito poderá receber uma melhor classificação (*upgrade*) se tiver garantia ou pior classificação (*downgrade*) se estiver em inadimplência.

Operações de crédito de liquidação duvidosa são classificadas segundo a perspectiva de perda, conforme indicações abaixo:

<b>Rating</b>	<b>Classificação Bradesco</b>
E	Deficiente
F	Ruim
G	Crítica
H	Péssima

No caso de operações com pessoas físicas, nós também adotamos um sistema similar de classificação em nove categorias. Nós classificamos o crédito com base na renda, patrimônio e histórico de crédito de pessoa física, bem como outras informações cadastrais.

As instituições financeiras precisam fazer provisões para perdas com operações de crédito mensalmente para cobrir as contingências. Em geral, os bancos revisam as classificações de empréstimos anualmente. Entretanto, uma revisão é feita a cada seis meses no caso de operações que sejam concedidas ao mesmo cliente ou grupo econômico, cujo valor agregado exceder a 5,0% do patrimônio de referência da instituição financeira. Uma operação de crédito, vencida e não paga, é revisada mensalmente.

Para operações de crédito, vencidas e não pagas, as disposições regulamentares estabelecem classificações de risco máximas, como segue:

<b>Número de Dias Vencidos <sup>(1)</sup></b>	<b>Classificação Máxima</b>
15 a 30 dias.....	B
31 a 60 dias.....	C
61 a 90 dias.....	D
91 a 120 dias.....	E
121 a 150 dias.....	F
151 a 180 dias.....	G
Mais de 180 dias.....	H

(1) O período deve ser dobrado no caso de operações de crédito, cujo vencimento seja superior a 36 meses.

As instituições financeiras deverão determinar, mensalmente, se qualquer um dos empréstimos deve ser reclassificado como resultado destas classificações máximas. Caso positivo, precisam ajustar as suas provisões.

As disposições regulamentares especificam um provisionamento mínimo para cada categoria de empréstimo, que é medido como uma percentagem do valor total da operação de crédito, como segue:

<b>Classificação do Empréstimo</b>	<b>Provisão Mínima %</b>
AA.....	-
A.....	0,5
B.....	1,0
C.....	3,0
D.....	10,0
E.....	30,0
F.....	50,0
G.....	70,0
H <sup>(1)</sup> .....	100,0

(1) Os bancos precisam baixar contabilmente quaisquer empréstimos seis meses após receberem a classificação H.

As operações de crédito de até R\$ 50.000 podem ser classificadas ou pelo método de avaliação próprio da instituição financeira ou de acordo com os critérios de atraso nos pagamentos, anteriormente descritos.

As instituições financeiras precisam disponibilizar as suas políticas de empréstimos e classificação de empréstimos para o Banco Central e para seus auditores independentes. Também terão que submeter ao Banco Central informações relativas à sua carteira de empréstimos, juntamente com as suas demonstrações financeiras. Tais informações precisam incluir:

- discriminação das atividades e natureza dos tomadores;
- vencimentos dos empréstimos;
- valores dos empréstimos renegociados, baixados para perda e recuperados;
- diversificação da carteira de empréstimos, de acordo com a classificação de empréstimos; e
- empréstimos em atraso.

## *Sistema de Pagamentos Brasileiro*

O Sistema de Pagamentos Brasileiro foi regulamentado e estruturado por legislação editada em 2001. Estas medidas foram adotadas visando a aumentar a agilidade do sistema pela adoção da compensação multilateral, a segurança e a solidez do sistema, pela redução do risco de inadimplimento sistêmico e do risco de crédito e liquidez das instituições financeiras.

Os sistemas integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro deverão criar dispositivos de segurança e regras de controle de risco de contingências de compartilhamento de perdas entre os participantes e de execução direta de posições em custódia de contratos e de garantias pelos participantes. Adicionalmente, tornou-se obrigatória para as câmaras de compensação e prestadoras de serviços de liquidação, importantes para o sistema, a segregação de patrimônio como garantia adicional para liquidação das operações.

Atualmente, a responsabilidade pela liquidação das operações foi atribuída às câmaras de compensação ou prestadoras de serviços responsáveis por ela. Uma vez que uma transação financeira tenha sido submetida para compensação e liquidação, normalmente torna-se a obrigação da câmara de compensação e/ou prestador de serviço de liquidação relevante à compensação e liquidação da mesma, não existindo mais o risco de falência ou insolvência de parte do participante do mercado que submeteu a transação para compensação e liquidação.

As instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central devem, segundo as novas regras, criar mecanismos para identificar e evitar riscos de liquidez, de acordo com certos procedimentos estabelecidos pelo Banco Central. Segundo esses procedimentos, as instituições devem:

- manter e documentar os critérios para mensuração de riscos de liquidez e mecanismos para gestão de riscos;
- elaborar análises de dados econômico-financeiros, que permitam avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez e fluxos de caixa da instituição;
- elaborar relatórios que permitam o monitoramento dos riscos de liquidez da instituição;
- identificar e avaliar os mecanismos para reversão de posições, que coloquem em risco a situação econômico-financeira da instituição e para obter recursos necessários para realizar tais reversões;
- implantar sistemas de controle e realizar periodicamente testes de avaliação dos sistemas de controle;
- fornecer de maneira imediata à Administração da instituição, informações e análises sobre o risco de liquidez identificado, incluindo quaisquer conclusões e providências adotadas; e
- estabelecer plano de contingência contendo estratégia de gestão de situações de crise de liquidez.

As instituições financeiras foram diretamente beneficiadas pela reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro. As operações, anteriormente processadas ao final do dia, levavam à existência de um saldo, positivo ou negativo, para cada instituição, o que não é mais permitido. Sua liquidação agora deve ser processada em tempo real, e os valores acima de R\$ 5.000 devem ser processados por transferência eletrônica entre as instituições com recursos imediatamente disponíveis. Caso sejam efetivados por cheques, será cobrada taxa bancária adicional.

Depois de um período de testes e implementação gradual, o novo sistema brasileiro de compensação começou a funcionar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm o poder de regulamentar e monitorar os sistemas de pagamento e compensação brasileiro.

### **Liquidação de Instituições Financeiras**

Em fevereiro de 2005, a Nova Lei Brasileira de Falências, que substituiu o diploma anterior que regulava a matéria, datado de 1945. O principal objetivo do novo regime falimentar é evitar a quebra de empresas consideradas viáveis, as quais são incapazes de cumprir com suas obrigações. O novo regime ora instituído visa a fazê-lo, concedendo maiores níveis de flexibilidade para planejar estratégias de reorganização, além de atribuir maiores garantias aos credores. Essa lei também busca melhorar a habilidade de recuperação dos credores através da recuperação judicial intentada através de acordo entre a sociedade e uma comissão formada pelos credores. A Nova Lei Brasileira de Falências não se aplica, contudo, às instituições financeiras, que conseqüentemente permanecem sujeitas ao regime jurídico previsto na Lei 6.024/74, que rege a intervenção e liquidação administrativa das instituições financeiras.

#### *Intervenção*

O Banco Central irá intervir nas operações e administração de qualquer instituição financeira não controlada pelo Governo Federal, se a instituição:

- sofrer prejuízos devido à má administração, que coloquem os credores em risco;
- transgredir de maneira recorrente as disposições regulamentares bancárias; ou
- estiver insolvente.

A intervenção também poderá ser ordenada, segundo pedido da Administração da instituição financeira.

A intervenção não poderá exceder a doze meses. Durante o período de intervenção ficam suspensas a exigibilidade das obrigações vencidas, a fluência dos prazos das obrigações vincendas contratadas antes da intervenção e a exigibilidade dos depósitos na instituição existentes na data da decretação.

#### *Liquidação Administrativa*

O Banco Central liquidará uma instituição financeira, se:

- a situação econômica ou financeira da instituição estiver em risco, particularmente quando a instituição deixar de cumprir as suas obrigações à medida que estas vencem, ou no caso de declaração de falência;
- a Administração cometer uma transgressão grave às leis, regras ou disposições regulamentares bancárias;
- a instituição sofrer um prejuízo que sujeite seus credores não garantidos a um risco severo; ou
- na revogação da licença para operar, a instituição não iniciar os procedimentos ordinários de liquidação dentro de noventa dias, ou, se iniciados, o Banco Central determinar que o ritmo da liquidação possa prejudicar os credores da instituição.

Como consequência da liquidação administrativa:

- as ações judiciais potenciais ou em andamento, reivindicando interesses ou direitos sobre os ativos da instituição, são suspensas;
- as obrigações da instituição vencem antecipadamente;
- a instituição não pode cumprir com nenhuma cláusula de prejuízos de liquidação contida em contratos unilaterais;
- os juros contra a instituição não são acumulados até que os passivos sejam completamente liquidados; e
- o prazo de prescrição com respeito às obrigações da instituição é suspenso.

#### ***Regime de Administração Especial Temporária***

O regime de administração especial temporária, conhecido como “RAET”, é uma forma menos severa de intervenção pelo Banco Central em instituições financeiras, que permite que as instituições continuem a operar normalmente. O RAET pode ser ordenado no caso de uma instituição que:

- entre em operações recorrentes que sejam contra as políticas econômicas e financeiras determinadas pelas leis federais;
- enfrente uma escassez de ativos;
- falhe em cumprir com as regras de reservas compulsórias;
- tenha administração imprudente ou fraudulenta; ou
- tenha operações ou circunstâncias que exijam uma intervenção.

#### ***Pagamento de Credores em uma Liquidação***

Na liquidação de uma instituição financeira, os salários e indenizações dos funcionários e créditos tributários têm a mais alta prioridade em relação a quaisquer créditos contra o patrimônio da massa. Em novembro de 1995, o Banco Central criou o FGC para garantir o pagamento de fundos depositados junto a instituições financeiras, em caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência. Os membros do FGC são instituições financeiras que aceitam depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como sociedades de crédito e poupança. O FGC é financiado principalmente por contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que trabalham com depósitos de clientes.

O FGC é um sistema de seguro de depósitos que garante até um valor máximo para depósitos e certos instrumentos de crédito mantidos por um cliente em uma instituição financeira (ou em instituições financeiras que integram o mesmo grupo financeiro). A responsabilidade das instituições participantes é limitada ao valor de suas contribuições para o FGC, com a exceção de que em circunstâncias limitadas, se os pagamentos do FGC forem insuficientes para cobrir os prejuízos segurados, as instituições participantes poderão ser solicitadas a fazer contribuições e adiantamentos extraordinários. O pagamento de créditos não garantidos e depósitos de clientes não cobertos pelo FGC estão sujeitos ao pagamento prévio de todos os créditos garantidos e outros créditos, para os quais leis específicas concedam privilégios especiais.

Em setembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional aumentou o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC, de R\$ 20.000,00 para R\$ 60.000,00. Adicionalmente, reduziu de 0,025% para 0,0125% do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao FGC.

### **Procedimentos Internos de Cumprimento**

Todas as instituições financeiras precisam ter em vigor políticas e procedimentos internos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas financeiros, operacionais e de informações gerenciais; e
- seu cumprimento com todas as disposições regulamentares a elas aplicáveis.

A diretoria de uma instituição financeira é responsável pela implementação de uma estrutura efetiva de controle interno ao definir responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecer metas e procedimentos correspondentes em todos os níveis da instituição. A diretoria é também responsável pela verificação do cumprimento com todos os procedimentos internos.

Em dezembro de 2003, alteramos nosso estatuto para incluir a previsão de um comitê de controles internos e *compliance*, formado de 3 a 6 membros indicados por nosso Conselho de Administração.

### **Restrições a Bancos Estrangeiros e Investimento Estrangeiro**

A Constituição Federal Brasileira proíbe as instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem novas agências no Brasil, com exceção das devidamente autorizadas pelo Governo Brasileiro. Um banco estrangeiro devidamente autorizado a operar no Brasil por meio de uma agência ou uma subsidiária está sujeito às mesmas normas, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer outra instituição financeira brasileira.

A Constituição Federal Brasileira permite que as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras somente se tiverem autorização específica do Governo Brasileiro. Contudo, os investidores estrangeiros sem autorização específica podem adquirir ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras de capital aberto ou recibos de depósitos oferecidos no exterior representando ações sem direito a voto.

### **Regulamentação contra a “Lavagem” de Dinheiro e sobre Sigilo Bancário**

Segundo as leis brasileiras contra a lavagem de dinheiro, as instituições financeiras precisam:

- (a) manter registros atualizados referentes a seus clientes;
- (b) manter registros e controles internos;
- (c) registrar operações envolvendo moeda brasileira e estrangeira, valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo que possa ser convertido em dinheiro;
- (d) manter registros de operações maiores que R\$ 10.000 em um mês civil ou que revelem um padrão de atividade que sugira um esquema para evitar a identificação;
- (e) manter registros de todas as operações com cheques; e

- (f) manter registros e informar ao Banco Central acerca dos depósitos e saques em valores acima de R\$ 100.000.

A instituição financeira deve revisar as operações ou propostas, quando suas características possam indicar a existência de um crime e informar o Banco Central da transação proposta ou executada. Os registros mencionados em (c), (d) e (e) devem ser mantidos por no mínimo 5 anos.

As instituições financeiras precisam manter o sigilo sobre as suas operações e serviços bancários fornecidos a seus clientes. Certas exceções aplicam-se a esta obrigação, tais como: o compartilhamento de informações de histórico de crédito, atividade criminosa ou transgressão de disposições regulamentares bancárias ou divulgação de informações autorizadas pelas partes interessadas. O sigilo bancário também pode ser quebrado, quando necessário para a investigação de um ato ilegal.

O Governo e os fiscais da Secretaria da Receita Federal Brasileira podem também inspecionar os documentos, livros contábeis e registros financeiros de uma instituição em certas circunstâncias.

### **Mudança da Empresa de Auditoria Independente**

Todas as instituições financeiras precisam:

- ser auditadas por uma empresa de auditoria independente; e
- substituir suas empresas de auditoria independente para fins de preparação das demonstrações financeiras, para propósitos regulatórios, pelo menos a cada cinco exercícios fiscais consecutivos. Uma empresa de auditoria independente que emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras e então é substituída conforme esta regra, pode ser contratada novamente três exercícios fiscais após emitir seu parecer. O CMN suspendeu a exigência de substituição periódica dos auditores até dezembro de 2007.

Cada empresa de auditoria independente precisa comunicar imediatamente o Banco Central a respeito de qualquer evento que possa afetar adversamente, de maneira significativa, o status relevante de uma instituição financeira.

Em março de 2002, a Lei de Sociedades Anônimas brasileira foi modificada conferindo aos membros do nosso Conselho de Administração, direitos de veto sobre a indicação ou remoção de nossa empresa de auditoria independente. Para mais informações com relação à nomeação de membros do Conselho, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Voto”.

### **Exigências de Auditoria**

Somos registrados nas bolsas de valores locais e, por sermos uma instituição financeira, somos obrigados a ter nossas demonstrações financeiras auditadas a cada seis meses, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Nossas informações trimestrais, arquivadas na CVM, estão sujeitas à revisão por nossos auditores independentes.

Em janeiro de 2003, a CVM editou regulamentação determinando a divulgação, por parte das entidades auditadas, de diversas informações relacionadas à prestação, pela empresa de auditoria independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, sempre que tais outros serviços correspondam a mais de 5,0% dos honorários totais que a entidade pagou à empresa de auditoria externa.

Adicionalmente, as empresas de auditoria independentes deverão prestar declaração à Administração da companhia auditada de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria externa.

Em maio de 2003, o CMN editou nova regulamentação sobre auditoria, aplicável a todas instituições financeiras brasileiras, a qual foi alterada em novembro de 2003, janeiro e maio de 2004 e dezembro de 2005. Segundo esta regulamentação, somos obrigados a indicar um membro de nossa Administração para responder pelo acompanhamento e supervisão do cumprimento das regras de contabilidade e auditoria definidas na legislação.

Ainda nos termos desta regulamentação, as instituições financeiras que tenham um patrimônio de referência superior a R\$ 1 bilhão, administrem recursos de terceiros no mesmo montante, ou apresentem somatório de captações de depósitos de terceiros em montante superior a R\$5 bilhões estão obrigadas a criar um Comitê de Auditoria, composto por membros independentes. O número de membros, o critério de indicação e destituição, o mandato e as responsabilidades do Comitê de Auditoria devem ser especificados no Estatuto Social da instituição. Nosso Comitê de Auditoria está plenamente operacional desde 1º de julho de 2004. O Comitê de Auditoria é responsável pela recomendação à Administração da empresa de auditoria independente a ser contratada; revisão das demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas e parecer dos auditores, antes da publicação; avaliação da eficiência dos serviços de auditoria e dos procedimentos de controles internos, avaliação do cumprimento pela Administração de recomendação da empresa de auditoria independente entre outros. Nosso estatuto foi alterado em dezembro de 2003 para prever a existência de um Comitê de Auditoria. Em maio de 2004, nosso Conselho de Administração aprovou o regimento interno do Comitê de Auditoria e elegeu a sua primeira composição. Em outubro de 2006, o Conselho Monetário Nacional tornou mais rígidos os requisitos a serem observados pelos membros do Comitê de Auditoria. Para mais informações, veja Item 16D. Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria.

A partir de 1º de julho de 2004, somos obrigados a publicar semestralmente um relatório do Comitê de Auditoria junto com nossas demonstrações financeiras. O primeiro relatório do nosso Comitê de Auditoria foi em conjunto com nossas demonstrações financeiras do segundo semestre de 2004.

### **Regulamentação da Gestão de Ativos**

A gestão de ativos é regulamentada pelo CMN e pela CVM.

Em agosto de 2004, a CVM editou o normativo 409/2004 consolidando a legislação de fundos de renda fixa e fundos de renda variável. Anteriormente, os fundos de renda fixa encontravam-se sob a regulamentação do Banco Central, enquanto os fundos de ações eram regulados pela CVM.

O normativo 409/2004 da CVM entrou em vigor no dia 22 de novembro de 2004. Desde então, todos os novos fundos criados estão sujeitos a esse normativo, enquanto que os fundos anteriormente existentes tiveram prazo até 31 de janeiro de 2005 para se adaptarem à nova regulamentação.

O fundo de investimento deve manter seu patrimônio aplicado em títulos e valores mobiliários, ativos e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro e de capitais, nos termos estabelecidos em seu regulamento, observados os limites estabelecidos pela CVM.

Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do fundo de investimento, excetuadas as aplicações em cotas de fundos de investimento e aquelas realizadas no Mercosul, devem estar devidamente registrados em contas de depósitos específicas de



custódia abertas em nome do fundo. Tais contas devem ser mantidas nos sistemas de registro e compensação autorizados pelo Banco Central ou em instituições custodiantes autorizadas pela CVM.

Além das limitações previstas no regulamento de cada fundo, como regra geral, os fundos de investimento não podem:

- investir mais de 10,0% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de um único emissor se tal emissor for (1) uma instituição não financeira, um acionista controlador, de sociedades por ela, direta ou indiretamente, controladas e de suas coligadas sob controle comum (2) entidade federal, estadual ou municipal ou (3) um outro fundo de investimento, com exceção dos fundos de ações;
- investir mais de 20,0% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de emissão de uma mesma instituição financeira (inclusive do administrador do fundo), de seu controlador, de sociedades por ele, direta ou indiretamente, controlados e de suas coligadas sob controle comum; e
- no caso de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, investir mais de 10,0% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento imobiliário, fundo de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Conforme a composição de seu patrimônio, os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas classificam-se em:

- Fundo de Curto Prazo - deve aplicar seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou outra taxa de juros, ou índices indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias, e prazo médio de carteira de inferior a 60 dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais;
- Fundo Referenciado - deve identificar em sua denominação o seu indicador de desempenho, em função da estrutura dos ativos financeiros integrantes das respectivas carteiras, desde que, cumulativamente, (1) tenham, pelo menos, 80,0% de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil; ou (b) títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor seja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente; (2) estipulem que, pelo menos, 95,0% da carteira seja composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho (“benchmark”) escolhido; e (3) restrinjam a respectiva atuação no mercado de derivativos a realização de operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas;
- Fundo de Renda Fixa - deve possuir, pelo menos, 80,0% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, a fatores de renda fixa;
- Fundo de Ações - deve possuir, pelo menos, 67,0% da carteira de ativos em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado;
- Fundo Cambial - deve possuir, pelo menos, 80,0% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, à variação de preços de moeda estrangeira;

- Fundo de Dívida Externa - deve aplicar, pelo menos, 80,0% de seu patrimônio líquido em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União, sendo permitida a aplicação de até 20,0% do patrimônio líquido em outros títulos de crédito transacionados no mercado internacional; e
- Fundo de Multimercado - deve possuir política de investimento que envolva vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes previstas nas classificações dos fundos acima.

### **Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras**

As corretoras e distribuidoras são parte do Sistema Financeiro Nacional e estão sujeitas à regulamentação e supervisão do CMN, do Banco Central e da CVM. As corretoras devem ser autorizadas pelo Banco Central e são as únicas instituições brasileiras autorizadas a negociar nas bolsas de valores e mercantis e de futuros do Brasil. Tanto as corretoras quanto as distribuidoras podem agir como subscritoras na colocação pública de valores mobiliários e engajar-se na corretagem de moeda estrangeira em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras deverão observar as regras de conduta estabelecidas pelas bolsas de valores e pela BM&F previamente aprovadas pela CVM, indicando um diretor estatutário responsável pela observância de tais regras.

Corretoras e distribuidoras não podem:

- com exceções limitadas, executar operações que possam ser qualificadas como a concessão de empréstimos para seus clientes, inclusive a concessão de direitos;
- cobrar comissões de seus clientes, referentes às operações de valores mobiliários, durante a fase primária de uma distribuição;
- adquirir ativos, inclusive imóveis, que não sejam para uso próprio; ou
- obter empréstimos de instituições financeiras, com exceção para: (i) empréstimos para aquisição de bens para uso relacionados ao objeto social da empresa; ou (ii) empréstimos, cujo valor não exceder a duas vezes o patrimônio líquido da empresa.

Os empregados, administradores, sócios, sociedades controladoras e sociedades controladas somente podem negociar valores mobiliários por conta própria utilizando a corretora a que estiverem vinculados.

### **Regulamentação da Internet e do Comércio Eletrônico**

O Congresso brasileiro não promulgou qualquer legislação específica regulamentando o comércio eletrônico. Desta forma, permanece sujeito às leis e disposições regulamentares existentes sobre o comércio e operações comerciais comuns.

Existem atualmente vários projetos de lei tratando da regulamentação do comércio eletrônico e da Internet no Congresso brasileiro. A legislação proposta, se promulgada, reconhecerá o valor legal, a validade e a possibilidade de aplicação de informações na forma de mensagens eletrônicas, permitindo que as partes celebrem um contrato, façam ou aceitem uma oferta por meio de mensagens eletrônicas.

A CVM baixou regulamentação das atividades de corretagem de valores mobiliários via Internet, que só podem ser realizadas por sociedades com registro. As páginas das corretoras deverão

conter informações detalhadas sobre o sistema, tarifas, procedimentos de execução de ordens e segurança, bem como do funcionamento geral do mercado e os riscos envolvidos neste tipo de investimento.

As corretoras que realizam operações via Internet serão responsáveis pela garantia de segurança e pela operacionalidade dos sistemas que utilizarem, os quais deverão ser auditados semestralmente.

## **Regulamentação das Operações em Outras Jurisdições**

Temos agências e subsidiárias em várias outras jurisdições, tais como: Nova Iorque, Buenos Aires, Tóquio, Ilhas Cayman, Bahamas e Luxemburgo. O Banco Central realiza supervisão consolidada global sobre as agências, subsidiárias e propriedades corporativas de instituições financeiras brasileiras no exterior, sendo necessária a aprovação prévia do Banco Central para estabelecer qualquer nova agência, subsidiária ou escritório de representação. Além disso, na maioria dos casos, temos de obter a aprovação governamental dos bancos centrais e autoridades monetárias locais em tais jurisdições, antes de iniciar os negócios. Em todos os casos, estamos sujeitos à supervisão das autoridades locais.

## **Tributação**

### ***Impostos sobre Operações Financeiras***

O Imposto sobre Operações Financeiras, conhecido como “IOF”, é um imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e de títulos e valores mobiliários, cujas alíquotas são fixadas pelo Ministro da Fazenda, dentro do limite máximo de 25,0% estabelecido por lei. O imposto é cobrado e recolhido pela instituição financeira envolvida.

O IOF pode incidir sobre várias operações cambiais, inclusive a conversão de moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira, com o propósito de pagamento de dividendos e repatriação de capital investido em nossas ADSs. Atualmente, entretanto, as únicas operações de câmbio, que estão sujeitas ao IOF são:

- a conversão de empréstimos externos para moeda brasileira com prazo menor que 90 dias, sobre a qual o IOF é cobrado à alíquota de 5,0%; e
- operações de câmbio para aquisição de produtos com cartões de crédito, cuja alíquota é de 2,0% do valor da transação.

O IOF pode também ser cobrado nas emissões de títulos e valores mobiliários, inclusive sobre aquelas realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros ou de mercadorias. A alíquota do IOF com relação às ações preferenciais e ADSs atualmente é de 0%. O Ministro da Fazenda, entretanto, tem a autoridade legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia dos valores das transações tributáveis, durante o período em que o investidor mantiver os valores mobiliários, mas somente até o limite dos ganhos realizados na transação e a partir de sua instituição ou elevação.

O IOF incide sobre operações de empréstimo de qualquer natureza, inclusive cheque especial, à alíquota de 0,0041% ao dia sobre o valor do principal. Nas transações de operações de empréstimos em que o valor principal não é determinado antes da transação, além do principal, o IOF também incide sobre os juros e outros encargos à mesma alíquota. Em qualquer caso, o IOF está sujeito à alíquota máxima de 1,5% ao longo de um ano.

O IOF incide sobre as operações de seguro à alíquota de:

- zero, nas operações de resseguro ou relativas a créditos de exportação, transporte internacional de mercadorias, seguros rurais ou quando os prêmios designados ao financiamento de planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência; ou
- 2,0% do valor dos prêmios pagos no caso de contratação de seguros privados de assistência à saúde;
- zero nas operações de seguro de vida e congêneres, de acidentes pessoais e do trabalho, inclusive aquelas em que o valor dos prêmios seja destinado ao custeio dos planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência; e
- 7,0% dos prêmios pagos no caso de outros ramos de seguro.

O IOF também incide sobre ganhos realizados nas transações com prazos de 30 dias ou menos, resultantes da venda, cessão, recompra e renovação de instrumentos de renda fixa ou resgate de quotas de fundos de investimento financeiro, fundos mútuos e de clubes de investimento. Para mais informações sobre Fundos de Investimento Financeiro e Fundos Mútuos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da Gestão de Ativos”. A alíquota máxima do IOF pagável nesses casos é de 1,0% ao dia, sendo regressiva de acordo com a duração das operações, podendo chegar a zero para transações com vencimento em 30 dias ou mais, exceto pelos seguintes tipos de transação, cuja alíquota atualmente é de 0%:

- transações de titularidade das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- transações das carteiras dos fundos de investimento e dos clubes de investimento;
- transações do mercado de renda variável, inclusive as realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e entidades assemelhadas; e
- resgates de quotas de fundos de investimento em ações.

### ***CPMF***

O Congresso Brasileiro instituiu o CPMF, que incide à alíquota de 0,38%, de maneira geral, sobre quaisquer lançamentos a débito em contas correntes bancárias mantidas no Brasil. Apesar de ter sido instituída originalmente, em caráter “temporário”, o prazo de vigência da CPMF vem sendo sistematicamente prorrogado desde outubro de 1996. Em dezembro de 2003, o Congresso Brasileiro aprovou a prorrogação da sua vigência até 31 de dezembro de 2007. Discute-se, atualmente, no Congresso Nacional brasileiro proposta de Emenda Constitucional que prevê a transformação da contribuição provisória em permanente.

A CPMF é cobrada sobre qualquer lançamento a débito em conta corrente bancária mantida no país, salvo exceções específicas, que, de maneira geral, visam incentivar a redução de operações no sistema financeiro e em investimentos de curto prazo. As instituições financeiras são isentas da CPMF sobre operações financeiras celebradas no curso de seus negócios. A alíquota da CPMF pode ser alterada a qualquer momento pelo Governo brasileiro, mas não pode exceder a 0,38%.

Também são isentas de CPMF: (1) as transações realizadas no mercado de ações e, (2) desde fevereiro de 2006, os lançamentos a débito em conta corrente de depósito, de titularidade de residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior, para liquidação de operações de aquisição de ações em oferta pública, registrada na CVM, realizada fora de bolsa, desde que a companhia emissora tenha registro para negociação das ações em bolsas de valores.

A instituição financeira está obrigada a manter para o investidor estrangeiro uma conta corrente de depósito para movimentação de recursos destinados exclusivamente às operações isentas da CPMF acima referidas e outra para os lançamentos relativos à entrada no País e da remessa para o exterior de recursos destinados a outras operações, os quais se encontram sujeitos à CPMF. As transferências de recursos entre tais contas passaram, a partir de 3 de janeiro de 2007, a estar sujeitos a cobrança da CPMF sobre o valor do lançamento correspondente.

Desde 1º de outubro de 2004, a alíquota da CPMF é de 0% (1) nos lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, abertas e utilizadas exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança; (2) nos lançamentos a débito em contas especiais de depósito à vista tituladas por população de baixa renda, sujeitas a limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro***

Os tributos federais que incidem sobre a renda das pessoas jurídicas consistem no imposto de renda (“IRPJ”) e na contribuição social sobre o lucro líquido (“Contribuição Social”). O imposto de renda incide à alíquota de 15,0%, acrescida de um adicional de 10,0%, que correspondem a uma alíquota combinada de 25,0% aplicada sobre o lucro líquido ajustado. A contribuição social sobre o lucro líquido, por sua vez, incide à alíquota de 9,0% sobre o lucro líquido ajustado.

Para mais informações sobre nossas despesas com imposto de renda, veja nota 16 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

As pessoas jurídicas são tributadas com base em sua receita global e não sobre a receita produzida exclusivamente no Brasil. Como resultado, os lucros, ganhos de capital e outros rendimentos obtidos no exterior por sociedades brasileiras são computados na determinação de seu lucro real. A sociedade brasileira é autorizada a compensar o imposto de renda pago no exterior com aquele devido no Brasil sobre a mesma renda (1) na forma prevista no tratado contra a dupla tributação (2) até o valor do imposto de renda devido no Brasil cobrado sobre a mesma receita, caso a legislação do país onde foi produzido aquele rendimento preveja reciprocidade do tratamento em relação ao Brasil, como é o caso, dentre outros países, dos Estados Unidos. Os lucros apurados ao final de cada exercício, por uma entidade estrangeira que seja filial, agência ou sociedade coligada ou controlada de empresa brasileira são considerados como disponibilizados à empresa brasileira e, portanto sujeitos a tributação pelo imposto de renda no Brasil.

Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de 1996, distribuídos por sociedades brasileiras não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no Brasil ou no exterior. Como modalidade alternativa aos dividendos para remuneração dos acionistas, a legislação brasileira permite que as empresas deduzam do lucro tributável juros a serem pagos aos acionistas (“juros sobre o capital próprio”). Essa dedutibilidade é limitada ao produto da (a) variação *pro rata* dia da taxa de juros de longo prazo divulgada pelo Governo Brasileiro (Taxa de Juros de Longo Prazo, conhecida como “TJLP”); multiplicada (b) pelo patrimônio líquido da entidade, apurado pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não podem exceder a:

- 50,0% do lucro líquido (antes da supracitada distribuição e quaisquer deduções para imposto de renda) de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no ano em que o pagamento é realizado; ou
- 50,0% dos lucros retidos, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no ano anterior ao ano em que o pagamento é realizado.

As distribuições das participações no capital pagas aos detentores de ações preferenciais, inclusive ao banco depositário com respeito às ações preferenciais objeto de ADSs, estão sujeitas à retenção de imposto à alíquota de 15,0%, exceto para pagamentos a pessoas que sejam isentas de impostos no Brasil ou situadas em paraísos fiscais, caso em que ficam sujeitos a retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25,0%. Para mais informações acerca da tributação dos juros sobre o capital próprio, veja “Item 10. Informações Adicionais - Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil - Distribuições de Juros sobre o Capital”.

Os prejuízos fiscais apurados pela sociedade no Brasil acumulados em anos anteriores podem ser compensados com os resultados de exercícios futuros, sem qualquer limitação temporal, até o limite de até 30,0% do lucro tributável anual.

Os ganhos realizados por detentores brasileiros em bolsas de valores ou mercados similares, sobre qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil são geralmente tributados nas seguintes alíquotas:

- 20,0%, se a transação for executada na bolsa de valores, no caso de operação “day trade”; ou
- 15,0%, nas demais hipóteses.

Os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, exceto as de “day trade” (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% sobre os seguintes valores:

- nos mercados futuros: a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;
- nos mercados de opções: o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;
- nos contratos a termo, quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento: a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;
- nos contratos a termo com liquidação exclusivamente financeira: o valor da liquidação financeira previsto no contrato; e
- nos mercados à vista: o valor da alienação, nas operações com ações, ouro, ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

Referida sistemática de tributação foi adotada com a finalidade de facilitar a atividade fiscalizadora das operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, empreendida pela Secretaria da Receita Federal. O imposto de renda retido na fonte, na forma referida acima, pode ser: (i) deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto devido nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração anual de ajuste se houver saldo de imposto retido; ou (iv) compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Os ganhos auferidos na alienação de ações preferenciais no Brasil por investidores não brasileiros que sejam residentes em uma jurisdição que, segundo as leis brasileiras, seja considerada como sendo um país de tributação favorecida (assim considerados os países que: (i) não tributam a renda; (ii) ou que tributam à uma alíquota inferior a 20,0% ou, ainda, (iii) cuja legislação societária

interna oponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição) estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um “paraíso fiscal”, estão isentos de tributação no Brasil se:

- os resultados obtidos com a alienação das ações forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado no Banco Central, segundo a Resolução nº 2.689.

De outra forma, se aplicará o mesmo tratamento aos residentes brasileiros.

É zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre o pagamento, crédito, entrega ou remessa dos rendimentos produzidos por títulos públicos brasileiros adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, exceto os títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Esta isenção não se aplica se o beneficiário residir ou estar domiciliado em um “paraíso fiscal”. Esse benefício se aplica também aos rendimentos obtidos por não-residentes que investem em contas de fundos exclusivamente mantidas por investidores não-residentes, cuja carteira seja composta de pelo menos 98% de títulos públicos. A lei tributária brasileira considera como rendimento quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, desconto e participações nos lucros, bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento.

É também zero, sob determinadas condições, a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações em Fundos de Investimento em Participações – “FIP”, Fundos de Investimento em Quotas de FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior (salvo países com paraísos fiscais), individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no país, observadas as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os fundos a que se aplica o referido benefício devem cumprir limites de diversificação e regras de investimento constantes da regulamentação da CVM e suas carteiras devem ser compostas de, no mínimo, 67% de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Os rendimentos auferidos por residentes no Brasil no resgate, alienação ou amortização de quotas de investimento de FIP, Fundos de Investimento em Quotas de FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, estão sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15%, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou alienação e o custo de aquisição das quotas. Os ganhos assim auferidos na alienação das quotas são tributados (1) como ganho líquido, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsas de valores e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa; e (2) de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens e direitos de qualquer natureza, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

Caso os fundos de investimento não observem os limites de diversificação e as regras de investimento estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como que a carteira não seja composta de, no mínimo, 67% de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, os rendimentos auferidos pelos quotistas residentes no Brasil ficam sujeitos ao imposto de renda, quando da distribuição de valores pelos fundos, a alíquotas que podem variar de 15% a 22,5%, conforme o prazo da aplicação.

## ***PIS E Cofins***

Dois tributos federais são cobrados sobre as receitas brutas das pessoas jurídicas em geral: a contribuição devida ao Programa de Integração Social, conhecido como “PIS”, e a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social, conhecida como “Cofins”.

São excluídas da base de cálculo de ambas contribuições algumas receitas, tais como: dividendos, resultado de participações em empresas não consolidadas, lucro na venda de permanente e receitas de exportação recebidas em moeda estrangeira.

A legislação brasileira autoriza determinados ajustes à base de cálculo, dependendo do segmento do negócio e de outros aspectos.

PIS e Cofins sofreram alterações muito significativas nos últimos 4 anos. Isto porque o Governo brasileiro decidiu implementar uma sistemática de cobrança não cumulativa para ambas as contribuições, permitindo que os contribuintes descontem da base de cálculo de ambas as contribuições créditos relativos a certas operações da empresa. Como compensação pela admissão dos referidos créditos, as alíquotas do PIS e da Cofins foram substancialmente elevadas. Na seqüência das alterações introduzidas na sistemática do PIS e da Cofins, a partir de maio de 2004 foi introduzida a cobrança de referidos tributos sobre a importação de bens ou serviços, caso em que o contribuinte é a pessoa jurídica importadora, domiciliada no Brasil.

A partir de agosto de 2004, foram reduzidas para zero as alíquotas do PIS e da Cofins incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa destas contribuições. Contudo, foram mantidas as incidências de referidas contribuições sobre as receitas relativas ao recebimento de juros sobre o capital.

Certas atividades econômicas são expressamente excluídas da sistemática de cobrança não-cumulativa do PIS e da Cofins. Este é o caso das instituições financeiras que permanecem sujeitas ao regime jurídico anterior de ambas as contribuições.

A contribuição para o PIS incide sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas à alíquota de 0,65%, no caso das instituições financeiras.

Antes de 1º de fevereiro de 1999, não éramos contribuintes do Cofins. Em 1º de fevereiro de 1999, a Cofins passou a incidir sobre as nossas receitas brutas à alíquota de 3,0%. A partir de 1º de setembro de 2003, essa alíquota passou a ser de 4,0% para instituições financeiras. A base de contribuição para a Cofins é a mesma do PIS. Durante o ano de 1999, exclusivamente, o Banco Central nos permitiu compensar até um terço da Cofins efetivamente paga com a contribuição social sobre o lucro tributável.

## ***Regulamentação de Arrendamento Mercantil***

O embasamento jurídico que rege as operações de arrendamento mercantil é estabelecido pela Lei nº. 6.099 de 12 de setembro de 1974, e alterações posteriores, a qual chamamos de “Lei de Arrendamento Mercantil”, e pelos regulamentos periodicamente emitidos pelo CMN, segundo tal lei. A Lei de Arrendamento Mercantil estabelece diretrizes gerais para sua constituição, e as atividades que podem ser exercidas pelas sociedades de arrendamento mercantil. O CMN, em sua qualidade de regulador do sistema financeiro, fornece os detalhes das disposições contidas na Lei de Arrendamento Mercantil, controlando as operações realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil. As leis e os regulamentos emitidos pelo Banco Central relativamente a instituições financeiras em geral, tais como: exigências de relatórios, adequação e alavancagem de capital, limites na composição de ativos e tratamento de empréstimos de difícil liquidação são também aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil.



## ***Regulamentação de Seguros***

A principal norma que rege as atividades de seguros no Brasil é o Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966 e alterações posteriores. Dentre outras determinações, tal Decreto criou dois órgãos normativos: o Conselho Nacional de Seguros Privados, que denominaremos o “CNSP”, e a Susep. A Susep é responsável pela implementação e fiscalização das políticas fixadas pelo CNSP e por assegurar o cumprimento das mesmas pelas seguradoras, corretores de seguros e pessoas seguradas. As seguradoras precisam de aprovação governamental para operar, bem como de aprovação específica da Susep para comercializar cada um de seus produtos. As seguradoras podem subscrever apólices somente por meio de corretoras qualificadas.

As seguradoras devem constituir provisões técnicas, de acordo com o critério do CNSP. Os investimentos que garantem a cobertura das provisões técnicas precisam ser diversificados e cumprir certos critérios de liquidez, solvência e segurança. Companhias Seguradoras devem investir uma significativa parcela dos ativos em valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras são importantes investidoras nos mercados financeiros brasileiros e estão sujeitas a várias regras e condições impostas pelo CMN sobre o investimento destinado para cobertura das provisões técnicas.

As seguradoras são proibidas de:

- agir como instituições financeiras, concedendo crédito e prestando garantias;
- negociar com valores mobiliários (sujeito a exceções); ou
- investir fora do Brasil, sem permissão específica das autoridades.

As seguradoras precisam operar dentro de limites de retenção aprovados pela Susep, de acordo com as regras estabelecidas pelo CNSP. As regras levam em conta a situação econômica e financeira das seguradoras, as condições técnicas de suas respectivas carteiras e os resultados de suas operações com o IRB, uma sociedade de economia mista controlada pelo governo brasileiro.

Em 16 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 126 instituiu no Brasil uma nova política de resseguro (por meio da qual seguradoras recebem seguro secundário pelo risco que estão assumindo), retrocessão e intermediação no Brasil. Tal lei resultou no fim do monopólio do IRB em resseguros e retrocessão, permitindo inclusive que o CNSP e a Susep desenvolvessem certas atividades originalmente atribuídas ao IRB.

De acordo com a Lei Complementar nº 126, a cedente (seguradora ou resseguradora local) deve oferecer aos resseguradores locais a preferência na contratação de resseguro ou retrocessão nos seguintes percentuais dos riscos cedidos: (i) 60% nos primeiros 3 anos a partir de 16 de janeiro de 2007; e (ii) 40% nos anos seguintes. O exercício do referido direito de preferência deverá ainda ser regulamentado pelo CNSP e pela Susep.

A nova lei também estabelece restrições mais severas à cessão de risco para resseguradores estrangeiros e à contratação de seguros no exterior.

As seguradoras precisam ressegurar os valores excedentes aos seus limites de retenção.

As seguradoras precisam entregar relatórios mensais não auditados, relatórios trimestrais revisados e relatórios semestrais e anuais auditados para a Susep.

As seguradoras estão isentas dos procedimentos normais de liquidação financeira no caso de falência e, ao invés disso, seguem um procedimento especial administrado pela Susep. As liquidações financeiras podem ser voluntárias ou compulsórias. O Ministro da Fazenda instituiu as dissoluções compulsórias de seguradoras.

Não existe atualmente restrição a investimento estrangeiro em seguradoras.

### ***Seguros de Saúde***

Os seguros de saúde e os planos de saúde privados são atualmente regulamentados pela Lei nº. 9.656, de 4 de julho de 1998, e alterações posteriores, a qual conhecemos como a “Lei de Seguros de Saúde”, que determina as disposições gerais aplicáveis às companhias de seguro saúde, os termos e as condições gerais dos contratos celebrados entre companhias de seguro saúde e seus clientes. A Lei de Seguros de Saúde estabelece, entre outras coisas:

- cobertura obrigatória de certas despesas, tais como aquelas decorrentes de doenças preexistentes;
- as condições anteriores à admissão no plano;
- a área geográfica coberta para cada uma das apólices de seguros; e
- o critério de determinação de preços que os planos podem usar.

A ANS é responsável pela regulamentação e supervisão de serviços de saúde complementares prestados pelas companhias de seguros de saúde, segundo as diretrizes determinadas pelo Conselho de Saúde Suplementar.

Até 2002, a Susep tinha autoridade sobre as seguradoras, as quais estavam autorizadas a oferecer planos privados de assistência à saúde. Desde 2002, já sob a regulamentação e fiscalização da ANS, somente as seguradoras exclusivas em planos de assistência à saúde privados podem oferecer tais planos. Para cobrir este requisito legal, constituímos a Bradesco Saúde em 1999.

### **Previdência Complementar**

As entidades de previdência complementar abertas estão sujeitas, para fins de inspeção e controle, à autoridade do CNSP e da SUSEP, que estão sujeitas à autoridade regulatória do Ministério da Fazenda. O CMN, a CVM e o Banco Central podem emitir regulamentações pertinentes aos fundos de previdência complementar, com respeito aos ativos garantidores das provisões técnicas.

As entidades de previdência complementar precisam constituir reservas e provisões técnicas como garantias para suas obrigações.

As entidades abertas de previdência complementar e as sociedades seguradoras podem constituir fundos de investimentos com patrimônio segregado, desde 1º de janeiro de 2006. Algumas determinações da Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005, necessitam de regulamentação da Susep e da CVM para se tornar operacional. Para mais informações, veja “- Regulamentação da Gestão de Ativos”.

### **INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS**

Incluimos as informações a seguir para fins de análise, as quais devem ser lidas juntamente com o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

#### **Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros**

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos que rendem juros e nossos passivos que incidem juros, outras contas do ativo e passivo, os respectivos valores de receita e

despesa de juros e os rendimentos reais/taxas médias relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis, que incluem os respectivos juros alocados.

Apresentamos os passivos em duas categorias: moedas local e estrangeira. Os saldos em moeda local representam obrigações expressas em reais enquanto os saldos em moeda estrangeira representam obrigações denominadas em moedas estrangeiras, basicamente o dólar norte-americano. Não desmembramos os saldos de nossos ativos entre moeda local e estrangeira, pois substancialmente todos os nossos ativos são expressos em reais.

Excluimos os créditos de curso anormal de “operações de crédito” na determinação da média de ativos e passivos, e os classificamos como ativos que não rendem juros. Recuperações de empréstimos devidos e não recebidos durante o período normal do contrato estão incluídos em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

Não apresentamos a receita de juros numa base fiscal equivalente, visto que as leis tributárias brasileiras não concedem, atualmente, isenções tributárias sobre juros auferidos em títulos e valores mobiliários.

Adicionalmente, as comissões recebidas de vários compromissos de empréstimos estão incluídas em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

	Em 31 de dezembro de:								
	2004			2005			2006		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/taxa médio(a)
<b>Ativos que rendem juros<sup>(1)</sup>:</b>	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Operações de crédito.....	R\$ 55.230	R\$ 12.812	23,2%	R\$ 69.556	R\$ 17.236	24,8%	R\$ 87.349	R\$ 21.281	24,4%
Aplicações em operações compromissadas .....	18.628	2.738	14,7	12.858	2.018	15,7	13.378	2.177	16,3
Títulos e valores mobiliários de negociação.....	34.039	5.330	15,7	37.878	7.251	19,1	41.999	5.705	13,6
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	5.682	408	7,2	9.640	1.364	14,1	15.980	2.490	15,6
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	4.528	659	14,6	4.235	495	11,7	4.122	324	7,9
Aplicações em depósitos interfinanceiros Outros ativos que rendem juros:	3.226	161	5,0	9.610	722	7,5	11.945	541	4,5
Depósitos compulsórios no Banco									
Central.....	13.070	1.542	11,8	15.151	2.160	14,3	16.251	1.998	12,3
Outros ativos.....	858	73	8,5	811	61	7,5	886	59	6,7
<b>Total de ativos que rendem juros .....</b>	<b>135.261</b>	<b>23.723</b>	<b>17,5</b>	<b>159.739</b>	<b>31.307</b>	<b>19,6</b>	<b>191.910</b>	<b>34.575</b>	<b>18,0</b>
<b>Ativos que não rendem juros<sup>(3)</sup>:</b>									
Caixa e contas correntes em bancos .....	2.869	-	-	3.515	-	-	3.895	-	-
Depósitos compulsórios no Banco									
Central.....	4.261	-	-	4.656	-	-	5.298	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	1.320	-	-	1.684	-	-	2.266	-	-
Créditos de curso anormal.....	1.904	-	-	2.021	-	-	3.004	-	-
Provisão para perdas com operações de Crédito.....	(4.005)	-	-	(4.476)	-	-	(5.832)	-	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos .....	502	-	-	493	-	-	772	-	-
Imobilizado de uso .....	3.026	-	-	2.427	-	-	2.445	-	-
Ágio.....	240	-	-	297	-	-	500	-	-
Ativos intangíveis.....	1.654	-	-	1.437	-	-	1.577	-	-
Outros ativos.....	15.859	-	-	16.298	-	-	22.063	-	-
<b>Total de ativos que não rendem juros .....</b>	<b>27.630</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.352</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.988</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo.....</b>	<b>R\$ 162.891</b>	<b>R\$ 23.723</b>	<b>14,6%</b>	<b>R\$ 188.091</b>	<b>R\$ 31.307</b>	<b>16,6%</b>	<b>R\$ 227.898</b>	<b>R\$ 34.575</b>	<b>15,2%</b>

	Em 31 de dezembro de:								
	2004			2005			2006		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)
(Em milhões de reais, exceto percentagens)									
<b>Passivos que incidem juros:</b>									
Depósitos interfinanceiros:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	R\$ 90	R\$ 14	15,6%	R\$ 116	R\$ 21	18,1%	R\$ 143	R\$ 19	13,3%
<b>Total</b> .....	<b>90</b>	<b>14</b>	<b>15,6</b>	<b>116</b>	<b>21</b>	<b>18,1</b>	<b>143</b>	<b>19</b>	<b>13,3</b>
Depósitos de poupança:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	22.499	1.654	7,4	24.728	2.028	8,2	25.590	1.909	7,5
<b>Total</b> .....	<b>22.499</b>	<b>1.654</b>	<b>7,4</b>	<b>24.728</b>	<b>2.028</b>	<b>8,2</b>	<b>25.590</b>	<b>1.909</b>	<b>7,5</b>
Depósitos a prazo:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	21.871	3.241	14,8	28.641	4.782	16,7	31.203	4.149	13,3
Internacional <sup>(4)</sup> .....	3.288	86	2,6	2.361	113	4,8	3.258	152	4,7
<b>Total</b> .....	<b>25.159</b>	<b>3.327</b>	<b>13,2</b>	<b>31.002</b>	<b>4.895</b>	<b>15,8</b>	<b>34.461</b>	<b>4.301</b>	<b>12,5</b>
Captações no mercado aberto.....	<b>18.070</b>	<b>2.390</b>	<b>13,2</b>	<b>19.139</b>	<b>3.862</b>	<b>20,2</b>	<b>27.821</b>	<b>3.762</b>	<b>13,5</b>
Obrigações por empréstimos:									
Curto prazo:									
Internacional <sup>(4)</sup> .....	8.442	(83)	(1,0)	7.164	(187)	(2,6)	5.741	54	0,9
<b>Total</b> .....	<b>8.442</b>	<b>(83)</b>	<b>(1,0)</b>	<b>7.164</b>	<b>(187)</b>	<b>(2,6)</b>	<b>5.741</b>	<b>54</b>	<b>0,9</b>
Longo prazo:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	9.238	1.464	15,8	13.691	1.916	14,0	20.700	2.649	12,8
Internacional <sup>(4)</sup> .....	8.601	153	1,8	7.073	(94)	(1,3)	6.589	175	2,7
<b>Total</b> .....	<b>17.839</b>	<b>1.617</b>	<b>9,1</b>	<b>20.764</b>	<b>1.822</b>	<b>8,8</b>	<b>27.289</b>	<b>2.824</b>	<b>10,3</b>
<b>Total de passivos que incidem juros..</b>	<b>92.099</b>	<b>8.919</b>	<b>9,7</b>	<b>102.913</b>	<b>12.441</b>	<b>12,1</b>	<b>121.045</b>	<b>12.869</b>	<b>10,6</b>
<b>Passivos que não incidem juros:</b>									
Depósitos à vista:									
Doméstico <sup>(3)</sup> .....	13.163	-	-	15.042	-	-	17.210	-	-
Internacional <sup>(4)</sup> .....	206	-	-	185	-	-	222	-	-
<b>Total</b> .....	<b>13.369</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.227</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.432</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros passivos que não incidem juros</b> .....	<b>43.346</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52.537</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67.989</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de passivos que não incidem juros</b> .....	<b>56.715</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85.421</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo</b> .....	<b>148.814</b>	<b>8.919</b>	<b>6,0</b>	<b>170.677</b>	<b>12.441</b>	<b>7,3</b>	<b>206.466</b>	<b>12.869</b>	<b>6,2</b>
<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>14.012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.357</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.323</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Participação minoritária nas controladas</b> .....	<b>65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>109</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....	<b>R\$ 162.891</b>	<b>R\$ 8.919</b>	<b>5,5%</b>	<b>R\$ 188.091</b>	<b>R\$ 12.441</b>	<b>6,6%</b>	<b>R\$ 227.898</b>	<b>R\$ 12.869</b>	<b>5,6%</b>

(1) Substancialmente expressos em reais.

(2) Calculado usando a média histórica do custo amortizado. Se calculado usando o valor contábil, os valores médios de rendimento/taxa seriam de 13,1% em 2006, 10,7% em 2005 e 6,9% em 2004.

(3) Expressos em reais.

(4) Expressos em moedas estrangeiras, substancialmente em dólares norte-americanos.

## Variações nas Receitas e Despesas de Juros - Análise de Volume e Taxas

A tabela a seguir demonstra os efeitos das variações nas nossas receitas e despesas de juros decorrentes das variações em volumes e rendimentos médios/taxas médias relativamente aos períodos apresentados. Calculamos as variações em volumes e taxas de juros com base na avaliação de saldos médios durante o período e variações nas taxas médias de juros sobre ativos que rendem juros e passivos que incidem juros. Alocamos a variação líquida dos efeitos combinados de volumes e taxas proporcionalmente a volumes e a taxas médias, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

	Em 31 de dezembro de:					
	2005/2004			2006/2005		
	Aumento/(redução) devido às variações em:					
Volume médio	Rendimento / taxa médio(a)	Variação líquida	Volume médio	Rendimento / taxa médio(a)	Variação líquida	
(Em milhões de reais)						
<b>Ativos que rendem juros:</b>						
Operações de crédito .....	R\$ 3.503	R\$ 921	R\$ 4.424	R\$ 4.340	R\$ (295)	R\$ 4.045
Aplicações em operações compromissadas...	(895)	175	(720)	83	76	159
Títulos e valores mobiliários de negociação.	646	1.275	1.921	726	(2.272)	(1.546)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	399	557	956	976	150	1.126
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	(41)	(123)	(164)	(13)	(158)	(171)
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	447	114	561	149	(330)	(181)
Depósitos compulsórios no Banco Central...	268	350	618	149	(311)	(162)
Outros ativos.....	(4)	(8)	(12)	5	(7)	(2)
<b>Total de ativos que rendem juros.....</b>	<b>4.323</b>	<b>3.261</b>	<b>7.584</b>	<b>6.415</b>	<b>(3.147)</b>	<b>3.268</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>						
Depósitos interfinanceiros:						
Doméstico.....	4	3	7	4	(6)	(2)
<b>Total .....</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>(6)</b>	<b>(2)</b>
Depósitos de poupança:						
Doméstico.....	173	201	374	69	(188)	(119)
<b>Total.....</b>	<b>173</b>	<b>201</b>	<b>374</b>	<b>69</b>	<b>(188)</b>	<b>(119)</b>
Depósitos a prazo:						
Doméstico.....	1.093	448	1.541	401	(1.034)	(633)
Internacional.....	(29)	56	27	42	(3)	39
<b>Total.....</b>	<b>1.064</b>	<b>504</b>	<b>1.568</b>	<b>443</b>	<b>(1.037)</b>	<b>(594)</b>
Captações no mercado aberto .....	149	1.323	1.472	1.417	(1.517)	(100)
<b>Obrigações por empréstimos:</b>						
Curto prazo:						
Internacional.....	14	(118)	(104)	31	210	241
<b>Total.....</b>	<b>14</b>	<b>(118)</b>	<b>(104)</b>	<b>31</b>	<b>210</b>	<b>241</b>
Longo prazo:						
Doméstico.....	639	(187)	452	909	(176)	733
Internacional.....	(23)	(224)	(247)	6	263	269
<b>Total.....</b>	<b>616</b>	<b>(411)</b>	<b>205</b>	<b>915</b>	<b>87</b>	<b>1.002</b>
<b>Total de passivos que incidem juros .....</b>	<b>R\$ 2.020</b>	<b>R\$ 1.502</b>	<b>R\$ 3.522</b>	<b>R\$ 2.879</b>	<b>R\$ (2.451)</b>	<b>R\$ 428</b>

## Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

A tabela a seguir apresenta o saldo médio de nossos ativos que rendem juros e dos passivos que incidem juros e da receita de juros líquida, comparando a margem de juros líquida e o diferencial de juros líquido relativamente aos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:		
	2004	2005	2006
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
Saldo médio de ativos que rendem juros .....	R\$ 135.261	R\$ 159.739	R\$ 191.910
Saldo médio dos passivos que incidem juros.....	92.099	102.913	121.045
Receita de juros líquida <sup>(1)</sup> .....	R\$ 14.804	R\$ 18.866	R\$ 21.706
Taxa de juros sobre o saldo médio de ativos que rendem juros...	17,5%	19,6%	18,0%
Taxa de juros sobre o saldo médio dos passivos que incidem juros .....	9,7	12,1	10,6
Rendimentos líquidos sobre ativos que rendem juros <sup>(2)</sup> .....	7,8	7,5	7,4
Margem de juros líquida <sup>(3)</sup> .....	10,9%	11,8%	11,3%

(1) Total da receita de juros menos o total da despesa de juros.

(2) Diferença entre o rendimento sobre as taxas da média de ativos que rendem juros e a taxa sobre a média de obrigações que incidem juros.

(3) Receita de juros líquida, dividida pela média de ativos que rendem juros.

## Retorno sobre o Patrimônio e Ativos

A tabela a seguir apresenta índices financeiros selecionados para o período indicado:

	Em 31 de dezembro de:		
	2004	2005	2006
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentuais e informações por ação)</b>		
Lucro líquido.....	R\$ 3.327	R\$ 6.310	R\$ 6.462
Ativos totais médios.....	162.891	188.091	227.898
Patrimônio líquido médio.....	R\$ 14.012	R\$ 17.357	R\$ 21.323
Lucro líquido como percentagem dos ativos totais médios.....	2,0%	3,4%	2,8%
Lucro líquido como percentagem do patrimônio líquido médio .....	23,7	36,4	30,3
Patrimônio líquido médio como percentagem dos ativos totais médios .....	8,6%	9,2%	9,4%
Índice de pagamento de dividendos por ações <sup>(1)</sup> .....	0,40	0,30	0,33

(1) Dividendos totais declarados divididos pelo lucro líquido.

## Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento nas datas indicadas. Os valores abaixo excluem nossos investimentos em empresas não consolidadas. Para informações adicionais sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, veja nota 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Os valores também excluem nossos depósitos compulsórios em valores mobiliários do Governo Federal, conforme exigido pelo Banco Central. Para mais informações sobre os nossos depósitos compulsórios, veja nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Apresentamos os ativos de negociação e os valores mobiliários disponíveis para venda pelo valor de mercado. Veja notas 2(e), 2(f), 2(g), 2(h), 4, 5 e 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18, para mais informações sobre o nosso tratamento de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
<b>Títulos e valores mobiliários de negociação:</b>			
Aplicações em quotas de fundos .....	R\$ 21.941	R\$ 21.420	R\$ 28.549
Títulos públicos brasileiros.....	8.787	17.142	31.150
Títulos emitidos por empresas não financeiras .....	1.115	901	1.040
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	554	521	55
Instrumentos financeiros derivativos .....	491	518	584
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	44	324	1.263
Títulos de governos estrangeiros .....	162	122	94
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 33.094</b>	<b>R\$ 40.948</b>	<b>R\$ 62.735</b>
Percentagem dos títulos mobiliários de negociação sobre o total de ativos.....	18,7%	19,8%	24,2%
<b>Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:</b>			
Títulos públicos brasileiros.....	R\$ 2.388	R\$ 6.146	R\$ 16.712
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	3.221	4.313	1.549
Títulos emitidos por empresas não financeiras .....	1.880	1.744	2.130
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	246	309	54
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	-	-	9
Ações de companhias abertas .....	2.368	2.198	3.425
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 10.103</b>	<b>R\$ 14.710</b>	<b>R\$ 23.879</b>
Percentagem dos títulos disponíveis para venda sobre o total de ativos..	5,7%	7,1%	9,2%
<b>Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:</b>			
Títulos públicos brasileiros.....	R\$ 3.152	R\$ 3.137	R\$ 2.188
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior <sup>(1)</sup> .....	976	909	1.040
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	53	44	-
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	19	31	37
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 4.200</b>	<b>R\$ 4.121</b>	<b>R\$ 3.265</b>
Percentagem dos títulos mantidos até o vencimento sobre o total de ativos.....	2,4%	2,0%	1,3%

(1) Veja nota 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### **Distribuição por Prazo de Vencimento**

A tabela a seguir apresenta os vencimentos e as taxas médias ponderadas de rendimentos, em 31 de dezembro de 2006, de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2006, não detínhamos em nossa carteira rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos de impostos.



Em 31 de dezembro de 2006

	Vencimento em		Vencimento de		Vencimento de		Vencimento		Vencimento		Total	
	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		após 10 anos		não especificado		Rendimento médio	
	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio
(Em milhões de reais, exceto percentagens)												
<b>Títulos e valores mobiliários de negociação(1):</b>												
Títulos públicos brasileiros.....	<b>R\$ 26.441</b>	<b>13,7%</b>	<b>R\$ 3.601</b>	<b>13,7%</b>	<b>R\$ 1.108</b>	<b>10,5%</b>	-	-	-	-	<b>R\$ 31.150</b>	<b>13,0%</b>
Prefixado.....	25.177	12,4	2.256	12,3	-	-	-	-	-	-	27.433	12,
Pós fixado.....	1.264	15,0	1.345	15,0	1.108	10,5	-	-	-	-	3.717	13,
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	<b>14</b>	<b>6,0</b>	<b>18</b>	<b>9,5</b>	<b>23</b>	<b>8,5</b>	-	-	-	-	<b>55</b>	<b>8,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	14	6,0	18	9,5	23	8,5	-	-	-	-	55	8,
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	<b>94</b>	<b>3,2</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>94</b>	<b>3,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	94	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	94	3,
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	<b>169</b>	<b>10,7</b>	<b>562</b>	<b>10,8</b>	<b>148</b>	<b>10,1</b>	<b>R\$ 161</b>	<b>8,3%</b>	-	-	<b>1.040</b>	<b>10,</b>
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	15	8,2	24	9,6	111	8,2	161	8,3	-	-	311	8,
Pós fixado.....	154	13,1	538	12,0	37	12,0	-	-	-	-	729	12,
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	<b>7</b>	<b>6,4</b>	<b>1.254</b>	<b>8,6</b>	<b>2</b>	<b>4,2</b>	-	-	-	-	<b>1.263</b>	<b>6,</b>
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	7	6,4	1.254	8,6	2	4,2	-	-	-	-	1.263	6,
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em quotas de fundos(2) .....	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>28.549</b>	-	<b>28.549</b>	-
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	28.549	-	28.549	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	<b>543</b>	-	<b>41</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>584</b>	-
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-
Pós fixado.....	495	-	41	-	-	-	-	-	-	-	536	-
<b>Total dos títulos e valores mobiliários de negociação.....</b>	<b>27.268</b>	-	<b>5.476</b>	-	<b>1.281</b>	-	<b>161</b>	-	<b>28.549</b>	-	<b>62.735</b>	-
<b>Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado(2):</b>												
Títulos públicos brasileiros.....	<b>136</b>	<b>14,0</b>	<b>7.260</b>	<b>14,5</b>	<b>8.587</b>	<b>12,2</b>	<b>729</b>	<b>13,5</b>	<b>3.425</b>	-	<b>16.712</b>	<b>13,</b>
Prefixado.....	6	13,5	-	-	-	-	6	14,0	-	-	12	13,
Pós fixado.....	130	14,5	7.260	14,5	8.587	12,2	723	13,0	-	-	16.700	13,
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	<b>2</b>	<b>11,3</b>	<b>130</b>	<b>10,2</b>	<b>612</b>	<b>10,0</b>	<b>805</b>	<b>10,1</b>	-	-	<b>1.549</b>	<b>10,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	2	11,3	130	10,2	612	10,0	805	10,1	-	-	1.549	10,
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	-	-	-	-	<b>5</b>	<b>6,3</b>	<b>4</b>	<b>6,8</b>	-	-	<b>9</b>	<b>6,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	-	-	5	6,3	4	6,8	-	-	9	6,
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	<b>185</b>	<b>7,0</b>	<b>517</b>	<b>7,4</b>	<b>1.326</b>	<b>7,2</b>	<b>102</b>	<b>7,0</b>	-	-	<b>2.130</b>	<b>7,</b>
Pós fixado.....	150	6,6	499	6,1	298	6,1	6	6,0	-	-	953	6,
Pós fixado títulos cambiais.....	35	7,3	18	8,6%	1.028	8,3	96	7,9	-	-	1.177	8,
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	-	-	-	-	<b>1</b>	<b>12,0</b>	<b>53</b>	<b>7,5</b>	-	-	<b>54</b>	<b>9,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado.....	-	-	-	-	1	12,0	53	7,5	-	-	54	9,
Aplicações em quotas de fundos(2) .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de ações (companhias abertas)(2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>3.425</b>	-	<b>3.425</b>	-
<b>Total dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda</b>	<b>323</b>	-	<b>7.907</b>	-	<b>10.531</b>	-	<b>1.693</b>	-	<b>3.425</b>	-	<b>23.879</b>	-
<b>Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, ao custo amortizado:</b>												
Títulos públicos brasileiros.....	-	-	-	-	-	-	<b>2.188</b>	<b>7,7</b>	-	-	<b>2.188</b>	<b>7,</b>
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	2.188	7,7	-	-	2.188	7,
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	-	-	-	-	<b>966</b>	<b>10,8</b>	<b>74</b>	<b>8,0</b>	-	-	<b>1.040</b>	<b>9,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	-	-	966	10,8%	74	8,0%	-	-	1.040	9,4%
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	<b>37</b>	<b>4,9</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>37</b>	<b>4,</b>
Pós fixado títulos cambiais.....	37	4,9	-	-	-	-	-	-	-	-	37	4,9%
<b>Total dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....</b>	<b>37</b>	-	-	-	<b>966</b>	-	<b>2.262</b>	-	-	-	<b>3.265</b>	-
<b>Total Geral.....</b>	<b>R\$ 27.628</b>	-	<b>R\$ 13.383</b>	-	<b>R\$ 12.778</b>	-	<b>R\$ 4.116</b>	-	<b>R\$ 31.974</b>	-	<b>R\$ 89.879</b>	-

(1) A valor de mercado.

(2) Aplicações nesses ativos não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez. O rendimento médio não é determinado, pois os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários de negociação foram excluídos do cálculo do rendimento total.

(\*) As taxas da tabela acima não incluem a variação monetária.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda nas datas indicadas:

	Valor de mercado		Custo amortizado	
	Títulos e valores mobiliários de negociação	Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	Total
<b>31 de dezembro de 2006:</b>	(Em milhões de reais)			
Indexados em reais .....	R\$ 60.964	R\$ 21.144	R\$ 2.188	R\$ 84.296
Indexados por moeda estrangeira <sup>(1)</sup> .....	1.254	-	-	1.254
Denominados em moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ....	517	2.735	1.077	4.329
<b>31 de dezembro de 2005:</b>				
Indexados em reais .....	40.293	9.169	3.137	52.599
Denominados em moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ...	655	5.541	984	7.180
<b>31 de dezembro de 2004:</b>				
Indexados em reais .....	31.974	5.660	3.112	40.746
Indexados por moeda estrangeira <sup>(1)</sup> .....	952	4.431	1.029	6.412
Denominados em moeda estrangeira <sup>(1)</sup> ...	R\$ 168	R\$ 12	R\$ 59	R\$ 239

(1) Predominantemente em dólar norte-americano.

### Depósitos Compulsórios no Banco Central

Somos obrigados a depositar recursos no Banco Central ou comprar e manter títulos públicos federais na forma de depósito compulsório.

A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:					
	2004		2005		2006	
	Percentual do total de depósitos compulsórios		Percentual do total de depósitos compulsórios		Percentual do total de depósitos compulsórios	
	R\$		R\$		R\$	
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Total de depósitos:</b>						
Sem juros <sup>(1)</sup> .....	R\$ 5.045	25,0%	R\$ 5.269	24,3%	R\$ 6.446	27,5%
Com juros <sup>(2)</sup> .....	15.164	75,0	16.417	75,7	17.015	72,5
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 20.209</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 21.686</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 23.461</b>	<b>100,0%</b>

(1) Principalmente relativos a depósitos à vista.

(2) Principalmente relativos a depósitos de poupança e a prazo.

### Operações de Crédito

A tabela a seguir resume nossa carteira de operações de crédito por modalidade em aberto. Substancialmente, todas as nossas operações de crédito referem-se a tomadores domiciliados no Brasil e são expressas em reais. A maior parte de nossas operações de crédito denominadas em reais está indexada a taxas de juros fixas ou variáveis, e em menor proporção, denominada em ou indexada ao dólar norte-americano, acrescida de taxa de juros fixa.

	Em 31 de dezembro de:				
	2002	2003	2004	2005	2006
	(Em milhões de reais)				
<b>Tipos de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 20.157	R\$ 21.156	R\$ 23.343	R\$ 28.690	R\$ 32.604
Financiamento à importação .....	1.291	673	1.242	1.100	1.465
Financiamento à exportação.....	7.863	8.375	8.181	10.067	12.934
Arrendamento mercantil .....	1.506	1.364	1.626	2.491	3.842
Financiamento para construção de imóveis.....	427	415	449	523	519
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	1.033	1.134	1.301	1.572	1.263
Empréstimos hipotecários residenciais .....	1.200	1.097	921	832	1.326
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	8.269	10.231	14.981	24.565	28.039
Cartão de crédito.....	1.164	1.373	1.289	1.830	2.652
Crédito rural.....	3.922	4.404	6.034	6.369	7.399
Empréstimos em moeda estrangeira.....	3.151	2.429	1.588	1.900	1.546
Setor público.....	-	-	15	49	62
Créditos de curso anormal .....	2.341	2.144	2.206	2.701	4.284
Provisão para perdas com operações de crédito .....	(3.455)	(3.846)	(4.063)	(4.964)	(6.552)
<b>Operações de crédito, líquidas .....</b>	<b>R\$ 48.869</b>	<b>R\$ 50.949</b>	<b>R\$ 59.113</b>	<b>R\$ 77.725</b>	<b>R\$ 91.383</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Os tipos de operações de crédito, acima apresentados, são os seguintes:

**Comerciais** - operações de crédito comerciais incluem empréstimos a clientes pessoas jurídicas, inclusive pequenas empresas, bem como o financiamento a importações para clientes pessoa jurídica. Também concedemos adiantamentos a exportadores pessoa jurídica por meio de contratos de câmbio que são normalmente empréstimos de curto e médio prazos.

**Financiamentos para construção de imóveis** - os financiamentos para construção de imóveis consistem basicamente de empréstimos hipotecários destinados a empresas de construção, que em geral, têm vencimentos de médio prazo.

**Arrendamento mercantil (“Leasing”)** - contratos de “leasing” consistem basicamente de arrendamentos de equipamentos produtivos e automóveis, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas.

**Pessoas físicas** - empréstimos hipotecários a pessoas físicas para aquisição de casa própria que, em geral, têm vencimentos de longo prazo; cartões de crédito; e linhas de crédito pessoais por meio de limites de créditos previamente aprovados, em decorrência de saques a descoberto sobre contas de depósitos. Nós oferecemos também às pessoas físicas, empréstimos pessoais para outras necessidades, classificados como “outros financiamentos”, que consistem, na data da tabela anterior, de empréstimos para aquisição de veículos e o crédito ao consumidor.

**Crédito rural** - representa empréstimos a tomadores que operam em atividades rurais, inclusive plantio, produção, criação de animais e reflorestamento.

**Setor público** - operações de crédito ao setor público são empréstimos destinados a entidades ou órgãos federais, estaduais e municipais brasileiros.

**Créditos de curso anormal** - nós classificamos todos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como de curso anormal. Uma vez que os créditos sejam classificados como de curso anormal, nós paramos de apropriar juros sobre eles.

**Impairment** - clientes com créditos de valores significativos que representem ou possuam indícios de que poderão vir a apresentar problemas de inadimplência ou deterioração de qualidade creditícia, com potencial de perdas de crédito para a Organização, são qualificados como *impaired*, estando sujeitos à revisão de sua perda (*impairment*), de acordo com o SFAS 114, “Contabilização de Inadimplência de Empréstimo por um Credor”, conforme alterado pelo SFAS 118.

Avaliamos os créditos *impaired* baseados:

- no valor presente do fluxo de caixa esperado, descontado na taxa contratada do empréstimo;
- na observação do valor de mercado dos empréstimos; ou
- no valor de realização da garantia dos empréstimos.

Por meio da provisão para perdas em operações de crédito, estabelecemos uma provisão para avaliação relativamente à diferença entre o valor contábil do empréstimo em inadimplência e seu valor esperado de realização, conforme acima determinado. A provisão para perdas com operações de crédito é ajustada a cada período, tendo em vista as variações na carteira de operações de crédito.

Para os créditos em curso anormal não enquadrados como *impaired*, nós constituímos uma provisão de até 100,0% do valor de nossos créditos, no momento ou antes que se tornem 180 dias vencidos, dependendo de seu *rating* de crédito.

Os empréstimos de saldos menores, tais como: cheque especial, cartões de crédito, empréstimos hipotecários residenciais e crédito ao consumidor, são agregados para a finalidade de avaliação do risco de inadimplência com base em nossa experiência histórica e perspectivas futuras. Os empréstimos de saldos maiores são avaliados, baseados nas características de risco de cada devedor.

### **Baixas**

Os créditos são baixados usualmente entre 180 e 360 dias de vencimento, conforme sua classificação de risco inicial. Em geral, a baixa ocorre ao final de 360 dias. Apenas para créditos com prazos mais longos (superiores a 36 meses), a baixa pode ser postergada, ocorrendo em até 540 dias.

Em geral, nós mantemos os empréstimos vencidos como créditos de curso anormal antes de baixá-los. De acordo com as políticas anteriores, nós mantínhamos os créditos de curso anormal por apenas 240 dias antes de baixá-los. Como resultado da adoção de novas políticas, o saldo de nossos créditos de curso anormal aumentou em um valor igual ao valor dos empréstimos que estavam entre 240 a 360 dias em atraso. Além disso, já que as provisões para perdas com operações de crédito relativas a quaisquer empréstimos permanecem em nossos registros até que o empréstimo seja baixado, a nossa provisão para perdas com operações de crédito também aumentou quando implementamos a nova política. Visto que o valor da provisão para cada crédito de curso anormal vencido há mais de 240 dias é igual ao valor daquele empréstimo, o valor deste aumento também ficou igual ao valor dos créditos que estavam entre 240 a 360 dias em atraso.

Não efetuamos alterações em nosso sistema de classificação de empréstimos. Para mais informações sobre nossa categorização de empréstimos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito” e “Classificação da Carteira de Operações de Crédito”.

## Vencimentos e Taxas de Juros das Operações de Crédito

As tabelas a seguir apresentam a distribuição de vencimentos de nossas operações de crédito por tipo, bem como a composição da carteira de operações de crédito por taxa de juros e vencimento no período indicado:

Em 31 de dezembro de 2006										
	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento de 31 a 90 dias	Vencimento de 91 a 180 dias	Vencimento de 181 a 360 dias	Vencimento de 1 a 3 anos	Vencimento após 3 anos	Sem vencimento declarado <sup>(1)</sup>	Empréstimos totais brutos	Provisão para perdas em operações de crédito	Total
(Em milhões de reais)										
<b>Tipos de operações de crédito:</b>										
<b>Comerciais:</b>										
Industriais e outros.....	R\$ 7.111	R\$ 7.706	R\$ 5.533	R\$ 3.371	R\$ 6.136	R\$ 2.319	R\$ 1.598	R\$ 33.774	R\$ (2.569)	R\$ 31.205
Financiamento à importação..	227	367	479	352	40	-	-	1.465	(2)	1.463
Financiamento à exportação..	1.217	2.247	1.725	2.784	2.933	2.028	14	12.948	(101)	12.847
Financiamento para construção de imóveis.....	7	10	32	77	327	66	16	535	(56)	479
Arrendamento mercantil.....	214	397	389	926	1.840	61	84	3.911	(105)	3.806
<b>Pessoas físicas:</b>										
Cheque especial .....	1.110	-	-	-	-	-	829	1.939	(182)	1.757
Empréstimos hipotecários residenciais .....	21	31	40	94	475	654	97	1.412	(132)	1.280
Outros financiamentos <sup>(2)</sup> .....	2.559	4.152	4.719	6.573	9.326	517	2.194	30.040	(2.941)	27.099
Cartão de crédito .....	-	-	-	-	-	-	2.697	2.697	(265)	2.432
Crédito rural .....	185	453	1.433	1.644	1.294	2.368	229	7.606	(196)	7.410
Empréstimos em moeda estrangeira .....	208	349	266	305	401	17	-	1.546	(3)	1.543
Setor público .....	1	1	2	4	15	39	-	62	-	62
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 12.860</b>	<b>R\$ 15.713</b>	<b>R\$ 14.618</b>	<b>R\$ 16.130</b>	<b>R\$ 22.787</b>	<b>R\$ 8.069</b>	<b>R\$ 7.758</b>	<b>R\$ 97.935</b>	<b>R\$ (6.552)</b>	<b>R\$ 91.383</b>

(1) Consistem basicamente de cartões de crédito e créditos de curso anormal.

(2) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Em 31 de dezembro de 2006								
	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento em 31 a 90 dias	Vencimento em 91 a 180 dias	Vencimento em 181 a 360 dias	Vencimento em 1 a 3 anos	Vencimento após 3 anos	Sem vencimento declarado	Empréstimos totais brutos
(em milhões de reais)								
<b>Tipos de empréstimos a clientes por vencimento:</b>								
Taxas pós-fixadas ou ajustáveis <sup>(1)</sup> .....	R\$ 3.434	R\$ 3.487	R\$ 4.847	R\$ 6.049	R\$ 7.927	R\$ 6.267	R\$ 4.284	R\$ 36.295
Taxas prefixadas .....	9.426	12.226	9.771	10.081	14.860	1.802	3.474	61.640
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 12.860</b>	<b>R\$ 15.713</b>	<b>R\$ 14.618</b>	<b>R\$ 16.130</b>	<b>R\$ 22.787</b>	<b>R\$ 8.069</b>	<b>R\$ 7.758</b>	<b>R\$ 97.935</b>

(1) Incluímos créditos de curso anormal.

## Processo de Aprovação de Crédito

Para uma descrição mais detalhada de nosso processo de aprovação de créditos, veja “História e Desenvolvimento da Companhia - Gestão de Risco - Crédito”.

## Indexação

Praticamente toda nossa carteira de operações de crédito é expressa em reais. Contudo, uma parte de nossa carteira é indexada a moedas estrangeiras, predominantemente o dólar norte-americano. Nossas operações de crédito, indexadas ao dólar norte-americano, consistem do repasse de recursos em *Eurobonds* e do financiamento à exportações e importações. Em muitos casos, os clientes contratam operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco da variação cambial.

## Créditos de curso anormal e provisão para perdas com operações de crédito

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossos créditos de curso anormal (que consistem totalmente de empréstimos que não rendem juros), bem como alguns índices de qualidade de ativos, relativamente aos períodos indicados. Agregamos empréstimos homogêneos e de baixo valor, tais como: cheques especiais, empréstimos em parcelas de clientes e financiamentos de cartões de crédito a fim de medir os créditos inadimplentes. Avaliamos os empréstimos de maior valor com base nas características de risco de cada tomador individual. Não temos qualquer empréstimo reestruturado significativo.

	Em 31 de dezembro de:				
	2002	2003	2004	2005	2006
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
Empréstimos de curso anormal.....	R\$ 2.341	R\$ 2.144	R\$ 2.206	R\$ 2.701	R\$ 4.284
Bens não de uso, líquidos de provisão.....	257	194	229	166	161
<b>Total de créditos de curso anormal e bens não de uso próprio .....</b>	<b>2.598</b>	<b>2.338</b>	<b>2.435</b>	<b>2.867</b>	<b>4.445</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	3.455	3.846	4.063	4.964	6.552
<b>Total das operações de crédito .....</b>	<b>R\$ 52.324</b>	<b>R\$ 54.795</b>	<b>R\$ 63.176</b>	<b>R\$ 82.689</b>	<b>R\$ 97.935</b>
Percentagem do total de empréstimos de curso anormal sobre o total de operações de crédito .....	4,5%	3,9%	3,5%	3,3%	4,4%
Percentagem do total de empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio sobre o total de operações de crédito .....	5,0	4,3	3,9	3,5	4,5
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre o total de operações de crédito .....	6,6	7,0	6,4	6,0	6,7
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal .....	147,6	179,4	184,2	183,8	152,9
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio.....	133,0	164,5	166,9	173,1	147,4
Percentagem das baixas líquidas durante o período sobre o saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal.....	3,9%	3,1%	2,1%	1,3%	2,4%

Nós não temos montantes significativos em empréstimos estrangeiros. Em grande parte, todos os nossos ativos são denominados em reais.

### Empréstimos Estrangeiros em Aberto

O valor agregado dos ativos financeiros a receber de clientes de países estrangeiros não excede a 1,0% do valor total dos ativos. Portanto, não acreditamos que essas informações sejam significativas para um entendimento dos riscos associados à nossa carteira de operações de crédito.

Adicionalmente, nossa base de depósitos é, basicamente, composta de clientes residentes no Brasil e o valor de depósitos em nossas agências fora do Brasil é menor do que 10,0% do total de nossos depósitos e, portanto, não é considerado significativo.

## Operações de Crédito por Atividade Econômica

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito por atividade econômica dos clientes nas datas indicadas e não inclui créditos de curso anormal.

	Em 31 de dezembro de:					
	2004		2005		2006	
	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Industriais:</b>						
Alimentos, bebidas e tabaco.....	R\$ 3.366	5,5%	R\$ 4.065	5,1%	R\$ 4.226	4,5%
Equipamentos eletro-eletrônicos e de comunicações .....	1.088	1,8	964	1,2	633	0,7
Produtos químicos e farmacêuticos.....	1.738	2,8	2.100	2,6	2.614	2,8
Construção civil .....	894	1,5	1.214	1,5	1.475	1,6
Setores de metais básicos .....	1.623	2,7	1.693	2,1	1.937	2,1
Têxteis, vestuário e produtos de couro .....	1.046	1,7	1.241	1,5	1.450	1,5
Fabricação de maquinário e equipamentos	1.307	2,1	1.268	1,6	1.702	1,9
Papel, produtos de papel, impressão e publicidade .....	1.337	2,2	1.440	1,8	2.340	2,5
Setor automotivo .....	2.484	4,1	2.749	3,4	2.449	2,6
Minerais não metálicos .....	302	0,5	398	0,5	1.306	1,4
Borracha e plásticos .....	764	1,3	906	1,1	1.040	1,1
Tecnologia de informação e equipamentos para escritório .....	55	0,1	25	-	52	-
Madeira e produtos de madeira, inclusive móveis .....	578	1,0	617	0,8	643	0,7
Setor extrativo .....	266	0,4	855	1,1	758	0,8
Petroquímicos .....	448	0,7	307	0,4	470	0,5
Outros setores industriais .....	846	1,4	3.050	3,8	4.700	5,0
<b>Subtotal .....</b>	<b>18.142</b>	<b>29,8</b>	<b>22.892</b>	<b>28,5</b>	<b>27.795</b>	<b>29,7</b>
<b>Pessoas físicas:</b>						
Créditos ao consumidor .....	17.571	28,8	27.967	35,0	31.954	34,1
Empréstimos hipotecários residenciais .....	921	1,5	832	1,0	1.326	1,4
Financiamento de contratos de arrendamento .....	44	0,1	55	0,1	100	0,1
<b>Subtotal .....</b>	<b>18.536</b>	<b>30,4</b>	<b>28.854</b>	<b>36,1</b>	<b>33.380</b>	<b>35,6</b>
<b>Construção de imóveis .....</b>	<b>449</b>	<b>0,7</b>	<b>523</b>	<b>0,7</b>	<b>519</b>	<b>0,6</b>
<b>Comerciais:</b>						
Varejo .....	5.632	9,3	7.014	8,8	7.393	7,9
Atacado .....	3.428	5,6	4.228	5,3	4.781	5,1
Serviços de hospedagem e "buffet" .....	225	0,4	302	0,4	374	0,4
<b>Subtotal .....</b>	<b>9.285</b>	<b>15,3</b>	<b>11.544</b>	<b>14,5</b>	<b>12.548</b>	<b>13,4</b>
<b>Serviços financeiros:</b>						
Instituições financeiras .....	969	1,6	762	1,0	987	1,1
Seguradoras e planos de previdência complementar .....	16	-	26	-	27	-
<b>Subtotal .....</b>	<b>985</b>	<b>1,6</b>	<b>788</b>	<b>1,0</b>	<b>1.014</b>	<b>1,1</b>
<b>Serviços:</b>						
Telecomunicações.....	1.462	2,4	1.423	1,8	1.097	1,2
Prestadores de serviços .....	1.358	2,2	1.625	2,0	2.602	2,8
Transporte.....	2.717	4,5	3.435	4,3	4.238	4,5
Imobiliários.....	496	0,8	566	0,7	773	0,8
Serviços de saúde e sociais .....	467	0,8	572	0,7	581	0,6
Lazer .....	332	0,5	423	0,5	575	0,6
Educação .....	245	0,4	320	0,4	367	0,4
Administração e defesa pública .....	11	-	16	-	14	-
Outros .....	451	0,7	638	0,8	749	0,8
<b>Subtotal .....</b>	<b>7.539</b>	<b>12,3</b>	<b>9.018</b>	<b>11,2</b>	<b>10.996</b>	<b>11,7</b>
<b>Agricultura, criação, silvicultura e pesca...</b>	<b>6.034</b>	<b>9,9</b>	<b>6.369</b>	<b>8,0</b>	<b>7.399</b>	<b>7,9</b>
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 60.970</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 79.988</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 93.651</b>	<b>100,0%</b>

## Classificação da Carteira de Operações de Crédito

A tabela a seguir mostra a classificação de nossa carteira de operações de crédito por categoria de risco, em 31 de dezembro de 2006, em que AA representa risco mínimo de crédito e H representa risco de crédito extremamente alto. Em 31 de dezembro de 2006, aproximadamente 93,1%

de nossa carteira de operações de crédito era classificada entre as categorias AA e C, representando empréstimos em regime de competência total.

Nível de risco	Empréstimos	Empréstimos de curso anormal (Em milhões de reais)	Provisão para perdas com operações de créditos
AA .....	R\$ 19.742	-	-
A .....	46.658	-	R\$ 233
B .....	8.782	-	114
C .....	15.952	-	1.321
D .....	1.060	R\$ 685	461
E .....	236	495	361
F .....	209	477	453
G .....	193	513	676
H .....	819	2.114	2.933
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 93.651</b>	<b>R\$ 4.284</b>	<b>R\$ 6.552</b>

### Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a provisão para perdas com operações de crédito por modalidade relativamente aos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:				
	2002	2003	2004	2005	2006
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
<b>Saldo no início do período:</b>	<b>R\$ 2.941</b>	<b>R\$ 3.455</b>	<b>R\$ 3.846</b>	<b>R\$ 4.063</b>	<b>R\$ 4.964</b>
<b>Baixado do ativo:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros .....	(751)	(1.006)	(853)	(604)	(947)
Financiamento à importação .....	(5)	(14)	(5)	-	-
Financiamento à exportação .....	(6)	(28)	(13)	(8)	(3)
Financiamento para construção de imóveis .....	(5)	(5)	(5)	-	-
Arrendamento mercantil .....	(31)	(85)	(31)	(23)	(7)
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	(287)	(284)	(278)	(177)	(247)
Empréstimos hipotecários residenciais .....	(26)	(72)	(135)	(26)	(47)
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	(900)	(290)	(207)	(572)	(1.301)
Cartão de crédito .....	(162)	(163)	(287)	(153)	(257)
Crédito rural .....	(145)	(109)	(8)	(39)	(6)
Empréstimos em moeda estrangeira .....	(2)	(2)	(2)	(1)	(1)
<b>Total baixado do ativo .....</b>	<b>(2.320)</b>	<b>(2.058)</b>	<b>(1.824)</b>	<b>(1.603)</b>	<b>(2.816)</b>
<b>Recuperações:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros .....	69	144	286	308	253
Financiamento à importação .....	2	-	1	-	-
Financiamento à exportação .....	1	-	-	-	-
Financiamento para construção de imóveis .....	1	-	-	-	-
Arrendamento mercantil .....	17	18	4	42	14
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	83	48	54	38	39
Empréstimos hipotecários residenciais .....	5	2	69	31	18
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	97	193	175	208	281
Cartão de crédito .....	15	7	7	10	19
Crédito rural .....	1	3	5	36	10
Empréstimos em moeda estrangeira .....	-	-	11	8	3
<b>Total das recuperações .....</b>	<b>291</b>	<b>415</b>	<b>612</b>	<b>681</b>	<b>637</b>
<b>Valor líquido baixado do ativo .....</b>	<b>(2.029)</b>	<b>(1.643)</b>	<b>(1.212)</b>	<b>(922)</b>	<b>(2.179)</b>
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito .....	<b>2.543</b>	<b>2.034</b>	<b>1.429</b>	<b>1.823</b>	<b>3.767</b>
<b>Saldo no final do período .....</b>	<b>R\$ 3.455</b>	<b>R\$ 3.846</b>	<b>R\$ 4.063</b>	<b>R\$ 4.964</b>	<b>R\$ 6.552</b>
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal .....	3,9%	3,1%	2,1%	1,3%	2,4%

(1) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Com base em informações disponíveis sobre nossos devedores, acreditamos que o valor da provisão para perdas com operações de crédito é suficiente para cobrir prováveis perdas em nossa carteira de operações de crédito.



A tabela a seguir apresenta nossa provisão para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e recuperações incluídas nos resultados de operações relativamente aos períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de:			% de alteração	
	2004	2005	2006	2005/2004	2006/2005
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	R\$ 1.429	R\$ 1.823	R\$ 3.767	27,6%	106,6%
Empréstimos baixados.....	(1.824)	(1.603)	(2.816)	(12,1)	75,7
Empréstimos recuperados.....	612	681	637	11,3	(6,5)
Líquido baixado do ativo.....	R\$ (1.212)	R\$ (922)	R\$ (2.179)	(23,9)%	136,3%
Provisão para perdas com operações de crédito <sup>(1)</sup> .....	2,5%	2,5%	4,2%	-	-

(1) Provisão como uma percentagem da média de empréstimos em aberto.

### Alocação da Provisão para Perdas com Operações de Crédito

As tabelas a seguir apresentam a alocação da provisão para perdas com operações de crédito relativamente aos períodos indicados. O valor da provisão alocada e a categoria de operações de crédito são expressos como uma percentagem do total de operações de crédito.

	Em 31 de dezembro de 2002				
	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito <sup>(1)</sup>	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito <sup>(2)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(1)</sup>	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito <sup>(2)</sup>
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 1.450	2,9%	2,8%	40,3%	40,2%
Financiamento à importação.....	42	0,1	0,1	2,6	2,5
Financiamento à exportação.....	95	0,2	0,2	15,7	15,1
Financiamento para construção de imóveis.....	53	0,1	0,1	0,9	0,9
Arrendamento mercantil.....	142	0,3	0,3	3,0	3,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	155	0,3	0,3	2,1	2,2
Empréstimos hipotecários residenciais.....	202	0,4	0,4	2,4	2,6
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	898	1,8	1,6	16,5	17,5
Cartão de crédito.....	82	0,2	0,2	2,3	2,4
Crédito rural.....	261	0,5	0,5	7,9	7,6
Empréstimos em moeda estrangeira.....	75	0,2	0,1	6,3	6,0
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 3.455</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**Em 31 de dezembro de 2003**

	<b>Provisão alocada</b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(2)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(2)</sup></b>
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 1.738	3,3%	3,2%	40,1%	40,0%
Financiamento à importação .....	57	0,1	0,1	1,3	1,3
Financiamento à exportação .....	83	0,2	0,1	15,9	15,3
Financiamento para construção de imóveis .....	32	0,1	0,1	0,8	0,8
Arrendamento mercantil .....	115	0,2	0,2	2,6	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	179	0,3	0,3	2,2	2,4
Empréstimos hipotecários residenciais .....	253	0,5	0,5	2,1	2,3
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	974	1,9	1,8	19,4	20,0
Cartão de crédito.....	121	0,2	0,2	2,6	2,7
Crédito rural.....	269	0,5	0,5	8,4	8,1
Empréstimos em moeda estrangeira .....	25	-	-	4,6	4,5
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 3.846</b>	<b>7,3%</b>	<b>7,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**Em 31 de dezembro de 2004**

	<b>Provisão alocada</b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(2)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(2)</sup></b>
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 1.600	2,6%	2,5%	38,3%	38,1%
Financiamento à importação .....	45	0,1	0,1	2,1	2,0
Financiamento à exportação .....	122	0,2	0,2	13,4	13,1
Financiamento para construção de imóveis .....	23	-	-	0,7	0,7
Arrendamento mercantil .....	53	0,1	0,1	2,7	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial .....	191	0,3	0,3	2,1	2,3
Empréstimos hipotecários residenciais .....	111	0,3	0,2	1,5	1,7
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	1.415	2,3	2,2	24,6	25,0
Cartão de crédito.....	188	0,3	0,3	2,1	2,4
Crédito rural.....	302	0,5	0,5	9,9	9,6
Empréstimos em moeda estrangeira .....	13	-	-	2,6	2,5
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 4.063</b>	<b>6,7%</b>	<b>6,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**Em 31 de dezembro de 2005**

	<b>Provisão alocada</b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(2)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(2)</sup></b>
<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 1.885	2,3%	2,3%	35,9%	35,6%
Financiamento à importação.....	24	-	-	1,4	1,3
Financiamento à exportação.....	123	0,2	0,1	12,5	12,3
Financiamento para construção de imóveis.....	56	0,1	0,1	0,7	0,6
Arrendamento mercantil.....	105	0,1	0,1	3,1	3,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	242	0,3	0,3	2,0	2,1
Empréstimos hipotecários residenciais.....	137	0,2	0,2	1,0	1,1
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	1.832	2,3	2,2	30,7	31,4
Cartão de crédito.....	249	0,3	0,3	2,3	2,5
Crédito rural.....	304	0,4	0,4	8,0	7,8
Empréstimos em moeda estrangeira.....	7	-	-	2,4	2,3
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 4.964</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**Em 31 de dezembro de 2006**

	<b>Provisão alocada</b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito<sup>(2)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(1)</sup></b>	<b>Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito<sup>(2)</sup></b>
<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>					
<b>Tipo de operações de crédito:</b>					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 2.569	2,7%	2,6%	34,8%	34,5%
Financiamento à importação.....	2	-	-	1,6	1,5
Financiamento à exportação.....	101	0,1	0,1	13,8	13,2
Financiamento para construção de imóveis.....	56	0,1	0,1	0,6	0,5
Arrendamento mercantil.....	105	0,1	0,1	4,1	4,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	182	0,2	0,2	1,4	2,0
Empréstimos hipotecários residenciais.....	132	0,1	0,1	1,4	1,4
Outros financiamentos <sup>(3)</sup> .....	2.941	3,2	3,0	29,9	30,7
Cartão de crédito.....	265	0,3	0,3	2,8	2,8
Crédito rural.....	196	0,2	0,2	7,9	7,8
Empréstimos em moeda estrangeira.....	3	-	-	1,7	1,6
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 6.552</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

## Média dos Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média dos saldos de depósitos, bem como a média de taxas de juros pagas sobre depósitos relativamente aos períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de:					
	2004		2005		2006	
	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
<b>Depósitos domésticos:</b>						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista .....	<b>R\$ 13.163</b>	-	<b>R\$ 15.042</b>	-	<b>R\$ 17.210</b>	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos interfinanceiros.....	90	15,6%	116	18,1%	143	13,3%
Depósitos de poupança .....	22.499	7,4	24.728	8,2	25.590	7,5
Depósitos a prazo.....	21.871	14,8	28.641	16,7	31.203	13,3
<b>Total de depósitos que incidem juros .....</b>	<b>44.460</b>	<b>11,0</b>	<b>53.485</b>	<b>12,8</b>	<b>56.936</b>	<b>10,7</b>
<b>Total de depósitos domésticos .....</b>	<b>57.623</b>	<b>8,5</b>	<b>68.527</b>	<b>10,0</b>	<b>74.146</b>	<b>8,2</b>
<b>Depósitos internacionais<sup>(1)</sup>:</b>						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista .....	<b>206</b>	-	<b>185</b>	-	<b>222</b>	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos a prazo.....	3.288	2,6	2.361	4,8	3.258	4,7
<b>Total de depósitos que incidem juros .....</b>	<b>3.288</b>	<b>2,6</b>	<b>2.361</b>	<b>4,8</b>	<b>3.258</b>	<b>4,7</b>
<b>Total de depósitos internacionais.....</b>	<b>3.494</b>	<b>2,5</b>	<b>2.546</b>	<b>4,4</b>	<b>3.480</b>	<b>4,4</b>
<b>Total de depósitos.....</b>	<b>R\$ 61.117</b>	<b>8,2%</b>	<b>R\$ 71.073</b>	<b>9,8%</b>	<b>R\$ 77.626</b>	<b>8,0%</b>

(1) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente em dólares norte-americanos.

## Vencimentos dos Depósitos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossos depósitos por vencimentos na data indicada:

	Em 31 de dezembro de 2006				
	Vencimento em até 3 meses	Vencimento de 3 a 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento após 1 ano	Total
	(Em milhões de reais)				
<b>Depósitos domésticos:</b>					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista <sup>(1)</sup> .....	<b>R\$ 20.763</b>	-	-	-	<b>R\$ 20.763</b>
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros .....	255	R\$ 14	R\$ 21	-	290
Depósitos de poupança <sup>(1)</sup> .....	27.613	-	-	-	27.613
Depósitos a prazo.....	2.312	2.902	3.300	R\$ 23.296	31.810
<b>Total de depósitos que incidem juros ....</b>	<b>30.180</b>	<b>2.916</b>	<b>3.321</b>	<b>23.296</b>	<b>59.713</b>
<b>Total de depósitos domésticos .....</b>	<b>50.943</b>	<b>2.916</b>	<b>3.321</b>	<b>23.296</b>	<b>80.476</b>
<b>Depósitos internacionais<sup>(2)</sup>:</b>					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista .....	<b>318</b>	-	-	-	<b>318</b>
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos a prazo.....	2.487	408	156	80	3.131
<b>Total de depósitos que incidem juros ....</b>	<b>2.487</b>	<b>408</b>	<b>156</b>	<b>80</b>	<b>3.131</b>
<b>Total de depósitos internacionais.....</b>	<b>2.805</b>	<b>408</b>	<b>156</b>	<b>80</b>	<b>3.449</b>
<b>Total de depósitos.....</b>	<b>R\$ 53.748</b>	<b>R\$ 3.324</b>	<b>R\$ 3.477</b>	<b>R\$ 23.376</b>	<b>R\$ 83.925</b>

(1) Os depósitos à vista e de poupança estão classificados no vencimento em três meses ou menos, sem considerar a média histórica do giro.

(2) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente, em dólares norte-americanos.

A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento de depósitos a prazo em aberto na data indicada com saldos superiores a US\$ 100.000 (ou seu equivalente) por vencimento:

	Em 31 de dezembro de 2006	
	Moeda local	Moeda Internacional
	(Em milhões de reais)	
Vencimento em até 3 meses .....	R\$ 1.381	R\$ 2.256
Vencimento de 3 a 6 meses .....	2.174	348
Vencimento de 6 a 12 meses .....	1.627	129
Vencimento após 12 meses .....	11.221	76
<b>Total de depósitos superiores a US\$ 100.000 .....</b>	<b>R\$ 16.403</b>	<b>R\$ 2.809</b>

## Captações no Mercado Aberto e Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

As captações no mercado aberto e obrigações por empréstimo de curto prazo totalizaram R\$ 48.584 milhões em 31 de dezembro de 2006, R\$ 29.952 milhões em 31 de dezembro de 2005 e R\$ 24.804 milhões em 31 de dezembro de 2004. As principais categorias de obrigações por empréstimos de curto prazo são: financiamentos à importação e exportação e os “*commercial papers*”.

A tabela a seguir apresenta um resumo das captações no mercado aberto e das obrigações por empréstimos de curto prazo relativas aos períodos indicados:

	<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
<b>Captações no mercado aberto:</b>			
Saldo em aberto.....	R\$ 16.532	R\$ 22.886	R\$ 42.875
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$ 26.596	R\$ 23.882	R\$ 42.875
Média ponderada da taxa de juros para o final do período .....	14,1%	18,1%	13,1%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$ 18.070	R\$ 19.139	R\$ 27.821
Média ponderada aproximada da taxa de juros real .....	13,2%	20,2%	13,5%
<b>Financiamentos à importação e exportação:</b>			
Saldo em aberto.....	R\$ 5.340	R\$ 4.405	R\$ 4.440
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$ 6.777	R\$ 4.405	R\$ 4.440
Média ponderada da taxa de juros para o final do período .....	1,9%	5,3%	5,0%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$ 5.765	R\$ 4.587	R\$ 3.964
Média ponderada aproximada da taxa de juros real .....	(4,3)%	(8,9)%	(4,0)%
<b>“Commercial paper”:</b>			
Saldo em aberto.....	R\$ 2.920	R\$ 2.661	R\$ 1.225
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$ 3.518	R\$ 2.944	R\$ 2.607
Média ponderada da taxa de juros para o final do período .....	1,6%	4,5%	4,9%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$ 2.673	R\$ 2.577	R\$ 1.752
Média ponderada aproximada da taxa de juros real .....	6,1%	8,7%	12,2%
<b>Outros .....</b>	<b>R\$ 12</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 44</b>
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 24.804</b>	<b>R\$ 29.952</b>	<b>R\$ 48.584</b>

## Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras

*Esta análise deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e as notas explicativas às mesmas e com outras informações financeiras incluídas em outras partes deste relatório anual.*

### Visão Geral

#### **Condições Econômicas Brasileiras**

Nossos resultados de operações são diretamente afetados pelas condições econômicas no Brasil. As condições econômicas impactam diretamente a habilidade de nossos clientes em pagar suas obrigações pontualmente, o que afeta nosso provisionamento para perdas com créditos e o saldo de créditos em aberto. Além disso, o impacto das condições econômicas sobre as taxas de câmbio afeta a nossa receita financeira líquida, porque parte de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Depois de um período em que a economia do Brasil sofreu com múltiplos efeitos das crises econômicas regionais e com a incerteza política relativa às eleições presidenciais em 2002, a economia brasileira começou a melhorar. Em 2003, a confiança dos investidores aumentou, principalmente por que a nova administração continuou, em grande parte, com as políticas macroeconômicas do governo anterior, incluindo a ênfase na responsabilidade fiscal, e o real valorizou-se em 18,2% sobre o dólar norte-americano. Entretanto, o crescimento econômico geral caiu, já que o PIB contraiu-se em 0,2% durante 2003, comparado a um crescimento de 1,5% em 2002. Altas taxas de juros, especialmente durante o primeiro semestre do ano, restringiram o crescimento econômico. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros de 25,0% em 1º de janeiro de 2003 para 26,5% em 19 de fevereiro de 2003 e manteve-a até 18 de junho de 2003, quando passou a diminuí-la gradativamente chegando ao final de dezembro de 2003 em 16,5%.

O ambiente econômico em 2004 continuou a melhorar, apesar das incertezas no cenário internacional, principalmente, na economia norte-americana e à elevação internacional do preço do

petróleo, que continuou a enfraquecer o crescimento. O preço elevado de commodities básicos no Brasil contribuiu para um índice elevado de inflação de 7,7% em 2003 para 12,1% em 2004. A economia brasileira resistiu a esses fatores e continuou a se recuperar, em grande parte, devido à solidez de sua economia de exportação.

Durante o ano de 2004, o PIB cresceu 4,9% em relação ao ano de 2003 e o real teve uma valorização de 8,1% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 2,6544 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2004, comparado com R\$ 2,8892 em 31 de dezembro de 2003. Como resultado de pressões inflacionárias crescentes sobre a economia brasileira, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros de 16,5% para 16,0% em abril de 2004, mas começou a elevá-la no final do ano, atingindo 17,75% em dezembro de 2004.

Em 2005, a retomada da atividade econômica ocorreu de maneira generalizada, principalmente no 4º trimestre. O PIB cresceu 2,3% e o real teve uma valorização de 11,8% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 2,3407 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2005, comparado com R\$ 2,6544 em 31 de dezembro de 2004. O Banco Central elevou a taxa de juros no 1º semestre de 2005, de 17,75% para 19,75% e começou a diminuí-la ainda naquele ano, atingindo 18,0% em dezembro de 2005.

Em 2006, a atividade econômica brasileira continuou a melhorar. O PIB cresceu 3,7% e o real teve uma valorização de 8,7% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 2,1380 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2006, comparado com R\$ 2,3407 por dólar americano em 31 de dezembro de 2005. O Banco Central reduziu de modo gradativo as taxas de juros durante o ano de 2006, partindo de 18,0% em dezembro de 2005 para 13,25% em dezembro de 2006.

A economia brasileira continuou a melhorar nos primeiros cinco meses de 2007. Durante o primeiro trimestre de 2007, o PIB cresceu 4,3% sobre o mesmo período de 2006, e o real valorizou-se para R\$ 1,9289 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2007, comparado a R\$ 2,1380 em 31 de dezembro de 2006. Nos primeiros seis meses de 2007 o Banco Central reduziu a taxa de juros de 13,25% para 12,0%. A inflação para os primeiros cinco meses de 2007 foi 1,2%. Em 15 de junho de 2007 a taxa de câmbio era de R\$ 1,9097 por dólar norte-americano.

A tabela a seguir indica a inflação brasileira medida pelo IGP-DI, a valorização do real com relação ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio no final de cada exercício e a taxa média de câmbio relativamente aos períodos indicados:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em reais, exceto porcentagens)</b>		
Inflação (IGP-DI) .....	12,1%	1,2%	3,8%
Valorização do real vs. dólar americano.....	(8,1)%	(11,8)%	(8,7)%
Taxa de câmbio no final do período - US\$ 1,00.....	R\$ 2,6544	R\$ 2,3407	R\$ 2,1380
Taxa de câmbio média - US\$ 1,00 <sup>(1)</sup> .....	R\$ 2,9150	R\$ 2,4341	R\$ 2,1812

(1) A taxa de câmbio média é a soma das taxas de câmbio do fechamento no final de cada mês no período, dividida pelo número de meses no período.

**Fontes:** FGV e Banco Central do Brasil.

A tabela a seguir mostra a mudança no PIB real e as taxas de juros interbancárias médias para os períodos indicados:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Variação no PIB real <sup>(1)</sup> .....	4,9%	2,3%	3,7%
Taxas básicas de juros médias <sup>(2)</sup> .....	16,2	19,0	15,0
Taxas médias de juros interbancários <sup>(3)</sup> .....	16,2%	19,0%	15,0%

(1) Calculada pela divisão da variação PIB real durante um ano pelo PIB real do ano anterior.

(2) Calculada de acordo com a metodologia do Banco Central (com base em taxas nominais).

(3) Calculada de acordo com a metodologia da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (com base em taxas nominais).

**Fontes:** Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e CETIP.

As taxas de juros interbancários têm sido relativamente similares e às vezes são mais baixas que a taxa básica média dos últimos três anos, devido a uma relativa alta nos níveis de captação disponíveis no setor bancário brasileiro e a elevada competição entre os bancos. Estes fatores mudam as taxas de juros interbancários em direção à taxa básica de juros, já que os bancos procuram usar suas captações disponíveis para se manterem competitivos.

#### ***Efeitos das Taxas de Juros e da Desvalorização/Valorização e sobre a Receita Líquida de Juros***

Durante os períodos de altas taxas de juros como o primeiro semestre de 2003 e o segundo semestre de 2004, nossa receita financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossos ativos que rendem juros também aumentaram. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossas obrigações, nas quais incidem juros, também aumentaram. Mudanças nos volumes de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também produzem mudanças em receitas e despesas financeiras. Por exemplo, um aumento em nossa receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume de nossos empréstimos em aberto.

Além disso, quando o real é desvalorizado, como ocorreu em certos períodos de 1998 a 2002, incorremos (i) em perdas em nossos passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, tais como: nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa aumenta, e (ii) em ganhos em nossos ativos denominados ou indexados em moedas estrangeiras, tais como nossos títulos e operações de crédito indexados ao dólar, quando a receita desses ativos mensurada em reais aumenta.

Opostamente, quando o real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, como ocorreu de 2003 a 2006, incorremos em perdas em nossos ativos monetários denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, e registramos ganhos em nossos passivos denominados em ou indexados a moeda estrangeira.

Em 2005, o real continuou a se valorizar em relação ao dólar norte-americano. A economia brasileira continuou a melhorar, evidenciada pela queda na taxa de desemprego e pela recuperação de renda. Durante 2005, nossa receita financeira cresceu 32,0% em comparação a 2004, de R\$ 23.723 milhões para R\$ 31.307 milhões em 2005 e nossas despesas financeiras aumentaram 39,5% de R\$ 8.919 milhões em 2004 para R\$ 12.441 milhões em 2005. Este aumento nas receitas e despesas financeiras resultou tanto de aumentos em nossas taxas médias de juros, principalmente o CDI, que aumentou de 16,2% em 2004 para 19,0% em 2005, e nos saldos médios de nossos ativos e passivos que rendem juros.



Em 2006, o real continuou a se valorizar em relação ao dólar norte-americano. A economia brasileira continuou a melhorar, evidenciada pela queda na taxa de desemprego e pela recuperação de renda da população brasileira. Durante 2006, nossa receita financeira cresceu 10,4% em comparação a 2005, de R\$ 31.307 milhões para R\$ 34.575 milhões em 2006 e nossas despesas financeiras aumentaram 3,4% de R\$ 12.441 milhões em 2005 para R\$ 12.869 milhões em 2006. Este aumento nas receitas e despesas financeiras foi resultante, principalmente, do aumento no saldo médio de nossos ativos e passivos que rendem juros, compensado em parte pela redução nas taxas médias de juros, principalmente o CDI, que reduziu de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006.

A tabela a seguir mostra nossos ativos e passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras para os períodos indicados:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em milhões de reais)</b>		
<b>Ativos:</b>			
Caixa e conta corrente em bancos .....	R\$ 380	R\$ 139	R\$ 177
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	4.751	3.218	2.616
Aplicações em operações compromissadas .....	1.011	640	1.065
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	211	7	12
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo.....	1.120	655	1.771
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo.....	4.443	5.541	2.735
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	1.088	984	1.077
Operações de crédito, líquidos .....	11.089	12.634	15.258
Outros ativos.....	1.306	930	207
<b>Total dos ativos .....</b>	<b>25.399</b>	<b>24.748</b>	<b>24.918</b>
<b>Contas de compensação - valor nominal:</b>			
Derivativos - posição comprada:			
Futuros.....	3.171	4.404	5.759
Termo .....	302	812	1.396
Swap.....	534	147	711
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 29.406</b>	<b>R\$ 30.111</b>	<b>R\$ 32.784</b>
<b>Passivos:</b>			
Depósitos .....	R\$ 2.443	R\$ 2.600	R\$ 3.449
Captações no mercado aberto.....	924	579	922
Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	8.272	7.066	5.709
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	6.837	6.462	5.632
Outras obrigações.....	1.672	2.159	1.059
<b>Total dos passivos.....</b>	<b>20.148</b>	<b>18.866</b>	<b>16.771</b>
<b>Contas de compensação - valor nominal:</b>			
Derivativos - posição vendida:			
Futuros.....	6.742	5.709	10.907
Termo .....	275	369	459
Opções.....	47	-	-
Swap.....	2.636	9.659	9.601
<b>Total .....</b>	<b>29.848</b>	<b>34.603</b>	<b>37.738</b>
<b>Exposição líquida.....</b>	<b>R\$ (442)</b>	<b>R\$ (4.492)</b>	<b>R\$ (4.954)</b>

O excesso de nossos ativos expressos e indexados em dólares sobre os passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, ajustados pelos instrumentos financeiros derivativos, bem como as taxas de juros mais altas que recebemos em nossos ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras comparados com os nossos passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, levaram a ganhos financeiros líquidos em nossa posição em moeda estrangeira para o ano de 2003.

Em 2004, 2005 e 2006, o excesso de nossos passivos expressos e indexados em dólares sobre os ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras, ajustados pelos instrumentos financeiros derivativos, levaram a ganhos financeiros líquidos, como resultado da valorização do real no período.

Usamos *swaps*, contratos futuros e outros instrumentos financeiros derivativos de proteção para minimizar o impacto potencial de alterações da moeda sobre nós. Para mais informações sobre o nosso uso de derivativos para fins de proteção, veja notas 2(e), 2(f) e 22(b) das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Efeitos da Desvalorização e das Taxas de Juros sobre Atividades de Tesouraria e Operações de Crédito***

Devido a deterioração da economia em 2003, nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito foram de R\$ 2.034 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003. Nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito caíram para R\$ 1.429 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 devido a melhora na economia naquele ano e aumentou para R\$ 1.823 milhões em 31 de dezembro de 2005, consistente com o aumento no saldo médio de nossa carteira de operações de crédito. Essa redução geral durante o período de 2003 a 2005, refletiu também um aprimoramento constante em nossos processo para avaliar créditos potenciais. Em 2006, nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito foram R\$ 3.7 milhões.

Nosso saldo de operações de crédito em aberto aumentou de R\$ 82.689 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$97.935 milhões em 31 de dezembro de 2006. Este aumento de 18,4% em nossas atividades de empréstimos resultou de nossos esforços contínuos de expansão, aliado ao aumento na confiança do consumidor e a retomada do crescimento econômico, tanto no mercado local quanto no mercado externo. Aliado ao aumento da demanda por crédito, aumentamos também nossos investimentos em títulos e valores mobiliários de negociação ao valor justo de R\$ 40.948 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 62.735 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse crescimento deve-se em grande parte ao crescimento nas vendas de nossos contratos de investimento de previdência VGBL e PGBL, bem como pela emissão de dívidas subordinadas.

### ***Impostos***

Nossa despesa com imposto de renda é constituída por dois tributos federais: (1) o imposto de renda, que incide a uma alíquota regular de 15,0% do lucro líquido ajustado, acrescida de um adicional de 10,0%, e (2) a contribuição social sobre o lucro, que incide a uma alíquota de 9,0% sobre o lucro líquido ajustado.

As empresas brasileiras podem efetuar os pagamentos aos acionistas, caracterizados como distribuição dos juros sobre o capital próprio, como alternativa para o pagamento de dividendos, e podem deduzir esses pagamentos da receita tributável. Procuramos maximizar o montante de dividendos que pagamos na forma de juros sobre o capital próprio. Para mais informações sobre a nossa despesa com impostos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos” e “Implicações Fiscais - Distribuições de Juros sobre o Capital”.

### ***Impacto das Recentes Aquisições Importantes em Nossa Performance Financeira Futura***

Nos últimos três anos, fizemos as seguintes aquisições importantes:

- Em fevereiro de 2004, adquirimos o controle do BEM em leilão, por um preço de R\$ 78 milhões. Em outubro de 2004, os ativos, passivos e agências foram transferidos para nós pelo valor contábil;
- Em março de 2005, adquirimos a participação remanescente dos minoritários detida por terceiros no capital da Bradesco Seguros S.A., através da troca de ações da Bradesco Seguros por nossas ações. Na conclusão dessa transação, a Bradesco Seguros tornou-se nossa subsidiária integral e os acionistas minoritários da Bradesco Seguros tornaram-se detentores de 363.271 ações de nosso capital. O valor total dessa transação foi de R\$ 11,9 milhões;
- Em abril de 2005, através de nossa subsidiária Finasa Promotora de Vendas, adquirimos a rede de distribuição de crédito ao consumidor e empréstimos pessoais do Banco Morada, um dos maiores fornecedores de empréstimos pessoais do Estado do Rio de Janeiro, pelo preço de compra de R\$ 80 milhões;
- Em julho de 2005, o Banco Bradesco adquiriu 50% do capital total emitido e em circulação da “Leader Card”, a empresa responsável pela administração do cartão de crédito *private label* da “Leader Magazine”, pelo valor de R\$ 47 milhões. A Leader Magazine é uma rede de varejo com atuação focada nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Leader Card é uma das cinco maiores empresas de cartões de crédito de marca própria do Brasil, com mais de 2,3 milhões de detentores de cartões;
- Em dezembro de 2005, adquirimos em leilão junto à União Federal, o controle acionário do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC e de sua controlada BEC DTVM Ltda. pelo valor de compra de R\$ 700 milhões. O processo foi concluído em janeiro de 2006, com o efetivo pagamento. Em 2006, o BEC passou a ser consolidado;
- Em março de 2006, celebramos contrato com os acionistas controladores da American Express Company para adquirir o capital total de suas subsidiárias brasileiras, que operam no segmento de cartões e segmentos relacionados, tais como corretagem de seguros, viagens de negócios, serviços de câmbio para o varejo e operações de financiamento direto ao consumidor. A transação foi concluída com o pagamento de US\$ 468 milhões, equivalente a R\$ 1,0 bilhão;
- Em março de 2006, celebramos contrato com as lojas Colombo para a aquisição de 50% do capital total da Credifar, empresa responsável pela distribuição de produtos e serviços financeiros para os clientes das Lojas Colombo, terceira maior rede de lojas de móveis e artigos eletro-eletrônicos no varejo do Brasil, que possui 365 lojas distribuídas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, já atua como correspondente bancário do Bradesco desde agosto de 2004 e tem mais de 2 milhões de clientes ativos. Em maio de 2007, a transação foi concluída com a aprovação do Banco Central;
- Em 15 de maio de 2006, adquirimos 100% do capital acionário da Bradesplan, por um custo de aquisição de R\$ 308 milhões; e
- Em Janeiro de 2007, adquirimos o Banco BMC S.A. e suas controladas BMC Asset Management Ltda – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BMC Previdência Privada S.A. e Credicerto Promotora de Vendas Ltda., via acordo de compras de ações. O

pagamento será feito mediante a entrega, aos acionistas do BMC de ações correspondentes a aproximadamente 0,94% do nosso capital social em ações, que equivalem aproximadamente a R\$ 800 milhões. Atuando há cerca de 68 anos, o BMC é um dos dois maiores bancos privados na concessão de crédito consignado de INSS, com uma rede total de cerca de 7.000 agentes, por meio de 749 correspondentes bancários distribuídos por todo o território nacional. Essa transação não foi concluída ainda e depende da aprovação do Banco Central.

Acreditamos que as aquisições e as transferências relacionadas de ativos e passivos levaram a um aumento em nossas receitas, despesas e lucro. Contudo, não contabilizamos separadamente estas aquisições e as operações adquiridas foram integradas em nossas operações. Dessa forma, não podemos quantificar o impacto financeiro destas aquisições. Do mesmo modo, esperamos que cada uma das aquisições e transferências relacionadas de ativos e passivos aumente nossas receitas e despesas no futuro. O valor de tais aumentos é incerto e, portanto, não se pode estimar com segurança o impacto destas transações sobre nosso desempenho financeiro futuro. Para mais informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Recentes Aquisições – Aquisições em 2005”.

Com exceção do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada, nenhuma de nossas aquisições realizadas desde janeiro de 2003 foi significativa, se medido de acordo com o US GAAP.

## **POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

Nossas políticas contábeis significativas estão descritas na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A seguinte discussão descreve as áreas que exigem maior julgamento ou envolvem um grau mais alto de complexidade na aplicação das políticas contábeis, que afetam atualmente nossa situação financeira e o resultado das operações. As estimativas contábeis, que fazemos nestes contextos, envolvem a fazer suposições sobre assuntos altamente incertos. Em cada caso, outras estimativas, ou mudanças nas estimativas entre períodos, poderiam ter tido um impacto significativo sobre nossa situação financeira ou resultado das operações, como demonstrado em nossas demonstrações financeiras.

### ***Provisão para Perdas com Operações de Crédito***

No final de cada período, a provisão para perdas com operações de crédito é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

A determinação do valor da provisão para perdas com operações de crédito e de Arrendamento Mercantil exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições com relação à nossa carteira de operações de crédito, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas com operações de crédito, incluem:

- condições econômicas brasileiras gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;

- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento de nossa carteira de operações de crédito;
- política monetária do Governo Brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar operações de crédito ou confirmar a deterioração de crédito existente.

Nós usamos modelos para nos ajudar a analisar nossas carteiras de operações de crédito e determinar a provisão para perdas necessária. Embora nossos modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes do nosso julgamento sobre as informações/previsões que recebemos. Além disso, a volatilidade da economia brasileira pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Conseqüentemente, nossa provisão para perdas com operações de crédito pode não ser indicativa de perdas futuras reais.

Nossa provisão para perdas com operações de crédito é baseada na nossa classificação de risco de cada cliente e/ou operação e nas taxas de inadimplência da carteira. Assumindo um aumento de 1,0% na taxa de inadimplência esperada para nossa carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2006, nossas perdas com operações de crédito aumentariam em aproximadamente R\$ 41 milhões. Esta análise de sensibilidade é hipotética e tem apenas a intenção de ilustrar o impacto que a inadimplência, e portanto a classificação de risco tem sobre o estabelecimento da provisão para devedores duvidosos com operações de crédito. Este exercício não deve ser considerado como expectativa de provisões ou perdas futuras em função da classificação de risco e/ou para alterações no valor das perdas no futuro. Em razão dos procedimentos que seguimos, na determinação da classificação de risco dos clientes e das carteiras de crédito por produtos, acreditamos que nossas classificações das operações de crédito e estimativas do valor de perdas para a carteira de crédito sejam adequadas.

Para informações adicionais relativas às nossas práticas referentes à provisão para perdas com operações de crédito veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Créditos de Curso Anormal” e “- Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

#### ***Avaliação de Títulos e Derivativos***

Os instrumentos financeiros registrados ao valor justo em nossas demonstrações financeiras consistem principalmente de títulos classificados como de negociação, disponíveis para venda e outros ativos de negociação, incluindo derivativos. O valor justo é definido como o valor no qual uma posição poderia ser fechada ou vendida em uma transação com uma parte instruída e disposta.

Quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, nós usamos modelos para estimar o valor justo. Os fatores usados nestes modelos incluem cotações de distribuidores, modelos de precificação, preços de instrumentos com características similares e fluxos de caixa descontados. A precificação baseada em modelos também usa informações sobre taxas de juros, taxas cambiais, volatilidade de opções, quando relevantes e disponíveis. Nós observamos que o preço cotado de mercado pode ser afetado pelo volume de títulos negociados e pode não refletir os prêmios de controle em transações de ações com acionistas, que detêm investimentos significativos. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

A determinação do valor justo quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis envolve o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso dar a diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. Por

exemplo, dados de mercado confiáveis quando da estimativa do impacto de se manter uma grande posição ou a vencer são geralmente limitados. Do mesmo modo, usamos nosso julgamento na estimativa de preços quando nenhum parâmetro externo existe. Se fizermos suposições incorretas ou o próprio modelo fizer correlações ou suposições incorretas, o valor da receita ou perda registrado para um ativo ou passivo específico pode ser exagerado. O julgamento deve também determinar se um declínio no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mantido até o vencimento ou de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que reconheçamos uma desvalorização do custo atualizado e que possamos a refletir a redução como despesa. Na avaliação de, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide o período histórico a ser considerado e quão severa uma perda pode ser.

Estes métodos de avaliação poderiam expor a Companhia a resultados materialmente diferentes, se os modelos usados ou as suposições subjacentes forem inexatos.

### ***Classificação dos Títulos***

A classificação dos títulos em de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento é baseada na intenção da Administração em manter ou negociar tais títulos na data da aquisição. O tratamento contábil dos títulos que mantemos depende de nossa decisão em classificá-los na aquisição como: de negociação, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. As mudanças circunstanciais podem modificar nossa estratégia com relação a um título específico, que exige uma transferência entre as três categorias indicadas acima.

### ***Imposto de Renda***

A determinação do valor de nosso imposto de renda é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Em geral, nossa avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Nossa avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido possa ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita a alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. O apoio para nossas avaliações e suposições pode mudar com o decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, afetando nossa determinação do valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente, monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações de novas leis tributárias, bem como novos eventos, que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise da possibilidade de realizar ativos fiscais diferidos.

Para mais informações a respeito de nosso imposto de renda, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro”. Nossa política contábil com respeito a reconhecimento de imposto de renda é discutida na nota 2(q) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Uso de Estimativas***

Na apresentação das demonstrações financeiras, nossa Administração também faz estimativas e premissas para cálculos de provisões técnicas para seguros, a escolha de vidas úteis de certos ativos e a determinação de se um ativo ou grupo de ativos específico será deteriorado. As estimativas, por sua natureza, são baseadas no julgamento e nas informações disponíveis. Portanto, os resultados reais poderiam ser diferentes destas estimativas.

### ***Contabilização de Transações Extraordinárias e Únicas***

Contabilizar transações extraordinárias e únicas, para as quais não existe literatura específica, exige um julgamento significativo para identificar os termos essenciais da transação, determinando quais situações na literatura podem ser consideradas análogas, concluindo se os tratamentos aplicados em tais situações são apropriados, e finalmente, determinando qual tratamento possível é o método contábil mais apropriado para contabilizar a transação.

Algumas de nossas transações, como as de produtos e transações únicas no mercado brasileiro, exigem que a Administração aplique julgamento significativo na determinação do tratamento contábil apropriado para cada transação.

### Compromissos e Contingências

Temos obrigações contratuais para fazer certos pagamentos a terceiros, de acordo com os valores apresentados na tabela a seguir:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2006				
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	(Em R\$ milhões)				
Depósitos a prazo .....	R\$ 11.565	R\$ 20.954	R\$ 2.354	R\$ 68	R\$ 34.941
Captação no mercado aberto .....	27.467	13.675	1.580	153	42.875
Empréstimos de longo prazo .....	6.660	7.302	7.239	8.921	30.122
Outras obrigações <sup>(1)</sup> .....	52.777	16.833	340	133	70.083
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 98.469</b>	<b>R\$ 58.764</b>	<b>R\$ 11.513</b>	<b>R\$ 9.275</b>	<b>R\$ 178.021</b>

(1) Inclui provisões técnicas para sinistros de seguros e planos de previdência e contratos de investimentos de previdência.

### Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de transações de crédito relacionados, com intuito de administrar as necessidades de financiamento de nossos clientes. Estas transações não são registradas no balanço patrimonial de acordo com os US GAAP. A tabela a seguir resume os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2006:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2006				
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	(Em R\$ milhões)				
Garantias financeiras.....	R\$ 4.083	R\$ 2.228	R\$ 1.776	R\$ 6.704	R\$ 14.791
Cartas de crédito .....	242	-	-	-	242
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 4.325</b>	<b>R\$ 2.228</b>	<b>R\$ 1.776</b>	<b>R\$ 6.704</b>	<b>R\$ 15.033</b>

Concedemos garantias financeiras do desempenho de nossos clientes perante obrigações com terceiros. Temos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance das obrigações de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior e para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiros sob certas condições contratuais.

As cartas de crédito estão sujeitas às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

Esperamos que muitas destas garantias expirem sem a necessidade de antecipação de caixa. Portanto, no curso normal dos negócios, esperamos que tais transações não tenham impacto sobre nossa liquidez.

#### *Resultados por Segmento*

Nós operamos e administramos nossos negócios por meio de dois segmentos operacionais: o segmento bancário e o segmento de seguros, previdência e capitalização. Nossos segmentos são administrados com base nos tipos de produtos e serviços oferecidos e suas bases de clientes relacionadas. Nós avaliamos o desempenho de nossos segmentos com base no lucro líquido, na receita financeira líquida e na receita e despesa não financeira.

A somatória dos valores apresentados por segmento pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outros segmentos não significativos e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

No nosso segmento bancário, oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários aos nossos clientes, incluindo operações de captação de depósitos e concessão de empréstimos, serviços de cartão de débito e crédito e serviços de mercado de capitais, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento bancário, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Atividade Bancária”.

Em nosso segmento de seguros, previdência e capitalização, oferecemos uma gama de produtos e serviços aos nossos clientes, incluindo seguro de vida, saúde, acidentes, automóveis e bens; planos de previdência individuais e corporativos, bem como os títulos de capitalização, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento de Seguros, Previdência e Capitalização veja, “Item 4 - Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização”.

#### **Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2006 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2005**

As tabelas a seguir demonstram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2006 e 2005, para a Companhia e por segmento:

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receitas financeiras, líquidas.....	R\$ 18.866	R\$ 21.706	15,1%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.823)	(3.767)	106,6
Receitas não financeiras .....	17.556	20.084	14,4
Despesas não financeiras .....	(25.847)	(29.273)	13,3
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....</b>	<b>8.752</b>	<b>8.750</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social.....	(2.431)	(2.273)	(6,5)
<b>Lucro antes de participações minoritárias.....</b>	<b>6.321</b>	<b>6.477</b>	<b>2,5</b>
Participações de acionistas minoritários .....	(11)	(15)	36,4
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>R\$ 6.310</b>	<b>R\$ 6.462</b>	<b>2,4%</b>



	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2005	2006	Variação percentual	2005	2006	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$ 12.892	R\$ 15.054	16,8%	R\$ 5.938	R\$ 6.476	9,1%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito .....	(1.823)	(3.770)	106,8	-	-	-
Receitas não financeiras .....	8.177	9.713	18,8	9.374	10.307	10,0
Despesas não financeiras .....	(13.418)	(15.824)	17,9	(12.428)	(13.407)	7,9
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....</b>	<b>5.828</b>	<b>5.173</b>	<b>(11,2)</b>	<b>2.884</b>	<b>3.376</b>	<b>17,1</b>
Imposto de renda e contribuição social .....	(1.570)	(1.348)	(14,1)	(858)	(918)	7,0
<b>Lucro antes das participações minoritárias....</b>	<b>4.258</b>	<b>3.825</b>	<b>(10,2)</b>	<b>2.026</b>	<b>2.458</b>	<b>21,3</b>
Participação de acionistas minoritários .....	(2)	1	-	(9)	(16)	77,8
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>R\$ 4.256</b>	<b>R\$ 3.826</b>	<b>(10,1)%</b>	<b>R\$ 2.017</b>	<b>R\$ 2.442</b>	<b>21,1%</b>

### Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2005 e 2006, para a Companhia e por segmento:

	Consolidado		Variação percentual	Atividade Bancária		Variação percentual	Seguros, Previdência e Capitalização		Variação percentual
	2005	2006		2005	2006		2005	2006	
(Em milhões de reais, exceto porcentagem)									
Receitas financeiras.....	R\$ 31.307	R\$ 34.575	10,4%	R\$ 25.334	R\$ 28.098	10,9%	R\$ 5.938	R\$ 6.476	9,1%
Despesas financeiras .....	(12.441)	(12.869)	3,4	(12.442)	(13.044)	4,8	-	-	-
<b>Receitas financeiras líquidas ..</b>	<b>R\$ 18.866</b>	<b>R\$ 21.706</b>	<b>15,1%</b>	<b>R\$ 12.892</b>	<b>R\$ 15.054</b>	<b>16,8%</b>	<b>R\$ 5.938</b>	<b>R\$ 6.476</b>	<b>9,1%</b>

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2006 em comparação a 2005:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
		2006/2005	
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$ 3.536	R\$ 2.333	R\$ 1.135
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(696)	(171)	(597)
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>R\$ 2.840</b>	<b>R\$ 2.162</b>	<b>R\$ 538</b>

### Atividade Bancária

O aumento de R\$ 2.162 milhões nas receitas financeiras líquidas no segmento bancário em 2006 em relação a 2005 decorreu, de um aumento no volume médio dos ativos que rendem juros de 17,5% comparado com um aumento no volume médio dos passivos que incidem juros de 16,7%, que levaram a um aumento nas receitas financeiras líquidas de R\$ 2.333 milhões. Este aumento foi principalmente devido ao acréscimo de 25,6% no volume médio das operações de crédito e 30,3% nos títulos e valores mobiliários de negociação, que foi compensado em parte pelo aumento no volume médio de 39,4% nas captações no mercado aberto, 31,4% nos empréstimos de longo prazo e 11,1% nos depósitos a prazo.

A redução na taxa média de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006, resultou em queda de R\$ 171 milhões nas receitas financeiras líquidas em 2006 quando comparado a 2005.

A margem financeira líquida é a receita financeira líquida como uma porcentagem da média de ativos que rendem juros. Nossa margem financeira líquida no segmento bancário permaneceu estável em 10,6% para 2005 e 2006.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

O acréscimo de R\$ 538 milhões nas receitas financeiras líquidas, oriundas das atividades de seguros, previdência e capitalização, em 2006 com relação a 2005, deve-se em grande parte ao aumento no volume médio dos ativos que rendem juros que elevaram nossas receitas financeiras líquidas em R\$ 1.135 milhões, compensado em parte pela redução de R\$ 597 milhões decorrente principalmente da queda na taxa média de juros de 19,0% em 2005 para 15% em 2006. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 25,8%), levaram a um aumento nas receitas financeiras de R\$ 1.135 milhões. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 100,6% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e 76,4% nas aplicações em depósitos interfinanceiros. Estes acréscimos devem-se, basicamente, ao aumento dos recursos provenientes da venda de contratos de investimentos de previdência “PGBL” e “VGBL”.

Nossa margem financeira líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização reduziu de uma taxa de 15,1% em 2005 para uma taxa de 13,1% em 2006.

### ***Receitas Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2005 e 2006:

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>			
Operações de crédito.....	R\$ 69.556	R\$ 87.349	25,6%
Aplicações em operações compromissadas.....	12.858	13.378	4,0
Títulos e valores mobiliários de negociação .....	37.878	41.999	10,9
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	9.640	15.980	65,8
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	4.235	4.122	(2,7)
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	9.610	11.945	24,3
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	15.151	16.251	7,3
Outros ativos que rendem juros .....	811	886	9,2
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 159.739</b>	<b>R\$ 191.910</b>	<b>20,1%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>19,6%</b>	<b>18,0%</b>	

	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>Variação percentual</u>
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>						
Operações de crédito.....	R\$ 69.556	R\$ 87.349	25,6%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas ...	14.463	13.378	(7,5)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação ...	9.697	12.631	30,3	R\$ 27.361	R\$ 29.314	7,1%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	3.679	4.024	9,4	5.961	11.956	100,6
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	1.076	955	(11,2)	3.159	3.167	0,3
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	6.731	6.865	2,0	2.880	5.080	76,4
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	15.151	16.251	7,3	-	-	-
Outros ativos que rendem juros .....	811	886	9,2	-	-	-
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 121.164</b>	<b>R\$ 142.339</b>	<b>17,5%</b>	<b>R\$ 39.361</b>	<b>R\$ 49.517</b>	<b>25,8%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>20,9%</b>	<b>19,7%</b>		<b>15,1%</b>	<b>13,1%</b>	

Para mais informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2006 em comparação com 2005:

	<u>Consolidado</u>	<u>Atividade Bancária</u>	<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>
	<u>2006/2005</u>		
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros .....	R\$ 6.415	R\$ 5.004	R\$ 1.135
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(3.147)	(2.240)	(597)
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>R\$ 3.268</b>	<b>R\$ 2.764</b>	<b>R\$ 538</b>

#### **Atividade Bancária**

As receitas financeiras da atividade bancária aumentaram R\$ 2.764 milhões em 2006, um acréscimo de 10,9% se comparado a 2005, devido, em parte, ao aumento das receitas financeiras das operações de crédito, que foi compensado em parte pela queda nas receitas dos títulos e valores mobiliários de negociação.

O acréscimo nas nossas receitas financeiras foi devido ao aumento na receita de operações de crédito em 23,5% de R\$ 17.236 milhões em 2005 para R\$ 21.281 milhões em 2006 decorre, basicamente, do acréscimo no saldo médio das operações de 25,6% de R\$ 69.556 milhões em 2005 para R\$87.349 milhões em 2006. Este aumento foi devido, principalmente, ao acréscimo nas operações de pessoas físicas, com destaque para os produtos “Veículos” e “Crédito Pessoal”, e ao aumento nas operações com pessoas jurídicas, nos produtos de “Operações no Exterior”, “Repasse no BNDES” e “Capital de Giro”, reflexo da manutenção do nível da atividade econômica, que foi compensado em parte pela valorização do real em 8,7% em 2006, impactando as operações indexadas/denominadas em moeda estrangeira.

A redução de 41,4% na receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários de negociação, de R\$ 2.435 milhões em 2005 para R\$ 1.428 milhões em 2006 e a redução de 29,4% na receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, de R\$ 974 milhões em 2005 para R\$ 688 milhões em 2006, foram atribuíveis, em grande parte a redução nas taxas médias de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006, compensados em parte pela menor perda cambial em 2006 comparado a 2005 em nossos títulos denominados em dólar, como resultado da menor valorização do real em relação ao dólar de 8,7% em 2006 e 11,8% em 2005. Quando o real se valoriza, a nossa receita financeira denominada em reais, de ativos denominados em dólar, diminui, portanto a valorização do real em 2006 afetou de modo negativo nossa receita financeira.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

A receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização aumentou R\$ 538 milhões em 2006, um aumento de 9,1% se comparado a 2005, devido, em grande parte, ao aumento de 25,8% no volume médio dos ativos que rendem juros. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 100,6% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e 76,4% nas aplicações em depósitos interfinanceiros, devido, basicamente, ao aumento dos recursos provenientes dos contratos de investimentos em previdência “PGBL” e “VGBL”, resultante do acréscimo nas vendas no ano de 2006.

### ***Despesas Financeiras***

A tabela a seguir demonstra os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2005 e 2006, todos eles no segmento bancário:

	<b>Consolidado</b>		<b>Variação percentual</b>
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
<b>Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:</b>			
Depósitos de poupança .....	R\$ 24.728	R\$ 25.590	3,5%
Depósitos a prazo .....	31.002	34.461	11,2
Captações no mercado aberto .....	19.139	27.821	45,4
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	7.164	5.741	(19,9)
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	20.764	27.289	31,4
Depósitos interfinanceiros .....	116	143	23,3
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 102.913</b>	<b>R\$ 121.045</b>	<b>17,6%</b>
<b>Taxa média de juros paga .....</b>	<b>12,1%</b>	<b>10,6%</b>	

	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>Variação percentual</u>
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:</b>						
Depósitos de poupança.....	R\$ 24.728	R\$ 25.590	3,5%	-	-	-
Depósitos a prazo .....	31.039	34.484	11,1	-	-	-
Captações no mercado aberto.....	19.957	27.821	39,4	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	7.164	5.741	(19,9)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	20.764	27.289	31,4	-	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	116	143	23,3	-	-	-
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 103.768</b>	<b>R\$ 121.068</b>	<b>16,7%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média de juros paga.....</b>	<b>12,0%</b>	<b>10,8%</b>		-	-	

Para mais informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso, comparando os anos de 2006 e 2005:

	<u>Consolidado</u>	<u>Atividade Bancária</u>	<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>
		<u>2006/2005</u>	
<u>Aumento(redução)</u> (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$ 2.879	R\$ 2.671	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	(2.451)	(2.069)	-
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>R\$ 428</b>	<b>R\$ 602</b>	<b>-</b>

#### **Atividade Bancária**

O aumento de 4,8% em nossas despesas financeiras no segmento bancário, relativamente a 2006 em comparação a 2005 foi, primeiramente atribuível a um maior volume em nossas obrigações com depósitos a prazo e captações no mercado aberto, compensado em parte pela redução nas taxas médias de juros.

O aumento em nossas despesas financeiras foi decorrente do acréscimo de 55,0% em nossas despesas financeiras sobre empréstimos de longo prazo, de R\$ 1.822 milhões em 2005 para R\$ 2.824 milhões em 2006. Esta variação foi principalmente atribuível a um aumento de 31,4% no saldo médio de nossas operações de empréstimos de longo prazo no período de R\$ 20.764 milhões em 2005 para R\$ 27.289 milhões em 2006, compensada pela redução nas taxas médias de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006. O acréscimo no volume de nossas operações de empréstimos de longo prazo, deve-se em grande parte ao acréscimo na emissão de dívidas subordinadas.

### ***Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito***

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2005 e 2006, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma porcentagem do saldo médio de operações de crédito):

	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano...	R\$ 4.063	R\$ 4.964	22,2%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	1.823	3.767	106,6
Baixas de empréstimos.....	(1.603)	(2.816)	75,7
Empréstimos recuperados .....	681	637	(6,5)
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano....	<u>R\$ 4.964</u>	<u>R\$ 6.552</u>	32,0%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito .....	2,5%	4,2%	

A provisão para perdas com operações de crédito aumentou 32,0% de R\$ 4.964 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 6.552 milhões em 31 de dezembro de 2006 devido, principalmente, ao aumento de 25,6% no saldo médio das operações de crédito em aberto.

O ano de 2006 caracteriza-se pela continuidade do período favorável da economia brasileira, iniciado no final de 2004, com reflexos positivos no desempenho de nossa carteira de créditos.

A economia brasileira continuou a apresentar bom desempenho em 2006, devido, em grande parte, à implementação de uma austera política fiscal e monetária pelo Governo Federal nos últimos anos. Nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de empréstimos como porcentagem do saldo médio total das operações de crédito, aumentou de 2,2% em 2005 para 3,2% em 2006. As recuperações de empréstimos problemáticos diminuíram 6,5% comparado a 2005, e as baixas de empréstimos aumentaram 75,7% em 2006. No geral, durante 2006, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito cresceram 106,6% em comparação a 2005, volume compatível com o crescimento da carteira, em função da mudança no mix de nossa carteira, com incremento no segmento de pessoa física, que por sua característica requer um nível de provisionamento maior; se comparado ao segmento de pessoa jurídica.

Conseqüentemente houve um aumento nos nossos níveis de provisão para perdas com crédito, que aumentaram como porcentagem das operações de crédito, de 6,0% em 2005 para 6,7% em 2006.

A capacidade de nossos clientes em cumprir com suas obrigações em vista da continuidade do ambiente positivo da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, é refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito. A porcentagem dos empréstimos nas quatro categorias de menor risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 93,1% em 31 de dezembro de 2006, praticamente estável em relação ao percentual apurado em 31 de dezembro de 2005, de 93,9%. Os empréstimos nas duas categorias de menor risco representavam 69,6% do total no final do exercício de 2005 e 67,8% no final do ano de 2006.

Nós acreditamos que a nossa atual provisão para perdas nas operações de crédito é suficiente para cobrir perdas futuras conhecidas e potenciais em nossa carteira. Para mais informações, veja “Item 4. - Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Baixas” e “Créditos de Curso Anormal e Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Nós acreditamos que o montante relativo às mudanças na provisão para perdas com operações de crédito, visto como o percentual do total da carteira, está consistente com nosso histórico de perdas, baixas e índices de inadimplência.

Nossa estratégia de crescimento para a carteira de operações de crédito em 2006 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas; tais como: empréstimos pessoais e financiamento de automóveis, que historicamente têm maior rentabilidade que as operações de crédito às empresas, ainda que apresentem maiores taxas médias de inadimplência. Nossa estratégia se reflete no crescimento da rubrica de “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, com evolução de 16,1% em 2006, muito embora tenha reduzido sua participação sobre o total da carteira de crédito, de 31,4% em 2005 para 30,7% em 2006.

A expansão das operações de crédito com pessoas físicas ocorreu principalmente em função da estratégia de reforçar a atuação em operações de varejo, mediante esforços para estimular o crescimento orgânico da carteira.

As mudanças na qualidade de nossa carteira de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança de critérios ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os créditos concedidos às pessoas jurídicas, continuam apresentando bom desempenho em 2006, aqueles voltados ao comércio exterior com destaque para a carteira de exportação e operações realizadas em nossas agências e subsidiárias fora do Brasil. No segmento de pessoa jurídica, os créditos classificados como “industriais e outros”, apesar do crescimento de 14,6%, sofreu redução de participação sobre o total das operações de crédito, alcançando 34,5%, contra 35,6% em 2005, basicamente em função da queda no volume de empréstimos a grandes empresas, cujo desempenho foi afetado pela queda da demanda por crédito devido a outras formas de captação.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Receitas Não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2005 e 2006.

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 5.137	R\$ 6.610	28,7%
Ganhos sobre títulos e valores mobiliários de negociação.....	2.428	2.360	(2,8)
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	747	1.157	54,9
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio.....	294	43	(85,4)
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	186	224	20,4
Prêmios de seguros .....	7.805	8.121	4,0
Planos de previdência .....	377	791	109,8
Outras receitas não financeiras .....	582	778	33,7
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 17.556</b>	<b>R\$ 20.084</b>	<b>14,4%</b>

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>					
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 4.687	R\$ 5.981	27,6%	R\$ 416	R\$ 552	32,7%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação .....	2.392	2.348	(1,8)	36	12	(66,7)
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	428	520	21,5	318	627	97,2
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio..	294	43	(85,4)	-		
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	169	157	(7,1)	17	64	276,5
Prêmios de seguros .....	-			7.805	8.121	4,0
Planos de previdência .....	-			377	791	109,8
Outras receitas não financeiras .....	207	664	220,8	405	140	(65,4)
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 8.177</b>	<b>R\$ 9.713</b>	<b>18,8%</b>	<b>R\$ 9.374</b>	<b>R\$ 10.307</b>	<b>10,0%</b>

### ***Atividade Bancária***

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 18,8% de R\$ 8.177 milhões em 2005 para R\$ 9.713 milhões em 2006, devido, basicamente, ao aumento na receita de prestação de serviços e outras receitas não financeiras.

As receitas com prestação de serviços aumentaram em 27,6% em 2006 comparando-se a 2005, passando de R\$ 4.687 milhões em 2005 para R\$ 5.981 milhões em 2006, devido principalmente ao aumento no volume médio das operações, bem como ao aumento na base de clientes.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 10,0% em 2006 em comparação a 2005, principalmente, devido ao aumento nas receitas de prêmios de seguros e de planos de previdência.

Nas receitas com prêmios de seguros, houve um aumento de 4,0% passando de R\$ 7.805 milhões em 2005 para R\$ 8.121 milhões em 2006, devido, principalmente, ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis, vida e saúde, e nas receitas de planos de previdência o aumento foi de 109,8% passando de R\$ 377 milhões para R\$ 791 milhões em função do acréscimo no volume de negócios.

### ***Despesas Não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2005 e a 2006:



	<b>Consolidado</b>		
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação Percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Salários e benefícios .....	R\$ (5.198)	R\$ (6.087)	17,1%
Despesas administrativas .....	(4.447)	(5.223)	17,4
Amortização de ativos intangíveis .....	(302)	(343)	13,6
Sinistros retidos .....	(5.501)	(6.124)	(11,3)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	(3.939)	(4.199)	6,6
Despesas de planos de previdência .....	(505)	(560)	10,9
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(1.041)	(852)	(18,2)
Depreciação e amortização .....	(712)	(534)	(25,0)
Outras despesas não financeiras.....	(4.202)	(5.351)	27,3
<b>Total .....</b>	<b>R\$ (25.847)</b>	<b>R\$ (29.273)</b>	<b>13,3%</b>

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>					
Salários e benefícios .....	R\$ (4.812)	R\$ (5.533)	15,0%	R\$ (359)	R\$ (504)	40,4%
Despesas administrativas .....	(4.152)	(4.933)	18,8	(464)	(499)	7,5
Amortização de ativos intangíveis .....	(297)	(339)	14,1	(5)	(4)	(20,0)
Sinistros retidos .....	-	-	-	(5.501)	(6.125)	11,3
Variação de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	-	-	-	(3.939)	(4.199)	6,6
Despesas de planos de previdência .....	-	-	-	(505)	(560)	10,9
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	-	-	-	(1.055)	(860)	(18,5)
Depreciação e amortização .....	(630)	(483)	(23,3)	(80)	(48)	(40,0)
Outras despesas não financeiras.....	(3.527)	(4.536)	28,6	(520)	(608)	16,9
<b>Total .....</b>	<b>R\$ (13.418)</b>	<b>R\$ (15.824)</b>	<b>17,9%</b>	<b>R\$ (12.428)</b>	<b>R\$ (13.407)</b>	<b>7,9%</b>

### **Atividade Bancária**

As despesas não financeiras da atividade bancária aumentaram 17,9% em 2006 em comparação a 2005, basicamente devido a aumentos nas despesas de salários e benefícios e despesas administrativas. As despesas com salários e benefícios aumentaram 15,0%, de R\$ 4.812 milhões em 2005 para R\$ 5.533 milhões em 2006 devido, em parte, ao efeito do acordo coletivo da categoria, que resultou em maiores benefícios aos empregados e maiores despesas com participações nos lucros e resultado.

As despesas administrativas aumentaram 18,8%, de R\$ 4.152 milhões em 2005 para R\$ 4.933 milhões em 2006 devido, basicamente, às maiores despesas com serviços de terceiros, principalmente pelo aumento dos volumes de negócios, bem como por investimentos na melhoria da plataforma tecnológica (TI).

### **Seguros, Previdência e Capitalização**

As despesas não financeiras do segmento de seguros, previdência e capitalização, aumentaram em 7,9% em 2006 em comparação a 2005, devido, basicamente, ao aumento dos sinistros retidos e provisões para sinistros ocorridos e não avisados, e ao aumento na despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. Os sinistros retidos aumentaram em 11,3%, de R\$ 5.501 milhões em 2005 para R\$ 6.125 milhões em 2006, devido, em grande parte, ao acréscimo nas indenizações ocorridas nos ramos de seguro de automóveis, vida e seguro de saúde. A despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar aumentou 6,6%, de R\$ 3.939 milhões em 2005 para R\$ 4.199 milhões em 2006, devido, basicamente ao aumento no volume de negócios de produtos de seguros, previdência e capitalização.

### **Imposto de Renda**

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34,0% desde fevereiro de 2000.

A despesa de imposto de renda reduziu 6,5% para R\$ 2.273 milhões em 2006, comparados com R\$ 2.431 milhões em 2005. A despesa com imposto de renda, como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, reduziu para 26,7% em 2006 em relação aos 28,4% em 2005.

### **Lucro Líquido**

Como resultado do anteriormente mencionado, o lucro líquido para o ano de 2006 aumentou em 2,4%, de R\$ 6.310 milhões em 2005 para R\$ 6.462 milhões em 2006.

### **Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2005 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2004**

As tabelas a seguir mostram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2005 e 2004, para a Companhia e por segmento:

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$ 14.804	R\$ 18.866	27,4%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.429)	(1.823)	27,6
Receitas não financeiras .....	14.282	17.556	22,9
Despesas não financeiras .....	(23.717)	(25.847)	9,0
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	3.940	8.752	122,1
Imposto de renda e contribuição social.....	(601)	(2.431)	304,5
Lucro antes de participações minoritárias.....	3.339	6.321	89,3
Participações de acionistas minoritários .....	(12)	(11)	(8,3)
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>R\$ 3.327</b>	<b>R\$ 6.310</b>	<b>89,7%</b>

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2004	2005	Variação percentual	2004	2005	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receitas financeiras, líquidas .....	R\$ 9.861	R\$ 12.892	30,7%	R\$ 4.937	R\$ 5.938	20,3%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito .....	(1.429)	(1.823)	27,6	-	-	-
Receitas não financeiras .....	6.370	8.177	28,4	7.794	9.374	20,3
Despesas não financeiras .....	(11.418)	(13.418)	17,5	(12.201)	(12.428)	1,9
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....	3.384	5.828	72,2	530	2.884	444,2
Imposto de renda e contribuição social .....	(457)	(1.570)	243,5	(138)	(858)	521,7
Lucro antes das participações minoritárias .....	2.927	4.258	45,5	392	2.026	416,8
Participação de acionistas minoritários .....	(8)	(2)	(75,0)	(4)	(9)	125,0
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>R\$ 2.919</b>	<b>R\$ 4.256</b>	<b>45,8%</b>	<b>R\$ 388</b>	<b>R\$ 2.017</b>	<b>419,8%</b>

### Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2004 e 2005, para a Companhia e por segmento:

	Consolidado		Variação percentual	Atividade Bancária		Variação percentual	Seguros, Previdência e Capitalização		Variação percentual
	2004	2005		2004	2005		2004	2005	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagem)								
Receitas financeiras.....	R\$ 23.723	R\$ 31.307	32,0%	R\$ 18.793	R\$ 25.334	34,8%	R\$ 4.937	R\$ 5.938	20,3%
Despesas financeiras .....	(8.919)	(12.441)	39,5	(8.932)	(12.442)	39,3	-	-	-
<b>Receitas financeiras líquidas ..</b>	<b>R\$ 14.804</b>	<b>R\$ 18.866</b>	<b>27,4%</b>	<b>R\$ 9.861</b>	<b>R\$ 12.892</b>	<b>30,7%</b>	<b>R\$ 4.937</b>	<b>R\$ 5.938</b>	<b>20,3%</b>

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2005 em comparação a 2004:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2005/2004		
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$ 2.303	R\$ 1.305	R\$ 1.162
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	1.759	1.726	(161)
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>R\$ 4.062</b>	<b>R\$ 3.031</b>	<b>R\$ 1.001</b>

### Atividade Bancária

O aumento de R\$ 3.031 milhões nas receitas financeiras líquidas no segmento bancário em 2005 em relação a 2004 decorreu, de um aumento no volume médio dos ativos que rendem juros de 15,0% comparado com um aumento no volume médio dos passivos que incidem juros de 12,6%, que levaram a um aumento nas receitas financeiras líquidas de R\$ 1.305 milhões. Este aumento foi principalmente devido ao acréscimo de 25,9% no volume médio das operações de crédito e 118,0% nas aplicações em depósitos interfinanceiros, que foi compensado em parte pelo aumento no volume médio de 23,0% dos depósitos a prazo e 9,9% dos depósitos de poupança.

O aumento na taxa média de juros de 16,2% em 2004 para 19,0% em 2005, resultou em um aumento de R\$ 1.726 milhões nas receitas financeiras líquidas em 2005 quando comparado a 2004.

A margem financeira líquida é a receita financeira líquida como uma porcentagem da média de ativos que rendem juros. Nossa margem financeira líquida no segmento bancário aumentou de uma taxa de 9,4% em 2004 para uma taxa de 10,6% em 2005.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

O acréscimo de R\$ 1.001 milhões nas receitas financeiras líquidas, oriundas das atividades de seguros, previdência e capitalização, em 2005 com relação a 2004, deve-se em grande parte ao aumento no volume médio dos ativos que rendem juros que elevaram nossas receitas financeiras líquidas em R\$ 1.162 milhões, compensado em parte pela redução de R\$ 161 milhões decorrente principalmente da queda do IGP-M de 12,4% em 2004 para 1,2% em 2005, índice que remunera um dos papéis do governo, (NTN-C) Notas do Tesouro Nacional, que utilizamos como lastro de grande parte das provisões técnicas. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 31,4%), levaram a um aumento nas receitas financeiras de R\$ 1.162 milhões. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 227,2% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e 1.278,0% nas aplicações em depósitos interfinanceiros. Estes acréscimos devem-se, basicamente, ao aumento dos recursos provenientes da venda de contratos de investimentos de previdência “VGBL” e “PGBL”.

Nossa margem financeira líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização reduziu de uma taxa de 16,5% em 2004 para uma taxa de 15,1% em 2005.

### ***Receitas Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2004 e em 2005:

	<b>Consolidado</b>		<b>Variação percentual</b>
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>			
Operações de crédito.....	R\$ 55.230	R\$ 69.556	25,9%
Aplicações em operações compromissadas.....	18.628	12.858	(31,0)
Títulos e valores mobiliários de negociação .....	34.039	37.878	11,3
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	5.682	9.640	69,7
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	4.528	4.235	(6,5)
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	3.226	9.610	197,9
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	13.070	15.151	15,9
Outros ativos que rendem juros .....	858	811	(5,5)
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 135.261</b>	<b>R\$ 159.739</b>	<b>18,1%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>17,5%</b>	<b>19,6%</b>	

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Variação percentual</b>
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de ativos que rendem juros:</b>						
Operações de crédito.....	R\$ 55.230	R\$ 69.556	25,9%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas ...	18.628	14.463	(22,4)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação ...	9.036	9.697	7,3	R\$ 25.003	R\$ 27.361	9,4%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	3.860	3.679	(4,7)	1.822	5.961	227,2
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	1.616	1.076	(33,4)	2.912	3.159	8,5
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	3.088	6.731	118,0	209	2.880	1.278,0
Depósitos compulsórios no Banco Central .....	13.070	15.151	15,9	-	-	-
Outros ativos que rendem juros .....	858	811	(5,5)	-	-	-
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 105.386</b>	<b>R\$ 121.164</b>	<b>15,0%</b>	<b>R\$ 29.946</b>	<b>R\$ 39.361</b>	<b>31,4%</b>
<b>Taxa de juros média auferida .....</b>	<b>17,8%</b>	<b>20,9%</b>		<b>16,5%</b>	<b>15,1%</b>	

Para mais informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2005 em comparação com 2004:

	<b>Consolidado</b>	<b>Atividade Bancária</b>	<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>
	<b>2005/2004</b>		
<b>Aumento (redução)</b> (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros .....	R\$ 4.323	R\$ 3.441	R\$ 1.162
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	3.261	3.100	(161)
<b>Alteração líquida.....</b>	<b>R\$ 7.584</b>	<b>R\$ 6.541</b>	<b>R\$ 1.001</b>

#### **Atividade Bancária**

As receitas financeiras da atividade bancária aumentaram R\$ 6.541 milhões em 2005, um acréscimo de 34,8% se comparado a 2004, devido, em parte, ao aumento das receitas financeiras das operações de crédito, dos títulos e valores mobiliários de negociação e disponíveis para venda.

O aumento de 81,7% na receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários de negociação, de R\$ 1.340 milhões em 2004 para R\$ 2.435 milhões em 2005 e o acréscimo de 571,7% na receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, de R\$ 145 milhões em 2004 para R\$ 974 milhões em 2005, foram atribuíveis, em grande parte ao aumento nas taxas médias de juros de 16,2% em 2004 para 19,0% em 2005, compensados em parte pelo aumento nas perdas cambiais em 2005 comparado a 2004 em nossos títulos denominados em dólar, como resultado da maior valorização do real em relação ao dólar de 11,8% em 2005 e 8,1% em 2004. Quando o real se valoriza, a nossa receita financeira denominada em reais, de ativos denominados em dólar, diminui, portanto a valorização do real em 2005 afetou de modo negativo nossa receita financeira.

O acréscimo nas nossas receitas financeiras foi devido ao aumento na receita de operações de crédito em 34,5% de R\$ 12.812 milhões em 2004 para R\$ 17.236 milhões em 2005 decorre, basicamente, do acréscimo no saldo médio das operações de 25,9% de R\$ 55.230 milhões em 2004 para R\$ 69.556 milhões em 2005. Este aumento foi devido, principalmente, ao acréscimo nas operações de pessoas físicas, com destaque para os produtos “Veículos” e “Crédito Pessoal”, refletindo os acordos operacionais firmados com redes varejistas, conjugado com um ambiente econômico com queda de taxa de desemprego e pelo aumento da renda pessoal, compensado em parte pela valorização do real em 11,8% em 2005 contra 8,1% em 2004 impactando as operações indexadas/denominadas em moeda estrangeira.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

A receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização aumentou R\$ 1.001 milhões em 2005, um aumento de 20,3% se comparado a 2004, devido, em grande parte, ao aumento de 31,4% no volume médio dos ativos que rendem juros que levou a um aumento nas receitas financeiras de R\$ 1.162 milhões. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 227,2% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e 1.278,0% nas aplicações em depósitos interfinanceiros, devido, basicamente, pelo aumento dos recursos provenientes dos contratos de investimentos em previdência “VGBL” e “PGBL”, resultante do acréscimo nas vendas no ano de 2005.

### ***Despesas Financeiras***

A tabela a seguir demonstra os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2004 e 2005, todos eles no segmento bancário:

	<b>Consolidado</b>		<b>Variação percentual</b>
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
<b>Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:</b>			
Depósitos de poupança .....	R\$ 22.499	R\$ 24.728	9,9%
Depósitos a prazo.....	25.159	31.002	23,2
Captações no mercado aberto .....	18.070	19.139	5,9
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	8.442	7.164	(15,1)
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	17.839	20.764	16,4
Depósitos interfinanceiros.....	90	116	28,9
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 92.099</b>	<b>R\$ 102.913</b>	<b>11,7%</b>
<b>Taxa média de juros paga .....</b>	<b>9,7%</b>	<b>12,1%</b>	

	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>Variação percentual</u>
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
<b>Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:</b>						
Depósitos de poupança.....	R\$ 22.502	R\$ 24.728	9,9%	-	-	-
Depósitos a prazo .....	25.230	31.039	23,0	-	-	-
Captações no mercado aberto.....	18.070	19.957	10,4	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	8.442	7.164	(15,1)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	17.839	20.764	16,4	-	-	-
Depósitos interfinanceiros .....	90	116	28,9	-	-	-
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 92.173</b>	<b>R\$ 103.768</b>	<b>12,6%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média de juros paga.....</b>	<b>9,7%</b>	<b>12,0%</b>		-	-	-

Para mais informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso, comparando os anos de 2005 e 2004:

	<u>Consolidado</u>	<u>Atividade Bancária</u>	<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>
		<u>2005/2004</u>	
<u>Aumento(redução)</u> (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros .....	R\$ 2.020	R\$ 2.136	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros .....	1.502	1.374	-
<b>Alteração líquida .....</b>	<b>R\$ 3.522</b>	<b>R\$ 3.510</b>	<b>-</b>

#### **Atividade Bancária**

O aumento de 39,3% em nossas despesas financeiras no segmento bancário, relativamente a 2005 em comparação a 2004 foi, primeiramente atribuível a maiores saldos em nossas obrigações com depósitos a prazo e captações no mercado aberto e em segundo lugar, ao aumento nas taxas médias de juros.

O aumento em nossas despesas financeiras foi decorrente do acréscimo de 46,6% em nossas despesas financeiras sobre operações de depósitos a prazo, de R\$ 3.340 milhões em 2004 para R\$ 4.895 milhões em 2005. Esta variação foi principalmente atribuível a um aumento de 23,0% no saldo médio de nossas operações de depósitos a prazo no período de R\$ 25.230 milhões em 2004 para R\$ 31.039 milhões em 2005 e a um aumento nas taxas médias de juros de 16,2% em 2004 para 19,0% em 2005. O acréscimo no volume de nossas operações de depósitos a prazo, deve-se em grande parte à remuneração dos depósitos no período, mitigada pela migração de recursos para outras formas de captação, pelos investidores institucionais, principalmente por meio de emissão de debêntures.

As despesas financeiras de captações no mercado aberto aumentaram 61,6% em 2005 se comparadas a 2004, de R\$ 2.390 milhões em 2004 para R\$ 3.862 milhões em 2005. Este acréscimo

deveu-se, principalmente, ao aumento nas taxas médias de juros de 16,2% em 2004 para 19,0% em 2005, bem como o aumento de 10,4% no saldo médio das captações.

### ***Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito***

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2004 e 2005, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma porcentagem do saldo médio de operações de crédito):

	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>Variação percentual</u>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano...	R\$ 3.846	R\$ 4.063	5,6%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	1.429	1.823	27,6
Baixas de empréstimos.....	(1.824)	(1.603)	(12,1)
Empréstimos recuperados .....	612	681	11,3
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano....	<u>R\$ 4.063</u>	<u>R\$ 4.964</u>	22,2%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito .....	2,5%	2,5%	

A provisão para perdas com operações de crédito aumentou 22,2% de R\$ 4.063 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 4.964 milhões em 31 de dezembro de 2005 devido, principalmente, ao aumento de 25,9% no saldo médio das operações de crédito em aberto.

O ano de 2005 pode ser considerado um período favorável da economia brasileira, com reflexos positivos no desempenho de nossa carteira de créditos. Conseqüentemente, nossos níveis de provisão para perdas com crédito reduziram-se como porcentagem das operações de crédito, de 6,4% em 2004 para 6,0% em 2005.

A economia brasileira apresentou bom desempenho em 2005, devido, em grande parte, a implementação de uma austera política fiscal e monetária pelo Governo Federal. Como resultado, nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de empréstimos como porcentagem do saldo médio total das operações de crédito, caiu de 3,2% em 2004 para 2,2% em 2005. Do mesmo modo, as recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 11,3% comparado a 2004, e as baixas de empréstimos caíram 12,1% em 2005 em comparação ao período anterior. No geral, durante 2005, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito cresceram 27,6% em comparação a 2004, volume compatível com o crescimento da carteira.

A habilidade de nossos mutuários em cumprir com suas obrigações em vista das melhores condições da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, é refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito. A porcentagem dos empréstimos nas quatro categorias de menor risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 93,9% em 31 de dezembro de 2005, um aumento em relação ao percentual apurado em 31 de dezembro de 2004, de 92,6%. Os empréstimos nas duas categorias de menor risco aumentaram de 68,9% do total no final do exercício de 2004 para 69,6% no final do ano de 2005, refletindo a melhora na qualidade total da carteira.

Nós acreditamos que a nossa atual provisão para perdas nas operações de crédito é suficiente para cobrir perdas futuras conhecidas e potenciais em nossa carteira. Para maiores informações, veja “Item 4. - Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Baixas” e “Créditos de Curso Anormal e Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.



Nós acreditamos que o montante relativo às mudanças na provisão para perdas com operações de crédito, visto como o percentual do total da carteira, estão consistentes com nosso histórico de perdas, baixas e índices de inadimplência.

Nossa estratégia de crescimento para a carteira de operações de crédito em 2005 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas - tais como: empréstimos pessoais e financiamento de automóveis, que historicamente têm maior rentabilidade que as operações de crédito às empresas, ainda que apresentem maiores taxas médias de inadimplência. Nossa estratégia se reflete no crescimento da rubrica de “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, com evolução de 64,0% em 2005, aumentando sua participação sobre o total da carteira de crédito, de 25,0% em 2004 para 31,3% em 2005.

A expansão das operações de crédito com pessoas físicas ocorreu principalmente em função da estratégia de reforçar a atuação em operações de varejo, mediante esforços para estimular o crescimento orgânico da carteira e também por meio de aquisições de carteiras de crédito e de acordos operacionais.

As mudanças na qualidade de nossa carteira de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança de critérios ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os créditos concedidos às pessoas jurídicas, continuam apresentando bom desempenho em 2005 aqueles voltados ao comércio exterior com destaque para a carteira de exportação e operações realizadas em nossas agências e subsidiárias fora do Brasil. No segmento de pessoa jurídica, os créditos classificados como “industriais e outros”, apesar do crescimento de 22,4%, sofreu ligeira redução de participação sobre o total das operações de crédito, alcançando 35,6%, contra 38,1% em 2004, basicamente em função da queda no volume de empréstimos a grandes empresas, cujo desempenho foi afetado pela flutuação do câmbio.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Receitas Não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2004 e 2005.

	<b>Consolidado</b>		<b>Varição percentual</b>
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 4.310	R\$ 5.137	19,2%
Ganhos sobre títulos e valores mobiliários de negociação.....	1.236	2.428	96,4
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	433	747	72,5
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio.....	269	294	9,3
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	66	186	181,8
Prêmios de seguros .....	6.764	7.805	15,4
Planos de previdência .....	374	377	0,8
Outras receitas não financeiras .....	830	582	(29,9)
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 14.282</b>	<b>R\$ 17.556</b>	<b>22,9%</b>

	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>Variação percentual</u>
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 3.885	R\$ 4.687	20,6%	R\$ 312	R\$ 416	33,3%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação .....	1.248	2.392	91,7	(12)	36	-
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	168	428	154,8	252	318	26,2
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio..	269	294	9,3	-	-	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	32	169	428,1	33	17	(48,5)
Prêmios de seguros .....	-	-	-	6.764	7.805	15,4
Planos de previdência .....	-	-	-	374	377	0,8
Outras receitas não financeiras .....	768	207	(73,0)	71	405	470,4
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 6.370</b>	<b>R\$ 8.177</b>	<b>28,4%</b>	<b>R\$ 7.794</b>	<b>R\$ 9.374</b>	<b>20,3%</b>

### ***Atividade Bancária***

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 28,4% de R\$ 6.370 milhões em 2004 para R\$ 8.177 milhões em 2005, devido, basicamente, ao aumento no resultado de títulos e valores mobiliários de negociação e ao aumento na receita de prestação de serviços.

O resultado dos títulos e valores mobiliários de negociação tiveram acréscimo de 91,7% passando de uma receita de R\$ 1.248 milhões em 2004 para uma receita de R\$ 2.392 milhões em 2005, devido principalmente aos melhores resultados obtidos com instrumentos financeiros derivativos, utilizados basicamente para proteger nossos investimentos no exterior. As receitas com prestação de serviços aumentaram em 20,6% em 2005 comparando-se a 2004, passando de R\$ 3.885 milhões em 2004 para R\$ 4.687 milhões em 2005, devido principalmente ao aumento no volume médio das operações, bem como ao aumento na base de clientes.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 20,3% em 2005 em comparação a 2004, principalmente, devido ao aumento nas receitas de prêmios de seguros.

Nas receitas com prêmios de seguros, houve um aumento de 15,4%, passando de R\$ 6.764 milhões em 2004 para R\$ 7.805 milhões em 2005, devido, principalmente, ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis, vida e de saúde.

### ***Despesas Não Financeiras***

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2004 e a 2005:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>		
Salários e benefícios .....	R\$ (4.864)	R\$ (5.198)	6,9%
Despesas administrativas .....	(4.057)	(4.447)	9,6
Amortização de ativos intangíveis .....	(278)	(302)	8,6
Sinistros retidos .....	(4.822)	(5.501)	14,1
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	(4.326)	(3.939)	(8,9)
Despesas de planos de previdência .....	(751)	(505)	(32,8)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(907)	(1.041)	14,8
Depreciação e amortização .....	(789)	(712)	(9,8)
Outras despesas não financeiras.....	(2.923)	(4.202)	43,8
<b>Total .....</b>	<b>R\$ (23.717)</b>	<b>R\$ (25.847)</b>	<b>9,0%</b>

	<b>Atividade Bancária</b>			<b>Seguros, Previdência e Capitalização</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Variação percentual</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</b>					
Salários e benefícios .....	R\$ (4.325)	R\$ (4.812)	11,3%	R\$ (480)	R\$ (359)	(25,2)%
Despesas administrativas .....	(3.722)	(4.152)	11,6	(455)	(464)	2,0
Amortização de ativos intangíveis .....	(274)	(297)	8,4	(4)	(5)	25,0
Sinistros retidos .....	-	-	-	(4.822)	(5.501)	14,1
Variação de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	-	-	-	(4.326)	(3.939)	(8,9)
Despesas de planos de previdência .....	-	-	-	(751)	(505)	(32,8)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	-	-	-	(907)	(1.055)	16,3
Depreciação e amortização .....	(728)	(630)	(13,5)	(56)	(80)	42,9
Outras despesas não financeiras.....	(2.369)	(3.527)	48,9	(400)	(520)	30,0
<b>Total.....</b>	<b>R\$ (11.418)</b>	<b>R\$ (13.418)</b>	<b>17,5%</b>	<b>R\$ (12.201)</b>	<b>R\$ (12.428)</b>	<b>1,9%</b>

### ***Atividade Bancária***

As despesas não financeiras da atividade bancária aumentaram 17,5% em 2005 em comparação a 2004, basicamente devido a aumentos nas despesas de salários e benefícios e despesas administrativas. As despesas com salários e benefícios aumentaram 11,3%, de R\$ 4.325 milhões em 2004 para R\$ 4.812 milhões em 2005 devido, em parte, ao efeito do acordo coletivo da categoria, que resultou em maiores benefícios aos empregados e maiores despesas com participações nos lucros e resultado.

As despesas administrativas aumentaram 11,6%, de R\$ 3.722 milhões em 2004 para R\$ 4.152 milhões em 2005 devido, basicamente, às maiores despesas com serviços de terceiros, principalmente pelo aumento dos volumes de negócios, bem como por investimentos na melhoria da plataforma tecnológica.

### ***Seguros, Previdência e Capitalização***

As despesas não financeiras do segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram em 1,9% em 2005 em comparação a 2004, devido, basicamente, ao aumento dos sinistros de seguros e provisões para sinistros ocorridos e não avisados, compensado pela redução na despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. Os sinistros retidos aumentaram em 14,1%, de R\$ 4.822 milhões em 2004 para R\$ 5.501 milhões em 2005, devido em grande parte ao acréscimo nas indenizações ocorridas nos ramos de seguro de automóveis, vida e seguro de saúde.

A despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar reduziu 8,9%, de R\$ 4.326 milhões em 2004 para R\$ 3.939 milhões em 2005, devido, basicamente ao aumento nos resgates dos diversos produtos de previdência.

### ***Imposto de Renda***

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34,0% desde fevereiro de 2000.

A despesa de imposto de renda aumentou 304,5% para R\$ 2.431 milhões em 2005, comparados com R\$ 601 milhões em 2004, devido em parte, ao aumento nas receitas decorrentes do resultado de hedge dos investimentos no exterior. A despesa com imposto de renda, como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, aumentou para 28,4% em 2005 em relação aos 15,5% em 2004. O acréscimo deve-se, principalmente, ao aumento do resultado tributável em 2005.

### ***Lucro Líquido***

Como resultado do anteriormente mencionado, o lucro líquido para o ano de 2005 aumentou em 89,7%, de R\$ 3.327 milhões em 2004 para R\$ 6.310 milhões em 2005.

### ***Administração de Ativos e Obrigações***

Nossa política geral sobre a administração de ativos e obrigações é a seguinte:

- administrar riscos de taxa de juros, liquidez, câmbio e vencimento para maximizar nossa receita líquida de operações financeiras e nosso retorno sobre ativos e capital, à luz de nossa política interna de gestão de riscos; e
- manter níveis adequados de liquidez e capital.

Como parte de nossa administração de ativos e obrigações, procuramos evitar descasamentos substanciais entre ativos e obrigações, fazendo coincidir, na medida do possível, a estrutura de vencimentos, moedas e taxas de juros dos empréstimos que concedemos, conforme os termos das operações, segundo as quais financiamos esses empréstimos. Respeitadas as restrições de nossa política, assumimos periodicamente posições descasadas quanto a taxas de juros, vencimentos e, em circunstâncias mais limitadas, moedas estrangeiras, quando acreditamos que essas posições se justificam em razão de condições e perspectivas de mercado.

Monitoramos nossa posição de ativos e obrigações de acordo com as exigências e diretrizes do Banco Central. O Comitê de Tesouraria de nossa Administração reúne-se semanalmente para:

- apresentar e discutir as movimentações realizadas no período;
- apresentar as exposições assumidas em cada um dos itens de nossa carteira (taxas pré-fixadas, pós-fixadas, moeda estrangeira, cupom cambial, etc.);

- estabelecer limites de exposições, com base em nossa avaliação dos riscos, apresentados por nossas posições de *gaps* das moedas, dos prazos e das taxas, e níveis atuais de volatilidade de mercado;
- estabelecer políticas de alocação de ativos e captação de recursos; e
- tomar decisões sobre a estrutura de vencimentos de nossos ativos e obrigações.

Ao tomar tais decisões, nossa Administração avalia não somente nossos limites de exposição referentes a cada segmento de mercado e produto, mas também os níveis de volatilidade do mercado e a extensão a qual estamos expostos a riscos de mercado por meio de “descasamentos” de taxas de juros, vencimentos, liquidez e moeda. Ela também considera outros riscos em potencial, bem como a liquidez do mercado, nossas necessidades institucionais e oportunidades de ganho observadas. O Comitê realiza reuniões extraordinárias, conforme necessário em resposta às alterações macroeconômicas inesperadas.

Além disso, temos dois comitês de crédito que ajudam a administrar nossos ativos e obrigações:

- o Comitê Executivo de Crédito, composto de membros de nossa Administração, que se reúne semanalmente, analisa créditos acima de R\$ 20 milhões e determina as políticas gerais que orientarão nossa Administração de ativos e obrigações até sua próxima reunião; e
- o Comitê Diário de Crédito, o qual se reúne diariamente e é responsável pela análise de créditos de até R\$ 20 milhões.

Além disso, nossa Administração recebe relatórios diários sobre nossas posições descasadas e em aberto, enquanto que o Comitê de Tesouraria avalia semanalmente nossa posição quanto a riscos.

### **Liquidez e Financiamento**

As exigências do Banco Central, quanto aos depósitos compulsórios, determinam nossos níveis mínimos de liquidez. Periodicamente revisamos nossas políticas de administração de ativos e obrigações de modo a garantir que tenhamos liquidez suficiente para honrar saques, depósitos, amortizar outras obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos nossos clientes e atender às nossas necessidades próprias de capital de giro.

Nosso Departamento de Tesouraria atua como um centro de suporte para nossos vários segmentos comerciais, administrando nossas posições de financiamento e liquidez e cumprindo nossos objetivos de investimento, de acordo com nossa política de administração de ativos e obrigações. Ele é também responsável por estabelecer as taxas de nossos produtos, inclusive operações de câmbio e interfinanceiras. O Departamento de Tesouraria cobre qualquer escassez de recursos de financiamento por meio de captação no mercado interbancário, procurando maximizar o uso eficiente de nossa base de depósitos, investindo quaisquer excedentes em instrumentos líquidos no mercado interbancário.

Temos utilizado nossa liquidez excedente para investir em títulos públicos e esperamos continuar a fazê-lo, observadas as exigências regulamentares e considerações sobre investimentos.

Nossas principais fontes de financiamento são:

- depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como depósitos interfinanceiros; e
- obrigações por empréstimos a curto e longo prazos, parte deles expressos em moedas estrangeiras.

A tabela a seguir demonstra a média dos saldos e a taxa de juros reais média de nossas fontes de captação (que incidem juros e também as que não incidem juros) nos períodos indicados:

	2004			2005			2006		
	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagem)									
	R\$90								
Depósitos interfinanceiros.....		0,1%	15,6%	R\$ 116	0,1%	18,1%	R\$ 143	0,1%	13,3%
Depósitos de poupança .....	22.499	15,1	7,4	24.728	14,5	8,2	25.590	12,4	7,5
Depósitos a prazo.....	25.159	16,9	13,2	31.002	18,1	15,8	34.461	16,7	12,5
<b>Obrigações que incidem juros:</b>									
Captações no mercado aberto ....	18.070	12,1	13,2	19.139	11,2	20,2	27.821	13,5	13,5
Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	8.442	5,7	(1,0)	7.164	4,2	(2,6)	5.741	2,8	0,9
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	17.839	12,0	9,1	20.764	12,2	8,8	27.289	13,2	10,3
<b>Total de obrigações sobre as quais incidem juros.....</b>	<b>92.099</b>	<b>61,9</b>	<b>9,7%</b>	<b>102.913</b>	<b>60,3</b>	<b>12,1%</b>	<b>121.045</b>	<b>58,7</b>	<b>10,6%</b>
<b>Obrigações que não incidem juros:</b>									
Depósitos à vista .....	13.369	9,0		15.227	8,9		17.432	8,4	
Outras obrigações que não incidem juros <sup>(1)</sup> .....	43.346	29,1		52.537	30,8		67.989	32,9	
<b>Total de obrigações que não incidem juros.....</b>	<b>56.715</b>	<b>38,1</b>		<b>67.764</b>	<b>39,7</b>		<b>85.421</b>	<b>41,3</b>	
<b>Total do passivo .....</b>	<b>R\$ 148.814</b>	<b>100,0%</b>		<b>R\$ 170.677</b>	<b>100,0%</b>		<b>R\$ 206.466</b>	<b>100,0%</b>	

(1) Outras obrigações que não incidem juros, que são basicamente compostas por provisão técnica de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização, contratos de investimentos de previdência e provisão para obrigações contingentes, que não são recursos de captação.

Os depósitos são a nossa fonte de captação mais importante, representando 41,1% do saldo médio das obrigações em 2004, comparado com 41,6% em 2005 e 37,6% em 2006. Em 2004, tivemos um acréscimo de 7,8% no saldo médio de nossos depósitos, porém, tivemos pequena redução quando comparamos como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido ao aumento em outras fontes de captação, as quais podemos destacar obrigações por empréstimos de longo prazo que tiveram seu saldo médio aumentado em 8,7%, captações no mercado aberto com aumento no saldo médio de 16,7% e ao aumento em outras obrigações que não rendem juros, cujo aumento no saldo médio foi de 17,8%. Em 2005, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 16,3% em relação a 2004, porém manteve-se estável como a porcentagem do total das obrigações, devido ao aumento em outras fontes de captação, destacando-se o acréscimo de 16,4% nas obrigações por empréstimos de longo prazo e o aumento de 21,2% em outras obrigações que não rendem juros. Em 2006, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 9,2% em relação a 2005, porém, tivemos pequena redução quando comparamos como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido ao aumento em outras fontes de captação, destacando-se o acréscimo de 45,4% nas captações no mercado aberto e ao aumento de 29,4% no saldo médio de outras obrigações que não rendem juros.

Empréstimos de curto e longo prazos são nossa segunda principal fonte de captação, representando 17,7% do total médio das obrigações de 2004, comparado com 16,4% em 2005 e 16,0%

em 2006. Em 2005 e 2006, nosso saldo médio de empréstimos de curto e longo prazo aumentou, porém houve queda quando comparado como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido principalmente ao acréscimo em outras fontes de captação.

A tabela a seguir demonstra nossas fontes de captação e liquidez, em 31 de dezembro de 2006:

	<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>	
	<b>R\$ milhões</b>	<b>% do total</b>
Depósitos interfinanceiros.....	R\$ 290	0,1%
Depósitos de poupança.....	27.613	11,9
Depósitos a prazo.....	34.941	15,0
Captações no mercado aberto.....	42.875	18,4
Empréstimos de curto prazo.....	5.709	2,5
Empréstimos de longo prazo.....	30.122	12,9
<b>Total das obrigações que incidem juros .....</b>	<b>141.550</b>	<b>60,8</b>
Depósitos à vista .....	21.081	9,1
Outras obrigações que não incidem juros.....	70.083	30,1
<b>Total das obrigações que não incidem juros .....</b>	<b>91.164</b>	<b>39,2</b>
<b>Total de obrigações .....</b>	<b>R\$ 232.714</b>	<b>100,0%</b>

### ***Depósitos***

Os depósitos responderam por aproximadamente 36,1% do total de obrigações em 31 de dezembro de 2006. Nossos depósitos consistem basicamente de depósitos a prazo e de poupança, expressos em reais e com juros, bem como os depósitos à vista, sobre os quais não incidem juros, também expressos em reais. O aumento nos saldos médios de nossos depósitos a prazo, de poupança e à vista de 31 de dezembro de 2005 para 31 de dezembro de 2006 foi devido, aumento na base de clientes. Em 31 de dezembro de 2005, possuíamos aproximadamente 16,5 milhões de contas correntes e 35,1 milhões de contas de poupança, em comparação a aproximadamente 16,8 milhões de contas correntes e 35,2 milhões de contas de poupança em 31 de dezembro de 2006. Para informações adicionais sobre nossos depósitos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Vencimento dos Depósitos”.

### ***Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo***

Os empréstimos de curto prazo em moedas estrangeiras são constituídos, principalmente, de linhas obtidas junto a bancos correspondentes para o financiamento de importação e exportação, bem como emissões de *CDs*. Temos continuamente tido acesso a empréstimos de curto prazo nas condições de mercado.

O Bradesco não tem nenhuma linha de crédito ou serviços de crédito sem uso, visto ao fato de não mantermos nenhuma linha de crédito pré-aprovada com outras instituições financeiras.

Nossos serviços de crédito podem ser impactados por vários fatores, incluindo rebaixamentos em nossa classificação, flutuações nas taxas cambiais brasileiras e taxa básica de juros, taxas elevadas de inflação, desvalorização da moeda e acontecimentos adversos na economia brasileira e mundial. Para mais informações sobre os riscos que um efeito adverso poderia ter sobre nossos serviços de crédito, veja “Item 3 - Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Brasil” e “Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos obrigações por empréstimo de curto prazo (até 360 dias) em um total de R\$ 5.709 milhões, uma redução de R\$ 1.357 milhões em relação a 31 de dezembro de 2005. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo diminuíram à medida que a

demanda de “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano caiu 54,0%, de R\$ 2.661 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 1.225 milhões em 31 de dezembro de 2006, devido à redução nas captações nesta modalidade, conjugada pela valorização do real com relação ao dólar em 2006. Nossas operações de financiamento à importação e à exportação permaneceu praticamente estável em 2006.

Em 31 de dezembro de 2005, tínhamos obrigações por empréstimo de curto prazo (até 360 dias) em um total de R\$ 7.066 milhões, uma redução de R\$ 1.206 milhões em relação a 31 de dezembro de 2004. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo diminuíram à medida que a demanda de financiamentos à importações e exportações, os quais financiamos através de obrigações por empréstimos de curto prazo, diminuiu de R\$ 5.340 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 4.405 milhões em 31 de dezembro de 2005. A redução foi devida, em grande parte, à valorização do real em 2005. Nosso saldo de “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano caiu 8,9%, de R\$ 2.920 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 2.661 milhões em 31 de dezembro de 2005, devido à redução nas captações nesta modalidade, conjugada pela valorização do real com relação ao dólar em 2005.

Nossas linhas de crédito de financiamento ao comércio exterior oriundas de bancos correspondentes são substancialmente expressas em dólares norte-americanos. Historicamente temos financiado uma parcela expressiva de nossos empréstimos comerciais em moeda estrangeira com linhas de crédito junto a bancos estrangeiros correspondentes.

Para informações adicionais sobre os nossos empréstimos de curto prazo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo” e “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado - Análise de Sensibilidade”.

#### ***Obrigações por Empréstimos de Longo Prazo***

Classificamos como “de longo prazo” todas as obrigações por empréstimos não classificados no curto prazo. As obrigações por empréstimos de longo prazo consistem basicamente de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestados de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações e equipamentos, bem como de nossas dívidas subordinadas, *Euronotes* e empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2006, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$ 30.122 milhões, um acréscimo de R\$ 6.806 milhões desde 31 de dezembro de 2005. O aumento em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível ao aumento de R\$ 5.230 milhões de dívida subordinada, decorrente, basicamente, da emissão de CDB subordinado, sendo que essa dívida subordinada rende juros a uma taxa pós-fixada.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$ 23.316 milhões, um acréscimo de R\$3.663 milhões desde 31 de dezembro de 2004. O aumento em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuída (1) ao aumento de R\$ 2.625 milhões em nossas captações em debêntures, (2) ao acréscimo de R\$ 1.072 milhões em nossa captação em repasses de recursos internos e (3) ao aumento de R\$ 746 milhões de dívida subordinada, decorrente, basicamente, da emissão de dívida perpétua, sendo que essa dívida subordinada rende juros a uma taxa fixa. Tal aumento foi compensado em parte pela redução de R\$ 879 milhões em títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito, em função do resgate antecipado de parte da operação. Com esse resgate, o saldo total em aberto desses títulos era de R\$ 1.776 milhões em 31 de dezembro de 2005.

Também incluídas em nossas obrigações por empréstimo de longo prazo estão os títulos de valores mobiliários, de médio e longo prazo, inclusive por meio de nosso programa para emissão de títulos de médio prazo. Esse programa nos permite emitir até US\$ 2,5 bilhões (ou o seu equivalente



em outras moedas) em títulos de médio prazo, por meio de nossas agências em Grand Cayman, Nova Iorque e da Matriz no Brasil. O programa estabelece que os títulos sejam quirografários, não subordinados, e se classifiquem no mesmo nível de toda nossa dívida externa, atual e futura, não garantida e não subordinada. Os títulos emitidos sob o programa têm vencimentos de dois anos ou mais, a partir da data de sua emissão e rendem juros a uma taxa fixa. Podemos oferecer para venda os títulos emitidos nos termos do programa a compradores institucionais qualificados nos Estados Unidos, segundo a Regra 144 A da Lei de Valores Mobiliários dos EUA, ou a pessoas não americanas fora dos EUA, de acordo com o Regulamento “S” dessa Lei de Valores Mobiliários.

Tínhamos US\$ 525,9 milhões em aberto em 31 de dezembro de 2006 e US\$ 674,6 milhões em aberto em 31 de dezembro de 2005 emitidos sob o nosso programa de títulos de médio prazo, sendo que US\$ 325,9 milhões dos títulos em aberto em 31 de dezembro de 2006 foram emitidos durante 2004 e US\$ 200 milhões em 2005. Apesar de o programa nos permitir a emissão de até US\$ 2,5 bilhões em títulos de médio prazo, nossa capacidade de emitir o saldo remanescente sob o programa depende da existência de demanda para estes recursos.

Em agosto de 2003, emitimos duas séries de títulos garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior com vencimento até 2010, em um montante agregado de US\$ 400 milhões. Em julho de 2004, emitimos nova série no valor US\$ 100 milhões com vencimento em 2012. Em agosto de 2005, resgatamos antecipadamente uma das séries emitidas em 2003 no valor de US\$ 200 milhões. As séries que continuaram em aberto em 31 de dezembro de 2006 rendem juros a uma taxa de juros fixa.

Em dezembro de 2001, abril de 2002, outubro de 2003 e abril de 2004, emitimos através de nossa agência em Grand Cayman títulos de dívida subordinada com prazo de 10 anos respectivamente nos valores de US\$ 150 milhões, JP¥ 17,5 bilhões, US\$ 500 milhões e EUR 225 milhões. Em junho de 2005, emitimos US\$ 300 milhões em títulos perpétuos subordinados júnior não-cumulativos, pelos quais pagamos trimestralmente aos investidores juros a uma taxa fixa.

Utilizamos o produto de nossas emissões de dívida de longo prazo, para fins de repasse em geral, principalmente a nossos clientes brasileiros. A diferença entre os juros que pagamos sobre nossas obrigações por empréstimos e os juros que cobramos de nossos clientes, conhecida como “*spread*”, depende do prazo dos mesmos, de nossa avaliação do risco do cliente e da situação geral da economia brasileira. Com exceção de nossos repasses locais, não existem restrições regulamentares ao uso de nossos empréstimos.

Para informações adicionais sobre nossas obrigações por empréstimo de longo prazo, veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado - Análise de Sensibilidade” e a nota 14 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

### ***Depósitos Compulsórios no Banco Central***

Por exigência do Banco Central, somos obrigados, na qualidade de instituição financeira, a depositar um determinado valor de recursos no Banco Central ou a comprar e deter valores mobiliários do Tesouro Nacional. Não podemos utilizar esses depósitos compulsórios para qualquer outro fim. O Banco Central determina os juros a serem pagos sobre esses depósitos, se houver. Para mais informações sobre exigências de depósitos compulsórios, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia – Atividade Bancária - Captação de Depósitos”.

Tínhamos depósitos compulsórios no valor de R\$ 23.461 milhões em 31 de dezembro de 2006, um acréscimo de 8,2% em relação a 31 de dezembro de 2005, basicamente, devido ao aumento no volume dos depósitos. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de nossos depósitos compulsórios era de R\$ 21.686 milhões, um aumento de 7,3% comparado com 31 de dezembro de 2004, basicamente, devido ao aumento no volume dos depósitos.

### **Fontes de Liquidez Adicional**

Apesar de não mantermos linhas de crédito pré-aprovadas sem uso, nossa forte presença no mercado brasileiro e a boa imagem no mercado internacional de crédito nos tornam aptos para obter recursos nas condições do mercado, se necessário. Apesar do programa de “MTN” (*Medium-Term Notes* – Títulos de Médio Prazo) não ser uma linha de crédito pré-aprovada garantida e nossa capacidade de emitir títulos de acordo com o programa a qualquer momento depender da existência de demanda por tais títulos, como uma questão geral, o programa pode facilitar o acesso ao mercado internacional de crédito, a depender da conjuntura de mercado, no qual podemos captar a juros mais baixos e prazos mais longos que no mercado brasileiro. Adicionalmente, podemos acessar o mercado de capitais internacional para a captação de recursos a prazos mais longos sob nosso programa vigente de títulos garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior.

Finalmente, em algumas circunstâncias limitadas, nós podemos obter fundos emergenciais do Banco Central, através de uma transação referida como redesconto. Um redesconto é uma operação de crédito do Banco Central para uma instituição financeira, que é garantido por títulos do Governo Federal que a instituição possui. O montante dos títulos do Governo Federal mantido pela instituição financeira como títulos mobiliários de negociação limita o valor das transações de redesconto. Nós nunca precisamos captar do Banco Central através de transações de redesconto com o objetivo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2006, nós tínhamos R\$ 31.150 milhões em títulos do Governo Federal como títulos e valores mobiliários de negociação que poderiam ser usados para essa finalidade.

### **Fluxos de Caixa**

Durante 2004, 2005 e 2006, nosso fluxo de caixa foi, basicamente, afetado pelas alterações no ambiente econômico brasileiro. A tabela a seguir demonstra as principais variações nos fluxos de saída de caixa durante os períodos indicados:

	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais.....	R\$ 13.496	R\$ 4.207	R\$ (14.974)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento .....	(15.815)	(20.423)	(21.828)
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de financiamento .....	(3.285)	13.909	29.203
<b>Aumento / (redução) em caixa e equivalentes à caixa, líquido.....</b>	<b><u>R\$ (5.604)</u></b>	<b><u>R\$ (2.307)</u></b>	<b><u>R\$ (7.599)</u></b>

### **2004**

Durante 2004, tivemos uma redução líquida de R\$ 5.604 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente às nossas atividades de investimento, R\$ 15.815 milhões e de nossa atividade de financiamento de R\$ 3.285 milhões, que foi compensado pelos R\$ 13.496 milhões provenientes de nossas atividades operacionais.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2004 resultou, principalmente, do uso de R\$ 7.567 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e do uso de R\$ 9.287 milhões em operações de crédito, bem como um aumento líquido em depósitos compulsórios de R\$ 2.023 milhões devido basicamente ao aumento no volume de depósitos, que foi compensado por R\$ 3.290 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2004 resultou basicamente de uma redução líquida de R\$ 11.328 milhões em nossas operações de captações no mercado aberto, refletindo nosso deslocamento durante 2004 para outras fontes de captações, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$ 1.273 milhões, compensado pelo impacto do aumento líquido de R\$ 9.395 milhões em captações de depósitos.

## **2005**

Durante 2005, tivemos uma redução líquida de R\$ 2.307 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente aos R\$ 20.423 milhões usados em nossas atividades de investimento, que foi parcialmente compensada por R\$ 13.909 milhões provenientes de nossa atividade de financiamento e por R\$ 4.207 milhões provenientes de nossas atividades operacionais.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2005 resultou, principalmente, do uso de R\$ 4.435 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e do uso de R\$ 20.169 milhões em operações de crédito, que foi compensado por R\$ 5.034 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2005 resultou basicamente de um acréscimo líquido de R\$ 6.354 milhões em nossas transações envolvendo captações no mercado aberto, bem como o aumento líquido de R\$ 6.397 milhões em captações de depósitos, principalmente, depósitos a prazo, e do aumento de nossos empréstimos de longo prazo de R\$ 3.531 milhões, líquido dos respectivos pagamentos, compensado parcialmente pelo impacto do pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 1.559 milhões e uma redução em nossas operações de empréstimo de curto prazo de R\$ 1.302 milhões, decorrente da liquidação de operações de empréstimos e financiamentos.

## **2006**

Durante 2006, tivemos uma redução líquida de R\$ 7.599 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente aos R\$ 21.828 milhões usados em nossas atividades de investimento e por R\$ 14.974 milhões utilizados em nossas atividades operacionais, que foi compensado parcialmente por R\$ 29.203 milhões provenientes de nossas atividades financiamento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2006 resultou, principalmente, do uso de R\$ 8.796 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e do uso de R\$ 17.394 milhões em operações de crédito, que foi compensado por R\$ 7.019 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2006 resultou basicamente de um acréscimo líquido de R\$ 19.557 milhões em nossas transações envolvendo captações no mercado aberto, bem como o aumento líquido de R\$ 6.639 milhões em captações de depósitos, principalmente depósitos à vista, e do aumento de nossos empréstimos de longo prazo de R\$ 6.587 milhões, líquido dos respectivos pagamentos, compensado parcialmente pelo impacto do pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 3.334 milhões e pela redução em nossas operações de empréstimo de curto prazo de R\$ 1.431 milhões, decorrente da liquidação de operações de *commercial paper*.

## **Cumprimento de Exigências Referentes à Capital**

O Acordo da Basiléia I exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8,0%. Pelo menos metade do capital total deve consistir de Capital Nível I. O Capital Nível I, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, sujeitas a certas limitações.

A regulamentação bancária brasileira difere dos regulamentos do Acordo da Basileia de várias maneiras. A regulamentação bancária brasileira:

- exige um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de risco de 11,0%;
- não permite que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital;
- diferentes categorias específicas de ponderação de risco;
- impõe uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso no ativo permanente sobre os limites impostos pelo Banco Central; e
- limita a emissão de dívidas subordinadas em 50,0% do Capital Nível I.

As exigências para adequação de capital podiam ser medidas tanto em bases consolidadas quanto em bases não consolidadas até 31 de julho de 2000. A partir de 31 de julho de 2000, nós medimos nossa adequação de capital em base consolidada, de acordo com as regras do Banco Central. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras” para uma análise mais detalhada das exigências de adequação de capital no Brasil.

A tabela a seguir demonstra nossas posições de capital como uma porcentagem do total de ativos de risco ponderado, bem como nossas necessidades de capital mínimo segundo as leis brasileiras, relativamente às datas indicadas. A tabela e as informações que seguem estão baseadas nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil:

	<b>Em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
	<b>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</b>		
Capital - Nível I.....	11,7%	11,5%	11,6%
Capital - Nível II .....	4,4	3,7	4,9
Capital Total.....	16,1%	15,2%	16,5%
Capital disponível, segundo a regulamentação.....	R\$ 20.907	R\$ 25.658	R\$ 35.046
Capital mínimo exigido, segundo a regulamentação .....	14.306	18.532	23.399
<b>Excedente ao capital mínimo exigido .....</b>	<b>R\$ 6.601</b>	<b>R\$ 7.126</b>	<b>R\$ 11.647</b>

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$ 25.658 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 35.046 milhões em 31 de dezembro de 2006, foi devido basicamente (i) aos R\$ 4.121 milhões referentes às captações em dívida subordinada, (ii) aos R\$ 1.218 milhões relativos a aumento de capital, (iii) ao ajuste positivo de R\$ 1.137 milhões relativo a ganhos não realizados em investimentos classificados como disponíveis para venda e (iv) R\$ 2.895 milhões relativos à capitalização do lucro, após distribuição de dividendos/JCP (“juros sobre o capital próprio”). Esses fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos da redução de R\$ 23 milhões para aquisição de ações em tesouraria.

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$ 20.907 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 25.658 milhões em 31 de dezembro de 2005, foi devido basicamente (i) aos R\$ 628 milhões referentes às captações em dívida subordinada, (ii) aos R\$ 737 milhões relativos a aumento de capital, (iii) ao ajuste positivo de R\$ 50 milhões relativo a ganhos não realizados em investimentos classificados como disponíveis para venda e (iv) R\$ 3.633 milhões relativos à capitalização do lucro, após distribuição de dividendos/JCP (“juros sobre o capital próprio”). Esses fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos da redução de R\$ 14 milhões

em nossa participação minoritária, em função da aquisição da participação minoritária dos acionistas da Bradesco Seguros e de R\$ 225 milhões para aquisição de ações em tesouraria.

O excedente sobre o capital mínimo exigido era de R\$ 11.647 milhões em 31 de dezembro de 2006, comparado a R\$ 7.126 milhões em 2005.

Em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, estávamos cumprindo todas as exigências de capital mínimo, determinadas pelo Banco Central. Para uma descrição de nossas necessidades de capital e da regulamentação do Banco Central sobre adequação de capital, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras”.

Durante os últimos anos, mantivemos uma posição significativa em instrumentos de curto prazo, de alta liquidez, que em geral têm um risco ponderado zero ou baixo, dessa forma eliminando ou reduzindo de modo significativo a necessidade de manter capital contra esses ativos. Essa posição reflete o ambiente de crédito restritivo que prevaleceu no Brasil entre 2002 e 2003. Se fôssemos aumentar significativamente nossa carteira de empréstimos, seríamos obrigados a manter capital contra esses ativos, o que, dependendo da posição de capital na ocasião, poderia reduzir nosso capital como uma porcentagem dos ativos de risco ponderado.

### **Sensibilidade das Taxas de Juros**

A gestão da sensibilidade das taxas de juros constitui um componente chave de nossa política sobre ativo e passivo. A sensibilidade das taxas de juros é a relação entre as taxas de juros de mercado e a receita líquida de juros devida até o vencimento ou características de repactuação de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros. Relativamente a qualquer período específico, a estrutura de preços é considerada equilibrada quando um valor igual desses ativos ou obrigações vence ou é repactuado nesse período. Qualquer desequilíbrio entre ativos que rendem juros e obrigações que incidem juros é conhecido como uma posição de *gap* (diferença). Um *gap* negativo indica sensibilidade do passivo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito negativo sobre a receita financeira líquida. Ao contrário, um *gap* positivo indica sensibilidade do ativo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito positivo sobre a receita financeira líquida. Essas relações podem alterar-se significativamente de um dia para o outro, em decorrência tanto de forças de mercado quanto de decisões da Administração.

Nossa estratégia quanto à sensibilidade de taxas de juros leva em consideração:

- taxas de retorno;
- o grau de risco subjacente; e
- exigências de liquidez, inclusive reservas bancárias mínimas exigidas pela regulamentação, índices de liquidez obrigatórios, retirada e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional de recursos.

Monitoramos nossos descasamentos e posições relativos a vencimentos e os administramos dentro de limites estabelecidos. Nosso Comitê de Tesouraria analisa nossas posições pelo menos uma vez por semana e altera nossas posições à medida em que as perspectivas do mercado se alteram.

A tabela a seguir indica os vencimentos de nossos ativos que rendem juros e nossas obrigações sobre as quais incidem juros em 31 de dezembro de 2006, e pode não refletir posições de *gaps* de taxas de juros em outros momentos. Além disso, podem existir variações na sensibilidade de taxas de juros dentro dos períodos apresentados devido a diferentes datas de repactuação. Também podem ocorrer variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxas de juros são detidas.

Em 31 de dezembro de 2006							
	Até 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Ativos que rendem juros:</b>							
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)							
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	R\$ 3.961	R\$ 712	R\$ 1.445	R\$ 944	R\$ 1.306	R\$ 550	R\$ 8.918
Aplicações em operações compromissadas .....	4.986	9	2.078	3.877	671	3.028	14.649
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	15.774	324	477	217	223	-	17.015
Títulos e valores mobiliários de negociação...	50.709	1.372	2.164	1.572	2.314	4.604	62.735
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	114	46	80	83	2.616	17.515	20.454
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	37	-	-	-	-	3.228	3.265
Operações de crédito .....	16.334	15.713	14.618	16.130	22.787	8.069	93.651
Outros ativos .....	-	-	-	-	-	404	404
<b>Total de ativos que rendem juros.....</b>	<b>91.915</b>	<b>18.176</b>	<b>20.862</b>	<b>22.823</b>	<b>29.917</b>	<b>37.398</b>	<b>221.091</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>							
Depósitos interfinanceiros .....	202	53	14	21	-	-	290
Depósitos de poupança.....	27.613	-	-	-	-	-	27.613
Depósitos a prazo .....	2.352	2.447	3.310	3.456	20.954	2.422	34.941
Captações no mercado aberto.....	24.727	384	626	1.730	13.675	1.733	42.875
Obrigações por empréstimos de curto prazo ..	1.058	1.403	1.287	1.729	232	-	5.709
Obrigações por empréstimos de longo prazo..	703	719	1.655	3.583	7.302	16.160	30.122
<b>Total de passivos que incidem juros .....</b>	<b>56.655</b>	<b>5.006</b>	<b>6.892</b>	<b>10.519</b>	<b>42.163</b>	<b>20.315</b>	<b>141.550</b>
Gap ativo/passivo .....	35.260	13.170	13.970	12.304	(12.246)	17.083	R\$ 79.541
Gap cumulativo .....	R\$ 35.260	R\$ 48.430	R\$ 62.400	R\$ 74.704	R\$ 62.458	R\$ 79.541	
Índice gap cumulativo / total de ativos que rendem juros.....	15,95%	21,91%	28,22%	33,79%	28,25%	35,98%	

### Sensibilidade de Taxas de Câmbio

A maioria de nossas operações é expressa em reais. Nossa política é evitar descasamentos substanciais em taxas de câmbio. Contudo, de um modo geral, temos em aberto, em qualquer momento específico, obrigações de longo prazo expressas e indexadas a moedas estrangeiras, principalmente, o dólar norte-americano. Tínhamos R\$ 5.632 milhões de obrigações de longo prazo em aberto em 31 de dezembro de 2006. Nessa data, nossa exposição passiva de moeda estrangeira líquida era de R\$ 4.954 milhões, ou 18,7% do patrimônio líquido. A exposição de moeda estrangeira líquida consolidada é a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados fora do balanço patrimonial.

Nossa posição de moeda estrangeira resulta, basicamente, de nossas compras e vendas de moeda estrangeira (basicamente dólares norte-americanos) de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e nos mercados monetários a termo e à vista. O Banco Central regulamenta nossas posições máximas de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

A composição de nosso ativo, passivo e patrimônio líquido por moeda e prazo em 31 de dezembro de 2006 é demonstrada a seguir. Nossos ativos em moeda estrangeira são, em grande parte, expressos em reais, mas são indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. A maioria de nossos passivos em moeda estrangeira é representado principalmente pelo dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2006

	R\$	Moeda estrangeira	Total	Moeda estrangeira como uma percentagem do total
(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
<b>Ativo:</b>				
Caixa e equivalentes a caixa.....	R\$ 4.571	R\$ 177	R\$ 4.748	3,7%
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	6.302	2.616	8.918	29,3
Aplicações em operações compromissadas .....	13.584	1.065	14.649	7,3
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	23.449	12	23.461	0,1
Títulos e valores mobiliários de negociação:				
Menos de um ano .....	27.090	178	27.268	0,7
De um a três anos .....	2.290	24	2.314	1,0
Mais de três anos .....	3.035	1.569	4.604	34,1
Indeterminado <sup>(1)</sup> .....	28.549	-	28.549	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:				
Menos de um ano .....	286	37	323	11,5
De um a três anos .....	2.608	8	2.616	0,3
Mais de três anos .....	14.825	2.690	17.515	15,4
Indeterminado.....	3.425	-	3.425	-
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:				
Menos de um ano .....	-	37	37	100,0
De um a três anos .....	-	-	-	-
Mais de três anos .....	2.188	1.040	3.228	32,2
Operações de crédito:				
Menos de um ano .....	49.271	10.050	59.321	16,9
De um a três anos .....	19.760	3.027	22.787	13,3
Mais de três anos .....	5.877	2.192	8.069	27,2
Indeterminado <sup>(2)</sup> .....	7.758	-	7.758	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos .....	527	-	527	-
Imobilizado de uso, líquido .....	2.997	3	3.000	0,1
Ágio.....	667	-	667	-
Ativos intangíveis, líquido.....	1.623	-	1.623	-
Outros ativos:				
Menos de um ano .....	11.077	204	11.281	1,8
De um a três anos .....	6.813	-	6.813	-
Mais de três anos .....	2.322	-	2.322	-
Provisão para perdas com operações de crédito .....	(6.541)	(11)	(6.552)	0,2
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 234.353</b>	<b>R\$ 24.918</b>	<b>R\$ 259.271</b>	<b>9,6%</b>
Percentagem do total de ativos .....	90,4%	9,6%	100,0%	
<b>Passivo e Patrimônio Líquido:</b>				
Depósitos:				
Menos de um ano .....	R\$ 57.180	R\$ 3.369	R\$ 60.549	5,6%
De um a três anos .....	20.942	12	20.954	0,1
Mais de três anos .....	2.354	68	2.422	2,8
Captação no mercado aberto.....	41.953	922	42.875	2,2
Obrigações por empréstimos de curto prazo:				
Menos de um ano .....	-	5.477	5.477	100,0
De um a três anos .....	-	232	232	100,0
Obrigações por empréstimos de longo prazo:				
Menos de um ano .....	5.173	1.487	6.660	22,3
De um a três anos .....	7.096	206	7.302	2,8
Mais de três anos .....	12.221	3.293	15.514	21,2
Indeterminado.....	-	646	646	100,0
Outras obrigações:				
Menos de um ano .....	51.925	852	52.777	1,6
De um a três anos .....	16.642	191	16.833	1,1
Mais de três anos .....	457	16	473	3,4
Participações minoritárias nas controladas .....	93	-	93	-
Patrimônio líquido.....	26.464	-	26.464	-
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 242.500</b>	<b>R\$ 16.771</b>	<b>R\$ 259.271</b>	<b>6,5%</b>
Percentagem do total do passivo e patrimônio líquido .....	93,5%	6,5%	100,0%	

(1) Representado por aplicações em fundos mútuos de investimentos, que não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez.

(2) Representado basicamente por créditos de curso anormal.

Os instrumentos financeiros derivativos, representados na tabela a seguir, estão na mesma base das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Nosso caixa e equivalentes a caixa em moeda estrangeira são representados, principalmente, por dólares norte-americanos. Os valores expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, também são indexados ao dólar norte-americano através de *swaps* de moeda, limitando efetivamente nossa exposição em moedas estrangeiras somente ao dólar norte-americano.

Celebramos contratos de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo com contrapartes selecionadas para administrar nossa exposição global, bem como para ajudar os clientes a administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. Para informações mais detalhadas sobre esses contratos de instrumentos financeiros derivativos, veja nota 22(b) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

A composição de nossos instrumentos financeiros fora do balanço patrimonial por moeda, em 31 de dezembro de 2006, é demonstrada na tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2006		
	Valores de Referência		
	R\$	Moeda estrangeira	Total
(Em milhões de reais)			
<b>Instrumentos financeiros derivativos fora do balanço patrimonial:</b>			
Contratos de futuros a taxas de juros:			
Compras .....	R\$ 765	-	R\$ 765
Vendas .....	37.457	-	37.457
Contratos de futuros em moeda estrangeira:			
Compras .....	-	R\$ 3.959	3.959
Vendas .....	-	14.439	14.439
Contratos futuros – outros:			
Vendas .....	54	-	54
Contratos de opções em moeda estrangeira:			
Compras .....	-	540	540
Vendas .....	-	472	472
Contratos a termo sobre taxas de juros:			
Vendas .....	369	-	369
Contratos a termo sobre moeda estrangeira:			
Compras .....	-	1.243	1.243
Vendas .....	-	475	475
Contratos de <i>swaps</i> :			
Posição Ativa:			
<i>Swaps</i> de taxas de juros .....	9.237	-	9.237
<i>Swaps</i> de moedas .....	-	4.070	4.070
Posição Passiva:			
<i>Swaps</i> de taxas de juros .....	R\$ 2.408	-	2.408
<i>Swaps</i> de moedas .....	-	R\$ 10.775	R\$ 10.775



## Investimentos

Nos últimos três anos, fizemos e esperamos continuar a fazer investimentos significativos relacionados às melhorias e inovações em tecnologia e na Internet, destinados a manter e aumentar nossa infra-estrutura de tecnologia, a fim de aumentar nossa produtividade, acessibilidade e eficácia em termos de custos e a nossa reputação como líder em inovação tecnológica no setor de serviços financeiros. Fizemos investimentos significativos em desenvolvimento de sistemas, equipamentos de processamento de dados e outras tecnologias destinados a incrementar essas metas. Esses investimentos foram em sistemas e tecnologia, tanto para uso em nossas operações quanto para uso pelos clientes.

A tabela a seguir demonstra nossos investimentos contabilizados como ativos fixos nos períodos indicados:

	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>
	(Em milhões de reais)		
<b>Infra-estrutura:</b>			
Terrenos e edificações.....	R\$ 43	R\$ 59	R\$ 62
Móveis e equipamentos.....	107	76	152
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros .....	52	68	100
Outros .....	28	15	18
<b>Total .....</b>	<b>230</b>	<b>218</b>	<b>332</b>
<b>Tecnologia da Informação:</b>			
Desenvolvimento de sistemas .....	240	200	274
Equipamentos de processamento de dados .....	643	488	603
<b>Total .....</b>	<b>883</b>	<b>688</b>	<b>877</b>
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 1.113</b>	<b>R\$ 906</b>	<b>R\$ 1.209</b>

Durante 2006, efetuamos investimentos no valor de R\$ 1.712 milhões, dos quais R\$ 1.209 milhões foram relacionados com a aquisição de ativos e R\$ 503 milhões com gastos com serviços de telecomunicações e de processamento de dados. Durante o 1º trimestre de 2007, investimos R\$ 475 milhões.

Acreditamos que os investimentos de 2007 a 2009 não serão substancialmente maiores do que os níveis de dispêndios históricos e estimamos que, de acordo com a nossa prática durante os últimos anos, nossos investimentos de 2007 a 2009 serão custeados com nossos próprios recursos. Nenhuma garantia pode ser dada, porém, de que os investimentos serão efetuados e, se efetuados, de que esses dispêndios serão feitos nos valores atualmente esperados.

## Transações Registradas em Contas de Compensação

Todas nossas garantias financeiras registradas em contas de compensação estão descritas em “- Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação”. Nenhuma de nossas transações registradas em contas de compensação são do tipo daquelas que devemos fornecer divulgações, conforme o Item 5.E. do Formulário 20-F.

## Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças

Além do nosso programa de inovação tecnológica, não possuímos políticas ou projetos significativos com relação à pesquisa e ao desenvolvimento, e não possuímos patentes ou licenças.

## **Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários**

### **Administração do Banco Bradesco**

Somos administrados por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração estabelece a estratégia corporativa e as políticas, além de supervisionar e monitorar a Diretoria Estatutária. Por sua vez, a Diretoria Estatutária implementa a estratégia e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, além de ser responsável pela administração cotidiana do Banco.

A Diretoria Estatutária é atualmente composta por (i) uma Diretoria Executiva e (ii) pelos Diretores Departamentais e Regionais. A Diretoria Executiva é composta do presidente, oito vice-presidentes e doze diretores gerentes.

Nosso Conselho de Administração, com oito membros, se reúne ordinariamente a cada noventa dias e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo responsável por:

- aprovar, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós;
- estabelecer nossa estratégia corporativa;
- revisar nossos planos e políticas de negócios; e
- supervisionar e monitorar as atividades de nossa Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria, conforme especificado na seção 3(a)(58) do *Securities Exchange Act of 1934* para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria ou não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós.

A Diretoria Executiva se reúne semanalmente e é responsável por:

- implementar a estratégia e políticas estabelecidas por nosso Conselho de Administração; e
- nossa administração cotidiana.

Vários membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também desempenham funções na Administração Sênior em nossas subsidiárias, inclusive na Bradesco Seguros, Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização, Bram - Bradesco Asset Management S.A. DTVM, Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco Finasa, Bradesco Administradora de Consórcios, Banco Bradesco BBI S.A., Bradesco Saúde e Bradesco Leasing. Cada uma dessas subsidiárias tem a sua própria estrutura administrativa.

Em 9 de junho de 2003, foi firmado um acordo entre nossos acionistas Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, Fundação Bradesco e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA (“Acordo de Acionistas”), através do qual ficou estabelecido que enquanto o BBVA mantiver percentual de participação igual ou superior a 3,94% do capital votante do Banco Bradesco S.A., os acionistas controladores deverão assegurar ao BBVA o direito de eleger um membro do Conselho de Administração do Bradesco, bem como um Diretor Estatutário, envolvido com o mercado europeu. Ainda, caso o BBVA tenha interesse em vender, no todo ou em parte, suas ações, deverá notificar os controladores do Bradesco, que terão o direito de preferência na aquisição das ações ofertadas. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia – História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

Na forma da legislação brasileira, todos os membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram aprovados pelo Banco Central.

A seguir estão as biografias dos atuais membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

#### **Membros do Conselho de Administração:**

**Lázaro de Mello Brandão, Presidente do Conselho:** Nascido em 15 de junho de 1926. Economista e Administrador. Iniciou a carreira em setembro de 1942, como Escriturário, na Casa Bancária Almeida & Cia., instituição financeira que em 10 de março de 1943 se transformou no Banco Brasileiro de Descontos S.A., hoje Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1963 eleito Diretor e em setembro de 1977 Diretor Vice-Presidente Executivo. Sucedendo o fundador do Banco, Amador Aguiar, em janeiro de 1981 assumiu a Presidência da Diretoria, e, em fevereiro de 1990, cumulativamente, a Presidência do Conselho de Administração. Em março de 1999, entendendo ter chegado o momento, indicou o seu sucessor na Presidência da Diretoria, permanecendo na Presidência do Conselho de Administração. Participa também da Administração das demais Empresas da Organização Bradesco. É Presidente da Mesa Regedora e Diretor-Presidente da Fundação Bradesco; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A., e Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Lisboa, Portugal. Foi Diretor-Presidente do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Vice-Presidente da Diretoria da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, Presidente do Conselho de Administração da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, e Membro do Conselho Consultivo da VBC Participações S.A.

**Antônio Bornia, Vice-Presidente do Conselho:** Nascido em 22 de novembro de 1935. Formação secundária. Iniciou a carreira em maio de 1952 no Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em setembro de 1975 eleito Diretor Adjunto, em abril de 1979 Diretor Executivo, em junho de 1981 Diretor Vice-Presidente Executivo, e em março de 1999 Vice-Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupa atualmente. É Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities, Inc.; Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco Luxembourg S.A. e Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Diretor Vice-Presidente da NCF Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social; e Gerente da Bradport - S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. É também Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente da Fundação Bradesco; e Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho Deliberativo da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing, tendo ocupado anteriormente o cargo de Diretor-Presidente Executivo; Diretor Vice-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF e da Confederação Nacional do Sistema Financeiro - Consif; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; e Membro da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Foi Membro Suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Órgão ligado ao Ministério da Fazenda, como representante da ABEL de julho de 1989 a julho de 1991, e de fevereiro de 2000 a fevereiro de 2002; Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC de janeiro de 2002 a janeiro de 2005; Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Latino-Americana de Leasing - Felalease de agosto de 2003 a outubro de 2005; e Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arrendamento Mercantil, de setembro de 1988 a abril de 2006.

**Mário da Silveira Teixeira Júnior, Conselheiro:** Nascido em 4 de março de 1946. Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira na Organização Bradesco em julho de 1971, na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, da qual foi Diretor entre março de 1983 e janeiro de 1984, transferindo-se posteriormente para o Banco Bradesco de Investimento S.A. e Banco Bradesco S.A. No Banco Bradesco, foi eleito Diretor Departamental em janeiro de 1984, Diretor Executivo Gerente em março de 1992 e Diretor Vice-Presidente Executivo em março de 1998, Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a julho de 2001, quando afastou-se para presidir a Bradespar S.A., empresa criada por cisão parcial do Banco Bradesco. Foi reconduzido ao Conselho do Banco em março de 2002, cargo que ocupa até hoje. Atualmente é também Membro do Conselho de Administração da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A. e da Valepar S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce; e Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com sede em Lisboa – Portugal. Foi Diretor Vice-Presidente da Anbid - Associação Nacional dos Bancos de Investimento; Membro do Conselho Diretor da Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; Membro do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, Companhia Piratininga de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Latasa S.A., São Paulo Alparcatas S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, VBC Energia S.A. e VBC Participações S.A.

**Márcio Artur Laurelli Cypriano, Conselheiro:** Nascido em 20 de novembro de 1943. Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira em julho de 1967, no Banco da Bahia S.A., instituição financeira que em dezembro de 1973 foi incorporada pelo Banco Bradesco S.A. Transferiu-se para o Bradesco como Gerente. Em janeiro de 1984 foi eleito Diretor Departamental, em janeiro de 1986 Diretor Executivo Adjunto, em fevereiro de 1988 Diretor Executivo Gerente e em fevereiro de 1995 Diretor Vice-Presidente Executivo. Em março de 1999 assumiu a Presidência da Diretoria do Banco, e em março de 2002 passou a ocupar, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração. Presidiu o Banco BCN de abril de 1998 a março de 1999. Atualmente é também Diretor-Presidente das demais Empresas da Organização Bradesco; Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES; Presidente da Diretoria e do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Membro Efetivo do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos – FGC e do Conselho do Agronegócio – Consagro, como representante da Febraban; Membro do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscecx), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Instituto Roberto Simonsen e Associado Fundador da Se Toque – SP Instituto de Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo.

**João Aguiar Alvarez, Conselheiro:** Nascido em 11 de agosto de 1960. Formado em Agronomia pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manuel Carlos Gonçalves em Espírito Santo do Pinhal, SP. Em abril de 1986 foi eleito para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de abril de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretor. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Adjunto da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Adjunto da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden).

**Denise Aguiar Alvarez Valente, Conselheira:** Nascida em 24 de janeiro de 1958. Formada em Pedagogia pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Mestrado em Educação pela Universidade de Nova York - EUA. Em abril de 1986 foi eleita para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de julho de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretora. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretora Adjunta da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretora Adjunta da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado; Membro do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – Fussesp e do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM); Membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Roberto Marinho; Membro do Conselho de Governança do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; Membro do Conselho Consultivo do Canal Futura; Membro do Conselho Geral da Comunitas Parcerias para o Desenvolvimento Solidário; e Sócia Efetiva da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária – AAPAS.

**Raul Santoro de Mattos Almeida, Conselheiro:** Nascido em 16 de setembro de 1952. Formado em Engenharia Mecânica. Nomeado Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. em 28 de janeiro de 2005. É Gerente Nacional do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, USA, e Presidente do BBVA Bancomer Financial Holdings, Texas, USA; Presidente do BBVA Bancomer Transfer Services (BTS) - Serviços de Transferência, Texas, USA; Presidente do BBVA Bancomer Foreign Exchange (BFX) - Câmbio, Texas, USA; Presidente do BBVA Bancomer Financial Services (BFS) - Serviços Financeiros, Texas, USA; Presidente do BBVA Finance - Delaware, EUA; Presidente do BBVA Securities, Inc., Nova York, USA; Membro do Conselho de Administração do Banco BBVA Puerto Rico, Porto Rico, do BBVA USA Bankshares INC, do Laredo National Bank, do BBVA Bancomer USA Bank, Califórnia, do State National Bankshares Inc, do State National Bank, do Texas Regional Bankshares e do Texas State Bank. Foi Membro do Conselho de Administração do BBVA Bancomer Instituição de Banco Múltiplo, México; Presidente do Santander Overseas Bank, Porto Rico; Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro do Banco Santander, Porto Rico; Diretor Financeiro da Divisão Internacional do Banco Santander, Espanha; Diretor Superintendente do Banco Santander, Brasil; Vice-Presidente do Bank of Boston, Brasil; Vice-Presidente e Tesoureiro e Diretor Superintendente de Multileasing do Bank of America NT&AS, Brasil; Diretor da Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A., Brasil; e Gerente Geral da Leasco - Companhia Leasing do Brasil. É Membro do Conselho de Administração do IIB - Instituto de Banqueiros Internacionais, Nova York, USA; da USSCC - Câmara de Comércio Estados Unidos e Espanha; da USBCC - Câmara de Comércio Estados Unidos e Brasil.

**Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Conselheiro:** Nascido em 25 de junho de 1944. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa – Portugal. Em junho de 2003 foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A. – Lisboa; Presidente do Espírito Santo Financial Group (ESFG) – Luxemburgo, membro do Supervisory Board da Euronext NV - Holanda, do Executive Committee do Institut Internationale d'Études Bancaires (IIEB) - Bruxelas. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Brasil) de setembro de 1997 a outubro de 2000.

#### **Membros da Diretoria Executiva:**

**Márcio Artur Laurelli Cypriano, Presidente:** Sr. Cypriano também ocupa o cargo de Presidente Executivo. Sua experiência é descrita em - Membros do Conselho de Administração.

**Laércio Albino Cezar, Vice-Presidente:** Nascido em 13 de outubro de 1946. É Técnico em contabilidade. Iniciou a carreira em abril de 1960. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1982 eleito Diretor Departamental, em março de 1992 Diretor Executivo Gerente e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ. Foi Membro da Subcomissão de Segurança Contra Fraudes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de novembro 1983 a março de 1992, Representante Brasileiro no Comitê de Auditores Internos da FELABAN - Federação Latinoamericana de Bancos, de janeiro de 1991 a abril de 1997, Diretor Vice-Presidente Executivo, de julho de 1997 a julho de 2000, e Primeiro Vice-Presidente Executivo, de julho de 2000 a julho de 2003, do Instituto de Organização Racional do Trabalho - Idort.

**Arnaldo Alves Vieira, Vice-Presidente:** Nascido em 9 de abril de 1948. Formado em Direito pelas Faculdades Integradas Guarulhos e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira em outubro de 1961. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em abril de 1985 eleito Diretor Regional, em março de 1992 Diretor Departamental, em fevereiro de 1995 Diretor Executivo Gerente e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (Visanet) desde novembro de 1995, da Celta Holdings S.A. e Fidelity Processadora e Serviços S.A. desde abril de 2006, Diretor da InterAmerica Overseas Limited desde maio de 2000, Diretor do Conselho Diretivo Regional da Visa International desde maio de 1999 e Membro do Conselho de Ética e de Auto Regulação da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - AB ECS desde janeiro de 2006. Foi Diretor Executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) de março a setembro de 2002.

**Luiz Carlos Trabuco Cappi, Vice-Presidente:** Nascido em 6 de outubro de 1951. Formado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com pós-graduação em Sócio-Psicologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou a carreira em abril de 1969. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1984 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Gerente, e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Desde março de 2003 é Diretor-Presidente da Bradesco Seguros S.A., tendo ocupado, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a março de 2005. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Membro do Egrégio Conselho da ANSP - Academia Nacional de Seguros e Previdência, Membro do Conselho Consultivo da APTS - Associação Paulista dos Técnicos de Seguro e Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos em Saúde Suplementar - IESS. Foi Diretor Setorial da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, Presidente da Anapp - Associação Nacional da Previdência Privada, Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas - Abrasca, Membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Diretor Setorial de Marketing e Membro do Conselho Nacional de Ética Bancária (Coneb) da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

**Sérgio Socha, Vice-Presidente:** Nascido em 15 de março de 1946. É técnico em contabilidade. Iniciou a carreira em setembro de 1961 no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. Em

maio de 1968, com a incorporação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., integrou-se ao quadro de funcionários do Bradesco. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Regional, de julho de 1995 a janeiro de 1998 Diretor Departamental, e em julho de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a novembro de 1998, quando passou a Vice-Presidente, cargo que exerceu até julho de 1999 e Vice-Presidente da Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança de novembro de 1999 a março de 2002, quando passou a Membro Efetivo do Conselho Deliberativo, cargo que exerceu até novembro de 2003.

**Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, Vice-Presidente:** Nascido em 10 de dezembro de 1954. Formação secundária. Iniciou a carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., Instituição adquirida em 1997 pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em outubro de 1989 eleito Diretor e de maio de 1995 a agosto de 2000 Diretor Vice-Presidente Executivo. Em agosto de 2000 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F; Membro Titular do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP; e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip.

**Milton Almicar Silva Vargas, Vice-Presidente:** Nascido em 10 de maio de 1956. Formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em julho de 1976. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em dezembro de 1997 eleito Diretor Departamental, em março de 2000 Diretor Executivo Gerente, e em março de 2002 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI, Membro Suplente do Conselho Nacional de Ética Bancária e de Auto-Regulação, Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e representante do Bradesco no Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Ipecafi. Foi Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Assobesp - Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CPM S.A.

**José Luiz Acar Pedro, Vice-Presidente:** Nascido em 23 de novembro de 1952. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. Iniciou a carreira em janeiro de 1971, no Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 1986 eleito Diretor, em maio de 1996 Diretor Vice-Presidente Executivo e em março de 1999 Diretor-Presidente, cargo que ocupou até março de 2004. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor-Presidente do Banco

Mercantil de São Paulo S.A. e do Banco Boavista Interatlântico S.A. até março de 2004, ocupando atualmente o cargo de Diretor. Além dessas atividades, é Membro do Conselho Diretor da Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Membro Suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES; Membro Efetivo do Conselho de Administração da CPM Holdings Ltd. e CPM S.A; Diretor Vice-Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban); Diretor-Tesoureiro do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Membro do Comitê de Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI, tendo ocupado os cargos de Presidente e Membro do Conselho de Administração. Foi Presidente do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Diretor-Presidente e Membro do Conselho Consultivo da BCN Asset Management S.A., Diretor-Presidente da Potenza S.A. Processamento de Dados; Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.

**Norberto Pinto Barbedo, Vice-Presidente:** Nascido em 26 de fevereiro de 1952. Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis Tibiriçá. Iniciou a carreira em janeiro de 1968, no Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em outubro de 1989 eleito Diretor e em dezembro de 1997 Diretor Vice-Presidente, cargo que ocupou até março de 2004. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais Empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Vice-Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip. Foi Diretor Vice-Presidente do Banco Mercantil de São Paulo S.A. e do Banco Boavista Interatlântico S.A. até março de 2004, ocupando atualmente o cargo de Diretor. Foi Membro do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e Diretor Vice-Presidente do Banco Zogbi S.A. e da Potenza S.A. Processamento de Dados.

**Armando Trivelato Filho, Diretor Gerente:** Nascido em 10 de agosto de 1946. Formado em Engenharia Civil pela Fundação Universidade de Minas Gerais. Iniciou a carreira em maio de 1977. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em julho de 1988 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Engenheiro da Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, Diretor da Digilab - Laboratório Digital Ltda., Membro do Conselho de Administração da Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. - MATEC, Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Diretor e Membro do Conselho de Administração da Matel S.A. - Participações e Administração, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Teletrim Telecomunicações S.A. e Membro do Conselho de Administração da VICOM S.A.

**Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Diretor Gerente:** Nascido em 21 de dezembro de 1943. Formado em Direito pela Fundação Pinhalense de Ensino. Iniciou a carreira em dezembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. de abril de 1998 a abril de 2003, e da Credireal Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil de abril de 1998 a setembro de 1999.



**José Alcides Munhoz, Diretor Gerente:** Nascido em 23 de julho de 1948. Formação secundária. Iniciou a carreira em outubro de 1970. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor Regional, em janeiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor da Bradesco Consórcios Ltda., atual Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

**José Guilherme Lembi de Faria, Diretor Gerente:** Nascido em 25 de junho de 1945. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. Iniciou a carreira em janeiro de 1967 no Banco Mineiro do Oeste, adquirido pelo Banco Bradesco S.A. em 1973. Em setembro de 1981 passou a prestar serviços no Exterior, na função de Gerente Geral da Agência Nova York. Em março de 1993, retornando ao Brasil, foi eleito Diretor Regional, em fevereiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Diretor-Presidente do Banco Bradesco Argentina S.A., Diretor Vice-Presidente da Bradesco Services Co., Ltd. e Diretor da Cidade Capital Markets Ltd. Além dessas atividades, é Membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI. Foi Membro do Conselho de Administração e Diretor Tesoureiro do Boavista Banking Limited.

**Luiz Pasteur Vasconcellos Machado, Diretor Gerente:** Nascido em 14 de junho de 1948. Formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Iniciou a carreira em junho de 1962. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Regional, em março de 1992 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Presidente do Conselho de Administração da Smart Club do Brasil Ltda. de junho a novembro de 2004, tendo ocupado anteriormente o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração; e Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento de abril de 1998 a abril de 2006.

**Milton Matsumoto, Diretor Gerente:** Nascido em 24 de abril de 1945. Formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em setembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1985 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Holdings Ltd. e CPM S.A.; Diretor Secretário do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, tendo ocupado anteriormente os cargos de Vice-Presidente e Diretor Suplente; e Diretor Secretário da Fenacrefi - Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos. Foi Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários de janeiro de 1984 a março de 1985 e Diretor 1º Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de junho de 1989 a maio de 1998.

**Odair Afonso Rebelato, Diretor Gerente:** Nascido em 28 de julho de 1945. É técnico em contabilidade. Iniciou a carreira em agosto de 1960. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor Regional, em março de 1998 Diretor Departamental e, em agosto de 2001, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden).

**Aurélio Conrado Boni, Diretor Gerente:** Nascido em 19 de julho de 1951. É técnico em administração de empresas. Iniciou a carreira em fevereiro de 1971. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em dezembro de 1997 eleito Diretor Departamental, e em dezembro de 2001 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden).

**Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor Gerente:** Nascido em 8 de janeiro de 1959. Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Mogi das Cruzes e em Ciências Contábeis pela FEAO - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, com pós-graduação em Administração Financeira (CEAG) pela Fundação Getulio Vargas e MBA em Finanças pelo Ibmecc – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Iniciou a carreira em dezembro de 1981. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 2001 eleito Diretor Departamental, e em março de 2002 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a junho de 2001. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM S.A. desde outubro de 2001, tendo ocupado o cargo de Membro do Conselho Técnico de Administração de junho de 1998 a maio de 1999, e desde março de 2006 é Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Holdings Limited.

**Paulo Eduardo D'Avila Isola, Diretor Gerente:** Nascido em 11 de dezembro de 1955. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, SP. Iniciou a carreira em julho de 1997 na Continental Promotora de Vendas Ltda., atual Finasa Promotora de Vendas Ltda., como Diretor, passando a Diretor Gerente em abril de 2004. Em março de 2002 foi eleito Diretor Executivo Gerente do Banco BCN S.A., cargo que ocupou até fevereiro de 2003, quando foi eleito Diretor Executivo Gerente do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Diretor Vice-Presidente da Acrefi - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento; Vice-Presidente Suplente do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A.; Vice-Presidente Suplente do Conselho de Administração da Celta Holdings S.A., tendo ocupado o cargo de Presidente; Membro Suplente do Conselho de Administração da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização; Membro Titular do Conselho de Administração da Clicar Central On-Line de Financiamentos Sociedade Simples Ltda.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento e Companhia Leader de Investimentos. Foi Diretor Técnico da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing de 1996 a 2000.

**Ademir Cossello, Diretor Gerente:** Nascido em 3 de julho de 1955. Formado em Economia pelas Faculdades Padre Anchieta. Iniciou a carreira em outubro de 1973. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1995 eleito Diretor Regional, e em março de 1998 Diretor Departamental, cargo que exerceu até setembro de 1999. Em junho de 2003 foi reconduzido à Diretoria, como Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro da Diretoria Plena da Associação Comercial de São Paulo desde agosto de 2003, tendo exercido o cargo de Membro do Conselho Deliberativo de fevereiro a setembro de 1999. Foi Diretor do Banco Baneb S.A. de junho de 1999 a outubro de 2001, tendo ocupado também o cargo de Diretor Gerente. No Banco BCN S.A. foi Diretor Gerente de outubro de 2001 a março de 2004. Na Asban - Associação de Bancos no Estado de Goiás foi Membro Efetivo do Conselho de Administração de janeiro de 1995 a janeiro de 1997.

**Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, Diretor Gerente:** Nascido em 7 de junho de 1959. Formado em Engenharia Mecânica pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com MBA Executivo em Finanças pelo Ibmecc - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e especialização em finanças, por meio do PDG - Executivo - Desenvolvimento Gerencial ministrado pela Sociedade de Desenvolvimento Empresarial. Atualmente participa do PGA - Programa de Gestão Avançada, ministrado pela Fundação Dom Cabral e Insead. Admitido no Banco BCN S.A. em maio de 1996 como adjunto de Diretor. Em janeiro de 1998 foi eleito Diretor. Com a aquisição do BCN, passou a integrar os quadros do Banco Bradesco S.A., tendo sido eleito Diretor Departamental em março de 2000, como responsável pelo Departamento de Corporate, e em dezembro de 2006, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco.

## **Remuneração**

Na Assembléia Geral Ordinária, é estabelecida a remuneração máxima agregada para nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária para o ano em curso. Em 2006, nossos acionistas determinaram o valor máximo agregado de remuneração para nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em R\$ 170 milhões.

Em 2006, nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária receberam uma remuneração agregada de R\$ 140,4 milhões. Eles trabalham para nós como membros do Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária, conforme aplicável, ou como prestadores de serviços às nossas subsidiárias. Nenhuma fração da remuneração agregada foi paga como plano de participação nos lucros ou na forma de opções de ações.

A legislação não exige e a Organização não divulga o valor da remuneração individual dos nossos conselheiros e membros dos órgãos de administração, supervisão e gestão.

Nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária são elegíveis para participar nos mesmos planos de previdência privada complementar de aposentadoria disponíveis para todos nossos funcionários. Em 2006, contribuímos com R\$ 170 milhões para os planos de previdência em nome de nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária.

## **Práticas do Conselho**

Nossos acionistas elegem os membros de nosso Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária anual de acionistas para mandatos de um ano e os conselheiros podem ser reeleitos para mandatos consecutivos. O Conselho de Administração elege os membros de nossa Diretoria para mandatos de um ano, que também podem ser estendidos para mandatos consecutivos.

Para tornar-se um membro de nossa Diretoria Executiva é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores desta Companhia ou em empresas a ela ligadas há mais de 10 anos ininterruptos e ter menos de 65 anos de idade, na data de eleição. Existem 36 Diretores Departamentais e 9 Diretores Regionais na Diretoria. Os Diretores Departamentais e Regionais dirigem os negócios de cada uma das várias divisões e agências e reportam-se à Diretoria Executiva. Para ser Diretor Departamental ou Regional é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas e ter menos de 62 e 60 anos de idade, respectivamente, na data de eleição. Nosso Conselho de Administração pode dispensar o cumprimento da exigência, em caráter excepcional, limitado a 25,0% dos respectivos cargos, para eleição de:

- I- Diretor Gerente, do período de trabalho na Organização (mais de 10 anos), com exceção dos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes;

- II- Diretor Departamental e Regional, de fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas.

Os membros de nosso Conselho de Administração são requeridos a trabalhar exclusivamente para nós, a menos que nosso Conselho de Administração conceda uma exceção. Os membros de nosso Conselho de Administração, entretanto, não necessitam ser ou ter sido nossos funcionários, e os seus serviços como membro de nosso Conselho de Administração não constituem vínculo empregatício conosco.

### **Conselho Fiscal**

Segundo as leis brasileiras, as empresas podem ter um Conselho Fiscal, que é um órgão corporativo independente, com poderes gerais de monitoramento e supervisão de acordo com a Legislação Societária Brasileira. Nosso estatuto prevê um Conselho Fiscal e especifica que, caso nossos acionistas resolvam instalar um Conselho Fiscal, este deverá ser composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

O nosso Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em 12 de março de 2007, com mandato até março de 2008. O Conselho Fiscal conta com três Membros Efetivos (Domingos Aparecido Maia, José Roberto Aparecido Nunciaroni e Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva) e três Membros Suplentes (João Batistela Biazon, Nelson Lopes de Oliveira e Renaud Roberto Teixeira). De acordo com a Legislação Societária Brasileira, nosso Conselho Fiscal tem direitos e obrigações, entre outras coisas, de:

- supervisionar, por meio de quaisquer de seus membros, as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de suas tarefas;
- examinar e emitir parecer sobre nossas demonstrações financeiras antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e quaisquer relatórios da Administração;
- opinar sobre quaisquer propostas de nossa Administração a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas a:
  - mudanças em nosso capital social;
  - emissões de debêntures ou ofertas de direitos que dão direito ao detentor de subscrever ações;
  - planos de investimento e orçamentos de dispêndios de capital;
  - distribuição de dividendos; e
  - transformação de nossa constituição corporativa e reestruturação corporativa como incorporação, fusão ou cisão.
- informar nossa Administração de qualquer erro, fraude ou contravenção que seja descoberta, e sugerir as medidas que devem ser tomadas por eles a fim de proteger nossos interesses maiores. Se nossa Administração falhar em tomar tais medidas necessárias para proteger os interesses da empresa, informar a assembléia de acionistas destes fatos; e
- convocar assembléias gerais de acionistas se a Administração atrasar tal assembléia por mais de um mês e convocar assembléias especiais de acionistas no caso de assuntos importantes.

## Comitês Estatutários

Nossos acionistas aprovaram a criação dos Comitês de Auditoria, de Controles Internos e Compliance e de Remuneração na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2003. Na Assembléia Geral Extraordinária realizada cumulativamente com a Assembléia Geral Ordinária em 27 de março de 2006, nossos acionistas aprovaram a transformação do Comitê de Conduta Ética em órgão estatutário.

**Comitê de Auditoria** - Conforme o nosso Estatuto e atendendo regulamentação do Banco Central, em julho de 2004, nós constituímos um Comitê de Auditoria, o qual pode ser composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano. Os membros de nosso Comitê de Auditoria são nomeados e substituídos pelo Conselho de Administração. Os atuais membros do comitê são Mário da Silveira Teixeira Júnior, Hélio Machado dos Reis, Paulo Roberto Simões da Cunha e Yves Louis Jacques Lejeune. Desses membros, apenas o Sr. Mário Teixeira é membro do Conselho de Administração.

Além disso, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas às nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso comitê de auditoria não pode ser comparável aos comitês de auditoria de empresas americanas em termos de compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e de não auditoria, nós exercemos o direito de isenção estabelecida na regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*, com relação a isso. Para mais informações, veja “Item 16.D – Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria”.

Dentre suas atribuições estão:

- estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e parecer dos auditores independentes;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Companhia e auditorias independente e interna;
- avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria Estatutária;

- recomendar à Diretoria da Companhia correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros.

**Comitê de Controles Internos e Compliance** - composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Companhia.

**Comitê de Remuneração** - composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. Os Membros são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Companhia, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

**Comitê de Conduta Ética** - composto por até 8 (oito) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. O Comitê tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos nossos Códigos de Ética Corporativos e Setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade.

## Funcionários

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos 79.306 funcionários (dos quais 63.163 eram nossos funcionários e 16.143 eram de nossas subsidiárias), comparado com 73.881 funcionários em 31 de dezembro de 2005 e 73.644 funcionários em 31 de dezembro de 2004.

A tabela a seguir apresenta o número de nossos funcionários e uma discriminação dos funcionários por categoria principal de atividade e localização geográfica nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:		
	2004	2005	2006
Número total de funcionários .....	73.644	73.881	79.306
Número por categoria de atividade:			
Serviços bancários:			
Bradesco .....	62.013	61.347	63.163
Seguros.....	4.957	4.737	4.758
Previdência complementar .....	1.504	1.465	1.491
Outras categorias .....	5.170	6.332	9.894
Número por localização geográfica:			
Cidade de Deus, Osasco.....	9.786	9.708	10.235
Alphaville, Barueri.....	1.397	1.333	1.385
São Paulo.....	15.390	15.184	15.607
Outros locais no Brasil.....	46.979	47.599	51.982
Internacionais .....	92	97	97

No período de 2004 a 2006, houve aquisições dos Bancos BEM e BEC, das Instituições Zogbi, Morada Serviços e Amex Brasil.

Nossos funcionários de jornada parcial trabalham seis horas por dia, enquanto que, os nossos funcionários de tempo integral trabalham oito horas por dia. Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos 29.210 funcionários de jornada parcial e 50.096 funcionários trabalhando em tempo integral,

comparado com 28.353 funcionários de jornada parcial e 45.528 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2005, e 29.830 funcionários de jornada parcial e 43.814 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2004.

Geralmente contratamos os nossos funcionários no início da carreira e os encorajamos a permanecerem conosco por toda a vida profissional. Damos preferência em preencher as posições com pessoal do próprio Bradesco, inclusive a administração média e posições seniores, mas também contratamos profissionais do mercado, em menor escala.

Em 31 de dezembro de 2006, aproximadamente 53% de nossos funcionários eram associados de um dos sindicatos, que representam os funcionários de bancos ou seguradoras no Brasil. Consideramos o nosso relacionamento com os nossos funcionários, bem como com os sindicatos como bom, em grande parte, devido à nossa filosofia de valorização do quadro e à transparência na comunicação. Não sofremos nenhuma greve durante os últimos quatro anos. Somos parte de dois acordos coletivos de trabalho: um relativo aos nossos funcionários bancários e o outro relativo aos nossos funcionários do setor de seguros.

Oferecemos aos nossos funcionários, benefícios que incluem o plano de saúde da Bradesco Saúde, que permite aos beneficiários escolherem assistência médico/hospitalar e odontológica por todo o país, plano de previdência complementar de aposentadoria e pensões, seguros subsidiados de vida e acidentes pessoais e ainda contamos com uma equipe de assistentes sociais que prestam orientações e acompanhamento aos funcionários e dependentes. Estes benefícios aplicam-se independentemente do cargo dos funcionários. Atualmente, 27% de nossos funcionários participam do fundo de previdência complementar da Bradesco Vida e Previdência. De acordo com nosso contrato coletivo de trabalho, oferecemos aos nossos funcionários planos de remuneração de participação nos lucros.

Também oferecemos treinamento profissional para nossos funcionários. No ano de 2006, investimos R\$ 57,9 milhões em treinamento para capacitação profissional, totalizando 1.167.743 participações. No ano de 2005, investimos R\$ 52,3 milhões em treinamento, com 618.983 participações. Nosso Departamento de Treinamento prepara e ministra cursos de treinamento e desenvolvimento pessoal em áreas de operações, técnicas e comportamentais.

### **Propriedade de Ações**

Em 31 de dezembro de 2006, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária detinham indiretamente 4,28% do nosso capital com direito a voto e 2,15% de nosso capital acionário total, através de uma companhia chamada Elo Participações e Investimentos S.A., que chamamos de “Elo”. Além disso, alguns de nossos conselheiros e diretores estatutários detêm diretamente ações de nosso capital. Entretanto, em 31 de dezembro de 2006, cada um desses conselheiros e diretores individualmente detinha, direta ou indiretamente, menos de 1% de qualquer classe de nossas ações.

### **Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas**

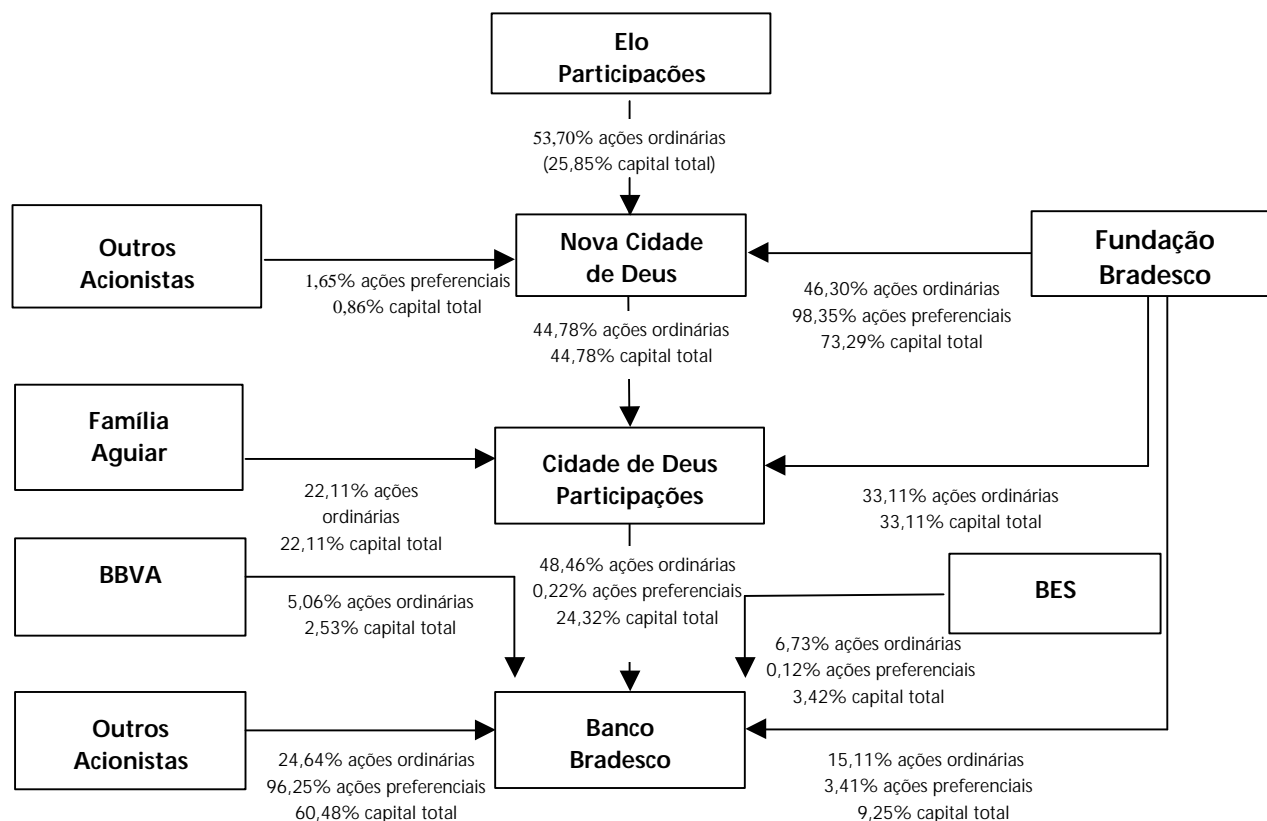
#### **Principais Acionistas**

Somos uma companhia aberta com 1.000.142.912 ações ordinárias e 1.001.622.936 ações preferenciais já descontando ações em tesouraria (ajustada pela bonificação de 100% deliberada na Assembléia realizada em 12 de março de 2007), todas nominativas-escriturais, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2006. Na Assembléia Geral Extraordinária de 5 de outubro de 2006, realizou-se aumento de capital mediante a subscrição de 21.818.182 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 10.909.152 novas ações ordinárias e 10.909.030 novas ações preferenciais. Todas as ações emitidas no referido aumento de capital foram subscritas, sendo devidamente

integralizadas em 07 de dezembro de 2006. Em 28 de dezembro de 2006, foi realizada Assembléia de Homologação desse aumento de capital. Para informações sobre os direitos dos acionistas e nossas distribuições de dividendos, veja “Item 8. Informações Financeiras - Política de Distribuição de Dividendos” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social – Organização - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.



O gráfico a seguir mostra a nossa estrutura de participação acionária em 31 de dezembro de 2006:



A Cidade de Deus Participações, uma empresa “holding”, diretamente detém 48,46% de nosso capital votante e 24,32% de nosso capital total. A Cidade de Deus Participações, por sua vez é detida pela Família Aguiar, Fundação Bradesco e outra empresa “holding”, a Nova Cidade de Deus Participações S.A., que chamamos de “Nova Cidade de Deus”. A Nova Cidade de Deus é detida basicamente pela Fundação Bradesco e Elo.

Exceto pela aquisição de ações pela Elo em 1999, pela aquisição de ações pelo BBVA em 2003, e pelo aumento de participação no capital social votante pelo BES, que descrevemos a seguir, pelo que sabemos, não houve nenhuma mudança significativa na participação percentual de quaisquer dos principais acionistas nos últimos cinco anos.

A seguinte tabela demonstra a participação acionária direta de nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação em 31 de dezembro de 2006. Até onde sabemos, somente aqueles acionistas mencionados na tabela abaixo, exceto membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva, detêm cinco por cento ou mais de nossos valores mobiliários com direito a voto.

Acionistas	Número de ações ordinárias	Percentagem das ações ordinárias	Número de ações preferenciais	Percentagem de ações preferenciais	Número total de ações	Percentagem das ações totais
(Número de ações, exceto percentagens)						
Cidade de Deus Participações .....	242.313.020	48,46%	1.082.317	0,22%	243.395.337	24,32%
Fundação Bradesco <sup>(1)</sup> .....	75.542.933	15,11	17.067.218	3,41	92.610.151	9,25
Banco Bilbao Viscaya Argentaria .....	25.283.301	5,06	-	0,00	25.283.301	2,53
Banco Espírito Santo S.A. ....	33.631.091	6,73	590.681	0,12	34.221.772	3,42
Membros do Conselho:						
Lázaro de Mello Brandão .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Antônio Bornia .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Mário da Silveira Teixeira Júnior.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Márcio Artur Laurelli Cypriano .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
João Aguiar Alvarez.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Denise Aguiar A. Valente .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Raul Santoro de Mattos Almeida .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ricardo Espírito Santo S. Salgado .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
<b>Total do Conselho de Administração .....</b>	<b>4.774.824</b>	<b>0,95</b>	<b>4.879.661</b>	<b>0,97</b>	<b>9.654.485</b>	<b>0,96</b>
Membros da Diretoria Executiva:						
Laércio Albino Cezar .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Arnaldo Alves Vieira .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Carlos Trabuco Cappi .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio Socha .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Julio de Siqueira Carvalho de Araújo.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Almicar Silva Vargas .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Luiz Acar Pedro.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Norberto Pinto Barbedo .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Armando Trivelato Filho.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Alcides Munhoz .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Guilherme Lembi de Faria.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Pasteur Vasconcellos Machado.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Matsumoto .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Cristiano Queiroz Belfort .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio de Oliveira .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Odair Afonso Rebelato.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Aurélio Conrado Boni.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Domingos Figueiredo de Abreu .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Paulo Eduardo D'Avila Isola .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ademir Cossielo.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
<b>Total Membros da Diretoria Executiva .....</b>	<b>236.963</b>	<b>0,05</b>	<b>658.084</b>	<b>0,13</b>	<b>895.047</b>	<b>0,09</b>
<b>Subtotal.....</b>	<b>381.782.132</b>	<b>76,36</b>	<b>24.277.961</b>	<b>4,85</b>	<b>406.060.093</b>	<b>40,57</b>
Outros .....	118.289.324	23,64	476.533.507	95,15	594.822.831	59,43
<b>Total.....</b>	<b>500.071.456</b>	<b>100,00%</b>	<b>500.811.468</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.000.882.924</b>	<b>100,00%</b>

(1) Também indiretamente possui, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus, 31,94% de nossas ações ordinárias e 16,03% do total de nossas ações.

(\*) Nenhum dos nossos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários ou órgãos de administração, supervisão ou gestão diretamente mantêm 1,0% ou mais de qualquer classe de nossas ações, e suas posições acionárias individuais não têm sido divulgadas previamente a nossos acionistas, ou de outra maneira, feitas ao público. Veja "Item 6 - Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Propriedade de Ações", para mais informações.

(\*\*) As informações na tabela acima não foram ajustadas para refletir o desdobramento de nosso capital acionário aprovado em 12 de março de 2007. Se fosse feito o ajuste do número de nossas ações em circulação acima para considerar o desdobramento de nosso capital acionário em 12 de março de 2007, teríamos 1.000.142.912 ações ordinárias, 1.001.622.936 ações preferenciais e 2.001.765.848 ações totais em 31 de dezembro de 2006.

A seguir, uma breve descrição dos nossos principais acionistas beneficiários. Nenhum dos principais acionistas beneficiários tem direitos a voto que diferem daqueles dos outros detentores de nossas ações ordinárias, exceto que conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Para mais informações, veja "Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco".

### *Cidade de Deus Participações*

A Cidade de Deus Participações é uma empresa "holding" que detém investimentos em outras empresas. Ela também administra, compra e vende valores mobiliários e outros ativos por conta

própria. Seus acionistas são: a Nova Cidade de Deus, com 44,78% de suas ações ordinárias e do capital total, a Fundação Bradesco, com 33,11% de suas ações ordinárias e do capital total, e a Família Aguiar, com 22,11% de suas ações ordinárias e do capital total em 31 de dezembro de 2006. O capital social da empresa é composto por ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal.

### ***Nova Cidade de Deus***

A Nova Cidade de Deus é uma empresa “holding”, que detém investimentos em outras empresas, particularmente aquelas que, direta ou indiretamente, detêm nosso capital com direito a voto. Em 31 de dezembro de 2006, a empresa indiretamente possuía, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, 21,70% de nossas ações ordinárias e 10,89% do total de nossas ações.

O capital social da Nova Cidade de Deus é dividido em ações ordinárias classe A, classe B e preferenciais. A propriedade das ações ordinárias classe B é limitada a:

- membros de nossa Diretoria Executiva;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros de nosso Conselho de Administração;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros do Conselho de Administração de uma ou mais de nossas subsidiárias; e
- sociedade comercial ou civil cuja ações ou cotas, com direito de voto, pertençam na sua maioria à pessoas acima indicadas.

A titularidade das ações ordinárias Classe A da Nova Cidade de Deus é privativa das pessoas que têm direito de deter ações ordinárias Classe B, bem como de associações civis e fundações de direito privado, cuja administração esteja a cargo destas pessoas ou de dirigentes por ela nomeadas. Somente os detentores de ações ordinárias Classe A e B da Nova Cidade de Deus têm direito a voto.

### ***Família Aguiar***

Três membros da Família Aguiar, juntamente com o espólio do Sr. Amador Aguiar, indiretamente possuíam em 31 de dezembro de 2006, por meio de suas participações na Cidade de Deus Participações, 10,71% de nossas ações ordinárias e 5,38% do total de nossas ações. Além disso, as mesmas partes diretamente possuíam um total de 2,59% de nossas ações ordinárias e 4,93% de nossas ações preferenciais e 3,76% do total de ações. Nenhum dos membros individuais da Família Aguiar detém diretamente mais que 1% de nossas ações com direito a voto.

### ***Fundação Bradesco***

A Fundação Bradesco, direta e indiretamente, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus detinha, em 31 de dezembro de 2006, 47,06% de nossas ações ordinárias, 3,55% de nossas ações preferenciais e 25,28% do total de nossas ações. De acordo com os termos do estatuto social da Fundação Bradesco, sua Mesa Regedora, órgão deliberativo máximo, é composta por todos nossos Conselheiros, membros da Diretoria Executiva e Diretores Departamentais, assim como todos os Conselheiros e Diretores da Cidade de Deus Participações S.A., sem direito a remuneração.

A Fundação Bradesco, o centro de nossas ações sociais, foi criada em 1956, para investir na formação educacional de crianças, jovens e adultos no Brasil, especialmente os mais carentes, a fim de promover a inclusão social. No ano de 2006, completou 50 anos de atividades, tendo formado mais de 662 mil alunos.

Ampliando a cada ano a sua atuação, propiciou, no exercício, o atendimento a mais de 108 mil alunos, incluindo-se os dos cursos de educação de jovens e adultos e educação profissional. Assegurou aos alunos dos cursos de educação infantil, ensinos fundamental, médio e educação profissional técnica de nível médio, em número superior a 50 mil, também gratuitamente, alimentação, uniforme, material escolar e assistência médico-odontológica.

O índice de aprovação nas Escolas da Fundação manteve-se, na média dos últimos seis anos, no patamar de 96% equivalente aos melhores parâmetros internacionais.

Com o objetivo de atender aos constantes desafios da atualização, qualificação e requalificação de trabalhadores, com diferentes níveis de escolaridade, a Fundação Bradesco oferece cursos voltados à Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, o que amplia os sólidos vínculos com os mercados regionais e os interesses específicos das comunidades. São mais de 100 opções de cursos livres, com programas flexíveis, modelados com o intuito de qualificar os participantes a empreender o seu próprio negócio ou conquistar melhores posições no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, destacam-se os cursos nas áreas de Tecnologia Gráfica, Agropecuária, Gestão de Empresas, Informática, Moda, Lazer e Desenvolvimento.

Em 19 de março, todas as unidades da Fundação Bradesco promoveram o “Dia Nacional de Ação Voluntária”, mobilizando cerca de 21 mil voluntários em mais de 150 pontos, que incluíram Escolas da Rede Pública e Centros de Inclusão Digital – CIDs, quando realizaram mais de 1 milhão de atendimentos nas áreas de cidadania, educação, lazer, esporte e meio ambiente.

As alianças consolidadas ao longo dos anos permitiram à Fundação Bradesco ampliar suas realizações, dando novo impulso a programas especiais destinados a democratizar e atualizar o conhecimento. Destaque-se as parcerias no Programa de Inclusão Digital, que no exercício, atendeu a mais de 25.000 pessoas em 48 CIDs – Centros de Inclusão Digital, sendo três deles em comunidades indígenas.

Com o Media Lab, Centro de Pesquisa do MIT - Massachusetts Institute of Technology, desenvolveu projetos de integração da tecnologia com questões sociais. O ID Lab (*Development Laboratory*) é outro projeto em que alunos do MIT, USP e Fundação Bradesco atuam em conjunto na implantação de tecnologias na comunidade indígena dos Javaés, em Canuanã, TO. Com a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, mantém, desde 1997, como sócia-fundadora, o Canal Futura - “O Canal do Conhecimento”, alcançando, atualmente, cerca de 20 milhões de telespectadores.

Com a Bovespa firmou parceria para o atendimento de 36.500 alunos do ensino fundamental, médio e educação profissional técnica de nível médio no programa Educar, voltado para educação financeira, escolar e familiar. E com a Secretaria da Receita Federal do Estado de São Paulo (8ª RF) para implementação do Programa Nacional de Educação Fiscal, resultado do trabalho conjunto dos Ministérios da Fazenda e da Educação e das Secretarias da Fazenda, do Tesouro Nacional e da Educação, para oferecer curso de educação fiscal aos alunos, seus familiares e comunidades onde estão suas Escolas.

Em sistema de *E-Learning*, a Escola Virtual da Fundação Bradesco proporciona, em conjunto com as Empresas NIIT e ABAN, da Índia, e Micropower, cerca de 184 cursos de informática para mais de 60 mil alunos. O Projeto Cisco Networking Academy, desenvolvido em parceria com a Cisco Systems, forneceu qualificação para 13 mil alunos, para instalação, projetos e gerenciamento de redes de computadores.

O Programa de Informática para Deficientes Visuais, implantado há oito anos, já atendeu a mais de 7,4 mil alunos, e os Programas “Intel Educação para o Futuro” e “Intel Aprender” completam a lista de iniciativas na área de tecnologia, tendo atendido a mais de 46 mil educadores e a mais de 12

mil jovens, respectivamente. No "Programa Alfabetização Solidária", a Fundação Bradesco contribuiu, desde 1998, para a alfabetização de cerca de 6 mil brasileiros a cada ano nas regiões Norte e Nordeste.

Fortalecendo o trabalho com a Fundação SOS Mata Atlântica, conta com dez viveiros para produção de mudas em suas escolas, visando à promoção de educação ambiental e ações de reflorestamento.

A profundidade e o alcance das ações sociais da Fundação Bradesco mereceram o reconhecimento em diversas premiações, entre elas, destaque para o prêmio *E-Learning Brasil 2006*, na Categoria Educacional *Star* e como Relevante Contribuição Nacional – Diamond, pelo trabalho em educação à distância por anos consecutivos; projetos que participaram da IV Febrace – Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, promovida pela USP, premiados e credenciados para Mostra Internacional de Ciências do México; 2º lugar na Categoria Pesquisa Científica conquistado por alunos da 2ª série do ensino médio no Campeonato Internacional de Robótica *First Lego League – FLL*, realizado em Atlanta, EUA; Prêmio Victor Civita 2006 – Educador Nota 10 para professora da Escola de Laguna, SC; 2º lugar, no segmento educação, no Prêmio IT Leaders 2006.

A Fundação Bradesco desenvolve trabalho de influência comprovada na elevação do nível de qualidade de vida das comunidades onde atua, o que lhe confere a característica de “investimento socialmente responsável”, na melhor acepção do termo. Representa, ademais, uma forma inequívoca de distribuição da riqueza gerada no âmbito da Organização, tendo em vista que sua principal fonte de recursos advém de sua participação como acionista do Bradesco.

R\$ 183,917 milhões totalizou a verba orçamentária da Fundação Bradesco aplicada no ano 2006, estando já previsto para 2007 o montante de R\$ 189,851 milhões, para o atendimento a mais de 108 mil alunos. Nos últimos dez anos, o investimento acumulado foi de R\$ 1,271 bilhão, em valor nominal (sem correção), equivalente a R\$ 3,033 bilhões, atualizado pela taxa Selic/CDI no período.

### ***Elo Participações e Investimentos***

A Elo indiretamente possuía, por meio de sua participação na Nova Cidade de Deus, 5,61% de nossas ações ordinárias e 2,81% do total de nossas ações em 31 de dezembro de 2006. A Elo é uma empresa “holding”, que foi constituída para deter participações em nosso capital e no capital de nossos acionistas diretos e indiretos. Em 1999, a Elo adquiriu de vários acionistas uma participação indireta de 5,51% de nosso capital votante. Somente membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária do Bradesco, da Bradespar ou de nossas subsidiárias, bem como funcionários qualificados podem deter ações da Elo. Entretanto, somente os Conselheiros e Diretores Estatutários podem possuir ações com direito a voto. A maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possui ações na Elo.

### **BBVA**

O BBVA é um grupo financeiro global com sede em Bilbao, Espanha. Em 31 de dezembro de 2006, o BBVA possuía diretamente 5,06% de nossas ações ordinárias e 2,53% do total de nossas ações. Conforme nossa aquisição do BBV Banco em junho de 2003, emitimos, para distribuição ao BBVA, ações ordinárias e preferenciais correspondentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$ 630 milhões. Posteriormente, o BBVA aumentou sua porcentagem de participação através de aquisição de nossas ações na Bovespa.

O BBVA oferece serviços bancários de investimento, atacado e varejo, serviços de gestão de ativos e seguros, entre outras atividades. Em 31 de dezembro de 2003, a Chase Nominees Ltd. detinha 5,25% do capital do BBVA. Pelo nosso conhecimento, não há outras participações individuais significativas no capital social do BBVA e nenhum indivíduo exercendo controle substancial.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Consequentemente, o Sr. José Fonollosa García foi nomeado ao nosso Conselho de Administração em 9 de junho de 2003, sendo substituído em janeiro de 2005 pelo Sr. Raul Santoro de Mattos Almeida. O BBVA também tem direito de opção de venda de algumas ou todas as suas ações à Fundação Bradesco ou à Cidade de Deus Participações durante sete anos após a aquisição de nossas ações. Para mais informações a respeito do Acordo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

## **BES**

O Banco Espírito Santo S.A. (BES) é um banco comercial com sede em Portugal. Em dezembro de 2006, o BES possuía diretamente 6,73% de nossas ações ordinárias e 3,42% do total de nossas ações. Atualmente o Sr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado é o representante da BES em nosso Conselho de Administração.

## **Outras**

A participação direta do público representava 23,64% de nosso capital votante em 31 de dezembro de 2006 (inclusive uma participação acionária de 1,23% detida pelo Bank of Tokio Mitsubishi - UFJ (MUFG)) e 95,15% de nossas ações preferenciais. As participações diretas e indiretas do público em nossas ações ordinárias e preferenciais representavam uma participação efetiva de 59,43% em nosso capital acionário, em 31 de dezembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2006, 20,30% de nossas ações preferenciais e 13,18% de nossas ações ordinárias eram detidas por 3.689 investidores estrangeiros junto à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, conhecida como “CBLC”. Na mesma data, nossos ADRs representavam 23,77% de nossas ações preferenciais e nossos GDRs 0,05% de nossas ações preferenciais.

## **Operações com Controladas e Coligadas**

Segundo as leis 4.595/64 e 7.492/86, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- seus diretores e membros dos conselhos administrativo, fiscal, consultivo e semelhantes órgãos societários, seus respectivos cônjuges e parentes de segundo grau;
- as pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, em até 10%, direta ou indiretamente;
- pessoas jurídicas nas quais tais instituições financeiras têm participação de até 10%, direta ou indiretamente;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem, direta ou indiretamente, com até 10% quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como ao cônjuge e os parentes até o segundo grau;

Não temos, desta forma, concedido empréstimos ou adiantamentos para quaisquer de nossas coligadas, Diretores Estatutários, Conselheiros ou a seus parentes até o segundo grau. De acordo com as leis brasileiras, as instituições financeiras devem manter o cadastro de impedimentos atualizado para evitar que empréstimos ou financiamentos vedados ocorram. Maiores detalhes sobre restrições nas operações de instituições financeiras, ver “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras”.

## **Distribuição de Produtos em Nossas Agências**

Todas as nossas unidades de negócio e subsidiárias, inclusive Bradesco Leasing, Bradesco Consórcios, Bradesco Seguros, Bradesco Vida e Previdência e Bradesco Capitalização usam a nossa rede de agências como canal de distribuição para a venda de seguros, previdência complementar, títulos de capitalização, consórcios e outros produtos, arrendamentos e serviços. Nós registramos todos os custos relativos a nossa rede de agências em nossas demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre o uso de nossas agências ou unidades de negócios e subsidiárias para distribuição, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Canais de Distribuição - Sistema de Agências”.

## ***Outros Assuntos***

Até 2004, contribuíamos regularmente para a nossa acionista Fundação Bradesco, uma fundação beneficente. Não fizemos doações para a Fundação Bradesco em 2005 e 2006. Essas doações foram feitas voluntariamente e totalizaram R\$ 71,4 milhões em 2004 e R\$ 62,7 milhões em 2003. Para informações adicionais sobre a Fundação Bradesco, veja “Principais Acionistas - Fundação Bradesco” e a nota 27 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

O Bank of Tokio Mitsubishi - UFJ (MUFG) detém 1,22%, o BES detém 3,42% de nosso capital total, e o BBVA detém 2,53% de nosso capital total, sendo que nos fornecem linhas de crédito para operações comerciais. Os termos dessas transações são consistentes com os de transações semelhantes que nos engajamos com outras instituições não afiliadas.

## **Item 8. Informações Financeiras**

Veja “Item 18. - Demonstrações Financeiras” que compõe nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com o U.S. GAAP.

## **Processos Judiciais**

Somos parte em processos administrativos e judiciais que surgem durante o curso normal de nossos negócios. Estes incluem processos administrativos, assim como litígio, em geral: cível, tributário e trabalhista. Não há nenhuma questão litigiosa que seja significativa individualmente. Acreditamos que não haja nenhum processo pendente ou iminente, individual ou globalmente, que se decidido contra nós ou nossas subsidiárias, teria efeito adverso material sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos bens, perspectivas, ou resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2006, de nossa provisão para contingências de R\$ 7.1 milhões, aproximadamente 17,7% relaciona-se a questões trabalhistas, aproximadamente 70,8% relaciona-se a questões tributárias e aproximadamente 11,5% relaciona-se a questões cíveis. Para mais informações, veja nota 23 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Acreditamos que, em 31 de dezembro de 2006, nossas provisões para contingências estavam adequadas para cobrir qualquer exposição em potencial oriunda de litígios sujeitas às exigências de indexação pela inflação para provisões relativas a certas questões tributárias.

Questões trabalhistas. Durante 2006, nos envolvemos em 4.399 novos processos trabalhistas, nenhum deles significativo individualmente. As questões referem-se, principalmente, às ações instauradas por funcionários demitidos. Adquirimos várias instituições financeiras nos últimos anos, e juntamente com a aquisição de uma instituição financeira e sua integração à nossa Companhia, nós geralmente reduzimos nosso número de funcionários e o número de funcionários da instituição adquirida. A maioria das questões trabalhistas que estamos envolvidos refere-se a tais reduções.

Questões tributárias. Somos também parte de várias ações tributárias e de indenização, inclusive questões relativas à constitucionalidade de algumas exigências tributárias. Em nossos

litígios tributários, a obrigação subjacente está geralmente sujeita à indexação pela inflação e tais ajustes de indexação pela inflação são responsáveis por aproximadamente metade da provisão relativa a estas questões. O restante da provisão é, basicamente, relativo a discussões sobre a legalidade de alguns impostos e contribuições.

Questões cíveis. Somos parte em vários casos cíveis, que surgem do curso normal de nossas atividades. As questões consistem, principalmente, de reivindicações por danos financeiros, geralmente por reclamações contra nós que surgem de nossas medidas para cobrar instrumentos financeiros não pagos, cheques sem fundos e em virtude de relatarmos informações de crédito adversas aos órgãos que controlam informações sobre crédito.

Como outros bancos brasileiros, estamos envolvidos em várias discussões relativamente à forma de contabilizar os efeitos da inflação, durante períodos de hiperinflação. De um modo geral, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil tem decidido essas causas em favor dos bancos. Um resultado desfavorável nessas causas não teria um efeito adverso material em nossos resultados de operações ou situação financeira.

Outros assuntos. Não somos atualmente objeto de processos significativos pelo Banco Central, pela CVM, pela ANS ou pela Susep, em curso ou ameaçados. Nossa Administração acredita que estamos cumprindo todos os regulamentos aplicáveis pelo Banco Central, pela CVM, pela ANS e pela Susep.

### ***Política de Distribuição de Dividendos***

O nosso estatuto estabelece que o nosso Conselho de Administração proponha, a cada assembléia geral ordinária, uma distribuição anual compulsória aos nossos acionistas de pelo menos 30,0% do nosso lucro líquido ajustado, o que excede o mínimo de 25,0% do lucro líquido estabelecido pela Legislação Societária Brasileira. Para obter informações adicionais, inclusive as exceções a essa exigência, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.

A nossa política de distribuição de dividendos é a de maximizar o montante das distribuições que pagamos, na forma de juros sobre o capital próprio, de acordo com a nossa estratégia de planejamento fiscal. Isto nos permite deduzir esses pagamentos do lucro tributável. Para obter informações adicionais, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Impostos”.

### **Item 9. A Oferta e a Cotação em Bolsa**

#### **DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS**

O nosso capital social, ajustado pela bonificação de 100% deliberado na Assembléia realizada em 12 de março de 2007, é formado por 1.001.646.912 ações ordinárias e 1.001.635.736 preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações preferenciais compõem o índice Bovespa e são negociadas, sob o símbolo “BBDC4”. Em 31 de dezembro de 2006, havia 1.001.622.936 ações preferenciais em circulação no mercado.

Em junho de 1997, por intermédio do Citibank N.A. no seu papel de banco depositário, foram emitidos ADRs, Nível I, na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE e desde fevereiro de 2001, no “Mercado Latino-Americano em Euros”, conhecido como “Latibex”, em Madri, Espanha, sob o símbolo “XBBDC”.

Em novembro de 2001, nossos ADRs Nível II foram listados na NYSE sob símbolo “BBD”. A proporção de ADRs por ações preferenciais foi modificada, ficando cada ADR, então representando



5.000 ações preferenciais, para cada uma ação. Em março de 2004, além da reestruturação societária a que fomos submetidos, ajustamos a paridade de nossas ADRs em relação às nossas ações preferenciais de modo a deixar cada ADR correspondendo a uma ação preferencial.

Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação de cada espécie, resultando em um grupamento de ações de um ADR a um índice de 2 para 1, de maneira que cada ADR representasse uma ação preferencial. O grupamento de ações foi aprovado em 6 de janeiro de 2004. Em decorrência desse evento, o capital social foi alterado para 79.894.005 ações ordinárias e 78.693.936 ações preferenciais. A partir de março de 2004, nossas ações começaram a ser negociadas na Bovespa, na proporção de 1 ação para 1 ADR na NYSE e para 1 GDR no Latibex.

Em 9 de dezembro de 2004, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações representativas do capital social, sem alteração do seu valor, de duas novas ações para cada ação possuída da respectiva espécie.

Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou bonificação vinculada às nossas ações, a proporção de 1 nova ação da mesma espécie para cada ação emitida por nós. Nossos acionistas tiveram sua participação acrescida, gratuitamente. Tal bonificação foi aprovada pelo Banco Central em 14 de novembro de 2005.

Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou bonificação vinculada às nossas ações, a proporção de 1 nova ação da mesma espécie para cada ação emitida por nós.

A bonificação vinculada às nossas ações foi efetivada na Bovespa na proporção que foi aplicada aos ADRs na NYSE e GDRs na Latibex, mantendo a proporção de 1 ação para cada ADR na NYSE e 1 GDR no Latibex.

Nossos ADRs são negociadas na NYSE, sob o símbolo “BBD”.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, as cotações máximas e mínimas de preços de venda em reais, para as ações preferenciais na Bovespa:

	Preço por ação preferencial <sup>(1) (2)</sup>		Média mensal volume de negócios <sup>(1) (2)</sup>
	Máxima	Mínima	(ações em unidades)
	(em R\$)		
<b>2002</b> .....	12,30	6,07	56.602.070
<b>2003</b> .....	12,61	7,82	51.166.210
<b>2004</b> .....	17,15	8,98	47.348.207
<b>2005</b> .....	38,07	14,59	49.361.417
1º Trimestre .....	22,24	14,59	58.628.933
2º Trimestre .....	21,58	18,51	44.230.000
3º Trimestre .....	27,20	19,51	50.091.067
4º Trimestre .....	38,07	26,05	44.495.667
<b>2006</b> .....	46,02	28,33	47.462.200
1º Trimestre .....	46,02	32,64	51.441.867
2º Trimestre .....	41,25	28,33	57.123.667
3º Trimestre .....	36,95	30,59	42.727.200
4º Trimestre .....	43,25	36,05	38.556.067
Dezembro .....	43,25	39,88	35.610.000
<b>2007</b> .....			
1º Trimestre .....	45,13	36,90	52.412.733
Janeiro.....	45,13	42,00	41.449.000
Fevereiro.....	44,05	38,51	45.507.000
Março .....	42,40	36,90	70.282.200
Abril.....	44,47	40,33	53.089.300
Maio .....	50,47	43,53	60.642.400

(1) Preços e quantidades ajustados por proventos.

(2) Preços e quantidades ajustados pelo desdobramento de 12 de março de 2007.

Fonte: Economática.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda demonstrados mínimos e máximos no fechamento em dólares norte-americanos para os ADRs na NYSE:

	Preço por ADR <sup>(1) (2)</sup>		Média mensal
	Máxima	Mínima	volume de negócios <sup>(1) (2)</sup>
	(em US\$)		(ADR em unidades)
<b>2002</b> .....	5,62	1,61	27.243.900
<b>2003</b> .....	4,48	2,22	29.240.050
<b>2004</b> .....	6,34	2,92	26.441.100
<b>2005</b> .....	17,70	5,47	45.086.117
1º Trimestre.....	8,41	5,47	43.454.800
2º Trimestre.....	9,12	7,13	42.645.733
3º Trimestre.....	12,32	7,97	38.375.467
4º Trimestre.....	17,70	11,51	55.868.467
<b>2006</b> .....	21,91	12,34	61.540.383
1º Trimestre .....	21,91	14,69	61.577.067
2º Trimestre.....	20,12	12,34	84.225.000
3º Trimestre.....	17,37	13,95	49.028.867
4º Trimestre.....	20,31	16,37	51.330.600
Dezembro.....	20,31	18,39	39.792.800
<b>2007</b> .....			
1º Trimestre .....	21,23	17,20	73.638.067
Janeiro.....	21,23	19,47	65.470.000
Fevereiro.....	21,10	17,95	64.118.000
Março .....	20,59	17,20	91.326.200
Abril.....	22,00	19,71	63.421.100
Maió .....	26,20	20,97	87.573.600

(1) Preços e quantidades ajustados por proventos.

(2) Preços e quantidades ajustados pelo desdobramento de 12 de março de 2007. Começando em 21 de novembro de 2001.

Fonte: Economática.

As nossas ações preferenciais são nominativas e escriturais e prestamos todos os serviços de custódia e transferência das ações. Nossos acionistas podem optar por manter suas ações registradas na CBLC. Segundo a legislação brasileira, os detentores de nossas ações preferenciais, que não são brasileiros, poderão estar sujeitos a determinadas consequências fiscais adversas, devido à sua titularidade e com respeito a qualquer transferência de ações preferenciais. Para obter mais informações sobre as restrições relativas à transferência de ações preferenciais, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Forma e Transferência” e “ - Controles de Câmbio”.

As nossas ADSs são representadas por recibos definitivos, os “ADRs” (Recibos Depositários Americanos). As ADSs podem ser mantidas de forma escritural juntamente com instituições financeiras, que sejam participantes do “Depositary Trust Company ou DTC”. O banco depositário, no seu papel de agente de registro, presta o serviço de transferência dos ADRs. A titularidade de um ADR (e de cada ADS que lhe serve de lastro), quando estiver devidamente endossado e acompanhado dos devidos instrumentos de transferência, é transferível por tradição, tendo o mesmo efeito que no caso de um título ou valor mobiliário certificado, segundo as leis do Estado de Nova Iorque. Os detentores de ADRs que vierem a transferi-los poderão estar sujeitos a:

- reembolso ao banco depositário de quaisquer tributos, encargos fiscais ou taxas que o banco depositário tenha pago;
- pagamento de quaisquer taxas de transferência, segundo os termos do contrato de depósito;
- apresentação de comprovação satisfatória de identidade e de legitimidade de suas assinaturas ou de quaisquer outros documentos exigidos pelo contrato de depósito;

- cumprimento da legislação norte-americana, brasileira ou outras leis ou regulamentos governamentais aplicáveis; e
- cumprimento de regras razoáveis, se existentes, que nós e o banco depositário possamos estabelecer e que sejam consistentes com o contrato de depósito.

Todas as nossas ações em circulação são integralizadas e não sujeitas a chamadas de capital.

Os direitos dos detentores das ações preferenciais são limitados, em aspectos significativos, se comparados com os direitos dos detentores de ações ordinárias, de diversas maneiras significativas:

- cada ação ordinária confere ao detentor o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas, enquanto os detentores de ações preferenciais somente têm direito a voto em circunstâncias limitadas, descritas no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos a Voto”; e
- a natureza dos direitos de preferência dos acionistas preferencialistas de subscrever ações ou títulos conversíveis depende da proporção do capital que seria representada pelas ações preferenciais, após o aumento do capital, conforme descrito no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Preferência”.

Os detentores das ADSs têm direitos que correspondem às ações preferenciais que as lastreiam, sujeitos aos termos do contrato de depósito. Os detentores de ADSs são parte do contrato de depósito e, portanto, são obrigados pelos seus termos e pelos termos dos ADRs que representam as ADSs.

## **NEGOCIAÇÃO NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO**

A partir de abril de 2000, as bolsas de valores brasileiras foram reorganizadas através da troca de protocolos de intenções. Até abril de 2004, todas as ações relativas a valores mobiliários passaram a ser negociados somente na Bolsa de Valores de São Paulo, com exceção dos Leilões de Privatizações que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em maio de 2004, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi reaberta para a negociação de determinados títulos públicos.

Se V.Sas. viessem a negociar nossas ações preferenciais na Bovespa, sua negociação seria liquidada em três dias úteis após a data da negociação. Normalmente é exigido que o vendedor entregue as ações na bolsa no terceiro dia útil até as 10:00 horas após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são efetuados por meio dos serviços da CBLC.

A Bovespa é menos líquida que a NYSE, ou que outras bolsas importantes ao redor do mundo. Em 31 de dezembro de 2006, o total agregado de capitalização no mercado, das 352 empresas cotadas na Bovespa, era equivalente a aproximadamente US\$ 723 bilhões, sendo que as dez maiores empresas cotadas na Bovespa representavam aproximadamente 51,3% do total de capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na bolsa. Embora qualquer uma das ações em circulação de uma empresa cotada possa ser negociada em uma bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade das ações cotadas está efetivamente disponível para negociação pública, sendo que o restante está em mãos de pequenos grupos de controladores, de entidades governamentais ou de um acionista principal. Em 31 de dezembro de 2006, nós respondíamos por aproximadamente 5,5% da capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na Bovespa.

A negociação por um detentor julgado como não sendo domiciliado no Brasil, para fins normativos e fiscais (um “detentor não brasileiro”), nas bolsas de valores brasileiras está sujeita a certas limitações, segundo a legislação brasileira relativa a investimentos estrangeiros. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros somente podem negociar nas bolsas de valores brasileiras, de

acordo com as exigências da Resolução nº. 2.689 do CMN. Esta Resolução exige que os valores mobiliários mantidos por detentores não brasileiros sejam mantidos em custódia de, ou em conta de depósito com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução nº. 2.689 exige que detentores não brasileiros restrinjam suas negociações de títulos e valores mobiliários para transações nas bolsas de valores brasileiras ou qualificadas nos mercados de balcão. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros não devem transferir para outros detentores não brasileiros a propriedade dos investimentos feitos, segundo a Resolução nº. 2.689. Veja “Item. 10 - Informações Adicionais - Controles de Câmbio” para mais informações sobre a Resolução nº. 2.689, e “Tributação - Considerações sobre a Tributação Brasileira - Tributação dos Ganhos” para uma descrição de certos benefícios fiscais estendidos para detentores não brasileiros, qualificados na Resolução nº. 2.689.

## **Item 10. Informações Adicionais**

### **ATOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL**

Somos uma companhia aberta devidamente registrada na CVM, sob número 00090-6. O Artigo 5º do estatuto estabelece nosso objetivo de realizar operações bancárias, incluindo atividades de câmbio.

### **Comparação das práticas de governança corporativa do Bradesco com as regras da NYSE aplicáveis a companhias norte-americanas**

Em 4 de novembro de 2003, a *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) aprovou as regras finais de governança corporativa da NYSE. De acordo com tais regras, as companhias emissoras privadas estrangeiras estão sujeitas a um conjunto mais limitado de exigências relativas à governança corporativa do que as companhias emissoras norte-americanas. Na qualidade de companhia emissora privada estrangeira, devemos cumprir três regras da NYSE:

- (1) exigências relativas ao comitê de auditoria estabelecidas pela SEC;
- (2) nosso Diretor-Presidente deverá prontamente comunicar à SEC, por escrito, tão logo um diretor executivo tome conhecimento de qualquer inobservância relevante das regras de governança corporativa da NYSE; e
- (3) devemos providenciar uma breve descrição das principais diferenças entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas observadas pelas companhias norte-americanas, de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

A tabela a seguir descreve de maneira breve as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as adotadas pelas companhias norte-americanas de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

Artigo	Regras de Governança Corporativa da NYSE para Emissores Norte-Americanos	Práticas de Governança Corporativa do Bradesco
303A.01	Uma companhia listada na NYSE deve ter a maioria de seus membros do Conselho de Administração independente.	A Legislação Societária Brasileira determina que somente os acionistas de uma companhia podem ser nomeados para seu Conselho de Administração. Conseqüentemente, não há determinação legal ou estatutária exigindo que o Bradesco tenha conselheiros independentes, porém, temos dois membros independentes no Conselho de Administração, que representam o BES com sede em Portugal e o BBVA com sede na Espanha. Não há exigência de residência ou participação acionária mínima para qualificação de um conselheiro.
303A.03	Membros do Conselho de Administração que não sejam diretores de uma companhia listada deverão reunir-se em sessões periódicas sem a presença dos membros da Diretoria Executiva.	Com exceção do Presidente da Diretoria Executiva, que também é Conselheiro da companhia, nenhum dos Membros do Conselho de Administração pertence à Diretoria Executiva do Bradesco. Os Conselheiros não têm sessões periódicas sem a presença do Diretor-Presidente.
303A.04	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Nomeação / Governança Corporativa, composto integralmente de conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Possuímos Comitê Executivo de Governança Corporativa, composto de conselheiros do Bradesco. O Comitê tem um regimento que discute certos deveres mínimos.
303A.05	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Remuneração integralmente composto por conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	<p>Nós possuímos um Comitê de Remuneração, composto de três a cinco membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de um ano. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários do Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.</p> <p>Nenhum dos membros do Comitê de Remuneração é conselheiro independente. O Comitê de Remuneração tem um Regimento que estabelece as responsabilidades do Comitê.</p>
303A.06 303A.07	As companhias listadas devem ter um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo três conselheiros que satisfaçam os requerimentos da Regra 10A-3 do <i>Exchange Act</i> , com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Conforme nosso estatuto e atendendo a regulamentação do Banco Central, em julho de 2004 constituímos um Comitê de Auditoria, que é formado por três a cinco membros, cada um com mandato de um ano, e todos eles são independentes de nossa administração. Os membros são designados por e podem ser substituídos pelo Conselho de Administração. Atualmente temos quatro membros em nosso Comitê de Auditoria e apenas um desses membros é também membro de nosso Conselho de Administração. De acordo com as leis brasileiras, a

	<p>função de contratar auditores independentes é reservada ao Conselho de Administração. Conseqüentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do <i>Exchange Act</i>, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas a nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria é um órgão separado de nosso Conselho de Administração, conforme regulamentação do Banco Central, nós exercemos o direito de isenção estabelecido na regra 10A – 3(c)(3) do <i>Exchange Act</i>, com relação a isso.</p> <p>Suas principais atribuições são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, a respectiva remuneração, e fazer recomendações quanto à substituição dos auditores;</li> <li>• revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras estatutárias, inclusive notas explicativas, relatório da Administração e parecer dos auditores independentes;</li> <li>• estabelecer políticas e procedimentos para responder a quaisquer relatos ou alegações de uma falha aplicáveis ou códigos internos e regulamentos, incluindo procedimentos para garantir a confidencialidade e proteção de quais quer pessoas que forneçam informações referentes a estas falhas;</li> <li>• avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; e</li> <li>• reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria Executiva e auditorias independente e externa.</li> </ul> <p>Nós também possuímos um Conselho Fiscal, composto de três a cinco membros efetivos e o mesmo número de suplentes. Atualmente há três membros efetivos e três suplentes. O Conselho Fiscal é um órgão corporativo independente. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, nosso Conselho Fiscal tem como direitos e obrigações, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres;</li> <li>• examinar e opinar sobre nossas demonstrações financeiras estatutárias antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas, o parecer dos</li> </ul>
--	---

		<p>auditores independentes e os relatórios da Administração; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>opinar sobre propostas de nossa Administração, a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e/ou juros sobre o capital próprio, transformação na estrutura societária, incorporação, fusão, consolidação ou cisão.</li> </ul>
303A.08	Os acionistas deverão ter a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração, bem como as alterações dos mesmos, levadas em consideração as exceções constantes das regras da NYSE.	De acordo com a Legislação Societária Brasileira, é necessária a aprovação dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração mediante entrega de participação no capital social. Nós não possuímos atualmente qualquer plano de remuneração baseado em “opções de ações”.
303A.09	As companhias listadas devem adotar e divulgar Diretrizes de Governança Corporativa que abranjam certos requisitos mínimos especificados	Nós não possuímos diretrizes de governança corporativa, formalmente divulgadas em um documento único. Nossas diretrizes e práticas de governança corporativa estão disponíveis no <i>website</i> , por meio do endereço ( <a href="http://www.bradesco.com.br/ri">http://www.bradesco.com.br/ri</a> ) e no nosso relatório da administração.
303A.10	As companhias listadas devem adotar e divulgar um código de conduta e ética para conselheiros, diretores e empregados, divulgando prontamente toda dispensa do código concedida para conselheiros ou diretores.	Adotamos Códigos de Ética, os quais aplicam-se ao Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como aos nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e funcionários, bem como a todos os nossos parceiros e prestadores de serviços. Nós possuímos um Comitê de Conduta Ética, eleito pelo Conselho de Administração, com o objetivo de propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Ética, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade. Toda e qualquer alteração ou isenção nos Códigos de Ética serão divulgadas em nosso <i>website</i> .
303A.12	O CEO de toda companhia listada deve declarar prontamente à NYSE por escrito, depois que qualquer executivo da companhia listada ficar sabendo de qualquer descumprimento significativo de qualquer determinação da seção 303A.	O nosso Diretor-Presidente prontamente informará por escrito à NYSE na hipótese de um membro da Diretoria Executiva tomar conhecimento de qualquer inobservância relevante às regras da NYSE, relativas à política de governança corporativa.

## **Organização**

### **Qualificação dos Conselheiros**

A lei brasileira determina que para ser Conselheiro é necessário ser acionista da empresa. Não há exigência quanto à participação acionária mínima ou de residência para se qualificar como um conselheiro.

### ***Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos***

Nosso estatuto exige que o Conselho de Administração recomende, anualmente, a cada assembléia geral ordinária, a alocação do lucro líquido para o exercício fiscal, como segue:

- 5,0% do lucro líquido para uma reserva legal, sem exceder 20,0% de nosso capital integralizado durante cada exercício fiscal. Esta exigência não será aplicável em exercícios fiscais em que a reserva legal, acrescida às outras reservas de capital, exceder 30,0% de nosso capital integralizado;
- por proposta de nossa Administração, um valor para a reserva para contingências contra perdas futuras; este valor é determinado por nossos acionistas, com base em perdas potenciais que eles considerem prováveis. Historicamente nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva;
- pelo menos 30,0% do lucro líquido (após as deduções dos dois itens anteriores) para distribuição obrigatória aos nossos acionistas; e
- o remanescente, após as distribuições acima, para uma reserva de lucros para a manutenção de uma margem operacional, que seja compatível com a conduta de nossos negócios de financiamento, até um limite de 95,0% de nosso capital social integralizado.

Nosso estatuto também autoriza os acionistas a alocar um valor à reserva de lucro a realizar. Historicamente nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva.

O mínimo de 30,0% de nosso lucro líquido ajustado deve ser distribuído como dividendos anuais e devem ser pagos no prazo de 60 dias, contados a partir da assembléia geral ordinária na qual a distribuição for aprovada. Entretanto, a Legislação Societária Brasileira permite que suspendamos o pagamento da distribuição obrigatória, se o Conselho de Administração relatar na assembléia de acionistas que a distribuição seria incompatível com nossa situação financeira, caso em que a suspensão fica sujeita à homologação pela assembléia dos acionistas. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, o Conselho Fiscal deve elaborar parecer sobre a matéria e o Conselho de Administração deve apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de cinco dias a partir da assembléia de acionistas. O lucro não distribuído devido à suspensão deve ser alocado para uma reserva especial. Se não absorvidos pelas perdas subseqüentes, os valores na reserva devem ser pagos como dividendos, tão logo nossa situação financeira permitir.

Os acionistas preferencialistas têm direito a receber dividendos por ação em um valor 10,0% superior aos dividendos pagos por ação aos acionistas ordinaristas.

Devemos preparar demonstrações financeiras pelo menos trimestralmente. Nossa Diretoria Executiva, com aprovação do Conselho de Administração, pode distribuir dividendos com base nos lucros relatados nas demonstrações financeiras intermediárias. Nosso Estatuto prevê o pagamento de dividendos intermediários, sendo que o valor desses dividendos distribuídos não pode exceder o valor dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Nossa Diretoria Executiva baseia o valor dos dividendos intermediários em lucros previamente acumulados ou lucros retidos.

Desde 1970, temos distribuído dividendos mensalmente. Atualmente, mantemos sistemática de pagamento mensal automático de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas.

De acordo com a lei brasileira, nosso estatuto permite que a Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho de Administração, faça distribuições na forma de juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio, descontado o imposto de renda retido na fonte, podem ser considerados para efeitos de cálculo do dividendo obrigatório. Desde julho de 1997, temos feito pagamentos mensais de juros sobre o capital próprio em valor aprovado pelo Conselho de Administração, antes da declaração dos dividendos no final de cada exercício. Os valores pagos como juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são



deduzidos do valor de dividendos declarados. A Seção “Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil - Distribuições de Juros sobre o Capital” descreve certos limites a serem observados no pagamento de juros sobre o capital próprio e nas deduções relacionadas às distribuições de juros sobre o capital próprio.

De acordo com a lei brasileira, um acionista que não recebe um pagamento de dividendos pode iniciar um procedimento para a cobrança dos mesmos no prazo de três anos contados da data que disponibilizamos os dividendos para distribuição. Encerrado este prazo, os dividendos não reclamados reverterem para a Companhia.

### ***Assembléias de Acionistas***

Os acionistas têm o poder de decidir quaisquer assuntos relacionados ao nosso objetivo social e de aprovar quaisquer resoluções que julgarem necessárias para nossa proteção e desenvolvimento, através de votação em assembléia geral de acionistas.

Nós convocamos assembléias de acionistas por publicação de edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, ambos no estado de São Paulo. O edital deve ser publicado por três vezes, começando pelo menos 15 dias corridos antes da data marcada para realização da assembléia. O edital deve conter a pauta da assembléia e, no caso de uma proposta de alteração dos nossos estatutos, uma indicação do assunto em questão.

O Conselho de Administração ou, em algumas situações específicas determinadas na Legislação Societária Brasileira, os acionistas podem convocar nossas assembléias gerais de acionistas. Um acionista pode ser representado em uma assembléia geral por um procurador, constituído há menos de um ano. Referido procurador deve ser acionista, membro de nossa Administração, advogado ou uma instituição financeira. O instrumento de mandato outorgado deve cumprir certas formalidades determinadas pela lei brasileira.

A validade das deliberações tomadas em uma assembléia geral de acionistas condiciona-se à presença, na assembléia, de acionistas representando pelo menos um quarto de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Entretanto, no caso de uma assembléia geral para alterar nosso estatuto, devem estar presentes os acionistas representando pelo menos dois terços de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Não sendo verificado o quorum referido, o Conselho de Administração pode convocar uma segunda assembléia, de acordo com as regras de publicação descritas acima, com antecedência mínima de oito dias corridos anteriores à data da assembléia marcada. A segunda assembléia geral não encontra-se sujeita às exigências de quorum aplicáveis à primeira.

### ***Direitos de Voto***

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas assembléias de acionistas. As deliberações de uma assembléia geral de acionistas são tomadas pelo voto dos detentores da maioria simples de nossas ações ordinárias, sem computar as abstenções, salvo em situações excepcionais especificamente previstas na legislação em vigor.

Em março de 2002, a Lei das Sociedades Anônimas brasileira foi modificada de modo a, entre outras coisas, conferir maior proteção aos acionistas minoritários e garantir o direito de designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, aos acionistas que não são controladores, mas que tenham detido, por pelo menos os três meses anteriores (i) ações preferenciais representando pelo menos 10,0% de nosso capital social, ou (ii) ações ordinárias representando pelo menos 15,0% de nossas ações do capital com direito a voto. Se nenhum acionista atingir os limites

mínimos, os acionistas que representam pelos menos 10,0% de nosso capital acionário podem combinar seus investimentos para designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração.

No período compreendido entre 2003 e 2005, os acionistas preferencialistas, qualificados acima, somente poderiam designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, dentre uma lista de três candidatos escolhidos pelo nosso acionista controlador. Esta prerrogativa não foi utilizada em nossas Assembléias Gerais, já que foi acatada a indicação de dois membros independentes de nossos acionistas minoritários BES e BBVA.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico – Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

A legislação societária brasileira determina que as ações preferenciais sem direito a voto adquiram tal direito quando a companhia descumprir com os termos determinados em seu estatuto (por um período superior a 3 exercícios fiscais) quanto ao pagamento de dividendos fixos ou mínimos aos quais tais ações têm direito. Esse direito a voto permanece em vigor até que o pagamento dos dividendos cumulativos seja feito.

### ***Acionistas***

De acordo com a lei brasileira, as seguintes deliberações dependem da aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação adversamente afetadas, assim como dos acionistas titulares de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas:

- criação de ações preferenciais ou aumento de uma classe já existente de ações preferenciais sem preservar a proporção com qualquer outra classe de ações preferenciais já existentes;
- mudanças nas preferências, privilégios ou condições de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais; e
- criação de uma nova classe de ações preferenciais que tenha uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização superior às das classes de ações preferenciais já existentes.

Referidas deliberações devem ser votadas pelos detentores de ações preferenciais adversamente afetadas, em uma assembléia especial, na qual cada ação preferencial dá ao seu titular direito a um voto. Os acionistas preferencialistas têm o direito de votar em qualquer deliberação de mudança de nosso tipo societário e obterão o direito de votar se entrarmos em um processo de liquidação.

A aprovação dos detentores de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas é exigida para as seguintes medidas:

- redução da distribuição obrigatória dos dividendos;
- aprovação de uma incorporação, fusão ou cisão;
- aprovação de nossa participação em um “grupo de sociedades” (um grupo de empresas cuja gestão é coordenada através de relacionamentos contratuais e participações acionárias) como definido na Legislação Societária Brasileira;
- mudança no objeto social;

- cessação do estado de liquidação; e
- aprovação de dissolução.

Em cumprimento ao disposto na Legislação Societária Brasileira, os detentores de ações ordinárias, em deliberação na assembléia geral de acionistas, têm poderes exclusivos para:

- alterar nosso estatuto, incluindo alterações dos direitos de detentores de ações ordinárias;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração;
- tomar as contas anuais preparadas pela Administração e aceitar ou rejeitar as demonstrações financeiras da Administração, incluindo a alocação dos lucros líquidos para pagamento dos dividendos obrigatórios e a alocação para as diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista que não cumpriu com as obrigações impostas por lei ou pelo nosso estatuto;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos aportados por um acionista em aumentos de capital; e
- aprovar reestruturações societárias, tais como: incorporações, fusões e cisões; dissolver ou liquidar, eleger ou demitir nossos liquidantes ou examinar suas contas.

### ***Direitos de Preferência***

Cada um de nossos acionistas tem um direito geral de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em qualquer aumento de capital, na proporção da participação já detida. Deve ser concedido aos acionistas um prazo de pelo menos 30 dias, após a publicação do aviso da emissão de ações ou títulos conversíveis, para exercerem seus direitos de preferência.

Conforme descrito em “Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros” nos termos da Constituição Brasileira, o aumento da participação dos investidores estrangeiros no capital votante (ações ordinárias) das instituições financeiras está sujeito à autorização prévia do Governo Brasileiro. Portanto, no caso de ações ordinárias serem emitidas, nossos acionistas estrangeiros poderiam ser impedidos de exercer seus direitos de preferência.

No caso de um aumento de capital que mantivesse ou aumentasse a proporção de capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência para subscrever apenas as ações preferenciais então emitidas. No caso de um aumento de capital que reduzisse a proporção do capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência em subscrever quaisquer novas ações preferenciais proporcionais à participação já detida, e ações ordinárias (sujeitas às restrições sobre propriedade estrangeira mencionadas acima) apenas na medida em que seja necessário para impedir a diluição de suas participações em nosso capital total. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, os acionistas podem transferir ou dispor de seus direitos de preferência.

Os acionistas não podem exercer seus direitos de preferência relativos às ações preferenciais subjacentes às suas ADSs, a menos que uma declaração de registro de acordo com a Lei de Valores Mobiliários de 1933 dos Estados Unidos esteja vigente com relação a estes direitos ou se uma isenção das exigências de registro da referida Lei de Valores esteja disponível. Os acordos contratuais que regem as ADSs determinam que o custodiante das ações subjacentes às ADSs podem, se possível,

transferir ou dispor de seus direitos de preferência. Tais acordos contratuais que regem as ADSs determinam que o custodiante deve remeter o valor recebido ao banco depositário que mantém as ADSs. Sua distribuição pelo banco depositário aos detentores das ADSs é líquida de quaisquer tarifas devidas ao custodiante e ao banco depositário. Para mais detalhes, veja “Item 3 - Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs”.

### ***Direito de Retirada***

A Legislação Societária Brasileira estabelece que sob certas circunstâncias um acionista tem o direito de resgatar suas participações em ações de uma empresa e receber um pagamento pela porção do patrimônio líquido atribuível à sua participação em ações.

Este direito de retirada pode ser exercido:

- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes da classe de ações afetada adversamente (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
  - a criação de ações preferenciais ou um aumento em uma classe existente de ações preferenciais relativas a outra classe ou classes de ações preferenciais;
  - a modificação de uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização concedida sobre uma ou mais classes de ações preferenciais;
  - a criação de uma nova classe de ações preferenciais com maiores privilégios que a classe existente de ações preferenciais; ou
- Pelos acionistas dissidentes ou não-votantes (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
  - a redução na distribuição obrigatória de dividendos;
  - uma mudança em nosso objeto social;
  - uma transferência de todas as nossas ações para outra empresa, nos tornando uma subsidiária integral de tal empresa, conhecida como uma incorporação de ações; ou
- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes de ações ordinárias, caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
  - a aquisição de controle de outra empresa a um preço que exceda certos limites estabelecidos na Legislação Societária Brasileira;
  - uma fusão ou incorporação da sociedade, desde que suas ações não tenham liquidez e estejam amplamente difundidas no mercado;
  - participação em um grupo de sociedades, como definido na Legislação Societária Brasileira, desde que suas ações não tenham liquidez e estejam amplamente difundidas no mercado; ou
  - uma cisão que resulte, dentre outras coisas, em uma redução do dividendo anual obrigatório, na participação em um grupo de sociedades ou na mudança do objeto societário.

Nossos acionistas dissidentes ou não-votantes também têm o direito de retirada caso a

sociedade resultante de nossa fusão, incorporação de nossas ações ou cisão não se torne uma companhia com ações negociadas em bolsa dentro de 120 dias da assembleia de acionistas na qual a decisão relevante foi tomada. Os acionistas dissidentes ou não-votantes apenas terão o direito de retirada se eles forem titulares das ações que foram adversamente afetadas no momento da primeira convocação para assembleia na qual a decisão foi tomada. Se um anúncio público da medida tomada ou a ser tomada for feito antes da convocação para assembleia, a titularidade de ações dos acionistas é baseada na data do anúncio.

O direito de retirada prescreve em prazo de trinta dias contados a partir da publicação das atas da assembleia de acionistas, na qual a medida foi tomada, exceto quando a resolução está sujeita à confirmação pelos acionistas preferencialistas (o que deve ser feito em assembleia especial a ser realizada dentro de um ano). Neste caso, o prazo de trinta dias é contado da data em que a ata da assembleia especial é publicada. Nós teríamos direito a reconsiderar qualquer ato que desse origem a direitos de recesso dentro de dez dias após o do vencimento de tais direitos, se o reembolso de ações de acionistas dissidentes prejudicasse nossa estabilidade financeira.

Em todas as situações descritas acima, nossas ações seriam resgatáveis por seu valor contábil, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado por nossos acionistas. Se a assembleia de acionistas que deu origem aos direitos de retirada ocorrer após mais que sessenta dias contados a partir da data do último balanço aprovado, um acionista pode exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço patrimonial de uma data dentro de sessenta dias antes de tal assembleia de acionistas.

### ***Liquidação***

No caso de nossa liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito a prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. O valor ao qual eles teriam direito é baseado na parcela do capital representado pelas ações preferenciais, como ajustado oportunamente para refletir quaisquer aumentos ou reduções de capital. Após o pagamento de todos os nossos credores, nossos ativos residuais seriam usados para retornar o valor do capital representado pelas ações preferenciais aos acionistas preferencialistas. Uma vez que os acionistas preferencialistas tivessem sido totalmente reembolsados, os acionistas ordinários seriam reembolsados na parcela do capital representado pelas ações ordinárias. Todos os nossos acionistas participariam igualmente e proporcionalmente em quaisquer ativos remanescentes residuais.

### ***Resgate***

Nosso estatuto determina que nossas ações não são resgatáveis. Entretanto, a Legislação Societária Brasileira nos autoriza a resgatar ações de acionistas minoritários se, depois de uma oferta pública para fechamento de capital, nosso acionista controlador aumentar sua participação em nosso capital acionário total para mais de 95,0%.

### ***Direitos de Conversão***

Nosso estatuto determina que nossas ações ordinárias não podem ser convertidas em ações preferenciais ou nossas ações preferenciais em ações ordinárias.

### ***Responsabilidade de Nossos Acionistas por Futuras Chamadas de Capital***

Nem a lei brasileira nem nosso estatuto prevêm chamadas de capital. A responsabilidade de nossos acionistas é limitada ao pagamento do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

### ***Forma e Transferência***

Nossas ações são registradas de maneira escritural e nós desenvolvemos todos os serviços de custódia e transferência de ações. Para fazer uma transferência, nós fazemos um lançamento no registro, debitamos a conta de ações do transferidor e creditamos a conta de ações do adquirente.

As transferências de ações por um investidor estrangeiro são feitas da mesma maneira e executadas por um agente local do investidor em seu nome. Entretanto, se o investimento original estiver registrado no Banco Central, conforme um mecanismo de investimento estrangeiro regulamentado pela Resolução nº. 2.689 do CMN, como descrito em “Controles de Câmbio” a seguir, o investidor estrangeiro deve declarar a transferência em seu registro eletrônico.

Nossos acionistas podem optar por manter suas ações na CBLC. As ações são acrescidas ao sistema da CBLC, através de instituições brasileiras que têm contas de compensação com a CBLC. Nosso registro de acionistas indica quais ações são transacionadas no sistema da CBLC. Cada acionista participante é, por sua vez, registrado em um registro de acionistas beneficiários mantido pela CBLC e é tratado da mesma maneira que nossos acionistas registrados.

### ***Regras Brasileiras Relativas à Divulgação de Informações***

Em janeiro de 2002, a CVM emitiu regulamentos, revisados em junho de 2002 e março de 2007, referentes à divulgação de informações relacionadas ao mercado. Esta regulamentação inclui determinações que, dentre outras:

- definem que informações devem ser arquivadas na CVM na forma de um aviso aos acionistas ou fato relevante, incluindo qualquer decisão de nossos acionistas controladores que pudesse influenciar o preço de seus títulos ou qualquer decisão do acionista controlador em negociar, ou deixar de negociar, tais títulos, ou exercer quaisquer direitos subjacentes aos títulos;
- ampliam o rol de exemplos de fatos que devem ser considerados como relevantes, incluindo, entre outros:
  - a execução, emenda ou encerramento de acordos de acionistas dos quais somos parte ou que foram registrados em nossos livros;
  - a entrada ou retirada de acionistas que mantém quaisquer contratos de colaboração financeira, operacional, tecnológica ou administrativa conosco;
  - qualquer autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
  - a fusão, consolidação ou cisão de uma companhia ou suas coligadas;
  - a mudança na composição do patrimônio da companhia;
  - a mudança de critérios contábeis;
  - a renegociação de dívidas;
  - a alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários de uma companhia;
  - a aquisição de ações de uma companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e sua alienação;

- lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;
  - a celebração ou extinção de um contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público; e
  - a aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- estendem, no caso do nosso executivo responsável pelas relações com investidores não o fazer, a responsabilidade para divulgar fatos relevantes aos nossos acionistas controladores, a todos os membros de nossa Administração, aos membros de nosso Conselho Fiscal e a quaisquer outros de nossos órgãos técnicos ou consultivos criados por nossos estatutos;
  - estendem a obrigação de sigilo de fatos relevantes ainda não divulgados, além de nossos administradores e acionistas controladores, aos membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos e aos nossos funcionários envolvidos com a matéria objeto de fatos relevantes;
  - nos obrigam a divulgar fatos relevantes a todos os mercados nos quais nossos títulos são admitidos à negociação;
  - nos obrigam a publicar qualquer intenção de tirar a empresa da Bolsa no período de um ano, no caso de adquirirmos participação controladora em uma companhia que tenha ações negociadas no mercado;
  - ampliam as regras relativas às exigências de divulgação na aquisição e venda de uma participação acionária relevante, ou de negociação de valores mobiliários de nossa emissão por nossos acionistas administradores, membros de nosso Conselho Fiscal ou membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos; e
  - vedam a negociação, antes da divulgação do fato relevante ao mercado com valores mobiliários de nossa emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, ou por quem, em virtude de seu cargo, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

### ***Regulamento e Restrições sobre Detentores Não Brasileiros***

A Constituição Brasileira proíbe qualquer aumento na participação estrangeira no capital social das instituições financeiras sediadas no Brasil. Entretanto, em razão de sermos uma instituição financeira aberta, os detentores não brasileiros de nossas ações preferenciais beneficiam-se de uma exceção a esta determinação. Conseqüentemente, detentores estrangeiros não enfrentam restrições legais sobre a propriedade de nossas ações preferenciais ou de ADRs, com base em nossas ações preferenciais, e são autorizados a ter todos os direitos e preferência de tais ações preferenciais.

Entretanto, a capacidade de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e os resultados das operações de venda das ações preferenciais ou direitos de preferência e remeter tais montantes fora do Brasil está sujeita a restrições, de acordo com a legislação estrangeira de investimento que normalmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento relevante no Banco Central. Todavia, qualquer detentor não brasileiro que se registre na CVM, de acordo com a Resolução nº. 2.689, pode comprar e vender títulos nas bolsas de valores brasileiras, sem obter um certificado separado de registro para cada transação.

O Anexo 5 da Resolução nº 1.289 do CMN, conhecido como os “Regulamentos do Anexo 5”, autoriza as empresas brasileiras a emitir os recibos de depósitos nos mercados de câmbio. Nosso

programa de ADR está devidamente registrado no Banco Central do Brasil.

Nosso estatuto não impõe nenhum limite aos direitos de residentes ou não residentes brasileiros de possuir ações e exercer os direitos em relação a isso.

### ***Novo Código Civil***

Um novo Código Civil Brasileiro entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003. O novo Código foi emitido com o intuito de atualizar a legislação civil brasileira. O novo Código introduziu alterações a respeito de vários tópicos, incluindo contratos e a Legislação Societária Brasileira. As transações e outras leis realizadas antes da vigência do novo Código Civil continuam sendo reguladas pelas leis anteriores, exceto pelos efeitos de tais transações, se ocorridos depois de 11 de janeiro de 2003, bem como quaisquer transações ou outras leis realizadas após esta data, que estão sujeitas ao novo Código Civil.

### ***Transferência de Controle***

Nosso estatuto não contém nenhuma determinação que pudesse ter o efeito de retardar, adiar ou impedir uma mudança em nosso controle ou que operaria apenas com respeito a uma fusão, aquisição ou reestruturação corporativa nos envolvendo ou qualquer uma de nossas subsidiárias. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros exigem que qualquer transferência de controle de uma instituição financeira seja previamente aprovada pelo Banco Central.

Além disso, a Legislação Societária Brasileira determina que a aquisição do controle de uma companhia aberta depende da oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação por preço equivalente a 80,0% do preço por ação pago ao bloco controlador. Em dezembro de 2003, alteramos nossos estatutos para determinar que na ocorrência de uma mudança em nosso controle, o adquirente será obrigado a pagar aos nossos acionistas um valor igual a (a) no caso de nossos acionistas ordinários não controladores, 100,0% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores e (b) no caso de nossos acionistas preferencialistas, 80,0% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores.

No caso de liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito à prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. Para mais informações, veja “Liquidação”. Além disso, no caso de uma transferência de controle, nossos acionistas têm o direito de retirada sob certas circunstâncias. Para mais informações, veja “Direito de Retirada”.

A Legislação Societária Brasileira obriga nosso acionista controlador a fazer oferta de nossas ações se ele aumentar sua participação em nosso capital acionário para um nível que afete significativamente e negativamente a liquidez de nossas ações.

### ***Divulgação do Controle de Acionistas***

Os regulamentos brasileiros exigem que qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando o mesmo interesse, que tenha adquirido, direta ou indiretamente, uma participação correspondente a 5,0% das ações de qualquer classe ou espécie de uma empresa negociada publicamente deve divulgar a propriedade das ações à CVM e às bolsas de valores brasileiras. Além disso, uma declaração contendo informações exigidas deve ser publicada nos jornais. Qualquer aumento ou redução subsequente de 5,0% ou mais no controle das ações de qualquer classe ou espécie deve ser divulgado da mesma forma.

### ***Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas da Bovespa***

A Bovespa tem um programa conhecido como Programa de Práticas de Governança



Corporativa Diferenciadas, que chamamos de “programa PGCD”. De acordo com o programa PGCD, as empresas registradas em Bolsa podem aderir a um ou dois conjuntos de regras que aplicam-se à Empresa, sua Administração e acionistas controladores, com o objetivo de promover boas práticas de governança corporativa e melhorar a divulgação no mercado.

Desde 2001, estamos em concordância com o primeiro conjunto de regras, menos rigoroso, de acordo com o programa PGCD.

As exigências que devemos cumprir, incluem:

- Manter um *free float* mínimo de 25,0% de nosso Capital Social;
- Realizar reunião pública anual com analistas e quaisquer outros interessados;
- Divulgar calendário anual dos eventos corporativos;
- Utilizar mecanismos em ofertas públicas, com o objetivo de aumentar a dispersão de capital;
- Divulgar trimestralmente as demonstrações financeiras consolidadas, que estão sujeitas à revisão limitada; e
- Divulgar informações sobre títulos, incluindo derivativos, mantidos por acionistas controladores, membros de nossa Administração e membros de nosso Conselho Fiscal.

## **CONTRATOS SIGNIFICATIVOS**

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco celebraram um Acordo de Acionistas com o BBVA. Conforme termos do Acordo, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. O Acordo de Acionistas determina que o BBVA terá esse direito enquanto possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Contudo, se a participação do BBVA for inferior a este percentual devido a um aumento em nosso capital social, em que aos nossos acionistas, incluindo BBVA, não são dados direitos de preferência, o direito do BBVA de eleger um membro para nosso Conselho de Administração não será afetado. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

## **CONTROLES DE CÂMBIO**

O Banco Central pode impor restrições temporárias à remessa de capital estrangeiro para o exterior, inclusive os pagamentos de principal, juros ou dividendos, e sobre a repatriação de capital sempre que houver um desequilíbrio significativo na balança de pagamentos do Brasil ou se ele prever esse desequilíbrio. A última ocorrência de restrições à remessa de capital estrangeiro foi em 1989, quando, durante aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990, o Governo Brasileiro congelou todas as remessas para o exterior de dividendos e capital investido. O Banco Central posteriormente liberou esses valores para remessas ao exterior, de acordo com diretrizes do Governo Brasileiro. O Governo Brasileiro pode tomar medidas semelhantes no futuro.

Segundo as leis tributárias brasileiras, detentores não brasileiros de valores mobiliários beneficiam-se de um tratamento tributário favorável, se estiverem qualificados nos termos da Resolução nº. 2.689. Para qualificar-se nos termos da Resolução nº. 2.689, um detentor não brasileiro precisa:

- nomear um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos ao investimento;
- registrar-se como um investidor estrangeiro junto à CVM; e
- registrar seu investimento junto ao Banco Central.

Veja “Tributação - Considerações Tributárias Brasileiras - Tributação de Ganhos” para uma descrição dos benefícios fiscais concedidos a detentores não brasileiros de valores mobiliários, que se qualifiquem segundo a Resolução nº. 2.689.

Segundo a Resolução nº. 2.689, os valores mobiliários detidos por detentores não brasileiros devem ser mantidos sob a custódia de, ou em contas de depósito junto a instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários é restrita, nos termos da Resolução nº. 2.689, a operações em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão qualificados.

Os detentores não brasileiros registrados podem investir em qualquer tipo de investimento disponível para cidadãos brasileiros nos mercados financeiro e de valores mobiliários, com a exceção dos casos em que a Constituição Brasileira limita a capacidade de detentores não brasileiros de adquirir capital de instituições financeiras, conforme discutido acima em “Regulamentação e Restrições a Detentores Não Brasileiros”. O registro permite aos investidores remeter moeda estrangeira para fora do Brasil, quando os recursos são distribuições sobre ações preferenciais registradas ou o produto da alienação dessas ações. Os recursos são convertidos para moedas estrangeiras à taxa aplicável do Mercado de Câmbio.

O capital registrado relativo a cada ação preferencial comprada no Brasil e depositado junto ao custodiante é igual ao seu preço de compra (declarado em dólares norte-americanos). Se um detentor de ADSs preferir cancelar ADSs em troca de ações preferenciais, o investimento em ações preferenciais poderá ser registrado no Banco Central. Esse registro é necessário para que o detentor receba distribuições ou o produto de alienações das ações fora do Brasil.

No caso de um investimento, segundo a Resolução nº. 2.689, o registro é feito eletronicamente pelo representante local. O capital registrado, relativo a uma ação preferencial retirada do banco depositário mediante cancelamento de uma ADS, será o equivalente em dólares norte-americanos:

- ao preço médio de uma ação preferencial na bolsa de valores na data da retirada; ou
- se ações preferenciais não forem vendidas nesse dia, ao preço médio na bolsa de valores nas 15 sessões de negociação imediatamente anteriores à retirada.

Quando um detentor de ADSs troca ADSs pelas ações preferenciais subjacentes, o detentor tem direito a:

- vender as ações preferenciais na bolsa de valores e remeter o produto para o exterior dentro de cinco dias úteis; ou
- converter livremente o investimento nas ações preferenciais em um investimento, segundo a Resolução nº. 2.689 (mediante o cumprimento das exigências legais acima descritas) ou em um investimento estrangeiro direto no Brasil (de acordo com as normas aplicáveis).

Os detentores que não cumprirem as normas acima descritas ainda poderão registrar o investimento, mas o processo de registro ficará sujeito a procedimentos detalhados estabelecidos pelo

Banco Central. Os detentores que não cumprirem essas normas poderão também ficar sujeitos a penalidades monetárias.

## **IMPLICAÇÕES FISCAIS**

O resumo a seguir contém uma descrição das principais conseqüências quanto aos tributos brasileiros incidentes sobre a renda e imposto de renda federal devidos nos EUA, relativamente à aquisição, propriedade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. No entanto, este resumo não deve ser considerado como uma descrição exaustiva de todos os tributos que possam vir a incidir nas referidas operações. Conseqüentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs.

Este resumo baseia-se nas leis tributárias brasileiras e dos Estados Unidos em vigor na data da elaboração deste documento, as quais poderão estar sujeitas a eventuais alterações posteriores.

Não existe atualmente um tratado para a dupla tributação celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos. Todavia, por haver reciprocidade de tratamento nos Estados Unidos, o fisco brasileiro assegura a residentes no País o direito de compensarem do montante do imposto de renda devido o valor do imposto incidente sobre a mesma renda que já tenha sido pago nos Estados Unidos. Muito embora as autoridades fiscais dos dois países têm mantido discussões que podem culminar nesse tratado, nenhuma garantia pode ser dada no que se refere a possibilidade de um tratado de tal natureza vir a ser assinado ou como ele eventualmente afetará os detentores norte-americanos de nossas ações preferenciais ou ADSs. Conseqüentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs em suas circunstâncias particulares.

### ***Considerações sobre Tributação no Brasil***

O texto a seguir resume as principais conseqüências tributárias brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro. Esse texto não discute todas as considerações tributárias brasileiras que podem ser aplicadas a quaisquer detentores não brasileiros, e cada um deles deve consultar seu próprio consultor tributário sobre as conseqüências tributárias brasileiras do investimento em ações preferenciais ou ADSs.

### ***Tributação de Dividendos***

Os dividendos pagos por nós, oriundos de lucros de exercícios a partir de 1º de janeiro de 1996 a qualquer beneficiário, inclusive ao banco depositário com relação a ações preferenciais subjacentes a ADSs e a um detentor não brasileiro com relação a ações preferenciais, não estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro. Apenas dividendos distribuídos em relação a lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro, a menos que o montante dos respectivos dividendos seja utilizado para aumentar nosso capital e estas ações não sejam resgatadas por um período de cinco anos. Por força da legislação brasileira, assumimos a responsabilidade pela retenção e pagamento de quaisquer tributos sobre dividendos que distribuimos.

### ***Distribuições de Juros sobre o Capital***

As sociedades anônimas brasileiras podem, sujeitas a certas limitações, efetuar pagamentos a acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, como uma forma alternativa de distribuições de dividendos. A principal diferença entre dividendos e juros sobre o capital é seu tratamento tributário.

Distribuições de dividendos não são dedutíveis para apuração do imposto de renda. Por outro lado, para efeitos de apuração do imposto de renda devido pela pessoa jurídica no Brasil, podem ser deduzidas as distribuições de juros sobre o capital pagos a detentores brasileiros e não brasileiros de ações preferenciais e ordinárias, inclusive pagamentos ao banco depositário com relação a ações preferenciais objeto das ADSs, até uma taxa de juros que não exceda a variação pro-rata dia da taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, a TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, apurado de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. O valor total distribuído como juros sobre capital próprio, que pode ser deduzido da base do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, não pode exceder o que for maior do que:

- 50,0% de nosso lucro líquido (antes de considerar essa distribuição e quaisquer deduções para fins do cálculo de impostos de renda), apurado pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado; ou
- 50,0% dos lucros retidos nos exercícios anteriores ao exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado, calculado segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Os pagamentos de juros sobre o capital próprio estão sujeitos a retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 15,0%, com exceção de pagamentos a pessoas que sejam isentas de imposto no Brasil. Com relação aos pagamentos efetuados a pessoas residentes em jurisdições consideradas como de “tributação favorecida” (assim considerados os países que (a) não tributam a renda ou que a tributam a uma alíquota inferior a 20,0% ou ainda (b) países cuja legislação societária interna imponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição), a legislação tributária brasileira determina que estas remessas estão sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25,0%. É de nossa responsabilidade a retenção e o pagamento de quaisquer tributos resultantes dos juros sobre o capital próprio que distribuimos.

Valores pagos a título de juros sobre o capital (líquidos da retenção na fonte do imposto de renda devido) podem ser tratados como pagamentos dos dividendos que somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas de acordo com nosso estatuto social. As distribuições de juros sobre o capital relativamente às ações preferenciais, inclusive distribuições ao banco depositário relativamente a ações preferenciais subjacentes a ADSs, podem ser convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para fora do Brasil, sujeitas aos controles de câmbio aplicáveis.

Pagamentos de juros sobre o capital são decididos pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações de nossa Diretoria Estatutária.

Nosso Conselho de Administração tem tradicionalmente aprovado a distribuição máxima de juros sobre o capital próprio permitida por lei.

### **Tributação de Ganhos**

Os ganhos realizados fora do Brasil por um detentor não residente no Brasil sobre a alienação de ADSs ou ações preferenciais a outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

Os ganhos realizados por detentores residentes no Brasil sobre quaisquer alienações de ações preferenciais no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- 20,0% se a transação for executada na bolsa de valores, por operação “day trade”; ou
- 15,0% nas demais hipóteses.

Os rendimentos auferidos em operações de “day trade” realizados em Bolsas de Valores, de Mercadorias, de Futuros e Assemelhados sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte a alíquota de 1,0%, podendo este imposto ser deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês.

A partir de 1º de janeiro de 2005, os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em Bolsas de Valores, de Mercadorias, de Futuros e Assemelhadas, exceto as de “day trade” (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), passaram a estar sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%. Para mais informações sobre esta incidência, veja “Item 10. Tributação”.

Os ganhos realizados em qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil por detentores não brasileiros que sejam residentes em um país que, segundo as leis brasileiras, seja considerado como sendo de “tributação favorecida”, estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos de capital realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um país considerado como de “tributação favorecida”, não estão sujeitos ao imposto brasileiro se:

- os resultados obtidos com a alienação forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado no Banco Central do Brasil, na forma prevista pela Resolução nº 2.689 do CMN.

De outra maneira, o mesmo tratamento aplicável aos residentes no Brasil será empregado.

O ganho sobre a alienação de ações preferenciais é medido pela diferença em dólares dos Estados Unidos entre o valor realizado em moeda estrangeira sobre a venda ou troca e o custo de aquisição das ações vendidas, sem qualquer correção em razão da inflação, convertido para moeda estrangeira mediante a aplicação da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data em que o investimento foi adquirido. O custo de aquisição de ações, registradas como um investimento no Banco Central, é calculado com base no valor de seu custo efetivo, conforme evidenciado por documentação válida ou, na sua ausência, com base no valor da moeda estrangeira registrado no Banco Central. Veja “Controles de Câmbio”.

Com exceção ao tratado internacional assinado com o Japão para se evitar dupla tributação, os demais tratados internacionais sobre o assunto assinados pelo Brasil não concedem isenção sobre ganhos realizados sobre vendas ou trocas de ações preferenciais. Os ganhos realizados por um detentor não brasileiro, mediante o resgate de ações preferenciais, seriam tratados como ganhos oriundos da alienação dessas ações preferenciais a um residente no Brasil que ocorresse fora de uma bolsa de valores e, conseqüentemente, estariam sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15,0% (exceto se residente em paraíso fiscal, caso em que a alíquota seria de 25%).

O exercício de quaisquer direitos de preferência relativos às ações preferenciais ou ADSs não está sujeito a tributação no Brasil. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relativos às ações preferenciais serão tratados diferentemente para fins de imposto no Brasil dependendo de:

- (i) se a venda ou cessão é feita por ou em nome do banco depositário ou o investidor; e
- (ii) se a operação ocorre em uma bolsa de valores brasileira.

Os ganhos sobre vendas ou cessões feitas pelo ou em nome do banco depositário em uma bolsa de valores brasileira não são tributados no Brasil, mas os ganhos sobre outras vendas ou cessões podem se sujeitar a imposto de renda à alíquotas de até 15,0%.

O depósito de ações preferenciais em troca de ADSs pode ficar sujeito a imposto no Brasil se o valor anteriormente registrado no Banco Central como um investimento estrangeiro em ações preferenciais for inferior ao produto da multiplicação do número total de ações depositadas na data do depósito:

- (i) pelo preço médio por ação preferencial em uma bolsa de valores brasileira na qual o maior número dessas ações foi vendido na data do depósito; ou
- (ii) se ações preferenciais não foram vendidas nesse dia, pelo preço médio na bolsa de valores brasileira na qual o maior número de ações preferenciais foi vendido durante as 15 sessões de negociação anteriores.

Neste caso, a diferença entre o valor anteriormente registrado e o preço médio das ações preferenciais, calculado conforme acima descrito, é considerada um ganho de capital, estando sujeito a imposto de renda à uma alíquota de 15,0% (a menos que as ações preferenciais fossem detidas de acordo com a Resolução nº. 2.689, caso em que a troca seria isenta de imposto).

Mediante o recebimento das ações preferenciais subjacentes, um detentor não brasileiro com direito a benefícios, nos termos da Resolução nº. 2.689, terá direito a registrar o valor em dólares norte-americanos dessas ações no Banco Central, conforme anteriormente descrito segundo “— Controles de Câmbio”. Se o detentor não brasileiro não se qualificar segundo a Resolução nº. 2.689, ficará sujeito ao tratamento fiscal menos favorável anteriormente descrito com relação a trocas de ações preferenciais.

A retirada de ações preferenciais em troca de ADSs não está sujeita a imposto no Brasil.

### ***Outros Tributos Brasileiros***

Não existem impostos brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro, com a exceção de impostos sobre doações e heranças cobrados por alguns estados no Brasil sobre doações feitas ou heranças transmitidas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou no respectivo estado a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesse estado no Brasil. Não existem impostos ou encargos brasileiros de selo, emissão, registro ou semelhantes devidos por detentores de ações preferenciais ou ADSs.

O IOF pode ser cobrado sobre uma variedade de operações, inclusive a conversão da moeda brasileira em moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagamento de dividendos e juros). A alíquota do IOF sobre essas operações de câmbio atualmente é 0%, mas o Ministro da Fazenda tem autoridade legal para aumentar a alíquota até 25,0%, no máximo. Qualquer aumento nesse sentido seria aplicável somente a partir de então.

O IOF também pode ser cobrado sobre operações que envolvam títulos ou valores mobiliários, mesmo se as operações forem realizadas em bolsas de valores, de futuros ou de *commodities* brasileiras. A alíquota do IOF com relação a ações preferenciais e ADSs atualmente é 0%. O Ministro da Fazenda, porém, tem autoridade legal para aumentar a alíquota até um máximo de 1,5% do valor da operação tributada por cada dia do período em que o investidor detém o título, mas somente sobre o ganho realizado na operação e somente em uma base “*a posteriori*”.

Além do IOF, a CPMF, uma contribuição temporária, é cobrada sobre nossas distribuições

efetuadas com relação às ADSs no momento em que as distribuições forem convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para o exterior pelo custodiante. A CPMF é atualmente devida a uma alíquota de 0,38% e permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2007. Entretanto, o Congresso Nacional discute aprovação de Emenda à Constituição Brasileira visando tornar esta contribuição temporária em permanente. Para mais informações veja “Tributação – CPMF”.

### ***Capital Registrado***

Os valores investidos em valores mobiliários por um detentor não brasileiro que: (i) qualifique-se para benefícios, nos termos da Resolução nº. 2.689 e registre-se junto à CVM, ou (ii) detenha ADSs e seja representado pelo registro do banco depositário, são elegíveis para registro no Banco Central. No caso das ADSs, como o acionista que consta dos livros de registros de acionistas é o banco depositário, o banco depositário é o responsável pela obtenção do registro. O registro permite a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira, convertida à taxa cambial de mercado, adquirida com o produto de distribuições ou alienações das ações preferenciais.

### ***Considerações sobre o Imposto de Renda Federal dos EUA***

As declarações sobre as leis tributárias dos EUA descritas a seguir se baseiam nas leis dos EUA em vigor na data deste relatório anual, e alterações a essas leis, posteriores à data deste relatório anual, podem afetar as consequências fiscais descritas na mesma. Este resumo descreve as principais consequências fiscais da propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs, mas não pretende ser uma descrição abrangente de todas as consequências fiscais que podem ser relevantes para uma decisão de deter ou alienar ações preferenciais ou ADSs. Este resumo se aplica somente a compradores de ações preferenciais ou ADSs que deterão as ações preferenciais ou as ADSs como ativos de capital e não se aplica a classes especiais de detentores, tais como: distribuidoras de valores mobiliários ou moedas, detentores cuja moeda funcional não é o dólar norte-americano, detentores de 10,0% ou mais de nossas ações (levando em consideração ações detidas diretamente ou através de acordos com depositários), organizações isentas de impostos, instituições financeiras, detentores obrigados ao imposto mínimo alternativo, negociadores de valores mobiliários que escolheram contabilizar seu investimento em ações preferenciais ou ADSs em uma base de ajuste a preços de mercado, e pessoas detentoras de ações preferenciais ou ADSs em uma operação de proteção ou como parte de uma operação de “*straddle*” ou de conversão. Consequentemente, cada detentor deve consultar seu próprio consultor fiscal com relação às consequências fiscais globais para ele, inclusive as consequências segundo leis que não as leis de imposto de renda federal dos EUA, de um investimento em ações preferenciais ou ADSs.

Nesta análise, referências a um “detentor americano” são referências a um detentor de uma ação preferencial ou uma ADS: (i) que é um cidadão ou residente dos Estados Unidos da América; (ii) que é uma sociedade constituída segundo as leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer estado dos mesmos; ou (iii) que de outra forma está sujeito ao imposto de renda federal dos EUA em uma base líquida com relação às ações preferenciais de ADSs.

As ações preferenciais serão tratadas como capital social para fins do imposto de renda federal dos EUA. Para fins do “U.S. Internal Revenue Code” (Código da Receita Federal dos EUA) de 1986, conforme alterado, que chamamos de “Código”, os detentores de ADSs serão geralmente tratados como detentores das ações preferenciais representadas por tais ADSs.

### ***Tributação de Distribuições***

Um detentor americano reconhecerá a receita de dividendos, para fins de imposto de renda dos EUA em um valor igual a qualquer valor em dinheiro e o valor de quaisquer bens por nós distribuídos como dividendo, na medida em que essa distribuição for paga como rendimentos e lucros do exercício ou acumulados, conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos EUA,

quando essa distribuição for recebida pelo custodiante (ou pelo detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido sobre o valor distribuído, e o valor de uma distribuição paga em reais será medido por referência à taxa de câmbio para a conversão de reais em dólares norte-americanos, em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo custodiante (ou por um detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). Se o custodiante (ou o detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais) não converter esses reais em dólares norte-americanos na data em que ele os receber, é possível que o detentor americano reconheça a perda ou ganho cambial, que seria uma perda ou ganho normal, quando os reais forem convertidos em dólares norte-americanos. Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para a dedução permitida às sociedades anônimas, segundo o Código.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e protegidas por *hedge*, o valor em dólar norte-americano dos dividendos recebidos por uma pessoa antes de 1º de janeiro de 2009, com relação às ADSs, estará sujeito à tributação até uma alíquota máxima de 15,0% se os dividendos forem dividendos “qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ADSs serão tratados como dividendos qualificados se: (i) as ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos e (ii) nós não formos, nem no ano anterior ao que os dividendos foram pagos nem no ano em que os dividendos são pagos, uma companhia de investimento financeiro passivo (“CIFP”). As ADSs são listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e se qualificam como prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos assim que elas são listadas. Com base nas diretrizes existentes, não está claro se os dividendos recebidos com relação às ações preferenciais serão tratados como dividendos qualificados, por que as próprias ações preferenciais não estão listadas em uma bolsa norte-americana. Além disso, o Tesouro Norte-americano anunciou sua intenção de promulgar regras de acordo com as quais os detentores de ADSs ou ações preferenciais e intermediários, através dos quais tais títulos são mantidos, serão autorizados a confiar em certificações dos emissores para tratar os dividendos como qualificados para fins de relatório. Em virtude de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se poderemos cumpri-los. Os detentores de ADSs e ações preferenciais devem consultar seus próprios consultores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de imposto sobre dividendos em vista das considerações discutidas acima e de suas próprias circunstâncias particulares.

Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nos dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, acreditamos que não fomos tratados como uma CIFP para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos, com relação aos nossos exercícios tributáveis de 2005 ou 2006. Além disso, com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nossas expectativas atuais sobre o valor e a natureza de nossos ativos, as fontes e a natureza de nosso lucro e dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, não prevemos nos tornarmos uma CIFP para o exercício tributável de 2007. O fato de acreditarmos que não somos, e nem seremos no futuro, uma CIFP, é baseado em alguns Regulamentos Propostos do Tesouro que tratam de bancos não americanos. Tais regulamentos não estão finalizados e estão sujeitos à alterações e, neste caso, nossa determinação quanto ao *status* de CIFP pode ser diferente.

Distribuições efetuadas com rendimentos e lucros relativamente às ações preferenciais ou ADSs serão em geral tratadas como receita de dividendos de fontes fora dos Estados Unidos e serão, em geral, tratadas separadamente junto com outros itens de receita “passiva” (ou, no caso de alguns detentores americanos, “serviços financeiros”) para fins de determinar o crédito de impostos de renda estrangeiros permitido, segundo o Código. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda brasileiro retido referente a qualquer distribuição relativa às ações preferenciais ou ADSs poderá ser reivindicado como um crédito contra a obrigação de imposto de renda federal dos EUA de um detentor americano, se esse detentor americano escolher para esse exercício creditar todos os impostos de renda estrangeiros. Alternativamente, essa retenção na fonte de imposto de renda brasileiro poderá ser utilizada como uma dedução contra a receita tributável. Créditos de impostos estrangeiros não são permitidos com relação a retenções na fonte de impostos incidentes



relativamente a algumas posições de curto prazo ou protegidas por *hedge* em valores mobiliários e podem não ser permitidos com relação às situações em que o lucro econômico esperado de um detentor americano não é relevante. Os detentores americanos devem consultar seus próprios consultores tributários a respeito das implicações dessas normas face às suas circunstâncias específicas.

As distribuições de ações adicionais a detentores relativamente às suas ações preferenciais ou ADSs, que forem feitas como parte de uma distribuição proporcional para todos os nossos acionistas, em geral não ficarão sujeitas ao imposto de renda federal dos EUA.

Os detentores de ações preferenciais ou ADSs que forem pessoas jurídicas estrangeiras ou pessoas físicas estrangeiras não residentes, que denominamos “detentores não americanos”, em geral, não ficarão sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA ou a retenções de imposto sobre distribuições com relação a ações preferenciais ou ADSs que forem tratadas como receita de dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA, a menos que tais dividendos sejam efetivamente ligados com a condução pelo detentor de um negócio ou comércio nos Estados Unidos.

### ***Tributação de Ganhos de Capital***

Sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou uma ADS, um detentor americano em geral reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos EUA. O valor do ganho ou perda será igual à diferença entre o valor realizado em contraprestação pela alienação das ações preferenciais ou das ADSs e a base de cálculo do detentor americano será a ação preferencial ou a ADS. Esse ganho ou perda ficará em geral sujeito ao imposto de renda federal dos EUA, como ganho ou perda de capital e será ganho ou perda de capital de longo prazo se mantido por mais de um ano. Perdas de capital podem ser deduzidas da receita tributável, respeitadas determinadas limitações. O ganho realizado por um detentor americano sobre uma venda ou alienação de ações preferenciais ou ADSs será em geral tratado como uma receita de fonte dos EUA. Consequentemente, se o imposto brasileiro incidir sobre esse ganho, o detentor americano não poderá utilizar o crédito de imposto estrangeiro correspondente, a menos que o detentor tenha outra fonte de renda no exterior, do tipo adequado relativamente ao qual o crédito pode ser utilizado.

Um detentor não americano não ficará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA ou a uma retenção na fonte de imposto sobre o ganho realizado sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou ADS, a menos que: (i) esse ganho seja efetivamente relacionado com a condução pelo detentor de um comércio ou negócio nos Estados Unidos; ou (ii) esse detentor seja uma pessoa física que permaneça nos Estados Unidos da América por 183 dias ou mais no exercício fiscal da venda e algumas outras condições sejam cumpridas.

### **Retenção por Segurança e Relatórios Informativos**

Os dividendos pagos sobre, e os resultados da venda ou outra alienação das ADSs ou ações preferenciais para um detentor americano, normalmente poderão estar sujeitos às exigências de declaração de informações do Código e podem estar sujeitos à retenção de segurança a menos que o detentor americano (i) seja uma empresa ou outro recebedor isento ou (ii) forneça um número de identificação de contribuinte e certifique que não ocorreu perda de isenção de retenção de segurança. O valor de qualquer retenção de segurança cobrado de um pagamento a um detentor americano será tratado como um crédito contra as obrigações fiscais de imposto de renda federal dos EUA do detentor americano e poderá conferir ao detentor americano um reembolso, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas aos Serviços da Receita Federal dos Estados Unidos.

Um detentor não americano normalmente estará isento dessas exigências de declaração de informações e retenção de segurança de imposto, mas poderá ter que cumprir com certos procedimentos de certificação e identificação de modo a estabelecer a elegibilidade para tais isenções.

## **Documentos Apresentados**

Nós arquivamos relatórios, incluindo relatórios anuais em Formulário 20-F, e outras informações na SEC conforme as regras e a regulamentação da SEC que se aplicam aos emissores estrangeiros privados. V.Sa(s). pode ler e copiar quaisquer materiais arquivados na SEC em sua “Public Reference Room” no 450 Fifth Street, N.W, Washington D.C. 20549. V.Sa(s). pode obter informações sobre o funcionamento de sua “Public Reference Room” ligando para a SEC no 1-800-SEC-0330. Desde 4 de novembro de 2002, somos obrigados a fazer arquivamentos na SEC por meio eletrônico. Todos os arquivamentos que fazemos eletronicamente estão disponíveis ao público pela Internet no *website* da SEC em: <http://www.sec.gov>.

## **Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado**

### **Risco e Gestão de Riscos**

No curso de nossas operações normais, estamos expostos a uma variedade de riscos que são inerentes às atividades bancárias e de seguros. A forma na qual podemos adequar, identificar e gerir esses riscos é essencial para nossa rentabilidade. Os mais significativos desses riscos são:

- mercado;
- liquidez;
- crédito; e
- operacional.

A gestão desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo possível sem perda de eficiência. Para uma análise de nossas políticas de gestão de riscos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Gestão de Riscos” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Administração de Ativos e Obrigações”. Para um resumo dos regulamentos brasileiros sobre gestão de riscos de mercado no setor bancário, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão”.

### ***Risco de Mercado***

O risco de mercado é o risco de que alterações em fatores, como taxas de juros ou taxas de câmbio, tenham um impacto desfavorável sobre os valores de nossos ativos, obrigações ou posições. Estamos expostos ao risco de mercado, tanto em nossas atividades de negociação quanto nas de posições. Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco de taxas de juros e o risco de câmbio.

Utilizamos a metodologia da análise de sensibilidade descrita a seguir para avaliar nosso risco de mercado. Nossas análises de sensibilidade avaliam o prejuízo em potencial em lucros futuros resultantes de alterações hipotéticas em taxas de juros e taxas de câmbio.

### ***Risco de Taxas de Juros***

O risco de taxas de juros surge em decorrência de diferenças de momentos na repactuação de ativos e obrigações, de alterações inesperadas na inclinação e forma de curvas de rendimento e de

alterações na correlação de taxas de juros entre diferentes instrumentos financeiros. Estamos expostos ao risco de movimentos em taxas de juros, quando existe um desequilíbrio entre taxas de juros fixas e taxas de juros de mercado. Para uma análise de nossa gestão sobre sensibilidade a taxas de juros, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade das Taxas de Juros”.

### **Risco de Câmbio**

O risco de câmbio surge em decorrência de termos ativos, obrigações e itens não incluídos no balanço patrimonial, que são expressos em ou indexados a outras moedas que não o real, quer em decorrência de negociação ou no curso normal das atividades bancárias. Controlamos a exposição a movimentos de taxas de câmbio assegurando-nos de que os desequilíbrios sejam administrados e monitorados, e nossa política é evitar desequilíbrios substanciais em taxas de câmbio. Virtualmente, todas as nossas transações (por valor) que sejam expressas em ou indexadas a uma moeda estrangeira são expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano. Nossos ativos e passivos expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, são geralmente indexados ao dólar norte-americano, através de *swaps* de moeda limitando efetivamente nossa exposição de câmbio ao dólar norte-americano. Para uma análise de nossa gestão sobre a sensibilidade a taxas de câmbio, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade de Taxas de Câmbio”.

### **Riscos de Mercado de Atividades de Negociação**

Celebramos transações com derivativos para administrar nossa exposição ao risco de taxas de juros e risco de câmbio. Como resultado, nossa exposição a potenciais prejuízos, descritos a seguir, é geralmente reduzida por essas transações. Esses instrumentos financeiros derivativos não se qualificam como *hedge*, segundo o U.S. GAAP. Conseqüentemente, nós classificamos instrumentos financeiros derivativos como títulos e valores mobiliários de negociação.

### **Análise de Sensibilidade**

Utilizamos os seguintes critérios e metodologia para fazer nossa análise de sensibilidade:

- Assumimos que o valor contábil dos ativos e passivos, expressos ou indexados a moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2006, eram equivalentes ao valor de mercado desses ativos e passivos naquela data.
- O valor dos ativos e dos passivos remunerados a taxas de juros flutuantes não é significativamente afetado por mudanças nas taxas de juros. Portanto, somente foram incluídos os ativos e passivos a taxas de juros fixas na análise de sensibilidade.
- Ao dividir os ativos e passivos por vencimento, assumiu-se que em média os ativos e passivos vençam no ponto médio de cada período indicado.
- As projeções para o cenário negativo para a taxa de câmbio real/dólar, taxa de juros pré-fixada e cupom cambial foram realizadas por nós com base no comportamento histórico dessas séries, sua distribuição de probabilidade e as perspectivas econômicas para o ano corrente. As premissas básicas compreendem: estabilidade política e continuidade das políticas econômicas adotadas nos últimos anos; desaceleração gradual da economia norte-americana para pouco acima de 2%; elevação moderada das taxas de juros na Zona do Euro e, ainda de maneira mais gradual, no Japão e crescimento do PIB mundial ainda em ritmo elevado, com aceleração do crescimento fora dos EUA. O cenário para o câmbio contemplou o histórico do nível e variação da taxa de câmbio em outros momentos de crise, principalmente nas crises mais recentes (maio-junho de 2006 e de fevereiro-abril de 2007). Já o cenário para os pré-fixados foi construído com base na possível variação do câmbio em um cenário negativo e os impactos prováveis sobre as expectativas de inflação e sobre a

taxa de juros básica (Selic). Por último, o cenário para o cupom cambial levou em consideração a expectativa para os *Fed Funds* (taxa de juros básica norte-americanas) em um cenário negativo (5,75% a.a.) e as correlações históricas entre o cupom cambial e os *Fed Funds*.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos das operações a taxas pré-fixadas expressas em ou indexadas ao real em 31 de dezembro de 2006:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Ativos que rendem juros:</b>							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em operações compromissadas .....	R\$ 1.424	-	R\$ 2.010	R\$ 3.728	R\$ 622	-	R\$ 7.784
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo .....	21.333	R\$ 1.217	1.827	800	1.960	R\$ 296	27.433
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	-	-	6	-	-	6	12
Operações de crédito, líquidas .....	12.900	12.226	9.771	10.081	14.860	1.802	61.640
<b>Total de ativos.....</b>	<b>35.657</b>	<b>13.443</b>	<b>13.614</b>	<b>14.609</b>	<b>17.442</b>	<b>2.104</b>	<b>96.869</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>							
Depósitos a prazo .....	358	219	107	45	14	1	744
Captações no mercado.....	24.211	131	626	1.730	13.675	1.580	41.953
<b>Total dos passivos.....</b>	<b>24.569</b>	<b>350</b>	<b>733</b>	<b>1.775</b>	<b>13.689</b>	<b>1.581</b>	<b>42.697</b>
Gap Ativo/Passivo.....	11.088	13.093	12.881	12.834	3.753	523	R\$ 54.172
Gap Ativo/Passivo cumulativo.....	R\$ 11.088	R\$ 24.181	R\$ 37.062	R\$ 49.896	R\$ 53.649	R\$ 54.172	

A tabela a seguir apresenta os vencimentos das operações expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2006:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Ativos que rendem juros:</b>							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	R\$ 2.615	-	R\$ 1	-	-	-	R\$ 2.616
Aplicações em operações compromissadas.....	-	-	-	-	-	R\$ 1.065	1.065
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	12	-	-	-	-	-	12
Títulos e valores mobiliários de negociação .....	49	R\$ 15	91	R\$ 23	R\$ 24	1.569	1.771
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	3	30	-	4	8	2.690	2.735
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	37	-	-	-	-	1.040	1.077
Operações de crédito.....	1.751	3.141	2.594	2.564	3.027	2.192	15.269
<b>Total de ativos.....</b>	<b>4.467</b>	<b>3.186</b>	<b>2.686</b>	<b>2.591</b>	<b>3.059</b>	<b>8.556</b>	<b>24.545</b>
<b>Passivos que incidem juros:</b>							
Depósitos a prazo.....	1.362	1.125	408	156	12	68	3.131
Captações no mercado aberto .....	516	253	-	-	-	153	922
Obrigações com empréstimos de curto prazo.....	1.058	1.403	1.287	1.729	232	-	5.709
Obrigações com empréstimos de longo prazo.....	209	53	23	1.202	206	3.939	5.632
<b>Total dos passivos.....</b>	<b>3.145</b>	<b>2.834</b>	<b>1.718</b>	<b>3.087</b>	<b>450</b>	<b>4.160</b>	<b>15.394</b>
Gap Ativo/Passivo .....	1.322	352	968	(496)	2.609	4.396	R\$ 9.151
Gap Ativo/Passivo cumulativo.....	R\$ 1.322	R\$ 1.674	R\$ 2.642	R\$ 2.146	R\$ 4.755	R\$ 9.151	

### Sensibilidade a Taxas de Juros

Os riscos de taxa aos quais a Companhia está sujeita podem ser divididos em duas categorias:

- (a) ativos e passivos denominados em reais que acumulam juros a taxas fixas; e

- (b) ativos e passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras sobre os quais o risco de taxa de juros pode ser expresso pelo chamado cupom cambial, que é o diferencial das taxas de juros pré-fixados e a variação cambial.

Pelo fato das taxas de juros sobre a grande maioria dos ativos e passivos denominados em reais com taxa flutuante serem a do CDI/Selic, que é igual à taxa de desconto usada para calcular o valor presente das futuras flutuações de taxas, o resultado líquido é que tais flutuações de taxas não resultarão em nenhuma mudança no valor justo de tais ativos e passivos na data do balanço.

### **Transações de Taxa Fixa Denominadas em Reais**

A perda em potencial nos valores dos ativos e das obrigações financeiras de taxa fixa, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, denominadas em reais em 31 de dezembro de 2006, que teria resultado em flutuações desfavoráveis hipotéticas de até 2,13% da taxa de juros anualizada, para todos os ativos e passivos sujeitos a taxas de juros pré-fixadas, independente do prazo até o vencimento ou período de tempo durante o qual esta alteração desfavorável iria persistir, não excedeu R\$ 397 milhões.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia tinha um excesso de R\$ 54,2 bilhões em ativos denominados em reais com taxa fixa sobre suas obrigações denominadas em reais com taxa fixa. Portanto, um aumento na taxa de juros teria sido desfavorável para a Companhia, enquanto uma queda na taxa de juros teria sido favorável para a Companhia.

### **Transações Indexadas e Denominadas em Moeda Estrangeira**

Uma flutuação desfavorável hipotética de até 0,8% na taxa de juros anualizada sobre os nossos ativos e passivos expressos ou indexados a moedas estrangeiras, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, iria resultar em perdas potenciais de até R\$ 26,2 milhões no valor de nossos ativos e passivos financeiros, expressos ou indexados ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2006, independentemente de por quanto tempo a mudança desfavorável permaneça. Convém ressaltar que a flutuação da taxa de juros denominada em moeda estrangeira foi estimada pelo Departamento de Pesquisas Econômicas do Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2006, havia um excesso de R\$ 5,0 bilhões em obrigações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira sobre os ativos denominados ou indexados a moeda estrangeira. Embora as obrigações superem os ativos, um aumento na taxa do cupom cambial ocasionaria perdas, pois os passivos estão mais concentrados no curto prazo, enquanto os ativos apresentam um prazo médio mais elevado, o que implica em uma maior sensibilidade à elevação do cupom cambial, e conseqüentemente em maiores perdas.

### **Sensibilidade a Taxas de Câmbio**

Uma desvalorização de até 5,7% do Real frente ao Dólar norte-americano resultaria em perdas potenciais de até R\$ 282,4 milhões no valor justo dos ativos e passivos, expressos ou indexados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos um excesso de R\$ 5,0 bilhões em obrigações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira sobre os ativos denominados ou indexados à moeda estrangeira, uma desvalorização, portanto, do real contra moedas estrangeiras geraria perdas cambiais. A taxa de câmbio estimada pelo Departamento de Pesquisas Econômicas do Banco Bradesco para o cenário negativo foi de R\$/US\$ 2,26.

### **Valor em Risco (VaR)**

O VaR é, em geral, definido como o prejuízo em potencial de uma carteira de investimentos para um certo horizonte de tempo, oriundo dos movimentos de mercado desfavoráveis em taxas de

juros e de câmbio, e se baseia em análise de probabilidades. A política da Organização, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo os limites de VaR definidos pela Alta Administração e o cumprimento destes acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 97,5% com volatilidades e correlações calculadas a partir de bases estatísticas, sendo usadas em processos adotados com visão prospectiva, de acordo com estudos econômicos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de backtesting. A utilização da metodologia do VaR iniciou-se em janeiro de 2000 com as posições da tesouraria e em março de 2005 foi implementada para as posições das carteiras comercial e externa. Não são contemplados no cálculo do VaR os investimentos no exterior com os seus respectivos hedges.

O quadro a seguir demonstra o valor em risco, conforme a metodologia do *VaR*, em 2006:

**1º trimestre de 2006 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 31 de março</b>
Reais (taxa fixa e flutuante)....	36	22	52	44
Cupom cambial .....	11	3	29	3
Moeda estrangeira .....	14	2	24	8
Renda variável.....	1	0	3	2
Renda fixa externa.....	32	27	40	32
Total do <i>VaR</i> .....	60	45	74	63

**2º trimestre de 2006 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 30 de junho</b>
Reais (taxa fixa e flutuante)....	42	26	66	62
Cupom cambial .....	3	1	9	9
Moeda estrangeira .....	13	0	25	1
Renda variável.....	4	0	10	3
Renda fixa externa.....	37	22	52	41
Total do <i>VaR</i> .....	71	38	100	86

**3º trimestre de 2006 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 30 de setembro</b>
Reais (taxa fixa e flutuante)....	56	43	79	63
Cupom cambial .....	3	1	9	1
Moeda estrangeira .....	5	0	13	6
Renda variável.....	2	1	3	1
Renda fixa externa.....	27	14	42	17
Total do <i>VaR</i> .....	76	53	108	77

**4º trimestre de 2006 - R\$ milhões**

<b>Fatores de risco</b>	<b>Médio</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Em 31 de dezembro</b>
Reais (taxa fixa e flutuante)....	52	26	72	26
Cupom cambial .....	1	1	3	3
Moeda estrangeira .....	4	0	11	3
Renda variável.....	2	1	3	2
Renda fixa externa.....	16	9	23	9
Total do <i>VaR</i> .....	63	33	83	33

O quadro a seguir demonstra a concentração do *VaR*, em termos de frequência, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, calculado sobre as posições até 31 de dezembro de 2006:

<b>VaR - Valor em Risco</b> <b>R\$ milhões</b>	<b>1º trimestre</b>	<b>2º trimestre</b>	<b>3º trimestre</b>	<b>4º trimestre</b>	<b>% de eventos</b>
Até R\$ 50.....	9,52%	16,39%	0,00%	27,87%	13,25%
De R\$ 50 até R\$ 60.....	31,75%	19,67%	23,44%	4,92%	20,08%
De R\$ 60 até R\$ 70.....	47,62%	13,12%	15,62%	16,39%	23,29%
De R\$ 70 até R\$ 80.....	11,11%	9,84%	31,25%	37,71%	22,49%
Mais de R\$ 80 .....	0,00%	40,98%	29,69%	13,11%	20,89%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

## **Item 12. Descrição de Outros Valores Mobiliários que não de Renda Variável**

Não aplicável

## **PARTE II**

### **Item 13. Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atrasos nos Pagamentos**

Não Aplicável.

### **Item 14. Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Títulos e Uso dos Recursos**

Não Aplicável.

### **Item 15. Controles e Procedimentos.**

#### **Responsabilidade Financeira, Controles e Procedimentos de Divulgação, e Relatório de Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

##### **(a) Controles e Procedimentos de Divulgação**

Durante o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2006, avaliações da eficácia dos nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais de 1934) foram conduzidas sob supervisão de nossa administração, inclusive, de nossos *Chief Executive Officer – CEO* e *Chief Financial Officer – CFO*. Devido às inerentes limitações, os controles internos e os procedimentos de divulgação, podem não prevenir ou detectar erros. Dessa forma, mesmo controles e procedimentos de divulgação efetivos podem fornecer, somente, uma segurança razoável de que seus objetivos de controle sejam atingidos.

Com base na avaliação mencionada acima, nossos CEO e CFO, sujeitos às limitações já citadas, concluíram que para o período compreendido por esse relatório anual, os nossos controles e procedimentos de divulgação eram adequados e efetivos de forma a proporcionar uma segurança razoável de que as informações requeridas a serem divulgadas nos relatórios que arquivamos ou enviamos, de acordo com a Lei de Mercado de Capitais, estão registradas, processadas, sumarizadas e divulgadas, dentro dos períodos especificados nas normas e formulários aplicáveis, e que estão acumuladas e comunicadas à nossa administração, incluindo, nossos CEO e CFO, de forma apropriada para permitir decisões oportunas em relação à divulgação requerida.

##### **(b) Relatório Anual da Administração sobre os Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais de 1934. Nossos controles internos foram estabelecidos de forma a proporcionar uma segurança razoável em relação à confiabilidade de nosso

reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Todos os sistemas de controles internos, não importando quão bem definidos, possuem limitações inerentes. Portanto, mesmo aqueles sistemas determinados a serem efetivos podem não prevenir ou detectar erros e/ou classificações inexatas. Adicionalmente, projeções de quaisquer avaliações de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que controles possam tornar-se inadequados em razão de mudanças nas suas condições ou que o grau de atendimento às políticas ou procedimentos possa se reduzir.

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2006, baseado nos critérios estabelecidos pelo *Internal Control – Integrated Framework* do COSO. Com base em sua avaliação, a administração concluiu que nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas eram efetivos em 31 de dezembro de 2006.

A avaliação anual da administração referente à eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2006, foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes registrados no PCAOB, conforme declarado em seu relatório com início na página F-2 das demonstrações financeiras incluídas nesse Formulário 20-F.

#### **(c) Mudanças nos Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Não houve mudanças em nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas (esse termo é definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais) referente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2006, que tenham afetado de forma material ou que tenham possibilidade razoável de afetar de forma material, nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Item 16. [Reservado]**

##### **Item 16A. Perito Financeiro do Comitê de Auditoria**

Nosso Conselho de Administração analisou as qualificações e experiências dos membros do comitê de auditoria e determinou que Hélio Machado dos Reis é um “perito financeiro do comitê de auditoria” conforme o significado do Item 16A, e também é independente. Para mais informações com relação ao nosso comitê de auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho - Comitês Diretivos - Comitê de Auditoria”.

##### **Item 16B. Código de Ética**

Nós adotamos códigos de ética, como definido no item 16B. do Formulário 20-F, de acordo com a Lei de Valores de 1934, emendada. Nossos códigos de ética aplicam-se ao nosso Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como nossos conselheiros, outros executivos, funcionários, fornecedores e parceiros. Nossos códigos de ética estão disponíveis no *website* por meio do endereço <http://www.bradesco.com.br/ri/>. Se alterarmos as determinações de nossos códigos de ética ou se concedermos quaisquer isenções a tais determinações, divulgaremos tal alteração ou abdicação em nosso *website* no mesmo endereço.



## Item 16C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

### Honorários de Auditoria e Não Auditoria

Nós utilizamos apenas uma empresa de auditoria independente para auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e para auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o U.S. GAAP . A tabela abaixo demonstra os honorários que nos foram cobrados no total, durante os exercícios fiscais de 2005 e 2006:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2005 <sup>(1)</sup>	2006
	(Em R\$ mil)	
Cobranças de auditoria.....	R\$ 13.569	R\$ 13.773
Cobranças relacionadas à auditoria.....	12.861	2.923
Cobranças de impostos.....	81	218
Outras cobranças.....	710	233
<b>Total das cobranças .....</b>	<b>R\$ 27.221</b>	<b>R\$ 17.147</b>

(1) Em 2005 tínhamos duas empresas de auditoria para fins de auditoria de nossas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil e nos Estados Unidos.

As cobranças de auditoria na tabela anterior referem-se ao total dos honorários cobrados pela empresa de auditoria independente em relação aos exames de auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o U.S. GAAP e de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, assim como relatórios regulamentares e estatutários submetidos ao Banco Central, CVM, SEC e Susep, incluindo a revisão trimestral de nossas demonstrações financeiras intermediárias.

As cobranças relacionadas à auditoria na tabela anterior são os honorários totais cobradas pelos auditores independentes para relatórios de certificação e controle internacional e nacional, relatórios de procedimentos acordados, revisões de procedimentos e de controles internos solicitados pela nossa Administração, e pela emissão de cartas de conforto para a venda de títulos no exterior.

As cobranças de impostos na tabela anterior são os honorários cobrados pelos auditores independentes para serviços de cumprimento tributário, de planejamento e consultoria.

As outras cobranças na tabela anterior são os honorários cobrados pelos auditores independentes relativas, principalmente, a revisões de controles internos.

### Políticas e Procedimentos de Pré-Aprovação do Comitê de Auditoria

Nem o nosso Conselho de Administração, nem o nosso Comitê de Auditoria estabeleceu políticas e procedimentos de pré-aprovação para o envolvimento de nossos auditores independentes em serviços. Nosso Conselho de Administração aprova expressamente, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não-auditoria fornecidos a nossas subsidiárias ou a nós. Nosso Comitê de Auditoria fornecerá recomendações ao nosso Conselho de Administração com relação a tais envolvimentos. Para mais informações com relação ao nosso Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho”.

### Item 16D. Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria

De acordo com as regras da SEC e da NYSE quanto ao comitê de auditoria de companhias listadas, em vigor a partir de 31 de julho de 2006, devemos cumprir com a Regra 10A – 3 do *Exchange Act*, que exige que nós estabeleçamos um comitê de auditoria composto de membros do Conselho de Administração, que cumpre com determinadas exigências, ou designemos e concedamos

poder a um Conselho Fiscal ou órgão similar, que desempenhe o papel do comitê de auditoria, com base na isenção estabelecida na Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, constituímos um órgão similar ao Comitê de Auditoria que desempenha quase todas as funções do comitê de auditoria do Conselho de Administração de uma empresa americana. Dos quatro membros do Comitê de Auditoria, apenas um membro é também membro do Conselho de Administração. Além disso, de acordo com as leis brasileiras, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas a nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria do Conselho de Administração de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria não é um comitê do nosso Conselho de Administração, mas é um órgão separado como exigido pela Legislação Brasileira para exercer a função de comitê de auditoria, acreditamos que nosso Comitê de Auditoria atende as exigências estabelecidas na Regra 10(a)(3) do *Exchange Act*. Entretanto, nos baseamos no direito de isenção estabelecido pela Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*; pois, de acordo com a regulamentação do Banco Central, nosso Comitê de Auditoria é um órgão separado do Conselho de Administração. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria poderá funcionar de maneira independente no desempenho de suas responsabilidades de comitê de auditoria, de acordo com a Lei Sarbanes – Oxley e para satisfazer as outras exigências da Regra 10A – 3 do *Exchange Act*.

**Item 16E. Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados**

Não aplicável.

**Item 17. Demonstrações Financeiras.**

Não Aplicável.

**Item 18. Demonstrações Financeiras.**

Veja páginas F1 a F60, incorporadas ao presente por referência.

## **Item 19. Anexos**

Documentos apresentados como anexos neste Relatório Anual:

- 1.1 - Estatuto Social alterado e reformulado do Banco Bradesco S.A.
  - 2.1 - Contrato de Depósito Alterado e Reformulado, entre o Banco Bradesco S.A. e o Citibank N.A. na qualidade de depositário, bem como os detentores e arrendatários e proprietários beneficiários de ADRs. (\*)
  - 3.1 - Acordo de Acionistas datado de 9 de junho de 2003, entre a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, a Fundação Bradesco, o Banco Bilbao Viscaya Argentaria S.A. e o Banco Bradesco S.A. (como parte mediadora) (\*\*)
  - 6.1 - Cálculo de lucro por ação e da média ponderada do número de ações em circulação.
  - 7.1 - Cálculo de dividendos/juros sobre o capital próprio por ação.
  - 8.1 - Lista de subsidiárias.
  - 12.1 - Certificação do Diretor-Presidente conforme as Regras 13a-14 e 15d-14 de acordo com a Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934.
  - 12.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme as Regras 13a-14 e 15d-14 de acordo com a Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934.
  - 13.1 - Certificação do Diretor-Presidente conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.
  - 13.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.
- (\*) Referência incorporada em nossa declaração de registro em Formulário 20-F (arquivado n. 333-13950), originalmente arquivada com a Comissão em 28 de setembro de 2001.
- (\*\*) Referência incorporada em nosso Relatório Anual em Formulário 20-F (arquivado n. 1-15250) originalmente arquivado com a Comissão em 30 de junho de 2004.

## ASSINATURAS

Conforme as exigências da Seção 12 da Lei de Valores Mobiliários de 1934, a Companhia registrada certifica que satisfaz todas as exigências para arquivamento do Formulário 20-F e providenciou que este Relatório Anual fosse devidamente assinado em seu nome pelo abaixo assinado, autorizado devidamente por meio dessa.

Banco Bradesco S.A.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Diretor-Presidente

Data: 29 de junho de 2007.

# **Banco Bradesco S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas em  
31 de dezembro de 2005 e de 2006 e para cada um dos três últimos  
exercícios e parecer do auditor independente registrado no PCAOB**

(Tradução livre do original em inglês)

## **Parecer do auditor independente registrado no PCAOB**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas  
Banco Bradesco S.A.

Concluimos a auditoria integrada das demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. (a "Companhia") e a auditoria dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006 e efetuamos os exames de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas de 2005 e de 2004 da Companhia, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB*). Nossos pareceres, com base em nossos exames de auditoria, estão apresentados abaixo.

### **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Somos de parecer que os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Banco Bradesco S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e os resultados das operações e os fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB*), as quais requerem que os exames sejam planejados e realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de demonstrações financeiras compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados nas demonstrações financeiras, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Entendemos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão do nosso parecer.

Como apresentado nas notas explicativas 2(ee) e 26 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2006 a Companhia passou a contabilizar os planos de pensão de benefício definido e outros planos de benefício pós-aposentadoria, de acordo com o pronunciamento SFAS No. 158, "Contabilização de Planos de Pensão de Benefício Definido e Outros Planos de Benefício Pós-aposentadoria".

### **Controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, a avaliação da administração, incluída no Relatório Anual da Administração sobre os Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas, de que a Companhia manteve controles internos efetivos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control Integrated Framework* (Controles Internos - Um Modelo Integrado) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), está apresentada adequadamente, em todos os aspectos relevantes. Além disso, somos de parecer que a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo COSO. A administração da Companhia é responsável por manter controles internos efetivos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas e pela avaliação da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas. Nossa responsabilidade é a de emitir pareceres sobre a avaliação da administração e sobre a efetividade dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria. Nosso exame de auditoria dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi conduzido de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB*). Essas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de se obter conforto razoável de que os controles internos relacionados às demonstrações financeiras são efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações financeiras compreende a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, análise da avaliação efetuada pela administração, o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos, e a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Entendemos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossos pareceres.

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras representam um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer

avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação com as políticas e procedimentos possa deteriorar.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil  
27 de junho de 2007



**Banco Bradesco S.A.****Balanço Patrimonial Consolidado**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	31 de dezembro	
	2005	2006
<b>Ativo</b>		
Caixa e contas-correntes em bancos .....	3.447	4.748
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	13.119	8.918
Aplicações em operações compromissadas.....	10.985	14.649
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	21.686	23.461
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo.....	40.948	62.735
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo.....	14.710	23.879
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	4.121	3.265
Operações de crédito.....	82.689	97.935
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(4.964)	(6.552)
Operações de crédito, líquida .....	77.725	91.383
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos.....	397	527
Imobilizado de uso, líquido .....	2.721	3.000
Ágio.....	332	667
Ativos intangíveis, líquido.....	1.294	1.623
Outros ativos.....	15.109	20.416
<b>Total do ativo .....</b>	<b>206.594</b>	<b>259.271</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
Depósitos de clientes		
À vista, sem incidência de juros .....	16.223	21.081
Poupança .....	26.201	27.613
A prazo .....	32.837	34.941
Depósitos interfinanceiros .....	146	290
<b>Total de depósitos .....</b>	<b>75.407</b>	<b>83.925</b>
Captações no mercado aberto .....	22.886	42.875
Obrigações por empréstimos de curto prazo .....	7.066	5.709
Obrigações por empréstimos de longo prazo .....	23.316	30.122
Outras obrigações .....	57.612	70.083
<b>Total do passivo .....</b>	<b>186.287</b>	<b>232.714</b>
Obrigações e contingências (notas 2(p) e 23(b))		
<b>Participação minoritária nas controladas .....</b>	<b>88</b>	<b>93</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Ações ordinárias – sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2005 – 979.828.608 e em 31 de dezembro de 2006 – 1.001.646.912) <sup>(1)</sup> .....	6.497	7.095
Ações preferenciais - sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2005 – 979.877.676 e em 31 de dezembro de 2006 – 1.001.635.736) <sup>(1)</sup> .....	6.503	7.105
Ações em tesouraria (em 31 de dezembro de 2005 - 928.600 ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2006 - 1.504.000 ações ordinárias e 12.800 ações preferenciais) <sup>(1)</sup> .....	(30)	(50)
Reservas de capital .....	83	101
Reservas estatutárias.....	1.809	2.061
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos .....	412	1.145
Ajuste decorrente da adoção do SFAS 158, líquido de impostos.....	-	15
Lucros acumulados não apropriados.....	4.945	8.992
<b>Total do patrimônio líquido.....</b>	<b>20.219</b>	<b>26.464</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>	<b>206.594</b>	<b>259.271</b>

(1) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída. Em 31 de dezembro de 2006, nosso Capital Social era composto por 500.823.456 ações ordinárias com direito a voto, 500.817.868 ações preferenciais sem direito a voto e, em tesouraria, 752.000 ações ordinárias e 6.400 ações preferenciais.

**Banco Bradesco S.A.****Demonstração Consolidada do Resultado**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Receitas financeiras</b>			
Operações de crédito .....	12.812	17.236	21.281
Aplicações em operações compromissadas .....	2.738	2.018	2.177
Títulos e valores mobiliários			
De negociação .....	5.330	7.251	5.705
Disponíveis para venda.....	408	1.364	2.490
Mantidos até o vencimento.....	659	495	324
Depósitos interfinanceiros .....	161	722	541
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	1.542	2.160	1.998
Outras .....	73	61	59
<b>Total das receitas financeiras .....</b>	<b>23.723</b>	<b>31.307</b>	<b>34.575</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Depósitos			
De clientes			
Poupança .....	(1.654)	(2.028)	(1.909)
A prazo .....	(3.327)	(4.895)	(4.301)
Interfinanceiros.....	(14)	(21)	(19)
Operações de captação no mercado aberto.....	(2.390)	(3.862)	(3.762)
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	83	187	(54)
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	(1.617)	(1.822)	(2.824)
<b>Total das despesas financeiras.....</b>	<b>(8.919)</b>	<b>(12.441)</b>	<b>(12.869)</b>
<b>Receitas financeiras, líquidas.....</b>	<b>14.804</b>	<b>18.866</b>	<b>21.706</b>
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito....	(1.429)	(1.823)	(3.767)
<b>Receitas financeiras, líquidas após provisão para perdas</b> <b>com operações de crédito .....</b>	<b>13.375</b>	<b>17.043</b>	<b>17.939</b>

## Demonstração Consolidada do Resultado

### Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado (continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
<b>Receitas não financeiras</b>			
Receita de prestação de serviços .....	4.310	5.137	6.610
Ganhos líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação .....	1.236	2.428	2.360
Ganhos líquidos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda.....	433	747	1.157
Ganhos líquidos em transações de câmbio .....	269	294	43
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	66	186	224
Prêmios de seguros .....	6.764	7.805	8.121
Planos de previdência .....	374	377	791
Outras receitas não financeiras .....	830	582	778
<b>Total das receitas não financeiras.....</b>	<b>14.282</b>	<b>17.556</b>	<b>20.084</b>
<b>Despesas não financeiras</b>			
Salários e benefícios.....	(4.864)	(5.198)	(6.087)
Despesas administrativas.....	(4.057)	(4.447)	(5.223)
Amortização de ativos intangíveis.....	(278)	(302)	(343)
Sinistros de seguros .....	(4.822)	(5.501)	(6.124)
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos em previdência .....	(4.326)	(3.939)	(4.199)
Despesas de planos de previdência.....	(751)	(505)	(560)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(907)	(1.041)	(852)
Depreciação e amortização.....	(789)	(712)	(534)
Outras despesas não financeiras .....	(2.923)	(4.202)	(5.351)
<b>Total das despesas não financeiras .....</b>	<b>(23.717)</b>	<b>(25.847)</b>	<b>(29.273)</b>
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....</b>	<b>3.940</b>	<b>8.752</b>	<b>8.750</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes .....	(1.081)	(1.222)	(3.167)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos .....	480	(1.209)	894
<b>Total do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....</b>	<b>(601)</b>	<b>(2.431)</b>	<b>(2.273)</b>
<b>Lucro antes de participações minoritárias.....</b>	<b>3.339</b>	<b>6.321</b>	<b>6.477</b>
<b>Participações de acionistas minoritários .....</b>	<b>(12)</b>	<b>(11)</b>	<b>(15)</b>
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>3.327</b>	<b>6.310</b>	<b>6.462</b>
<b>Lucro líquido aplicado por tipo de ações <sup>(2) (3)</sup></b>			
Ações ordinárias .....	1.595	3.010	3.075
Ações preferenciais .....	1.732	3.300	3.387
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>3.327</b>	<b>6.310</b>	<b>6.462</b>
<b>Lucro por ações (em reais) <sup>(1) (2) (3)</sup></b>			
Ações ordinárias .....	1,67	3,08	3,14
Ações preferenciais .....	1,84	3,39	3,45
<b>Média ponderada de ações em circulação <sup>(2) (3)</sup></b>			
Ações ordinárias .....	957.064.460	977.180.608	980.383.482
Ações preferenciais .....	944.327.192	973.893.242	981.672.582

(1) A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação (Nota 2 (u)).

(2) Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe.

(3) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída.

**Banco Bradesco S.A.****Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa  
Expresso em milhões de reais**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido .....	3.327	6.310	6.462
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito .....	1.429	1.823	3.767
Provisão para outros investimentos .....	13	17	17
Provisão de seguros, planos de previdência complementar, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência .....	4.326	3.939	4.199
Depreciação e amortização .....	789	712	534
Amortização de ativos intangíveis .....	278	302	343
Resultado de participações em empresas não consolidadas .....	(66)	(186)	(224)
Perda com bens não de uso próprio, líquido .....	57	35	46
Ganhos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda .....	(433)	(747)	(1.157)
(Ganhos) perdas com alienação do imobilizado de uso, líquido .....	33	(35)	15
(Ganhos) perdas na venda de investimentos não consolidados .....	(1)	12	(32)
Despesa de imposto de renda diferido .....	(480)	1.209	(894)
Dividendos recebidos de investimentos não consolidados .....	20	110	236
Participações de acionistas minoritários .....	12	11	15
<b>Variação em ativos e obrigações</b>			
(Aumento) redução líquido de juros a receber .....	(1.312)	(2.114)	(611)
Aumento líquido de juros a pagar .....	510	319	832
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários de negociação .....	3.749	(5.624)	(35.076)
Aumento em outros ativos .....	(3.183)	(6.891)	(491)
Aumento (redução) líquido na carteira de câmbio .....	5	350	(318)
Aumento em outras obrigações .....	4.423	4.655	7.363
<b>Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais .....</b>	<b>13.496</b>	<b>4.207</b>	<b>(14.974)</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aumento líquido em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil .....	(2.023)	(787)	(1.449)
Aquisições de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	(7.567)	(4.435)	(8.796)
Venda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda .....	3.290	5.034	7.019
Aquisições de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	(72)	(31)	(224)
Resgates pelo vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento .....	313	171	978
Aumento líquido em operações de crédito .....	(9.287)	(20.169)	(17.394)
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes a caixa pagos .....	(195)	(80)	(1.448)
Aquisição de investimentos não consolidados .....	(9)	(35)	(190)
Aquisição de imobilizado de uso .....	(501)	(583)	(727)
Alienação de imobilizado de uso .....	17	305	199
Alienação de bens não de uso próprio .....	198	167	140
Alienação de investimentos não consolidados .....	21	20	64
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimento .....</b>	<b>(15.815)</b>	<b>(20.423)</b>	<b>(21.828)</b>

**Banco Bradesco S.A.****Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa  
Expresso em milhões de reais (continuação)**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento (redução) líquido em depósitos .....	9.395	6.397	6.639
Aumento (redução) líquido em captações no mercado aberto .....	(11.328)	6.354	19.557
Aumento (redução) líquido em empréstimos de curto prazo .....	478	(1.302)	(1.431)
Aumento em empréstimos de longo prazo .....	7.313	11.133	13.133
Pagamento de empréstimos de longo prazo .....	(7.796)	(7.602)	(6.546)
Participações minoritárias nas controladas .....	(27)	(24)	(10)
Aumento de capital .....	2	737	1.218
Aquisição de ações próprias.....	(49)	(225)	(23)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos .....	(1.273)	(1.559)	(3.334)
<b>Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de financiamento .....</b>	<b>(3.285)</b>	<b>13.909</b>	<b>29.203</b>
Caixa e equivalentes a caixa			
No início do exercício.....	26.884	21.280	18.973
No encerramento do exercício .....	21.280	18.973	11.374
<b>Redução em caixa e equivalentes a caixa, líquido .....</b>	<b>(5.604)</b>	<b>(2.307)</b>	<b>(7.599)</b>
<b>Informações complementares sobre o fluxo de caixa</b>			
Juros pagos .....	8.409	12.123	12.037
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	1.575	1.445	2.559
Operações de crédito transferidas para bens não de uso próprio.....	117	78	180
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos.....	926	1.248	74

**Banco Bradesco S.A.****Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido  
Expresso em ações**

	<b>Ordinárias<sup>(1)(2)(3)</sup></b>	<b>Preferenciais<sup>(1)(2)(3)</sup></b>	<b>Ações ordinárias em tesouraria<sup>(1)(2)(3)</sup></b>	<b>Ações preferenciais em tesouraria<sup>(1)(2)(3)</sup></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2003 .....</b>	<b>958.728.072</b>	<b>944.327.232</b>	<b>(689.760)</b>	<b>-</b>
Aquisição de ações próprias .....	-	-	(4.632.996)	(48)
Cancelamento de ações em tesouraria .....	(5.322.756)	(48)	5.322.756	48
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004 .....</b>	<b>953.405.316</b>	<b>944.327.184</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ações subscritas e emitidas .....	35.167.428	34.832.572	-	-
Ações atribuídas aos minoritários da Bradesco Seguros .....	730.016	723.068	-	-
Aquisição de ações próprias .....	-	-	(10.402.752)	(5.148)
Cancelamento de ações em tesouraria .....	(9.474.152)	(5.148.)	9.474.152	5.148
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005 .....</b>	<b>979.828.608</b>	<b>979.877.676</b>	<b>(928.600)</b>	<b>-</b>
Ações subscritas e emitidas .....	21.818.304	21.818.060	-	-
Aquisição de ações próprias .....	-	-	(575.400)	(72.800)
Cancelamento de ações em tesouraria .....	-	(60.000)	-	60.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006 .....</b>	<b>1.001.646.912</b>	<b>1.001.635.736</b>	<b>(1.504.000)</b>	<b>(12.800)</b>

- (1) Em 9 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração deliberou o desdobramento das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de 2 novas ações para cada ação possuída da mesma espécie.
- (2) Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe.
- (3) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída. Em 31 de dezembro de 2006, nosso Capital Social era composto por 500.823.456 ações ordinárias com direito a voto, 500.817.868 ações preferenciais sem direito a voto e, em tesouraria, 752.000 ações ordinárias e 6.400 ações preferenciais.

**Banco Bradesco S.A.****Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quanto às informações por ação**

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações em tesouraria	Capital integralizado adicional	Reservas estatutárias	Lucro abrangente acumulado	Lucros acumulados não apropriados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2003</b> .....	<b>3.525</b>	<b>3.475</b>	<b>(7)</b>	<b>56</b>	<b>1.347</b>	<b>681</b>	<b>4.515</b>	<b>13.592</b>
Lucro líquido .....	-	-	-	-	-	-	3.327	3.327
Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	12	-	12
Lucro abrangente <sup>(1)</sup> .....	-	-	-	-	-	-	-	<b>3.339</b>
Juros sobre o capital próprio e dividendos..	-	-	-	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Aquisição de ações próprias.....	-	-	(49)	-	-	-	-	(49)
Ações em tesouraria canceladas.....	-	-	56	-	-	-	(56)	-
Transferências.....	-	-	-	-	147	-	(147)	-
Outras .....	-	-	-	2	-	-	-	2
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004</b> .....	<b>3.525</b>	<b>3.475</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>1.494</b>	<b>693</b>	<b>6.314</b>	<b>15.559</b>
Lucro líquido .....	-	-	-	-	-	-	6.310	6.310
Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	(281)	-	(281)
Lucro abrangente <sup>(1)</sup> .....	-	-	-	-	-	-	-	<b>6.029</b>
Juros sobre o capital próprio e dividendos..	-	-	-	-	-	-	(1.881)	(1.881)
Ações em tesouraria canceladas.....	-	-	195	-	-	-	(195)	-
Aquisição de ações próprias.....	-	-	(225)	-	-	-	-	(225)
Aumento de capital.....	358	354	-	-	-	-	-	712
Transferências <sup>(4)</sup> .....	2.614	2.674	-	-	315	-	(5.603)	-
Outras .....	-	-	-	25	-	-	-	25
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b> .....	<b>6.497</b>	<b>6.503</b>	<b>(30)</b>	<b>83</b>	<b>1.809</b>	<b>412</b>	<b>4.945</b>	<b>20.219</b>
Lucro líquido .....	-	-	-	-	-	-	6.462	6.462
Valores mobiliários disponíveis para venda <sup>(2)</sup> .....	-	-	-	-	-	733	-	733
Lucro abrangente <sup>(1)</sup> .....	-	-	-	-	-	-	-	<b>7.195</b>
Ajuste decorrente da adoção do SFAS 158, líquido de R\$ 8 de impostos.....	-	-	-	-	-	15	-	15
Juros sobre o capital próprio e dividendos..	-	-	-	-	-	-	(2.160)	(2.160)
Ações em tesouraria canceladas.....	-	-	3	-	-	-	(3)	-
Aquisição de ações próprias.....	-	-	(23)	-	-	-	-	(23)
Aumento de capital <sup>(5)</sup> .....	598	602	-	18	-	-	-	1.218
Transferências.....	-	-	-	-	252	-	(252)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b> .....	<b>7.095</b>	<b>7.105</b>	<b>(50)</b>	<b>101</b>	<b>2.061</b>	<b>1.160</b>	<b>8.992</b>	<b>26.464</b>

**Exercício findo em 31 de dezembro**

	2004	2005	2006
--	------	------	------

**Informações por ações <sup>(3) (6)</sup>**

Lucros distribuídos (juros sobre o capital próprio e dividendos)

Ordinária.....	0,66	0,93	1,05
Preferencial .....	0,74	1,00	1,16

- (1) Consiste em ganhos não realizados de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários, que montaram R\$573, R\$529 e R\$867 em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006, respectivamente.
- (2) Ajustado pelas perdas não temporárias baixadas no exercício, conforme mencionado na Nota 5.
- (3) Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe.
- (4) Um aumento de capital de R\$5.288, sendo R\$2.614 de ações ordinárias e R\$2.674 de ações preferenciais, por meio da incorporação de reservas estatutárias, foi aprovado em assembleia geral de acionistas em 2005.
- (5) Aumento de capital de R\$1.200, sendo R\$598 de ações ordinárias e R\$602 de ações preferenciais sem valor nominal, foi aprovado em assembleia geral de acionistas em outubro de 2006.
- (6) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**1 Base da Apresentação**

**(a) Histórico**

Banco Bradesco S.A. (também denominado como "nós", a "Companhia" ou "Bradesco") é uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

Nós somos um banco múltiplo constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos. O segmento bancário inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, atuando como banco de investimentos, em operações bancárias internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros, planos de previdência e de títulos de capitalização relaciona-se a seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, depósitos em poupança, depósitos a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito, concessão de crédito com pagamento parcelado e administração de consórcio. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, "corporate finance" e serviços de banco de investimento, operações de "hedge" e operações de financiamento, inclusive de financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados principalmente nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

No decorrer dos anos, nós adquirimos várias instituições financeiras brasileiras a fim de expandir nossa base de negócios e clientes. Os efeitos das aquisições efetuadas em 2004, 2005 e 2006, individualmente ou de maneira combinada, não foram significativos para nós.

Elaboramos estas demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), que diferem, sob certos aspectos, dos princípios contábeis que aplicamos de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil ("Brazilian GAAP"), inclusive as normas e regulamentos do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), Banco Central do Brasil ("Banco Central") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Patrimônio líquido e lucro líquido incluídos nessas demonstrações financeiras diferem daqueles incluídos nos registros contábeis estatutários preparados de acordo com o "Brazilian GAAP", em decorrência de ajustes efetuados para refletir exigências do US GAAP. As reservas constituídas com base na Legislação Societária, disponíveis para distribuição, líquidas de ações em tesouraria, foram de R\$4.830 e R\$7.449 em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Bradesco S.A. (controladora), de suas agências no exterior e de todas as suas subsidiárias diretas ou indiretas com participação majoritária. Foram eliminadas todas as contas e operações significativas entre as empresas. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos contábeis das Entidades Financeiras de Propósito Especial ("SPEs"), das quais detemos controle financeiro através de acordos que não envolvem a participação no capital votante. Vide notas 2 (bb) e 14 (d).

A tabela a seguir apresenta a participação no capital votante de nossas principais subsidiárias, e suas respectivas atividades operacionais. Durante os períodos apresentados, ocorreram diversas incorporações, cisões em nossas subsidiárias, entretanto, não foram reconhecidos quaisquer ganhos ou perdas na demonstração de resultados dos respectivos exercícios.



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	Participação no capital votante - %	
	31 de dezembro	
	2005	2006
<b>Subsidiárias</b>		
Banco Alvorada S.A. (Banco) .....	99,88	99,88
Banco Bankpar S.A. <sup>(4)</sup> .....	-	99,99
Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco) .....	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A. (Banco) .....	99,99	99,99
Banco Bradesco BBI S.A. <sup>(1)</sup> .....	100,00	100,00
Banco Finasa S.A. (Banco) .....	100,00	100,00
Banco Mercantil de São Paulo S.A. (Banco) <sup>(2)</sup> .....	100,00	-
Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. <sup>(7)</sup> .....	-	99,99
Bankpar Banco Múltiplo S.A. <sup>(5)</sup> .....	-	99,99
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ....	99,99	99,99
Bradesco Auto/Re Cia. de Seguros .....	100,00	100,00
Bradesco Capitalização S.A. (Títulos de Capitalização) .....	100,00	100,00
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Arrendamento Mercantil).....	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Corretagem) <sup>(3)</sup> .....	99,99	100,00
Bradesco Saúde S.A. ....	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A. (Seguros) ...	100,00	100,00
Bradesco Vida e Previdência S.A. (Seguros e Planos de Previdência Complementar) .....	100,00	100,00
Bradesplan Participações Ltda.....	-	99,98
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM.....	100,00	100,00
Tempo Serviços Ltda. <sup>(6)</sup> .....	-	99,99
União de Participações Ltda. ....	99,99	99,99

(1) Atual denominação do Banco BEM S.A.

(2) Empresa incorporada pela Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em novembro de 2006.

(3) Aumento de participação em virtude de cessão de ações dos acionistas minoritários.

(4) Atual denominação do Banco American Express S.A. (notas 1(b) e 11).

(5) Atual denominação da American Express (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

(6) Atual denominação da American Express do Brasil Tempo Ltda.

(7) Atual denominação da Inter American Express Arrendamento Mercantil S.A.

**(b) Recentes Aquisições**

Em 6 de novembro de 2003, nós assinamos o “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações e Outras Avenças” para adquirirmos a totalidade do capital social do Banco Zogbi S.A. (“Zogbi”) e suas controladas, o qual foi aprovado pelo Banco Central em 4 de fevereiro de 2004. O Zogbi foi adquirido pelo valor de R\$681 em espécie em 16 de fevereiro de 2004. Em outubro de 2004, todos os ativos e passivos foram transferidos para o Banco Finasa pelo valor contábil.

Em 10 de fevereiro de 2004, foram adquiridos 89,957% do capital social do Banco do Estado do Maranhão (“BEM”) e suas controladas, por meio de pagamento inicial em caixa de R\$8 e R\$70 em títulos públicos, sendo que o valor justo desses títulos públicos na data em que os termos do contrato foram firmados representava R\$42. Posteriormente, em março e julho de 2004, adquirimos a participação remanescente dos minoritários por meio de pagamento adicional de R\$9.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 março de 2005, foi aprovada a aquisição da remanescente dos minoritários da Bradesco Seguros S.A. (“Bradesco Seguros”), por meio de emissão de ações no valor de R\$12, que foi aprovado pelo Banco Central em 18 de julho de 2005.

Em 15 de abril de 2005, nós adquirimos do Banco Morada S.A. e da Morada Investimentos S.A. (“Grupo Morada”), por meio da Finasa, o capital social total da Morada Serviços Ltda. (“Morada Serviços”) pelo montante de R\$80, pagos em espécie.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

Em 26 de julho de 2005, adquirimos 50% do capital total da União de Lojas Leader S.A. (“Leader Magazine”), pelo montante total de R\$47, pagos em espécie.

Em 3 de janeiro de 2006, adquirimos 89,35% do capital votante e 89,17% do capital total do Banco do Estado do Ceará S.A. (“BEC”), pelo valor de R\$700, sendo R\$458 pagos em espécie e R\$242 pagos em títulos públicos, cujo valor de mercado na data da transação correspondia a R\$ 134. Posteriormente foi adquirida a totalidade do capital social através da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Bovespa, pelo valor de R\$86. Em novembro de 2006, o Banco BEC foi incorporado pela Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A..

Em 20 de março de 2006, assinamos contrato de compra e venda de ações com a American Express Company, para adquirirmos a totalidade do capital das subsidiárias da American Express no Brasil (Banco American Express S.A., American Express Banco Múltiplo S.A., American Express do Brasil Tempo Ltda. e Inter American Express Arrendamento Mercantil S.A.), juntas conhecidas como “Amex”. A operação foi finalizada com a aprovação do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2006 com pagamento de US\$468, equivalentes a R\$1.001, pagos em espécie.

Em 15 de maio de 2006, adquirimos a totalidade do capital social da Bradesplan Participações S.A. (“Bradesplan”) pelo valor de R\$308, pagos em espécie.

Apresentamos abaixo os balanços patrimoniais resumidos das aquisições:

	2004		
	Zogbi	BEM	Total
Caixa e equivalentes a caixa .....	55	444	499
Operações de crédito .....	403	90	493
Títulos e valores mobiliários .....	96	102	198
Ágio .....	262	-	262
Ativos intangíveis – carteira de clientes.....	106	-	106
Outros ativos .....	132	282	414
Depósitos.....	(254)	(280)	(534)
Obrigações por empréstimos .....	(45)	(4)	(49)
Outros passivos .....	(74)	(575)	(649)
<b>Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos .....</b>	<b>681</b>	<b>59</b>	<b>740</b>

	2005			Total
	Morada	Leader	Seguros	
Caixa e equivalentes a caixa .....	-	47	-	47
Ágio .....	50	20	-	70
Ativos intangíveis – carteira de clientes.....	28	-	-	28
Outros ativos.....	2	7	-	9
Outros passivos.....	-	(27)	-	(27)
Minoritários .....	-	-	12	12
<b>Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos ..</b>	<b>80</b>	<b>47</b>	<b>12</b>	<b>139</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	2006			
	BEC	Amex	Bradesplan	Total
Caixa e equivalentes a caixa.....	503	50	-	553
Títulos e valores mobiliários.....	724	189	10	923
Operações de crédito.....	261	155	-	416
Ágio.....	-	335	-	335
Intangíveis – carteira de clientes .....	398	274	-	672
Outros ativos.....	662	1.726	398	2.786
Depósitos.....	(982)	(166)	-	(1.148)
Empréstimos.....	-	(31)	-	(31)
Outros passivos.....	(888)	(1.531)	(100)	(2.519)
<b>Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.....</b>	<b>678</b>	<b>1.001</b>	<b>308</b>	<b>1.987</b>

O montante total pago pelas aquisições, nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, foi de R\$740, R\$139 e R\$1.987, respectivamente, composto da seguinte forma:

	2004	2005	2006
Pagamento em espécie .....	698	127	1.853
Em títulos públicos, pelo valor justo.....	42	-	134
Emissão de ações .....	-	12	-
<b>Custo total das aquisições .....</b>	<b>740</b>	<b>139</b>	<b>1.987</b>

Essas aquisições foram contabilizadas de acordo com o método contábil de compra e as companhias foram consolidadas a partir da data da aquisição.

Em conjunto com essas aquisições, nós registramos um saldo de ativos intangíveis com vida útil definida proveniente de carteira de clientes totalizando R\$106 em 2004, R\$28 em 2005 e R\$672 em 2006, o qual está sendo amortizado no decorrer do período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro (entre cinco e dez anos). Adicionalmente, nós registramos um saldo de ágio de R\$262 em 2004, relacionado às operações de crédito do Zogbi, R\$70 em 2005 para as operações da Morada e da Leader e R\$335 em 2006 para as operações da Amex. Para uma discussão mais completa: vide notas 2(o) e 11.

Não assumimos quaisquer pagamentos, opções ou compromissos contingentes futuros como resultado dessas aquisições.

## **2 Principais Práticas Contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em US GAAP requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As principais estimativas utilizadas foram: provisão para perdas com operações de crédito, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, avaliação de perdas em ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros e planos de previdência complementar e contingências. Os resultados apresentados podem diferir dessas estimativas.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**a) Reajustes em moeda constante**

Até 31 de dezembro de 1997, o Brasil era considerado uma economia altamente inflacionária e, conseqüentemente, todos os saldos e operações anteriores à essa data foram reajustados à moeda constante de 31 de dezembro de 1997. O índice escolhido para esse reajuste foi o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que consideramos ser o índice mais apropriado, devido à sua fonte independente, ao longo histórico de sua publicação e por reunir os preços no atacado, ao consumidor e de construção.

A partir de 1º de janeiro de 1998, o Brasil deixou de ser uma economia inflacionária uma vez que, a taxa de inflação cumulativa referente ao período dos três últimos anos ficou abaixo de 100%, sem qualquer indicação de retorno às taxas altas em vigor antes de 30 de junho de 1994. Assim sendo, saldos e operações a partir de 1º de janeiro de 1998 passaram a ser expressos em reais nominais, conforme exigido pelo U.S. GAAP e pelas diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários Norte-Americana - ("SEC").

**b) Caixa e equivalentes a caixa**

Para fins das demonstrações de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes a caixa" inclui as seguintes contas: caixa e contas-correntes em bancos, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazo de três meses ou menos e apresentam risco insignificante de mudanças no valor em função das alterações nas taxas de juros.

	31 de dezembro	
	2005	2006
Caixa e contas-correntes em bancos.....	3.389	4.747
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	5.491	2.968
Aplicações em operações compromissadas .....	10.093	3.659
<b>Total .....</b>	<b>18.973</b>	<b>11.374</b>

**(c) Apresentação de ativos que rendem juros e passivos que incidem juros**

Os ativos que rendem juros e os passivos que incidem juros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo montante do principal em aberto, acrescidos de juros e variação monetária e cambial incorridos. Essa apresentação é necessária, uma vez que os juros compostos e as variações monetária e cambial incorridos são incorporados, em cada período, ao montante de principal em aberto, para praticamente todos os ativos e passivos em reais.

O total de juros e variação monetária e cambial incorridos sobre o montante de principal em aberto dos ativos era R\$7.298 e R\$7.909, em 31 de dezembro de 2005 e de 2006, respectivamente. O total de juros e variação monetária e cambial incidentes sobre o montante de principal em aberto dos passivos era R\$4.003 e R\$4.835, em 31 de dezembro de 2005 e de 2006, respectivamente.

**(d) Aplicações em operações compromissadas e títulos vinculados a compromissos de recompra**

Os valores mobiliários vinculados a compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou venda, acrescido dos juros incorridos. Esta classificação também inclui os títulos vinculados a compromissos de recompra

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

compreendendo basicamente títulos públicos brasileiros. Estes títulos apresentam um risco insignificante de mudança de taxas de juros e podem ser objeto de operações compromissadas.

**(e) Títulos e valores mobiliários de negociação, inclusive derivativos**

Os instrumentos derivativos classificados como de negociação são contabilizados ao valor justo de acordo com as Normas de Apresentação das Demonstrações Financeiras “SFAS 115”, “Contabilização de Investimentos em Títulos de Renda Fixa e em Ações”. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores justos são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações de preços ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos em resultados sobre títulos e valores mobiliários de negociação.

As operações de derivativos efetuadas por solicitação de clientes ou que não atendem aos critérios de "hedge" (principalmente derivativos utilizados para administrar nossa exposição global às variações nas taxas de juros e moedas estrangeiras) são contabilizadas pelo valor justo de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos como ganhos (perdas) sobre valores mobiliários de negociação (receitas não financeiras). Todas as nossas operações com derivativos são consideradas como de negociação, como divulgado na Nota 22 (b).

**(f) Derivativos, exceto os considerados como "de negociação"**

Os derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados ao valor justo, independente do objetivo ou da intenção de mantê-los de acordo com o SFAS 133, “Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging”, como alterado pelos SFAS 137, 138 e 149. As mudanças nos valores justos de um instrumento são reconhecidas nos lucros ou no patrimônio líquido, dependendo de sua designação e qualificação como um “hedge” de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira. Para se qualificar como um “hedge”, o derivativo deve ser: (i) designado como um “hedge” de um ativo ou passivo financeiro específico no início do contrato; (ii) efetivo na redução do risco associado com a exposição a ser protegida pelo “hedge”; e (iii) altamente correlacionado com respeito a mudanças em seu valor justo quanto ao valor justo ou quanto ao fluxo de caixa do item protegido pelo “hedge”, tanto no início quanto durante a vigência do contrato.

**(g) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base na intenção da Administração na data da aquisição. Títulos e valores mobiliários adquiridos e mantidos principalmente para fins de revenda a curto prazo são classificados como títulos e valores mobiliários de negociação e são declarados pelo valor justo. Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles possam ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado, sendo contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizados líquidos incluídos no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

As ações que são incluídas como disponíveis para venda são contabilizadas pelo valor justo, sendo os ganhos e as perdas líquidos não realizados incluídos no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, até sua realização, quando os ganhos (perdas) líquidos realizados são incluídos em receitas ou (despesas) não financeiras.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**(h) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para manutenção na carteira até o vencimento são classificados como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e registrados pelo custo de aquisição, atualizados pelos juros contratuais.

As transferências de investimentos das categorias de negociação e disponíveis para venda para a categoria mantidos até o vencimento foram contabilizadas pelo seu valor justo na data da transferência:

- no caso de títulos de negociação, os ganhos e as perdas anteriores foram previamente registrados na demonstração do resultado consolidado;
- no caso de títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados são registrados na conta “Ganhos (perdas) não realizados sobre títulos disponíveis para venda”, no patrimônio líquido, no momento da transferência e subsequentemente amortizados durante o período, a partir da data da transferência até o vencimento do título.

**(i) Análise das perdas “other than temporary”**

Para estabelecer se a deterioração de um papel é outra que não temporária, utilizamos uma combinação de fatores que visam a determinar se a recuperação do valor de um papel é provável. Esses fatores incluem, além da duração e representatividade da deterioração, outros fatores não relacionados, como: a probabilidade, calculada com base no comportamento histórico do valor de determinados papéis e a nossa experiência anterior com eles, de que um declínio no valor será recuperado, como também a probabilidade da não realização do principal ou dos juros devido a: (i) pedido do emissor de processo de falência ou concordata; (ii) deterioração da classificação de risco de crédito do emissor; ou (iii) dificuldades financeiras do emissor, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua.

Além das divulgações já exigidas pelo SFAS 115, também seguimos as diretrizes determinadas pelo Grupo de Trabalho para Questões Emergentes (“EITF”) Tópico 03-01, “O Significado de Deterioração Outra que não Temporária e sua Aplicação para Determinados Investimentos”, do posicionamento (“FSP”) EITF 03-01, que foi substituído pelo FSP FAS 115-1 e pelo FAS 124-1.

**(j) Operações de crédito e arrendamento mercantil**

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor do principal, acrescidas dos juros a receber e variação monetária. A receita de juros é contabilizada com base no regime de competência e adicionada ao montante de principal em cada período. A apropriação dos juros incorridos é geralmente descontinuada em todos os empréstimos considerados incobráveis, quanto a principal ou juros e para todos os empréstimos que estejam 60 dias ou mais em atraso. As cobranças de juros sobre tais empréstimos são registradas como reduções no saldo principal quando a capacidade de recebimento é incerta; de outra maneira, o resultado é reconhecido com base no regime de caixa.

Concedemos financiamento de equipamentos para nossos clientes através de contratos de arrendamento mercantil. Os contratos de arrendamento mercantil são contabilizados pelo total de pagamentos a receber, acrescidos do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

Além disso, seguimos as diretrizes prescritas pelo Pronunciamento 03-3, “Contabilização de Determinadas Operações de Crédito ou Títulos adquiridos por meio de Transferência”, que trata da contabilização das diferenças entre o fluxo de caixa contratado e previsto desde o investimento inicial do comprador em operações de crédito ou títulos adquiridos por meio de transferência, quando essas diferenças são atribuíveis, pelo menos em parte, à qualidade do crédito.

**(k) Provisão para perdas com operações de crédito e créditos de curso anormal**

A provisão para perdas com operações de crédito é o valor que foi provisionado para perdas prováveis na carteira de crédito. A provisão é aumentada por provisões para perdas com empréstimos e recuperações de créditos previamente baixadas, sendo reduzida por empréstimos baixados e julgados incobráveis. Nossa avaliação da adequação da provisão é baseada nas revisões regulares de créditos individuais, na experiência recente com perdas, nas condições econômicas atuais, nas características de risco das várias classificações de créditos, no valor justo da garantia e em outros fatores que influenciem diretamente a cobrança potencial dos créditos.

Os empréstimos são considerados como créditos sujeitos a perda (“impairment”) quando, na nossa opinião, não existem mais possibilidades de cobrar todos os montantes a receber, inclusive os juros incorridos, de acordo com a SFAS 114, "Contabilização de Inadimplência de um Empréstimo por um Credor", complementada pela SFAS 118. Consideramos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como créditos de curso anormal e sujeitos à revisão de perdas por inadimplência. Nós então mensuramos os créditos sujeitos a perda com base: (i) no valor do fluxo de caixa descontado do crédito à taxa determinada do crédito; (ii) na taxa de mercado observável do crédito; ou (iii) no valor realizável da garantia para créditos dependentes de garantia. Uma provisão de avaliação é estabelecida através da provisão para perdas com operações de crédito para a diferença entre o valor contábil dos créditos sujeitos a perda e seu valor determinado como descrito acima. Os créditos são baixados contra a provisão quando um crédito não é cobrado ou considerado como de perda (“impairment”) permanente. A provisão é ajustada em períodos futuros para mudanças no valor determinado.

**(l) Investimentos em empresas não consolidadas**

Os investimentos em empresas não consolidadas, nas quais detemos entre 20% e 50% do capital com direito a voto, são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Segundo esse método, nossa participação nos resultados dessas empresas, calculada de acordo com o U.S. GAAP, é reconhecida nas demonstrações de resultado como "Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas" e os dividendos são creditados quando declarados na conta "Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos" do balanço patrimonial (vide nota 9).

Participações societárias inferiores a 20% em empresas, sem valor de mercado prontamente determinável, são registradas ao custo (a menos que tenhamos a capacidade de exercer influência significativa sobre as operações da empresa investida, sendo adotado nesse caso, o método de equivalência) e os dividendos são reconhecidos no lucro quando recebidos.

Nenhum investimento em empresas não consolidadas, analisados individualmente ou em seu conjunto, é considerado significativo para fins de divulgações mais detalhadas em nossas demonstrações financeiras.

**(m) Imobilizado de uso, líquido**

O imobilizado de uso é contabilizado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1997). A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

uso - 4%; equipamentos de processamento de dados – de 20% a 50%; e outros ativos - entre 10% e 20%.

Os custos de aquisição e desenvolvimento de software, inclusos no imobilizado de uso, líquidos referem-se aos custos de software de uso interno capitalizados, de acordo com o Pronunciamento (SOP) 98-1 “Contabilização de software desenvolvido ou adquirido para uso interno”.

Reconhecemos uma perda por deterioração apenas se os valores contábeis de ativos de longa duração a serem mantidos e usados não forem recuperáveis em seus fluxos de caixa futuros esperados não descontados, de acordo com o SFAS 144, “Contabilização das Perdas ou Baixas de Ativos de Longa Duração”.

O ativo permanente alienado, substancialmente representado por certas agências bancárias, e posteriormente alugado para a continuidade de nossas operações, foi contabilizado de acordo os SFAS 13 e SFAS 98, “Contabilização de Arrendamentos” e SFAS 28 “Contabilização de Vendas Atreladas a Contratos de Aluguéis”.

Para as operações classificadas como leasing operacional, na modalidade à vista, apenas a parcela correspondente: (i) à diferença positiva entre o lucro apurado na alienação e o valor presente dos aluguéis futuros a serem pagos é reconhecida imediatamente ao resultado do período, enquanto (ii) a parcela remanescente é diferida no decorrer dos prazos dos respectivos contratos de aluguel, e (iii) nos casos exclusivos de prejuízo, o reconhecimento é imediato. Nos casos de venda financiada, o resultado será apurado apenas a partir do vencimento final do respectivo financiamento (Nota 10) e posteriormente contabilizado de acordo com os critérios descritos acima.

O ganho ou perda apurados nas vendas à vista sem vínculo com os contratos de aluguel foi reconhecido imediatamente no resultado do exercício como “Outras receitas não financeiras”.

**(n) Bens não de uso próprio**

Os ativos são classificados como bens não de uso próprio e incluídos em outros ativos no ato da efetiva execução ou quando a posse física da garantia é tomada, seja através de um acordo entre as partes ou uma decisão de um processo de execução.

Os bens não de uso próprio são contabilizados pelo que for menor, entre o valor contabilizado do empréstimo ou do arrendamento relativamente ao qual o bem serviu anteriormente como garantia ou o valor justo do bem, deduzidos os custos estimados para venda. Antes da execução, quaisquer reduções no valor contábil, se necessárias, são debitadas da provisão para perdas com operações de crédito.

Após o registro, ganhos ou perdas sobre a venda e perdas com a reavaliação periódica de bens não de uso são registrados no resultado. Os custos líquidos para manutenção e operação dos bens não de uso são contabilizados como despesas na medida em que forem incorridos.

**(o) Ágio e outros ativos intangíveis**

O SFAS 141, “Combinações de Negócios”, requer a contabilização de fusões e incorporações determinando se um ativo intangível adquirido deve ser reconhecido separadamente do ágio, bem como divulgações adicionais quanto à razão principal para uma fusão ou incorporação e à alocação do preço de compra pela maior rubrica contábil do balanço patrimonial.

O SFAS 142, “Ágio e Outros Ativos Intangíveis”, requer que o ágio incluindo o adquirido antes da



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

aplicação inicial da norma, não seja mais amortizado, mas seja testado para avaliar seu valor de realização ao menos anualmente (“impairment”), usando uma abordagem em duas etapas que envolve a identificação “de unidades de negócio” e a estimativa do valor justo. O valor de cada unidade de negócio foi estimado usando o valor de mercado.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis referentes à carteira de clientes são registrados e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro (entre cinco e dez anos). Revisamos nossos ativos intangíveis por eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar que o valor contábil dos ativos não possa ser recuperado, sendo que nesse caso sua baixa é reconhecida imediatamente no resultado.

Também seguimos as diretrizes prescritas pelo SFAS 147, “Aquisições de Determinadas Instituições Financeiras”, que requer que combinações de negócio envolvendo instituições financeiras depositárias dentro de seu escopo, exceto combinações entre instituições mútuas, sejam contabilizadas de acordo com o SFAS 141.

**(p) Contingências**

De acordo com o SFAS 5, “Contabilização de Contingências”, Interpretação N°. 14 (“FIN 14”), “Estimativas Razoáveis de Montantes de Perda”, para apurar o passivo contingente, nós constituímos provisões quando as condições conhecidas antes da emissão das demonstrações financeiras mostram que: (i) é provável que as perdas tenham sido incorridas na data das demonstrações financeiras; e (ii) o valor dessas perdas pode ser estimado de forma razoável. As provisões são constituídas com base em nossa melhor estimativa de perdas prováveis.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data das demonstrações financeiras, porém antes da publicação dessas demonstrações financeiras; e
- b) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações financeiras, porém antes da sua publicação.

**(q) Tributação sobre o lucro**

Nós contabilizamos a tributação sobre o lucro de acordo com o SFAS 109, “Contabilização da Tributação sobre o Lucro”. O SFAS 109 é uma abordagem de ativo e passivo que requer o reconhecimento do imposto diferido, ativo e passivo, por diferenças temporárias entre os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas declarações de imposto de renda. Na estimativa de repercussões fiscais futuras, o SFAS 109 geralmente considera todos os eventos futuros esperados, que não mudanças na lei ou alíquotas de imposto. Se acreditarmos que seja pouco provável a realização do valor contábil de qualquer imposto diferido ativo, estabeleceremos uma provisão para perdas no mesmo montante do valor em questão.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**(r) Receitas de prestação de serviços**

Nós auferimos receitas de prestação de serviços decorrentes da administração de investimentos, cartão de crédito, atividades de banco de investimento e de determinados serviços de banco comercial. Essas receitas são reconhecidas na data da prestação do serviço (banco de investimentos e comercial) ou durante a vigência do contrato (administração de investimentos e cartão de crédito).

**(s) Conversão de operações em moeda estrangeira**

Para a maioria de nossas operações no exterior, a moeda funcional é o real, na qual o ativo e o passivo são convertidos, para fins de consolidação, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local para reais e os resultados de operações são convertidos pela taxa média no período. Perdas e ganhos resultantes de operações de câmbio são registrados no resultado do período.

**(t) Benefícios a empregados**

Somos obrigados a efetuar contribuições como empregador para o Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS"), órgão do Governo Brasileiro que administra planos de seguridade social, aposentadorias e outros benefícios. Essas contribuições, cujos valores são contabilizados como despesa na medida em que são incorridos, totalizaram R\$624 em 2004, R\$647 em 2005 e R\$716 em 2006.

Além disso, efetuamos contribuições para planos de benefícios definidos para nossos empregados, advindos de instituições adquiridas. Contabilizamos esses planos de acordo com a SFAS 87 "Contabilização de Pensões pelos Empregadores".

Para as demonstrações financeiras dos exercícios findos após 15 de dezembro de 2003, adotamos o SFAS 132 ("SFAS 132R") revisado, que mantém a obrigatoriedade de divulgação das informações exigidas na norma original e requer informações adicionais sobre o patrimônio dos planos de previdência complementar, obrigações com os benefícios, fluxo de caixa esperado por contribuições futuras e pagamentos de benefícios e outras informações relevantes. O SFAS 132R determina que a divulgação de informações sobre o pagamento de benefícios futuros entrará em vigor nos exercícios sociais findos após 15 de junho de 2004. Nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas.

**(u) Lucro por ação**

Os "lucros por ação" são apresentados com base nas duas classes de ações emitidas. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam dos dividendos, substancialmente na mesma base, salvo que os detentores de ações preferenciais têm direito a dividendos por ação superiores em 10% do que os detentores de ações ordinárias (Nota 17). Os "lucros por ação" são computados com base nos dividendos distribuídos ou juros sobre o capital próprio e lucros não distribuídos do Bradesco, após observar efeito à preferência de 10%, sem considerar se os lucros serão, por fim, integralmente distribuídos. Os valores de "lucros por ação" foram determinados como se todos os lucros fossem distribuídos. A média ponderada de ações é computada com base nos períodos relativamente aos quais as ações estão em circulação.

Adicionalmente, em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do capital social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de 1 nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento mencionado.

Além disso, consideramos as diretrizes prescritas pelo Tópico EITF 03-6, "Participação em Ações e o Método Duas Classes" do SFAS 128 "Ganhos por ação". Entretanto, os efeitos da adoção do Tópico EITF 03-6 não foram significativos.

**(v) Obrigações com detentores de seguros e planos de previdência**

Todos os nossos contratos de seguros são considerados contratos de seguros de curta duração. Os prêmios dos contratos de curta duração são reconhecidos no decorrer do período do contrato relacionado. Os prêmios dos contratos de longa duração são reconhecidos quando devidos pelos detentores de apólices.

As provisões para sinistros de seguros são constituídas de acordo com a experiência histórica com sinistros em processo de pagamento, com os montantes estimados de sinistros ocorridos e não avisados e com outros fatores relevantes que afetem as provisões exigidas. As provisões são ajustadas regularmente com base no conhecimento de efeitos das alterações nas estimativas das provisões, incluídas no resultado do período, no qual a estimativa foi alterada e inclui a estimativa de provisões para sinistros ocorridos e avisados e ocorridos e não avisados.

As provisões de planos de previdência complementar são estabelecidas de acordo com cálculos atuariais.

Certos produtos por nós oferecidos, como os contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos ficam por conta dos segurados, são considerados contratos de investimento, de acordo com as exigências do SFAS 97 ("SFAS 97"), "Contabilização e Demonstração por Empresas de Seguros de Certos Contratos de Longa Duração e Realização de Ganhos e Perdas na Venda de Investimentos". Durante o período de acumulação dos contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos ficam por conta do segurado, os contratos são tratados como contratos de investimento. Durante a fase de benefício, o contrato é tratado como um contrato de seguro com risco de mortalidade. Fundos relacionados com contratos de investimento de previdência, quando os riscos de investimento ficam por conta do segurado, o valor contábil é o próprio valor aplicado. Os valores contábeis não são determinados atuarialmente. Os valores contábeis são aumentados pelos depósitos recebidos e rendimentos creditados (embasados no contrato), e são reduzidos pelos resgates dos detentores de seguros.

Do mesmo modo, no exercício de 2004, determinamos a necessidade de reconhecimento de uma obrigação adicional, devido a aspectos específicos do contrato, quando o valor presente do pagamento esperado de benefícios na data esperada para o exercício da opção do benefício exceder o saldo contábil esperado na data para o exercício da opção do benefício, de acordo com o Pronunciamento 03-1, "Contabilização e Divulgação de Determinados Contratos de Longa Duração não Tradicionais e Contas Separadas, por Parte de Seguradoras" ("SOP 03-1"). Os títulos e valores mobiliários relacionados a esses contratos de investimentos em previdência são classificados como "títulos e valores mobiliários de negociação" e "títulos e valores mobiliários disponíveis para venda" nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**(w) Provisões de sinistros pendentes e ajustes de sinistros**

A provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros representa o valor necessário para cobrir o custo final estimado da liquidação de sinistros relacionados a eventos que ocorreram antes ou na data do balanço patrimonial. O passivo estimado inclui o valor necessário para pagamentos futuros de (a) sinistros avisados à seguradora, (b) sinistros relacionados a eventos segurados já ocorridos, mas não avisados à seguradora na data da estimativa do passivo, e (c) despesas com ajuste de sinistros. Essas despesas incluem os custos incorridos no processo de liquidação financeira dos sinistros, tais como: honorários de advogados; honorários de ajustes externos; e custos relacionados ao registro, processamento e ao ajuste de sinistros.

As despesas de insuficiência de prêmios são estabelecidas, se necessário, quando a obrigação para os benefícios de apólice futura mais o valor presente dos prêmios brutos futuros esperados forem insuficientes para pagar despesas e benefícios de apólices futuras esperados e recuperar quaisquer custos de aquisição de apólice não amortizado.

Durante o curso normal de nossas atividades de seguros, resseguramos uma parte do risco subscrito com o IRB-Brasil Resseguros S.A., uma entidade de controle governamental que detém o monopólio do resseguro no Brasil. Esse monopólio será efetivamente quebrado em 2007. O contrato de resseguros permite a recuperação de parte das perdas através da resseguradora, embora não encerre nossa responsabilidade principal como seguradora direta dos riscos ressegurados. As recuperações com operações de resseguros, em 31 de dezembro de 2005 e 2006, totalizaram R\$53 e R\$35, respectivamente, e estão incluídas na conta "Outros ativos".

**(x) Despesas de comercialização diferidas**

Os custos relacionados e que variam de acordo com emissão de novos contratos de seguros são diferidos na medida em que tais custos são considerados recuperáveis com ganhos futuros.

Tais custos incluem, principalmente, comissões, custos de emissão de apólices de seguros e custos variáveis de funções de apoio e são amortizados no decorrer do prazo de vigência dos contratos na proporção do prêmio ganho. Os custos de aquisição diferidos sujeitos a testes de realização ao final de cada período, caso não sejam realizáveis, são reconhecidos como despesa.

**(y) Provisão para férias**

A provisão de férias de empregados é constituída mensalmente e é contabilizada como despesa na medida em que o direito proporcional vai sendo auferido pelos empregados.

**(z) Juros sobre o capital próprio**

As sociedades brasileiras estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins tributários. O valor dos juros é considerado um dividendo, e portanto, é registrado a débito direto dos lucros acumulados nessas demonstrações financeiras. O respectivo benefício tributário é registrado na demonstração do resultado.

**(aa) Tarifas de cartões de crédito**

As tarifas de cartões de crédito, cobradas periodicamente dos detentores de cartão, líquidas dos custos inerentes à emissão, são diferidas e reconhecidas em uma base linear durante o período em que a tarifa dá direito ao detentor de usar o cartão.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**(bb) Entidades Financeiras de Propósito Especial - (“entidades SPF”)**

A Companhia utiliza certos acordos financeiros para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez através de entidades SPF. Estas entidades SPF são geralmente financiadas com obrigações de longo prazo (Nota 14(d)) e são liquidadas através de fluxos de caixa futuros dos ativos correspondentes. Esses ativos são basicamente: (i) fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador e (ii) fluxos atuais e futuros de recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Consolidamos estas entidades SPF com base nas diretrizes emitidas pela Interpretação FASB Nº 46 (“FIN 46”), “Consolidação de Entidades de Interesses Variáveis”, revisada em dezembro de 2003 (“FIN 46R”).

**(cc) Provisão para garantias**

Adotamos as determinações emitidas pelo FASB Interpretação Nº 45, “Contabilização e Informações Obrigatórias por parte do Garantidor sobre as Garantias, incluindo Garantias Indiretas sobre Endividamento de Terceiros” (“FIN 45”). O FIN 45 esclarece as diretrizes e informações obrigatórias publicadas anteriormente em relação às garantias, aumenta o volume de informações a serem apresentadas pelo garantidor nas suas demonstrações financeiras sobre nossas obrigações, conforme determinadas garantias, e exige o reconhecimento pelo garantidor de um passivo pelo valor justo da obrigação assumida de acordo com a garantia.

As novas exigências incluem a divulgação da natureza da garantia, o valor potencial máximo de pagamentos futuros que poderíamos ter que efetuar, segundo a garantia, e o valor atual do passivo, se existir, da obrigação do garantidor segundo a garantia. As garantias significativas dadas por nós encontram-se na Nota 22 (d).

**(dd) Dívida perpétua**

Em julho de 2003, o FASB emitiu o SFAS 150, “Contabilização de Certos Instrumentos Financeiros com Características tanto de Passivo quanto de Patrimônio Líquido”. O SFAS 150 estabelece os critérios a serem seguidos pelo emissor na avaliação de determinados instrumentos financeiros com características tanto de passivo quanto de patrimônio líquido e na classificação dos mesmos em sua posição patrimonial e financeira. O emissor deve classificar um instrumento financeiro no escopo da norma, como um passivo (ou ativo em determinadas circunstâncias) quando esse instrumento financeiro constitui uma obrigação do emissor. Esta norma é vigente para instrumentos financeiros contratados ou alterados após 31 de maio de 2003 e entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2003. Classificamos nossa dívida perpétua como um passivo, pois no caso de não pagamento de juros, com base apenas em uma decisão da administração em não pagar juros, poderia resultar no direito do detentor da dívida em requerer nossa liquidação financeira.

**(ee) Práticas contábeis adotadas recentemente**

Em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS No. 158, “Contabilização de Planos de Pensão com Benefício Definido e Outros Planos Pós-Aposentadoria pelo Empregador – uma emenda aos Pronunciamentos do FASB No. 87, 88, 106, e 132(R)” - (“SFAS 158”). O SFAS 158 exige que a condição financiada dos planos de pensão e de outros planos de pós-aposentadoria seja registrada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2006 com uma compensação correspondente, líquida de efeitos fiscais, registrada no lucro (prejuízo) abrangente acumulado dentro do patrimônio líquido. A exigência para reconhecer a condição financiada de um plano e as exigências de divulgação são vigentes para exercícios fiscais findos a partir de 15 de dezembro de 2006. O efeito da adoção do SFAS No. 158 é apresentado na nota 26.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

O SFAS No. 158 também exige a mensuração dos ativos do plano e das obrigações de benefícios na data da demonstração de resultado do empregador para o exercício findo, vigente para exercícios findos depois de 15 de dezembro de 2008. Não esperamos que a adoção dessa exigência tenha efeito material sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

Em setembro de 2006, a SEC publicou o *Staff Accounting Bulletin* No. 108, “Consideração dos Efeitos de Erros de Anos Anteriores Quando da Quantificação de Erros nas Demonstrações Financeiras do Ano Corrente” - (“SAB 108”), que é vigente para exercícios fiscais findos em ou após 15 de novembro de 2006. O SAB 108 fornece orientação sobre como os efeitos de erros não corrigidos em demonstrações financeiras de exercícios anteriores deveriam ser considerados quando da quantificação de um erro no exercício corrente. O SAB 108 exige que as companhias quantifiquem os erros usando abordagens tanto de resultado como patrimonial e avaliem se qualquer das abordagens resulta em um erro que, quando todos os fatores quantitativos e qualitativos são considerados, seja material. Se os erros de exercícios anteriores que haviam sido considerados imateriais anteriormente são agora considerados materiais com base em qualquer das abordagens, não é exigida reapresentação desde que a administração tenha aplicado adequadamente sua abordagem anterior e todos os fatos e circunstâncias relevantes tenham sido considerados. Ajustes considerados imateriais em exercícios anteriores de acordo com o método utilizado anteriormente, porém agora considerados materiais de acordo com a dupla abordagem exigida pelo SAB 108, devem ser registrados quando da adoção inicial do SAB 108. A adoção do SAB 108 não teve impacto significativo sobre nossa situação financeira ou resultado das operações.

**(ff) Pronunciamentos contábeis futuros**

Em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS No. 157, “Medidas de Valor Justo” - (“SFAS 157”). O Pronunciamento define valor justo, estabelece uma estrutura para mensurar o valor justo de acordo com os US GAAP, e acrescenta exigências de divulgação referentes a métodos usados para mensurar o valor justo e os efeitos nos lucros. O SFAS 157 esclarece que valor justo é o valor que seria utilizado para vender um ativo ou transferir um passivo, em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O SFAS 157 é vigente para demonstrações financeiras da Companhia para o exercício que começa em 1 de janeiro de 2008, com adoção anterior permitida. Estamos atualmente avaliando o impacto do SFAS 157, uma vez que esperamos adotá-lo a partir de 1º de janeiro de 2008.

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu o SFAS No. 159, “A Opção de Valor Justo para Ativos e Passivos Financeiros” - (“SFAS 159”). O SFAS 159 concede às companhias a opção de reportar ativos e passivos financeiros selecionados ao valor justo e fornecer informações adicionais que ajudarão os investidores e outros usuários de demonstrações financeiras a entender mais facilmente o efeito sobre os resultados em virtude de a companhia optar por usar o valor justo. O SFAS 159 é vigente para o primeiro trimestre de 2008. Estamos atualmente avaliando o impacto da adoção do SFAS 159, que depende da natureza e da extensão dos itens selecionados para serem mensurados ao valor justo quando da aplicação inicial da norma, em 2008.

Em junho de 2006, o FASB emitiu a FASB *Interpretation* No. 48, “Contabilização de Incertezas no Imposto de Renda – uma interpretação do Pronunciamento do FASB No. 109” - (“FIN 48”). A FIN 48 prescreve um limite de reconhecimento e um atributo de mensuração para o reconhecimento nas demonstrações financeiras e a mensuração de uma posição fiscal assumida ou que se espera assumir em um pronunciamento de imposto. A FIN 48 também orienta sobre não reconhecimento, classificação, juros e penalidades, contabilização em períodos intermediários, divulgação e transição. A FIN 48 é vigente para exercícios fiscais que comecem depois de 15 de dezembro de 2006. Estamos atualmente avaliando o

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

impacto da adoção do FIN 48, entretanto a adoção desse pronunciamento contábil não deve gerar impactos significativos sobre nossa situação financeira ou resultado das operações.

**3 Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil**

- (a) Assim como outras instituições financeiras brasileiras, somos obrigados a depositar recursos no Banco Central do Brasil ou a comprar e manter títulos públicos brasileiros, na forma de depósito compulsório, como segue:

	31 de dezembro	
	2005	2006
Sem juros <sup>(1)</sup> .....	5.269	6.446
Com juros <sup>(2)</sup> .....	11.177	12.219
Com juros <sup>(3)</sup> .....	5.240	4.796
<b>Total</b> .....	<b>21.686</b>	<b>23.461</b>

(1) Depósitos à vista.

(2) Principalmente depósitos em poupança.

(3) Depósitos a prazo representados por títulos públicos brasileiros.

- (b) Os títulos públicos brasileiros vinculados aos depósitos compulsórios e contabilizados de acordo com o SFAS 115 são os seguintes:

	Títulos e valores mobiliários de negociação		Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	
	2005	2006	2005	2006
Custo amortizado .....	3.400	4.795	1.820	-
Ganhos brutos não realizados .....	7	1	14	-
Perdas brutas não realizadas .....	-	-	(1) <sup>(1)</sup>	-
<b>Valor justo</b> .....	<b>3.407</b>	<b>4.796</b>	<b>1.833</b>	<b>-</b>
<b>Saldo médio</b> .....	<b>4.353</b>	<b>4.875</b>		

(1) Não identificamos perdas outras que não temporárias para o montante de perdas brutas não realizadas.

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos, por vencimento, foram os seguintes:

	31 de dezembro			
	2005		2006	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano.....	383	383	4.572	4.572
Vencimento de um até cinco anos.....	3.756	3.778	223	224
Vencimento de cinco até dez anos .....	1.081	1.079	-	-
<b>Total</b> .....	<b>5.220</b>	<b>5.240</b>	<b>4.795</b>	<b>4.796</b>

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado****4 Títulos e Valores Mobiliários de Negociação**

	Valor de mercado			
	31 de dezembro		Saldo médio em	
	2005	2006	2005	2006
Aplicações em quotas de fundos .....	21.420	28.549	17.801	24.002
Títulos públicos brasileiros .....	17.142	31.150	17.056	15.732
Títulos emitidos por empresas não financeiras .....	901	1.040	986	896
Títulos brasileiros emitidos no exterior .....	521	55	497	77
Títulos emitidos por instituições financeiras .....	324	1.263	179	384
Títulos públicos de governos estrangeiros .....	122	94	176	112
<b>Total .....</b>	<b>40.430</b>	<b>62.151</b>	<b>36.695</b>	<b>41.203</b>
Instrumentos financeiros derivativos.....	518	584	1.183	796
<b>Total de títulos e valores mobiliários de negociação ....</b>	<b>40.948</b>	<b>62.735</b>	<b>37.878</b>	<b>41.999</b>

Ganhos líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação em 31 de dezembro de 2005 e 2006 foram de R\$105 e R\$23, respectivamente.

A variação líquida em ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação detidos nos exercícios até 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, registrada em receitas não financeiras, totalizaram R\$(319), R\$90 e R\$82, respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários de negociação acima demonstrados incluem títulos vinculados à prestação de garantias, que montaram a R\$698 e R\$821 em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente.

As posições de derivativos apresentadas acima representam os valores de mercado da taxa de juros, câmbio e de produtos dos mercados de ações e commodities, incluindo contratos de futuros, a termo e de opção, e contratos de "swaps" referentes às nossas atividades de negociação de instrumentos financeiros derivativos.

**5 Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda, ao Valor Justo**

	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
<b>31 de dezembro de 2005</b>				
Títulos públicos brasileiros.....	5.902	277	(33)	6.146
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	3.948	365	-	4.313
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	1.689	65	(10)	1.744
Títulos emitidos por instituições financeiras .....	296	13	-	309
Ações em companhias abertas.....	1.257	980	(39)	2.198
<b>Total.....</b>	<b>13.092</b>	<b>1.700</b>	<b>(82)</b>	<b>14.710</b>
<b>31 de dezembro de 2006</b>				
Títulos públicos brasileiros.....	15.644	1.068	-	16.712
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	1.312	237	-	1.549
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	2.048	83	(1)	2.130
Títulos emitidos por instituições financeiras .....	45	9	-	54
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	9	-	-	9
Ações em companhias abertas.....	2.549	1.035	(159)	3.425
<b>Total.....</b>	<b>21.607</b>	<b>2.432</b>	<b>(160)</b>	<b>23.879</b>



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

Durante 2004, 2005 e 2006, consideramos R\$41, R\$49 e R\$64 respectivamente, como perdas outras que não temporárias.

Não identificamos perdas outras que não temporárias para o saldo remanescente de perdas brutas não realizadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2006, não existiam títulos emitidos por um único grupo privado, ou um grupo de empresas relacionadas, cujos valores de mercado fossem superiores a 10% do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas brutos realizados em títulos são calculados, principalmente, com base no método de custo médio. Ganhos e perdas realizados nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda estão relacionados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
Ganhos brutos .....	484	833	1.338
Perdas brutas .....	(51)	(86)	(181)
<b>Ganhos líquidos .....</b>	<b>433</b>	<b>747</b>	<b>1.157</b>

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda, por vencimento, foram os seguintes:

	31 de dezembro			
	2005		2006	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano .....	352	352	294	323
Vencimento de um até cinco anos .....	4.205	4.227	7.619	7.907
Vencimento de cinco até dez anos .....	3.209	3.422	10.275	10.531
Vencimento acima de dez anos .....	4.069	4.511	870	1.693
Vencimento indeterminado (ações de companhias abertas) .....	1.257	2.198	2.549	3.425
<b>Total.....</b>	<b>13.092</b>	<b>14.710</b>	<b>21.607</b>	<b>23.879</b>

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, acima demonstrados, incluem títulos vinculados a prestação de garantias, que montaram R\$298 e R\$12 em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

**6 Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento**

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento eram os seguintes:

	<b>Custo amortizado</b>	<b>Ganhos não realizados brutos</b>	<b>Perdas não realizadas brutas</b>	<b>Valor de mercado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>				
Títulos públicos brasileiros.....	3.137	514	-	3.651
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	909	223	-	1.132
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	44	1	-	45
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	31	-	-	31
<b>Total.....</b>	<b>4.121</b>	<b>738</b>	<b>-</b>	<b>4.859</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>				
Títulos públicos brasileiros.....	2.188	736	-	2.924
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	1.040	263	-	1.303
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	37	-	-	37
<b>Total.....</b>	<b>3.265</b>	<b>999</b>	<b>-</b>	<b>4.264</b>

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento, por vencimento, eram os seguintes:

	<b>31 de dezembro</b>			
	<b>2005</b>		<b>2006</b>	
	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor de mercado</b>
Vencimento em até um ano.....	1.074	1.076	37	37
Vencimento de cinco a dez anos.....	913	1.124	966	1.205
Vencimento acima de dez anos.....	2.134	2.659	2.262	3.022
<b>Total.....</b>	<b>4.121</b>	<b>4.859</b>	<b>3.265</b>	<b>4.264</b>

Em 31 de dezembro de 2005 e 2006, não tínhamos registrado em nossa carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento nenhum título dado em garantia.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, apresentados como aplicações em operações compromissadas nos montantes de R\$217 em 31 de dezembro de 2005, com valor de mercado de R\$272 são representados principalmente por títulos públicos brasileiros emitidos no exterior (vencimentos entre 5 e 10 anos) e títulos públicos brasileiros (vencimento de até um ano).

Em 31 de dezembro de 2006, não havia títulos apresentados como aplicações em operações compromissadas em nossa carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

A tabela a seguir demonstra nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda:

	<b>31 de dezembro</b>			
	<b>2005</b>		<b>2006</b>	
	<b>Custo amortizado</b>	<b>% Total</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>% Total</b>
Moeda brasileira (reais).....	3.137	76%	2.188	67%
Indexados e denominados em moeda estrangeira .....	984	24	1.077	33
	<b>4.121</b>	<b>100%</b>	<b>3.265</b>	<b>100%</b>

**7 Operações de Crédito**

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Comerciais		
Industriais e outros.....	28.690	32.604
Financiamento à importação .....	1.100	1.465
Financiamento à exportação.....	10.067	12.934
Arrendamento mercantil.....	2.491	3.842
Financiamento para construção de imóveis.....	523	519
Pessoas físicas		
Cheque especial .....	1.572	1.263
Empréstimos hipotecários residenciais .....	832	1.326
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	24.565	28.039
Cartão de crédito.....	1.830	2.652
Crédito rural.....	6.369	7.399
Empréstimos em moeda estrangeira.....	1.900	1.546
Setor público.....	49	62
Créditos de curso anormal .....	2.701	4.284
<b>Total.....</b>	<b>82.689</b>	<b>97.935</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**8 Provisão para Perdas com Operações de Crédito**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
No início do exercício .....	3.846	4.063	4.964
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito..	1.429	1.823	3.767
Créditos baixados contra provisão .....	(1.824)	(1.603)	(2.816)
Créditos recuperados.....	612	681	637
Créditos baixados líquidos .....	(1.212)	(922)	(2.179)
<b>No encerramento do exercício.....</b>	<b>4.063</b>	<b>4.964</b>	<b>6.552</b>

Em 31 de dezembro de 2005 e 2006, o saldo registrado em operações de crédito para o qual a deterioração (“impairment”) foi reconhecida, de acordo com o SFAS 114, totalizou R\$665 e R\$594, respectivamente, dos quais R\$342 e R\$260 referem-se às operações de crédito com provisão para perdas equivalente a R\$286 e R\$167, respectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de

(Tradução livre do original em inglês)

## Banco Bradesco S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

2006, o saldo médio registrado em operações de crédito deterioradas (“impaired loans”) foi de aproximadamente R\$594. Em 2004, 2005 e 2006, a receita de juros reconhecida sobre operações de crédito deterioradas foi considerada imaterial. Em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, registramos R\$2.206, R\$2.701 e R\$4.284, respectivamente, de operações de crédito de curso anormal.

## 9 Investimentos em Empresas Não Consolidadas e Outros Investimentos

Empresa	Percentual de participação direta		31 de dezembro						
	31 de dezembro de 2006		2004		2005		2006		
	Total	Com direito a voto	Resultado da equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Patrimônio líquido da investida <sup>(1)</sup>	Lucro líquido (prejuízo) do período da investida <sup>(1)</sup>	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial
American BankNote Company									
Gráfica e Serviços Ltda. <sup>(2)</sup>	-	-	7	38	12	-	-	-	2
Áurea Seguros S.A.	27,50	27,50	-	3	-	17	(2)	5	-
BES Investimentos do Brasil S.A.	20,00	20,00	1	19	4	114	25	23	5
Celta Holdings S.A.	36,26	36,26	-	-	-	268	266	97	-
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento - VISANET	39,67	39,67	40	148	162	435	593	173	236
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Visavale	34,33	34,33	-	8	3	50	26	17	9
CPM Holding Ltd.	49,00	49,00	(3)	33	(19)	5	(163)	2	(80)
Serasa S.A.	26,41	26,41	21	54	24	229	108	61	29
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	23
<b>Total dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>			<b>66</b>	<b>303</b>	<b>186</b>			<b>378</b>	<b>224</b>
Outros investimentos registrados pelo custo			-	94	-			149	-
<b>Total geral</b>			<b>66</b>	<b>397</b>	<b>186</b>			<b>527</b>	<b>224</b>

(1) Valor derivado das demonstrações financeiras de acordo com o Brazilian GAAP, ajustado ao U.S. GAAP, quando aplicável. Não existem restrições materiais sobre a capacidade de tais empresas em remeter recursos ao Bradesco. Além disso, não existem diferenças significativas entre o nosso investimento e nossa participação proporcional do patrimônio da investida.

(2) Investimento alienado parcialmente em 2006 e posteriormente transferido para disponíveis para venda.

A tabela abaixo demonstra os dividendos, incluindo juros sobre o capital próprio, recebidos dos investimentos acima.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet	3	89	211
Serasa S.A.	14	16	22
Outros	3	5	3
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>110</b>	<b>236</b>

Em 31 de dezembro de 2006, os investimentos acima não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**11 Ágio e Outros Ativos Intangíveis**

**a) Ágio**

As variações no valor contábil do ágio (veja Nota 1(b)) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2006, resultante de nossas aquisições, são as seguintes:

	<u>Segmento Bancário</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004</b> .....	<b>262</b>
Aquisição do Morada.....	50
Aquisição da Leader .....	20
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b> .....	<b>332</b>
Aquisição da Amex.....	335
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b> .....	<b>667</b>

O segmento bancário no qual alocamos a compra do Zogbi, da Morada, da Leader e da Amex são testados anualmente para perda (“impairment”) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas em 2005 e 2006.

**b) Ativos Intangíveis**

O valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização, referente à carteira de clientes adquirida, foi de R\$1.294 e R\$1.623 em 31 de dezembro de 2005 e de 2006, respectivamente.

As mudanças no valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2006 estão apresentadas conforme segue:

	<u>Segmentos</u>		
	<u>Setor bancário</u>	<u>Seguros, previdência e capitalização</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2005 .....	1.552	16	1.568
Adquirido durante o exercício .....	28	-	28
Amortizado durante o exercício .....	(298)	(4)	(302)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b> .....	<b>1.282</b>	<b>12</b>	<b>1.294</b>
Adquirido durante o exercício .....	672	-	672
Amortizado durante o exercício .....	(338)	(5)	(343)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b> .....	<b>1.616</b>	<b>7</b>	<b>1.623</b>

Os ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização adquiridos durante os exercícios de 2005 e 2006 estão demonstrados a seguir (veja nota 1(b)):

	<u>Segmento Alocado</u>	
	<u>Setor bancário</u>	
	<u>2005</u>	<u>2006</u>
Morada.....	28	-
BEC.....	-	398
Amex.....	-	274
<b>Total</b> .....	<b>28</b>	<b>672</b>

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto e a amortização acumulada para ativos intangíveis

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

com vida útil definida sujeitos à amortização:

	31 de dezembro de 2005		31 de dezembro de 2006	
	Valor contábil bruto	Amortização acumulada	Valor contábil bruto	Amortização acumulada
Carteira de clientes .....	2.609	1.315	3.281	1.658

A despesa com amortização foi de R\$278, R\$302 e R\$343 para os exercícios de 2004, 2005 e 2006, respectivamente.

As despesas estimadas com amortização para os próximos cinco exercícios são:

Para o exercício a findar em 31 de dezembro	Despesas de amortização
2007 .....	327
2008 .....	274
2009 .....	251
2010 .....	238
2011 .....	194

**12 Outros Ativos**

**a. Composição de outros ativos**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Impostos diferidos, líquido (veja Nota 16).....	3.673	4.759
Operações de cartão de crédito .....	2.847	5.215
Depósitos judiciais relativos a questões tributárias e trabalhistas .....	2.275	3.542
Impostos pagos antecipadamente .....	1.619	1.395
Prêmios de seguros a receber .....	1.148	1.328
Securitização de recebíveis de cartões de crédito (veja Nota 14 (d)) .....	485	372
Despesas pagas antecipadamente (1).....	357	608
Comissão na colocação de financiamento (2).....	622	789
Sistema financeiro da habitação .....	399	405
Despesas de comercialização diferidas (3) .....	258	565
Bens não de uso próprio, líquido.....	166	161
Pagamento antecipado com o Banco Postal .....	121	101
Outros.....	1.139	1.176
<b>Total.....</b>	<b>15.109</b>	<b>20.416</b>

(1) Os saldos de despesas antecipadas compreendem os valores de R\$ 139 e R\$ 439 em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente, relativos a valores desembolsados para a aquisição do direito de exclusividade para prestação de serviços bancários (Nota 12(b));

(2) Os saldos referem-se a comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos;

(3) Os saldos referem-se a comissões pagas aos corretores sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização.

**b. Despesas pagas antecipadamente – aquisição do direito de exclusividade para prestação de serviços bancários**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Saldo inicial.....	83	139
Adquirido durante o ano .....	87	367
Amortização durante o ano <sup>(1)</sup> .....	(31)	(67)
<b>Saldo final .....</b>	<b>139</b>	<b>439</b>

(1) Despesa de amortização classificada como “outras despesas não financeiras”, e reconhecida de forma linear no período de cinco a dez anos.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

**13 Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Financiamento à importação e exportação .....	4.405	4.440
“Commercial paper” .....	2.661	1.225
Outros .....	-	44
<b>Total .....</b>	<b>7.066</b>	<b>5.709</b>

Os financiamentos à importação e exportação representam linhas de crédito para financiamentos de importações e exportações concedidos a empresas brasileiras, geralmente expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2006, as taxas de juros aplicáveis aos empréstimos de curto prazo estavam entre 4,87% e 5,83% ao ano (2005 – 4,84% e 4,94%) para financiamentos à importação e exportação, 5,06% e 7,11% ao ano (2005 – 3,11% e 7,30%) para "Commercial Paper". As taxas médias em 2005 e 2006 foram de 4,97% e 5,53% ao ano, respectivamente.

**14 Obrigações por Empréstimos de Longo Prazo**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Repasse de recursos internos .....	9.429	11.642
Dívida subordinada .....	6.719	11.949
Debêntures (não conversíveis) .....	2.625	2.603
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito (veja nota 14 (d)) .....	1.776	1.344
Euronotes .....	1.503	1.235
Letras hipotecárias.....	827	841
Obrigações por arrendamento mercantil.....	368	430
Outros.....	69	78
<b>Total.....</b>	<b>23.316</b>	<b>30.122</b>

**(a) Repasses de recursos internos**

Os repasses de recursos internos representam recursos internos oriundos de agências no Brasil para empréstimos a empresas brasileiras, destinados à aplicação, basicamente, em imobilizado de uso. Esses empréstimos têm vencimentos mensais até 2025 e estão sujeitos a taxas de juros fixas entre 3% e 18% ao ano, mais juros variáveis com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, determinada trimestralmente, ou "TJLP") e Taxa Referencial de Juros (TR), respectivamente. Esses recursos são oriundos principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME (o órgão nacional para financiamento industrial) na forma de linhas de crédito.

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado****(b) Dívida subordinada**

<b>Vencimento</b>	<b>Prazo original</b>		<b>Juros %</b>	<b>Valor contábil de 31 de dezembro</b>	
	<b>em anos</b>	<b>Moeda</b>		<b>2005</b>	<b>2006</b>
2008	7	R\$	100% CDI <sup>(1)</sup> + 0,75%	627	619
2011	5	R\$	102,5% CDI <sup>(1)</sup> - 104% CDI <sup>(1)</sup>	-	4.995
2011	10	US\$	10,25%	349	319
2012	10	R\$	100% CDI <sup>(1)</sup> + 0,75%	2.909	3.360
			100% CDI <sup>(1)</sup> + 0,87%		
			100% CDI <sup>(1)</sup> - 102,5% CDI <sup>(1)</sup>		
2012	10	Iene	4,05	318	291
2013	10	US\$	8,75	1.182	1.080
2014	10	US\$	8,00	627	639
Indeterminado <sup>(2)</sup>		US\$	8,87	707	646
<b>Total.....</b>				<b>6.719</b>	<b>11.949</b>

(1) Taxa de juros brasileira referencial.

(2) Em 3 de junho de 2005, foi efetuada emissão de dívida subordinada perpétua no valor de US\$300.000 mil, com opção de resgate exclusivamente nossa, em sua totalidade e mediante autorização prévia do BACEN, desde que: (i) decorrido o prazo de 5 anos da data da emissão e posteriormente a cada data de vencimentos dos juros; ou (ii) a qualquer momento se houver mudança na lei fiscal no Brasil ou no Exterior, que possam acarretar aumento dos custos para nós e caso sejamos notificados por escrito, pelo BACEN, de que os títulos não podem mais ser considerados nos cálculos de adequação de capital. Os pagamentos de juros são efetuados trimestralmente a partir de 3 de setembro de 2005. Classificamos nossa dívida perpétua como um passivo, pois no caso de não pagamento de juros, com base apenas em uma decisão da administração em não pagar, resultaria no direito do detentor da dívida em requerer a liquidação do banco.

**(c) Debêntures (não conversíveis)**

<b>Vencimento</b>	<b>Prazo original</b>		<b>Juros %</b>	<b>Valor contábil de 31 de dezembro</b>	
	<b>anos</b>	<b>Moeda</b>		<b>2005</b>	<b>2006</b>
2011	6	R\$	102% - CDI	2.625	2.603
<b>Total.....</b>				<b>2.625</b>	<b>2.603</b>

**(d) Títulos emitidos por meio de securitização das ordens de pagamento e dos recebíveis de cartões de crédito**

Desde 2003, nós securitizamos fluxos de (i) ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador; e (ii) recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Os títulos de longo prazo emitidos pelas entidades SPF e vendidos a investidores serão liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento e das faturas de cartão de crédito. Somos obrigados a resgatar as notas em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações das entidades SPF.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento e recebíveis de cartões de crédito, recebidos pelas entidades SPF, devem ser mantidos em conta bancária específica até que seja atingido um determinado nível mínimo. Os montantes acumulados destinados ao pagamento dos juros e/ou do principal no total de R\$1, (2005 – R\$58) considerados como “Caixa



**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

Restrito”, estão classificados como “Caixa e contas-correntes em bancos” em nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2006.

A tabela a seguir demonstra as principais características das notas emitidas pelas entidades SPF:

Ativo securitizado	Vencimento/Data	Moeda	Taxa - %	31 de dezembro	
				2005	2006
Ordens de pagamento .....	2010	US\$	6,75	483	331
Ordens de pagamento <sup>(1)</sup> .....	2012	US\$	4,69	235	206
Recebíveis de cartão de crédito <sup>(2)</sup> .....	2011	US\$	5,69	1.058	807
<b>Total.....</b>				<b>1.776</b>	<b>1.344</b>

- (1) Se a entidade SPF não cumprir o pagamento dos juros acumulados e/ou do principal, o investidor tem o benefício de uma apólice de seguro de garantia financeira emitida por uma seguradora não ligada.
- (2) 44,618488% dos títulos emitidos serão pagos através do fluxo futuro de faturas de cartão de crédito liquidadas e disponibilizadas pelo “Designated Bank”, segundo beneficiário da operação (Banco do Brasil S.A.). Dessa forma, como consolidamos a SPF em nossas demonstrações financeiras, contabilizamos R\$372 como “Securitização de recebíveis de cartões de crédito” em “Outros ativos” em 31 de dezembro de 2006 (2005 – R\$ 485).

**(e) Euronotes**

Vencimento/Data	Moeda	Variação anual de taxa - %	Valor contábil de 31 de dezembro	
			2005	2006
2006	US\$	4,12 – 12,29	302	-
2007	US\$/R\$	4,26 – 17,50	473	1.006
2008	US\$	4,38	-	206
2010	US\$/R\$	14,80	-	14
Acima de 2010	US\$	5,39 – 5,77	728	9
<b>Total.....</b>			<b>1.503</b>	<b>1.235</b>

**(f) Letras hipotecárias**

As letras hipotecárias geralmente são emitidas com vencimentos de até um ano e rendem juros de TR mais juros entre 11,0% e 14,5% a.a.

**(g) Vencimento dos empréstimos a longo prazo**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Até 1 ano .....	4.672	6.660
De 1 a 2 anos .....	3.200	5.211
De 2 a 3 anos .....	3.462	2.091
De 3 a 4 anos .....	1.223	1.319
De 4 a 5 anos .....	874	5.920
Acima de 5 anos .....	9.178	8.275
Indeterminado .....	707	646
<b>Total.....</b>	<b>23.316</b>	<b>30.122</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

**15 Outras obrigações**

**(a) Composição de outras obrigações**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Contratos de investimento em planos de previdência .....	25.457	31.846
Provisão para operações de seguros e planos de previdência .....	10.695	11.889
Passivos contingentes (Nota 23 (b)).....	4.860	7.125
Operações de cartão de crédito .....	2.162	4.482
Títulos de capitalização.....	2.139	2.307
Provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros.....	2.383	2.821
Ordens de pagamento a liquidar.....	1.643	2.039
Juros sobre o capital próprio a pagar .....	1.251	187
Imposto de renda.....	424	1.031
Obrigações trabalhistas .....	801	900
Carteira de câmbio, líquida.....	746	428
Impostos (que não sobre o lucro).....	342	275
Negociação e intermediação de valores .....	211	435
Arrecadação de impostos de terceiros.....	172	196
Outros .....	4.326	4.122
<b>Total .....</b>	<b>57.612</b>	<b>70.083</b>

**(b) Movimentação da provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros**

	31 de dezembro		
	2004	2005	2006
Saldo no início do exercício .....	1.251	1.838	2.383
( - ) Resseguros a recuperar <sup>(1)</sup> .....	(35)	(62)	(53)
Saldo líquido em 1º de janeiro.....	1.216	1.776	2.330
Constituições relacionadas:			
- ao ano corrente .....	5.009	5.705	5.963
- a anos anteriores.....	244	279	396
Total das constituições .....	5.253	5.984	6.359
Pagamentos relacionados:			
- ao ano corrente .....	4.509	5.004	5.442
- a anos anteriores .....	184	426	461
Total dos pagamentos .....	4.693	5.430	5.903
Saldo líquido em 31 de dezembro .....	1.776	2.330	2.786
( + ) Resseguros a recuperar <sup>(1)</sup> .....	62	53	35
Saldo no final do exercício .....	<b>1.838</b>	<b>2.383</b>	<b>2.821</b>

(1) Resseguros a recuperar estão sendo registrados como “Prêmios de Seguros a Receber” em “Outros ativos”.

**16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

Nós e cada uma de nossas controladas apresentamos a declaração de impostos em separado para cada exercício. Os encargos tributários no Brasil sobre o lucro compreendem o imposto de renda federal (alíquota de 15% e um adicional de 10%) e a contribuição social (alíquota de 9%), que é um tributo federal adicional, sendo aplicáveis para todos os períodos apresentados.

Os valores apresentados como despesa de tributação sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são reconciliados às alíquotas estatutárias como segue:

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	3.940	8.752	8.750
Ajuste: participação em lucros de empresas não consolidadas .....	(66)	(186)	(224)
<b>Base ajustada .....</b>	<b>3.874</b>	<b>8.566</b>	<b>8.526</b>
Despesa fiscal pela alíquota estatutária .....	(1.317)	(2.912)	(2.899)
Despesas e provisões não dedutíveis/(lucro não tributável) .....	(79)	29	(35)
Dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio (pagos) .....	449	522	523
Ganho/(perda) cambial não tributável (não dedutível) sobre investimentos no exterior .....	55	(165)	(171)
Reversão da provisão para não realização de ativos fiscais diferidos de anos anteriores .....	64	17	116
Ativos de impostos diferidos adquirido através de compra de entidade não operacional .....	189	-	53
Outros .....	38	78	140
<b>Despesa com imposto de renda .....</b>	<b>(601)</b>	<b>(2.431)</b>	<b>(2.273)</b>

Os principais componentes das contas de impostos diferidos no balanço patrimonial consolidado são os seguintes:

	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Provisões temporariamente não dedutíveis, principalmente provisão para perdas com operações de crédito .....	3.876	5.924
Prejuízos fiscais a compensar .....	547	618
Outras diferenças temporárias .....	156	215
<b>Total bruto dos ativos fiscais diferidos .....</b>	<b>4.579</b>	<b>6.757</b>
Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos .....	(169)	(98)
<b>Total dos ativos fiscais diferidos.....</b>	<b>4.410</b>	<b>6.659</b>
Efeito das diferenças entre índices utilizados para fins de correção monetária de períodos anteriores, para fins de impostos e para fins do U.S. GAAP, basicamente referente ao imobilizado de uso.....	46	45
Ganhos temporariamente não tributáveis, principalmente referentes a arrendamento mercantil e instrumentos derivativos .....	600	1.277
Outras diferenças temporárias .....	91	578
<b>Total dos passivos fiscais diferidos.....</b>	<b>737</b>	<b>1.900</b>
<b>Ativos fiscais diferidos líquidos, incluídos em outros ativos (Nota 12) .....</b>	<b>3.673</b>	<b>4.759</b>

Ativos fiscais diferidos líquidos incluem os prejuízos fiscais no Brasil, sem prazo prescricional, podendo ser compensados com resultados tributários futuros. A compensação de prejuízos fiscais está limitada a 30% do lucro real anual antes de impostos, apurado de acordo com a legislação tributária brasileira.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**17 Patrimônio Líquido**

**(a) Capital e direitos dos acionistas**

**(i) Capital**

Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de forma que os acionistas tiveram suas posições acionárias acrescidas, gratuitamente, de uma nova ação para cada ação possuída da mesma espécie. Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Dessa forma, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir a bonificação de ações e a reversão da bonificação de ações.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2006, o capital em circulação do Bradesco, ajustado em decorrência do desdobramento de ações aprovado em 12 de março de 2007, consiste de 1.000.142.912 ações ordinárias com direito a voto e 1.001.622.936 ações preferenciais sem direito a voto, sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais, e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias. Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de no mínimo 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Companhia não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação.

**(ii) Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

**(iii) Capital integralizado adicional**

O capital integralizado adicional consiste de ágio sobre a emissão inicial de ações, deduzida a capitalização desses valores.

**(b) Apropriação dos lucros acumulados**

**Reservas estatutárias**

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**(c) Lucros acumulados não apropriados**

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Companhia e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

Consequentemente, a diferença entre os lucros acumulados constantes nas demonstrações financeiras segundo o U.S. GAAP e os apurados segundo o Brazilian GAAP representa o efeito de diferenças entre períodos, e somente poderá ser distribuída quando reconhecida segundo a Legislação Societária.

**(d) Dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio)**

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Brazilian GAAP. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil.

**(e) Lucro abrangente**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Lucro líquido divulgado na demonstração do resultado.....	3.327	6.310	6.462
Ganhos não realizados apurados durante o período:			
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	451	322	2.267
Menos ajuste de reclassificação de (ganhos) perdas sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrado no lucro líquido .....	(433)	(747)	(1.157)
Lucro abrangente antes da tributação sobre o lucro .....	18	(425)	1.110
Imposto de renda e contribuição social relacionados a itens do lucro abrangente (perda).....	(6)	144	(377)
Lucro abrangente (perda), líquido dos efeitos fiscais de imposto de renda e de contribuição social.....	12	(281)	733
Lucro abrangente.....	<b>3.339</b>	<b>6.029</b>	<b>7.195</b>

Lucro abrangente acumulado apresenta-se conforme segue:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Saldo no início do exercício.....	681	693	412
Mutações no exercício corrente			
Ganho (perdas) não realizados sobre valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos .....	12	(281)	733
Ajuste decorrente da adoção do SFAS 158, líquido de impostos.....	-	-	15
<b>Saldo no encerramento do exercício.....</b>	<b>693</b>	<b>412</b>	<b>1.160</b>

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado****18 Receita de Prestação de Serviços**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
Contas-correntes .....	1.225	1.563	1.879
Administração de fundos .....	879	1.070	1.245
Cobrança.....	630	718	751
Cartões de crédito .....	452	562	929
Tarifa interbancária.....	261	271	290
Recebimento de tributos.....	189	190	237
Garantias financeiras prestadas – operações de crédito .....	118	125	374
Administração de consórcios.....	87	149	202
Outras <sup>(1)</sup> .....	469	489	703
<b>Total.....</b>	<b>4.310</b>	<b>5.137</b>	<b>6.610</b>

(1) Nenhum dos itens apresentados como “Outras” é individualmente significativo.

**19 Despesas Administrativas**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
Serviços de terceiros.....	863	1.049	1.343
Serviços do sistema financeiro .....	585	624	634
Comunicação.....	578	644	738
Transportes.....	382	409	523
Aluguéis .....	290	319	343
Propaganda e publicidade .....	286	342	443
Manutenção e conservação de bens.....	266	291	312
Processamento de dados.....	238	240	329
Materiais.....	151	171	165
Água, energia e gás .....	128	141	158
Outros.....	290	217	235
<b>Total .....</b>	<b>4.057</b>	<b>4.447</b>	<b>5.223</b>

**20 Outras Receitas e Despesas, Não Financeiras**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
Outras receitas, não financeiras:			
Recuperação de encargos e despesas .....	74	77	122
Receita de aluguéis.....	20	22	21
Outras <sup>(2)</sup> .....	736	483	635
<b>Total de outras receitas não financeiras.....</b>	<b>830</b>	<b>582</b>	<b>778</b>
Outras despesas, não financeiras:			
Impostos sobre serviços, rendas e outros.....	1.354	1.753	2.042
Comissão na colocação de financiamento de veículos .....	228	397	535
Contingências <sup>(1)</sup> .....	216	344	324
Variação monetária e perda cambial, líquidos.....	240	562	608
Perdas com agências.....	202	291	265
Prejuízo (lucro) na alienação de bens não de uso próprio, investimentos não consolidados e imobilizado de uso, líquido .....	52	9	(27)
Bônus de cartão de crédito .....	52	50	67
Despesas de administração de fundos.....	37	44	38
Despesas com Banco Postal .....	25	20	20
Outras <sup>(2)</sup> .....	517	732	1.479
<b>Total de outras despesas não financeiras .....</b>	<b>2.923</b>	<b>4.202</b>	<b>5.351</b>

(1) Não inclui os movimentos relacionados às contingências trabalhistas e outros encargos fiscais, registrados em contas específicas.

(2) Nenhum dos itens apresentados como “Outras” é individualmente significativo.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

#### **21 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

De acordo com a SFAS 107 "Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros", a divulgação do valor justo estimado dos instrumentos financeiros é obrigatória. O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas e que não seja uma venda judicial ou de liquidação. A cotação de mercado, quando disponível, é adotada como estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros. Devido à inexistência de cotação de mercado para certos instrumentos financeiros do Bradesco, os valores justos foram calculados com base nas premissas da Administração, no valor, nos fluxos de caixa futuros e nas taxas de descontos estimadas. A metodologia de estimativa para classificações individuais dos instrumentos financeiros é apresentada com mais detalhes a seguir. Premissas distintas poderiam afetar de maneira significativa essas estimativas. Portanto, os valores líquidos de realização podem ser diferentes das estimativas apresentadas a seguir.

Além disso, as estimativas são apenas indicativas do valor de cada instrumento financeiro e não devem ser considerados como o valor justo da Companhia.

#### **Caixa e equivalentes a caixa**

Os saldos contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado nas rubricas caixa, contas-correntes em bancos e aplicações financeiras de curto prazo equivalem aproximadamente a seus valores justos. As aplicações financeiras de curto prazo incluem: aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazos de até 3 meses e apresentam risco imaterial de alterações no saldo em função de alterações nas taxas de juros.

#### **Ativos de negociação, inclusive derivativos e ativos disponíveis para venda**

Esses ativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado, principalmente com base na cotação de mercado, quando disponível, ou com base na cotação de instrumentos similares.

#### **Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados em preços de mercado para títulos similares. Nota 6 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

#### **Operações de crédito**

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerente a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado.

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

Os valores justos para as operações de crédito de curso anormal são calculados através do desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando uma taxa compatível com o risco associado aos fluxos de caixa estimados, à taxa de cotação da operação, quando disponível, ou ao valor da respectiva garantia. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

O quadro abaixo demonstra os valores contábeis e valores justos estimados para as operações de crédito, excluindo os contratos de arrendamento mercantil:

	<b>31 de dezembro</b>			
	<b>2005</b>		<b>2006</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Comercial:				
Industriais e outros .....	28.690	29.146	32.604	33.014
Financiamento à importação .....	1.100	1.100	1.465	1.465
Financiamento à exportação .....	10.067	10.067	12.934	12.934
Construção de imóveis .....	523	523	519	519
Pessoas físicas:				
Cheque especial .....	1.572	1.572	1.263	1.263
Empréstimos hipotecários residenciais .....	832	832	1.326	1.327
Outros financiamentos <sup>(1)</sup> .....	24.565	24.382	28.039	27.934
Cartão de crédito .....	1.830	1.830	2.652	2.652
Crédito rural .....	6.369	6.371	7.399	7.394
Empréstimos em moeda estrangeira .....	1.900	1.888	1.546	1.542
Setor público .....	49	49	62	62
Créditos de curso anormal .....	2.701	726	4.284	1.033
<b>Total de operações de crédito, exceto contratos de arrendamento mercantil .....</b>	<b>80.198</b>	<b>78.486</b>	<b>94.093</b>	<b>91.139</b>

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

**Depósitos**

O valor justo dos depósitos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as captações:

	<b>31 de dezembro</b>			
	<b>2005</b>		<b>2006</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Depósitos de clientes:				
À vista .....	16.223	16.223	21.081	21.081
De poupança .....	26.201	26.201	27.613	27.613
A prazo .....	32.837	32.817	34.941	34.922
Depósito interfinanceiros .....	146	146	290	290
<b>Total de depósitos .....</b>	<b>75.407</b>	<b>75.387</b>	<b>83.925</b>	<b>83.906</b>



**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**Obrigações por empréstimos de curto prazo**

Os valores contábeis de captações no mercado aberto, "Commercial Paper" e financiamento à importação e exportação e outras obrigações por empréstimos de curto prazo equivalem aproximadamente aos valores contábeis desses instrumentos.

**Obrigações por empréstimos de longo prazo**

Os valores justos de obrigações por empréstimo de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações cujos vencimentos e prazos são similares.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as obrigações por empréstimos de longo prazo:

	<b>31 de dezembro</b>			
	<b>2005</b>		<b>2006</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Repasse de recursos internos .....	9.429	9.366	11.642	11.605
Dívida subordinada.....	6.719	7.344	11.949	12.562
Debêntures não conversíveis .....	2.625	2.625	2.603	2.603
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito.....	1.776	1.776	1.344	1.344
Euronotes.....	1.503	1.475	1.235	1.249
Letras hipotecárias.....	827	827	841	841
Obrigações por arrendamento mercantil.....	368	368	430	430
Outros .....	69	71	78	78
<b>Total.....</b>	<b>23.316</b>	<b>23.852</b>	<b>30.122</b>	<b>30.712</b>

**Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial**

Estimamos o valor de mercado dos compromissos para concessão de crédito com base nas comissões atualmente cobradas na contratação de operações similares, considerando os prazos restantes dos contratos e a atual qualidade de crédito dos contratados. Estima-se o valor de mercado das linhas de crédito abertas e das cartas de crédito comercial com base nas comissões atualmente cobradas em contratações similares ou no custo estimado para rescindir os contratos ou, de outra maneira, liquidar as obrigações junto às contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em títulos e valores mobiliários de alta liquidez. Nota 22 (b) sobre o valor nominal, o valor justo estimado e o valor referencial dos instrumentos derivativos não incluídos no balanço patrimonial.

**22 Instrumentos Financeiros Não Incluídos no Balanço Patrimonial**

**(a) Riscos e Administração de Riscos**

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros, decorrentes de negócios da Companhia e de nossas controladas são: risco de crédito; risco de mercado e de liquidez. A administração desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa Organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas** **Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

#### **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Nossa Política de Crédito objetiva a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orienta sobre a fixação de limites operacionais e/ou a concessão de operações de crédito da Organização. Para a execução da Política de Crédito, assumem papel fundamental o Departamento de Crédito e os Comitês localizados na Matriz, que deliberam negócios acima da alçada das Agências e, com isso, acompanham essa atividade essencial. Os negócios são diversificados e destinados a pessoas físicas e jurídicas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, e nossas operações são tipicamente amparadas com garantias que são condizentes aos riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos. Objetivando amparar e agilizar todo o processo de crédito, além de analisar e de emitir pareceres, foram desenvolvidos e continuam sendo constantemente aprimorados sistemas informatizados de suporte à decisão de crédito. A análise das operações de menor valor são realizadas por sistemas de classificação de crédito (*Credit Scoring*).

#### **Risco de Mercado**

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores de nossa carteira. Nossa política, em termos de exposição a riscos de mercado, procura ser conservadora, sendo o cumprimento dos limites de VAR (Value at Risk) definido pela Alta Administração e acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. Os modelos usam volatilidades e correlações que são calculadas usando bases estatísticas. Estes modelos são usados em processos aplicados prospectivamente, de acordo com estudos econômicos. A metodologia aplicada, e os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando técnicas de avaliação histórica “backtesting”.

Além disso, é feita diariamente uma análise de sensibilidade das posições “Gap Analysis”, que mede o efeito na carteira do movimento da curva da taxa de juros interna, como também da curva do cupom cambial (diferencial de juros pago acima da variação cambial). Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, seguindo a regulamentação do Banco Central, é feita a aferição diária do valor em risco das posições de taxas fixadas e cambiais de nossa carteira total, assim como da exigência de capital resultante. Nossa análise cobre todos os nossos ativos e obrigações financeiras detidas em tesouraria, inclusive nossos instrumentos financeiros de derivativos.

#### **Risco de Liquidez**

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo controlar o risco relativo aos diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Organização a liquidar as operações em tempo hábil e de forma segura. No Bradesco, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, havendo permanente avaliação das posições assumidas.

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado****(b) Derivativos**

Nós participamos de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir nossa exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de nossos clientes. Esses derivativos são resumidos a seguir:

	<b>Valores referenciais</b>	
	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Contratos futuros a taxas de juros:		
Compras.....	1.920	765
Vendas.....	19.128	37.457
Contratos futuros em moeda estrangeira:		
Compras.....	5.560	3.959
Vendas.....	12.217	14.439
Contratos futuros – outros:		
Vendas.....	-	54
Contratos de opções em moeda estrangeira:		
Compras.....	199	540
Vendas.....	220	472
Contratos a termo sobre taxas de juros:		
Compras.....	107	-
Contratos a termo – outros:		
Vendas.....	-	369
Contratos a termo em moeda estrangeira:		
Compras.....	781	1.243
Vendas.....	501	475
Contratos de "Swaps":		
Posição de Ativo		
"Swaps" de taxa de juros.....	10.703	9.237
"Swaps" de moeda.....	5.216	4.070
Posição de Passivo		
"Swaps" de taxa de juros.....	2.211	2.408
"Swaps" de moeda.....	13.369	10.775

Contratos de "swap" de taxa de juros, de moeda e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais uma série de fluxos de caixa de uma única moeda ou pagamentos de juros ou de principal em duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. O valor nominal constitui a base pela qual os fluxos de caixa são estabelecidos. Os riscos associados com os contratos de "swap" referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado a mudanças nas condições de mercado devido a variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas. A exposição de crédito total associada aos "swaps" de taxa de juros e de moeda totalizou R\$303 e R\$359 em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam à entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específicos. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos. A exposição de crédito total associada a contratos de taxa de juros a termo foi de R\$107 em 31 de dezembro de 2005.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**(c) Linhas de crédito registradas em contas de compensação**

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de operações com nossos clientes envolvendo vários instrumentos de crédito registrados em contas de compensação, que são resumidos a seguir:

	Valores contratuais	
	31 de dezembro	
	2005	2006
Compromissos de abertura de crédito e cartão de crédito .....	31.705	38.482
Garantias financeiras .....	9.630	14.791
Outras cartas de crédito .....	137	242

As linhas de crédito não utilizadas, incluindo cartões de crédito, são contratos de concessão de crédito por um prazo determinado e por taxas variáveis a um cliente que cumpriu as condições contratuais estabelecidas. As garantias são compromissos condicionais oferecidos por nós para garantir que um cliente cumpra as cláusulas contratuais de um empréstimo com terceiros.

O risco de crédito potencial máximo dos compromissos de avais e fianças e cartas de crédito equivale aos valores contratuais apresentados acima na hipótese de não cumprimento do contrato pelo contratante. Geralmente, esses contratos vencem sem serem utilizados, portanto, os valores contratuais não indicam a exposição a risco real de crédito nem as necessidades de fluxos financeiros futuros para esses compromissos. Dessa forma, o valor justo da obrigação assumida quando da emissão da garantia é, normalmente, equivalente ao valor presente líquido do valor futuro das taxas recebíveis previstas no contrato. Para diminuir o risco de crédito, nós podemos requerer que a contraparte entregue como garantia, recursos de caixa, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as nossas operações de crédito.

**(d) Garantias financeiras**

Segue um resumo do valor contábil das garantias financeiras e outras cartas de crédito mencionadas anteriormente:

	31 de dezembro			
	2005		2006	
	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil
Garantias financeiras .....	9.630	2	14.791	6
Outras cartas de crédito .....	137	1	242	1

O valor contábil inclui valores diferidos a serem reconhecidos no resultado durante o período do contrato e os valores provisionados para perdas inerentes de acordo com o SFAS 5, “Contabilização de Contingências” e o FIN 45.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos por nós para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Temos geralmente o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito, assim como outras concessões de crédito.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

**23 Obrigações e Contingências**

**(a) Ativos administrados**

Nós administramos diversos fundos de investimento e carteiras de clientes oferecidas a investidores institucionais e ao público em geral. Esses fundos e carteiras não são incluídos no nosso balanço patrimonial consolidado. Em geral, as taxas são cobradas mensalmente, representando aproximadamente 0,89% ao ano (2005 – 0,97%) sobre o valor de mercado dos fundos administrados e carteiras. O total de ativos administrados, em 31 de dezembro de 2005 e 2006, foram de R\$112.643 e R\$139.905 em fundos de investimento, respectivamente e R\$8.539 e R\$7.203 em carteiras de clientes, respectivamente.

**(b) Contingências**

No curso normal dos negócios, estamos envolvidos em vários processos legais inerentes às nossas operações.

Nós estamos sujeitos a questionamentos das autoridades fiscais com relação à montantes de impostos devidos. Esses questionamentos podem alterar a competência ou o montante de receita tributável ou deduções, ou a distribuição de receita entre as jurisdições fiscais. As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas estão relacionadas às questões de litígio relativas (i) aos ajustes da inflação e (ii) à legalidade de determinados impostos e contribuições.

As questões remanescentes de litígios, considerados como possíveis de acordo com o nosso julgamento baseado nas informações disponíveis sobre as causas, estão relacionadas a autos de infração no montante de R\$103 em 31 de dezembro de 2006 (R\$56 – 2005) e nós acreditamos que estejam inconsistentes com a legislação vigente, e dessa forma, não estão registrados em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Não se espera que a resolução dessas questões tenha um impacto significativo em nossa posição financeira ou nos resultados das operações.

Assim como muitos outros bancos brasileiros, somos réus em diversos processos trabalhistas movidos por empregados, relacionados a questões salariais e indenização para empregados que foram demitidos, em consequência das aquisições recentes de instituições financeiras e da sua integração em nossa estrutura. A administração continuamente monitora e avalia o impacto dos acontecimentos e de circunstâncias atuais nas estimativas e premissas usadas no reconhecimento de perdas prováveis.

Nós enfrentamos também questões cíveis, que consistem basicamente de reclamações por danos, tais como (i) cobrança sobre instrumentos financeiros não pagos, (ii) cheques sem fundo (iii) relato de informações de crédito incorretas às entidades de análise de crédito. Nenhuma delas é individualmente significativa.

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

As questões cíveis e os processos trabalhistas remanescentes estão sujeitos à muitas incertezas e o resultado de questões individuais não pode ser estimado com segurança. Embora a decisão final de algumas questões possa ter um efeito significativo nos resultados operacionais consolidados em determinado exercício nós acreditamos que não deva afetar significativamente nossa posição financeira consolidada.

A movimentação na provisão nos exercícios foram as seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
<b>Provisão Fiscal</b>			
No início do exercício.....	2.791	3.003	3.540
Combinações de negócios.....	44	-	275
Atualização monetária .....	149	224	509
Constituições .....	166	434	815
Reversões.....	(96)	(49)	(51)
Pagamentos.....	(51)	(72)	(42)
<b>No final do exercício .....</b>	<b>3.003</b>	<b>3.540</b>	<b>5.046</b>

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
<b>Provisão Trabalhista</b>			
No início do exercício.....	816	835	814
Combinações de negócios.....	85	-	190
Constituições .....	319	406	726
Reversões.....	(7)	(51)	(50)
Pagamentos.....	(378)	(376)	(421)
<b>No final do exercício .....</b>	<b>835</b>	<b>814</b>	<b>1.259</b>

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2004	2005	2006
<b>Provisão Cível</b>			
No início do exercício.....	333	460	506
Combinações de negócios.....	59	-	153
Constituições .....	145	179	427
Reversões.....	(6)	(14)	(61)
Pagamentos.....	(71)	(119)	(205)
<b>No final do exercício .....</b>	<b>460</b>	<b>506</b>	<b>820</b>
<b>Total geral das provisões.....</b>	<b>4.298</b>	<b>4.860</b>	<b>7.125</b>

**24 Aspectos Regulamentares**

O Banco está sujeito à regulamentação do Banco Central, que emite instruções e orientações relativas às políticas de crédito e monetária para as instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências mínimas de capital, limites de ativos permanentes, limites de concessão de crédito, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios e exige que os bancos cumpram os regulamentos baseados no Acordo da Basiléia no que se refere à adequação de capital.

O Acordo da Basiléia exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8%. Pelo menos a metade do capital total deve consistir de Capital “Nível I”. O Capital “Nível I”, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital “Nível II” inclui, sujeito a certas limitações, as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, e é limitado ao valor do Capital “Nível I”. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros: (i) exigem um índice de capital mínimo de 11%; (ii) não permitem que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital; (iii) especificam diferentes categorias de ponderação de risco; e (iv) impõem uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso nos ativos permanentes sobre os limites impostos pelo Banco Central.

A tabela a seguir apresenta nossos índices de capital requeridos (em percentagens), de acordo com as informações financeiras em Brazilian GAAP.

	31 de dezembro		
	2004	2005	2006
De acordo com o Acordo da Basiléia, aplicável ao Brasil			
Capital “Nível I”.....	11,72%	11,50%	11,58%
Capital “Nível II” .....	4,36	3,73	4,90
<b>Capital Total</b> .....	<b>16,08</b>	<b>15,23</b>	<b>16,48</b>
Mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.....	11,00%	11,00%	11,00%

Atualmente, o Banco Central não estabelece um limite para o valor dos dividendos que podem ser pagos, dentro dos limites de capital estabelecidos acima. Em todas as datas de apresentação, nós estávamos em conformidade com todos os limites de capital estabelecidos pelo Banco Central.

## **25 Informações por Segmento**

Nós operamos principalmente no setor bancário, de seguros, previdência complementar e capitalização. Nossas operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo e “corporate”, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como “private bank”. Realizamos nossas operações no setor bancário através de nossas próprias unidades localizadas no país, nas agências no exterior e através de nossas empresas controladas, bem como por meio de nossas participações em outras empresas. Além disso, nós exercemos atividades de seguros, previdência complementar e capitalização através de nossa subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios da Alta Administração para avaliar desempenho e tomar decisões referentes a alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Alta Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras e não financeiras, medidas em bases diferentes. Conforme SFAS 131 “Divulgações sobre Segmentos de uma Entidade e Informações Relacionadas”, a informação incluída abaixo foi compilada de acordo com o que foi preparada em uma base mais consistente com aquela usada para medir valores, conforme o Brazilian GAAP.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização que são incluídos nesse segmento, resultando em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas que não estão alocados.

(Tradução livre do original em inglês)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2004			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP
Receitas financeiras.....	19.532	4.937	(746)	23.723
Despesas financeiras.....	(9.954)	-	1.035	(8.919)
<b>Receitas financeiras, líquidas.....</b>	<b>9.578</b>	<b>4.937</b>	<b>289</b>	<b>14.804</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.429)	-	-	(1.429)
Prêmios de seguros.....	-	9.542	(2.778)	6.764
Planos de previdência.....	-	2.456	(2.082)	374
Títulos de capitalização.....	-	1.358	(1.358)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	60	180	(174)	66
Outras receitas.....	6.197	601	280	7.078
Salários e benefícios.....	(4.338)	(480)	(46)	(4.864)
Despesas administrativas.....	(3.793)	(457)	193	(4.057)
Sinistros retidos.....	-	(6.045)	1.223	(4.822)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	(7.526)	3.200	(4.326)
Despesas de planos de previdência.....	-	(2.083)	1.332	(751)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência.....	-	(907)	-	(907)
Outras despesas.....	(3.656)	(614)	280	(3.990)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....</b>	<b>2.619</b>	<b>962</b>	<b>359</b>	<b>3.940</b>
<b>Ativo Identificados.....</b>	<b>145.661</b>	<b>40.236</b>	<b>(8.818)</b>	<b>177.079</b>

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP
Receitas financeiras.....	25.441	5.939	(73)	31.307
Despesas financeiras.....	(12.786)	-	345	(12.441)
<b>Receitas financeiras, líquidas.....</b>	<b>12.655</b>	<b>5.939</b>	<b>272</b>	<b>18.866</b>
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.823)	-	-	(1.823)
Prêmios de seguros.....	-	9.928	(2.123)	7.805
Planos de previdência.....	-	2.386	(2.009)	377
Títulos de capitalização.....	-	1.420	(1.420)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	176	81	(71)	186
Outras receitas.....	7.829	1.143	216	9.188
Salários e benefícios.....	(4.824)	(359)	(15)	(5.198)
Despesas administrativas.....	(4.219)	(463)	235	(4.447)
Sinistros retidos.....	-	(6.730)	1.229	(5.501)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	(6.841)	2.902	(3.939)
Despesas de planos de previdência.....	-	(2.507)	2.002	(505)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência.....	-	(1.055)	14	(1.041)
Outras despesas.....	(4.446)	(678)	(92)	(5.216)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....</b>	<b>5.348</b>	<b>2.264</b>	<b>1.140</b>	<b>8.752</b>
<b>Ativo Identificados.....</b>	<b>164.821</b>	<b>49.295</b>	<b>(7.522)</b>	<b>206.594</b>



(Tradução livre do original em inglês)

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2006</b>			
	<b>Setor bancário</b>	<b>Seguros, previdência e capitalização</b>	<b>Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações</b>	<b>Consolidado U.S. GAAP</b>
Receitas financeiras.....	28.075	6.476	24	34.575
Despesas financeiras .....	(13.039)	-	170	(12.869)
<b>Receitas financeiras, líquidas .....</b>	<b>15.036</b>	<b>6.476</b>	<b>194</b>	<b>21.706</b>
Provisão para perdas com operações de crédito .....	(3.770)	-	3	(3.767)
Prêmios de seguros .....	-	11.212	(3.091)	8.121
Planos de previdência .....	-	2.650	(1.859)	791
Títulos de capitalização .....	-	1.418	(1.418)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	296	106	(178)	224
Outras receitas.....	9.474	1.258	216	10.948
Salários e benefícios.....	(5.543)	(504)	(40)	(6.087)
Despesas administrativas.....	(4.962)	(498)	237	(5.223)
Sinistros retidos .....	-	(7.347)	1.223	(6.124)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	(7.904)	3.705	(4.199)
Despesas de planos de previdência.....	-	(2.164)	1.604	(560)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência .....	-	(1.140)	288	(852)
Outras despesas .....	(5.296)	(651)	(281)	(6.228)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias .....</b>	<b>5.235</b>	<b>2.912</b>	<b>603</b>	<b>8.750</b>
<b>Ativo Identificados .....</b>	<b>206.349</b>	<b>61.021</b>	<b>(8.099)</b>	<b>259.271</b>

Ajustes para fins de U.S. GAAP referem-se principalmente a:

- Despesas financeiras: contabilizações de leasing financeiro;
- Resultado de participações em empresas não consolidadas: eliminação de contabilizações por equivalência em investimentos, em que temos menos que 20% das ações com direito a voto;
- Outras receitas: ajustes de ganho/perda na venda de títulos disponíveis para venda;
- Amortização de despesas na operação do Banco Postal e em outras transações;
- Salários e benefícios: contabilização de planos de previdência complementar de benefício definido;
- Apropriação do lucro na venda de agências atreladas a contratos de aluguéis; e
- Outras despesas: ajustes de valor justo, ágio e deságio na compra de entidades.

Nossas operações são principalmente realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2006, possuíamos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma em Nassau, nas Bahamas, principalmente para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas subsidiárias no exterior, a seguir: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Luxemburgo (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio) e Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman).

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**10 Imobilizado de Uso, Líquido**

	31 de dezembro	
	2005	2006
Móveis e equipamentos.....	1.504	1.770
Equipamentos arrendados .....	1.606	1.690
Equipamentos de processamento de dados .....	1.659	1.581
Edificações.....	883	822
Custo de desenvolvimento e aquisição de software .....	457	565
Terrenos .....	471	496
Benfeitorias em imóveis de terceiros .....	350	453
Veículos .....	18	28
Outros.....	8	7
Menos: depreciação e amortização acumuladas.....	(4.235)	(4.412)
<b>Total .....</b>	<b>2.721</b>	<b>3.000</b>

Os encargos com depreciação e amortização montaram a R\$789, R\$712 e R\$534 nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, respectivamente.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações financeiras e a depreciação do bem é calculada de acordo com nossa política normal de depreciação para ativos próprios.

Em 2002 e 2003, certas agências bancárias foram alienadas por meio de leilões públicos, como parte do processo de desmobilização. Esses compreenderam transações em dinheiro ou vendas financiadas pelo Banco. Não ocorreram alienações por meio de leilões públicos em 2005 e 2006.

Ao mesmo tempo, estas agências nos foram alugadas com o propósito de continuarmos nossas atividades operacionais, sendo contabilizadas em sua maioria como leasing operacional. Somente as vendas financiadas foram mantidas como ativo permanente, refletindo a possibilidade de retomada no caso de inadimplência do comprador.

As obrigações futuras pelo pagamento de aluguéis vinculados aos financiamentos para os próximos 5 exercícios estão demonstradas a seguir:

Para o exercício a findar em 31 de dezembro	Despesas de aluguéis
2007 .....	6
2008 .....	6
2009 .....	6
2010 .....	6
2011 .....	6
<b>Total .....</b>	<b>30</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

**26 Planos de Previdência Complementar**

Nós mantemos planos de benefícios definidos, que complementam as aposentadorias pagas pelo INSS do Governo Brasileiro aos nossos empregados e de nossas subsidiárias no país. Os planos de previdência foram estabelecidos unicamente para beneficiar empregados e administradores elegíveis e seus ativos são mantidos segregados do Bradesco. Em 2001, aos participantes do plano de benefício definido do Bradesco foi oferecida a possibilidade de adesão ao plano de contribuição definida (PGBL). Nosso plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e 2006 incluiu o plano de benefício definido do BEM e BEC, em consequência de suas aquisições em 10 de fevereiro de 2004 e 3 de janeiro de 2006, respectivamente. Nossas contribuições ao plano PGBL em 2006 totalizaram R\$ 316 (2005 - R\$250).

A nossa política é a de financiar os planos de previdência através de contribuições calculadas com base na folha de pagamento, ajustadas periodicamente de acordo com as recomendações do atuário externo responsável pelo Plano. Em 31 de dezembro de 2006, a nossa contribuição representava 5,2% (2005 - 4,8% e 2004 - 4,4%) da folha de pagamento e os empregados e administradores contribuíam com no mínimo 4% (2005 - 4% e 2004 - 4%) de seus salários.

Os recursos dos planos de previdência são principalmente investidos em títulos públicos e privados, ações em companhias abertas e imóveis.

Os empregados e administradores que deixam de participar do plano de previdência por qualquer motivo recebem o benefício mínimo calculado com base em contribuições anteriores em uma única parcela que representa a soma global.

Em 31 de outubro de cada ano efetuamos a avaliação dos planos do Banco Alvorada, BEM e do BEC.

Como discutido na nota 2(ee), em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS No. 158. Esta norma exige que o empregador reconheça prospectivamente a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefício definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do lucro abrangente. Adotamos essa norma e suas divulgações exigidas, em 31 de dezembro de 2006. Os efeitos da adoção, bem como suas exigências de divulgação, encontram-se apresentados a seguir.

The adjustments for SFAS 158 affected our consolidated balance sheet as follow:

	<u>Planos do Alvorada, BEM e BEC</u>
	<u>Exercício findo em 2006</u>
<b>Antes da adoção do SFAS 158</b>	
Despesas pagas antecipadamente com planos de previdência .....	55
Obrigações acumuladas .....	(65)
<b>Ajustes</b>	
Despesas pagas antecipadamente com planos de previdência .....	14
Obrigações acumuladas .....	8
Obrigações de imposto diferido .....	(7)
Lucro abrangente acumulado – outros.....	15
<b>Depois da adoção do SFAS 158</b>	
Despesas pagas antecipadamente com planos de previdência .....	69
Obrigações acumuladas .....	(57)
Obrigações de imposto diferido .....	(7)
Lucro abrangente acumulado – outros.....	15

**Banco Bradesco S.A.****Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

Com base no parecer do atuário externo do plano, as variações nas obrigações com benefícios e nos ativos do plano, bem como nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	<b>Planos do Alvorada, BEM e BEC</b>		
	<b>Exercício findo</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
(i) Obrigações com benefícios projetados:			
No início do exercício	281	442	454
Com aquisição de negócios .....	133	-	240
Custo do serviço .....	2	1	1
Benefícios pagos .....	(24)	(36)	(38)
Custo de juros.....	30	48	49
Variações nos planos.....	-	-	2
Perda (ganho) atuarial .....	20	(1)	4
<b>No encerramento do exercício.....</b>	<b>442</b>	<b>454</b>	<b>712</b>
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:			
No início do exercício .....	315	448	486
Com aquisição de negócios .....	114	-	194
Contribuições recebidas:			
Empregador .....	1	1	2
Empregados .....	1	1	1
Rentabilidade dos ativos do plano .....	41	72	79
Benefícios pagos.....	(24)	(36)	(38)
<b>No encerramento do exercício.....</b>	<b>448</b>	<b>486</b>	<b>724</b>
(iii) Posição financiada:			
Excedente de ativos do plano sobre obrigações com benefícios projetados adquiridas .....	(6)	(32)	(12)
Ganho (perda) líquido não reconhecido.....	(26)	(1)	-
<b>Valores reconhecidos no balanço Patrimonial, líquidos.....</b>	<b>(32)</b>	<b>(33)</b>	<b>(12)</b>

O custo (benefício) líquido dos planos de pensões inclui os seguintes componentes:

	<b>Planos do Alvorada, BEM e BEC</b>		
	<b>Exercício findo em</b>		
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço.....	2	1	5
Custo de juros .....	30	48	70
Amortização de custo de serviços anteriores.....	-	-	1
Rentabilidade prevista dos ativos do plano .....	(34)	(51)	(72)
Contribuição esperada do participante .....	-	-	(2)
<b>Custo (benefício) periódico líquido das pensões ...</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>2</b>

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

---

As despesas pagas antecipadamente com planos de previdência e as obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas em “Outros ativos” e “Outras obrigações”, respectivamente, em nosso balanço patrimonial consolidado.

Os valores reconhecidos em nossos balanços patrimoniais são os seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Ativos</b>		
Despesas pagas antecipadamente com planos de Previdência.....	69	55
<b>Obrigações</b>		
Obrigações acumuladas de planos de previdência.....	57	19
Ativo líquido reconhecido, ao final do exercício.....	12	36

O valor reconhecido em lucro abrangente acumulado de R\$ 15, em 31 de dezembro de 2006, como resultado da implementação do SFAS 158, refere-se a ganhos atuariais.

O valor reconhecido em lucro abrangente acumulado – outros, que deverá ser reconhecido como componente de um custo periódico líquido em 2007, totaliza R\$1 e refere-se à amortização de custos de serviços anteriores.

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios findos em 31 de outubro foram as seguintes<sup>(1)</sup>:

	<u>Plano do Alvorada</u>		<u>Plano do BEM</u>		<u>Plano do BEC</u>
	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>
Taxa de desconto presumida.....	11,3 %	10,2%	11,3 %	10,2%	10,2%
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos.....	11,3	10,2	11,3	10,2	10,2
Índice de aumento dos níveis de remuneração.....	8,2%	7,1%	8,2 %	7,1%	7,1%

---

(1) Considerando uma taxa de inflação de 4,0% ao ano e uma taxa de desconto real de 6,0% ao ano.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos.
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos do Alvorada, do BEM e BEC, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros de 8% ao ano, com vencimentos de curto a longo prazo.
- Combinação de ativos do plano Alvorada, que compreendem mais de 80% e 71% de títulos públicos em 31 de outubro de 2005 e 2006, respectivamente, bem como mais de 68% e 80% do plano BEM em 31 de outubro de 2005 e 2006, respectivamente e mais de 76% do plano do BEC em 31 de outubro de 2006 e o restante dos ativos dos planos, em ações.

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

A alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência em 31 de outubro de 2005 e 2006, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Ativos do Plano Alvorada		Ativos do Plano BEM		Ativos do Plano
	em 31 de outubro		em 31 de outubro		BEC em 31 de
	2005	2006	2005	2006	outubro
<b>Categorias de ativo</b>					
Ações de companhias abertas .....	0,6%	0,6%	1,3%	1,6%	6,3%
Títulos públicos e privados .....	94,6	94,0	96,1	95,5	84,7
Imóveis .....	3,5	3,9	0,6	0,8	5,4
Outras .....	1,3	1,5	2,0	2,1	3,6
<b>Total .....</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Os pagamentos de benefícios, os quais refletem serviços futuros esperados projetados, a serem efetuados por nós são:

<b>Para o exercício a findar em 31 de dezembro</b>	<b>Benefícios dos Planos de Previdência Complementar</b>
2007.....	54
2008.....	48
2009.....	47
2010.....	47
2011.....	46
2012 – 2016.....	222
<b>Total.....</b>	<b>464</b>

As contribuições relacionadas ao plano de aposentadoria complementar do Alvorada, do BEM e do BEC, a serem efetuadas por nós em 2006, são estimadas em R\$0,5, R\$1,5 e R\$2,9 respectivamente.

**27 Transações entre Partes Relacionadas**

Nossos principais acionistas são: Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e Fundação Bradesco. Nós não temos um acionista controlador e nem existe um acordo de acionistas para votação em conjunto. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos que há mais de 40 anos vem promovendo desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens por meio de escolas instaladas em regiões carentes.

Nós contribuímos, até 2004, para a Fundação Bradesco, para ajudar a financiar seus projetos educacionais e sociais em todo o Brasil. Essas contribuições totalizaram R\$71 em 2004.

Nós não concedemos empréstimos aos nossos executivos ou diretores, em virtude desta prática ser proibida a todos os bancos brasileiros pelo Banco Central.

As transações com controladores, controladas e coligadas diretas e indiretas (representadas principalmente por CPM Holding Ltd, Cia. Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, Serasa S.A. e Celta Holdings S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

**Banco Bradesco S.A.**

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**

	31 de dezembro		
	2004	2005	2006
<b>ATIVO</b>			
Dividendos a receber.....	6	43	8
Outros ativos .....	363	99	213
<b>PASSIVO</b>			
Depósitos à vista .....	6	5	47
Depósitos a prazo.....	2	4	261
Debêntures .....	152	380	444
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	269	268	23
Dívidas subordinadas .....	203	269	460
Outros passivos .....	7	195	23
<b>RECEITAS E DESPESAS</b>			
Receitas com títulos e valores mobiliários .....	4	27	22
Outras receitas.....	11	29	30
Juros sobre dívida de longo prazo.....	35	83	108
Outras despesas .....	108	104	332

**28 Eventos subsequentes**

Em janeiro de 2007, celebramos acordo com os controladores do Banco BMC S.A. (“BMC”), para a aquisição do BMC e suas controladas BMC Asset Management Ltda. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BMC Previdência Privada S.A. e Credicerto Promotora de Vendas Ltda.

A operação envolve a transferência de 100% das ações representativas do capital social do BMC para nós. O pagamento será feito mediante a entrega, aos acionistas do BMC, de ações de nossa emissão correspondentes a aproximadamente 0,94% do nosso capital social, que será aumentado em R\$ 800. Em 31 de dezembro de 2006, o BMC possuía ativos totais de R\$2.394 e patrimônio líquido de R\$285. Essa transação ainda está dependendo de aprovação do Banco Central.

Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída.

\* \* \*

**Banco Bradesco S.A.  
Estatuto Social**

**Título I - Da Organização, Duração e Sede**

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

**Título II - Dos Objetivos Sociais**

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

**Título III - Do Capital Social**

Art. 6º) O Capital Social é de R\$18.000.000.000,00 (dezoito bilhões de reais), dividido em 2.002.321.048 (dois bilhões, dois milhões, trezentas e vinte e uma mil e quarenta e oito) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 1.000.866.112 (um bilhão, oitocentas e sessenta e seis mil, cento e doze) ordinárias e 1.001.454.936 (um bilhão, um milhão, quatrocentas e cinquenta e quatro mil, novecentas e trinta e seis) preferenciais.

**Parágrafo Primeiro** - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

**Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:



## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 2 -**

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.

**Parágrafo Terceiro** - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

**Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

**Parágrafo Quinto** - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

**Parágrafo Sexto** – Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

## **Título IV - Da Administração**

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

# **Banco Bradesco S.A.**

## **Estatuto Social - 3 -**

### **Título V - Do Conselho de Administração**

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

**Parágrafo Segundo** - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo Terceiro** – Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 4 -**

- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembléia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento do que, em média, for atribuída de honorários mensais a cada Diretor, não computando quaisquer outras verbas;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

**Parágrafo Único** - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembléias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

**Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 5 -**

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

### **Título VI - Da Diretoria**

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 79 (setenta e nove) membros, sendo de 19 (dezenove) a 26 (vinte e seis) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor-Presidente, de 7 (sete) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 11 (onze) a 15 (quinze) Diretores Gerentes. Os demais cargos da Diretoria serão distribuídos da seguinte forma: de 33 (trinta e três) a 53 (cinquenta e três) Diretores Departamentais e Diretores Regionais, sendo de 27 (vinte e sete) a 41 (quarenta e um) o número de Diretores Departamentais e de 6 (seis) a 12 (doze) o de Diretores Regionais.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

**Parágrafo Segundo** - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e “caput” do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos e a Diretores Departamentais/Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidentes.

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra “e” do Artigo 9º deste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 6 -**

deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

**Parágrafo Segundo** - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo, salvo se judicial o mandato, hipótese em que o procurador poderá assinar isoladamente e a procuração ter prazo indeterminado e ser substabelecida. O instrumento de mandato deverá ainda indicar se o mandatário exercerá os poderes em conjunto com outro procurador ou Diretor da Sociedade.

**Parágrafo Terceiro** - Aos Diretores Departamentais e Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente, no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
- e) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar as Agências sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se à Diretoria.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 7 -**

do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental ou Regional é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

- I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;
- II. Diretor Regional - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

### **Título VII - Do Conselho Fiscal**

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

### **Título VIII - Do Comitê de Auditoria**

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 8 -**

pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
- h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
- i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

# **Banco Bradesco S.A.**

## **Estatuto Social - 9 -**

### **Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance**

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

### **Título X - Do Comitê de Remuneração**

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

### **Título XI - Do Comitê de Conduta Ética**

Art. 24) A Sociedade terá um Comitê de Conduta Ética, composto por até 8 (oito) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Ética Corporativo e Setoriais da Organização Bradesco, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade.

### **Título XII - Das Assembléias Gerais**

Art. 25) As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:



## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 10 -**

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;
- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

### **Título XIII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados**

Art. 26) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 27) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 28) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral;
- III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

## **Banco Bradesco S.A.**

### **Estatuto Social - 11 -**

**Parágrafo Segundo** - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

**Parágrafo Terceiro** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do “caput” deste Artigo.

Art. 29) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

**Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 27, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

\*\*\*\*\*

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 12.3.2007.

**Banco Bradesco S.A.**

*Milton Almicar Silva Vargas*  
*Diretor Vice-Presidente*

*Domingos Figueiredo de Abreu*  
*Diretor Gerente*

**Banco Bradesco S.A**  
**Anexo 6.1**

**Bradesco ADR**

<i>Lucro por ação</i>	31 de dezembro de		
	2004	2005	2006
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (em ações).....	944.327.192	973.893.242	981.672.582
Direito de 10% para ações preferenciais.....	94.432.719	97.389.324	98.167.258
Número médio ponderado ajustado de ações preferenciais em circulação (em ações) para cálculo do lucro por ação.....	1.038.759.911	1.071.282.566	1.079.839.840
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (em ações).....	957.064.460	977.180.608	980.383.482
Número médio ponderado total de ações em circulação (em ações) (A).....	1.995.824.371	2.048.463.174	2.060.223.322
Lucro Líquido (em milhões de reais) (B).....	R\$3.327	R\$6.310	R\$6.462
Lucro por ação ordinária (B)/(A)=(C).....	R\$ 1.67	R\$ 3.08	R\$ 3.14
Lucro por ação preferencial (C) + 10%.....	R\$ 1.84	R\$ 3.39	R\$ 3.45

Banco Bradesco S.A  
Anexo 7.1

	31 de dezembro de					
	2004		2005		2006	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Dividendos por ação						
Dividendos reais declarados (em milhões de reais)	R\$ 694	R\$ 631	R\$ 976	R\$ 905	R\$ 1.132	R\$ 1.028
Número médio ponderado de ações em circulação	944.327.192	957.064.460	973.893.242	977.180.608	981.672.582	980.383.482
Dividendos por ação	R\$ 0,74	R\$ 0,66	R\$ 1,00	R\$ 0,96	R\$1,16	R\$1,05

## Anexo 8.1

### Lista de Subsidiárias

	<b>Subsidiária</b>	<b>Jurisdição de Incorporação</b>	<b>Denominação Social</b>
1	Atlântica Capitalização S.A.	São Paulo – Brasil	Atlântica Capitalização
2	Banco Alvorada S.A	Osasco - SP – Brasil	Banco Alvorada
3	Banco Bradesco BBI S.A.	Osasco - SP - Brasil	Bradesco BBI
4	Banco Boavista Interatlântico S.A.	Osasco – SP - Brasil	Boavista
5	Banco Bradesco Argentina S.A.	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina
6	Banco Bradesco Luxembourg S.A.	Luxemburgo – G. Ducado Luxemburgo	Bradesco Luxembourg
7	Banco Finasa S.A.	Barueri – SP - Brasil	Banco Finasa
8	Bradesco Argentina de Seguros S.A	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina de Seguros
9	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Bradesco Auto/RE
10	Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Bradesco Capitalização
11	Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Consórcio
12	Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Barueri – SP - Brasil	Bradesco Leasing
13	Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo – Brasil	Bradesco Corretora
14	Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Saúde
15	Bradesco Securities, Inc.	New York – EUA	Bradesco Securities
16	Bradesco Seguros S.A.	São Paulo – Brasil	Bradesco Seguros
17	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Previdência
18	Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Osasco – SP - Brasil	Bradescor
19	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo – Brasil	BRAM
20	Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Osasco – SP - Brasil	Rubi
21	Finasa Seguradora S.A.	São Paulo – Brasil	Finasa Seguradora
22	Scopus Tecnologia Ltda.	São Paulo – Brasil	Scopus Tecnologia
23	União Participações Ltda.	Osasco – SP - Brasil	União
24	Banco Bankpar S.A.	São Paulo – Brasil	Banco Bankpar
25	Bradesplan Participações Ltda..	Osasco - SP – Brasil	Bradesplan

## Anexo 12.1

Eu, Márcio Artur Laurelli Cypriano, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) do *Exchange Act* e controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
  - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
  - b. criamos tais controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas ou fizemos com que esses controles fosse criados sob nossa supervisão para proporcionar segurança razoável com relação à confiabilidade do reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.
  - c. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
  - d. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia relacionados as demonstrações financeiras consolidadas.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
  - a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
  - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Data: 29 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_  
/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Nome: Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Cargo: Diretor-Presidente

## Anexo 12.2

Eu, Milton Almicar Silva Vargas, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) do *Exchange Act* e controles internos sobre as demonstrações financeiras consolidadas (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
  - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
  - b. criamos tais controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas ou fizemos com que esses controles fosse criados sob nossa supervisão para proporcionar segurança razoável com relação à confiabilidade do reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.
  - c. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
  - d. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia relacionados as demonstrações financeiras consolidadas.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
  - a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
  - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Data: 29 de junho de 2007.

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

Nome: Milton Almicar Silva Vargas

Cargo: Diretor Financeiro

## **Anexo 13.1**

### **Certificação Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)**

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento, o Relatório Anual da Companhia apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Mercado de Valores Mobiliários de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 29 de junho de 2007.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Nome: Márcio Artur Laurelli Cypriano  
Cargo: Diretor-Presidente



**Anexo 13.2**

**Certificação**  
**Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002**  
**(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)**

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento, o Relatório Anual da Companhia apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Mercado de Valores Mobiliários de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 29 de junho de 2007.

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

Nome: Milton Almicar Silva Vargas

Cargo: Diretor Financeiro